Fernando Henrique Cardoso
Organização: Eduardo P. Graeff

Perspectivas: Fernando Henrique Cardoso
Idéias e atuação política

Rio de Janeiro
2008

ÍNDICE

INTRODUÇÃO[1]

Existem circunstâncias nas quais as margens de escolha diminuem drasticamente, tanto na vida pessoal como na vida pública. Não pude escolher entre as vocações de político e de cientista. As contingências arrancaram-me das salas de aula e do País, colhido pelo torvelinho das grandes transformações políticas de 1964.

Quando houve escolha, voltei — em 1968 — não só à terra como à Universidade. Tampouco naquela ocasião pude seguir o caminho escolhido: as artimanhas do arbítrio desfizeram uma vez mais minhas ilusões de rotina acadêmica, impondo-me aposentadoria compulsória em 1969.

Recusei, desde então, o exílio voluntário. Fiz, por certo, compromissos. Dividi-me entre o Brasil e outras terras que acolheram com generosidade meu trabalho.

Em 1978 escolhi. Não tivera, até então, partido político. Limitara minha vida pública à ação política e cultural sem compromissos partidários, embora me sentisse claramente ligado a um dos campos da luta. E mesmo quando me juntei ao MDB, vim no bojo de um movimento que transcendia à militância estrita num partido. Incorporei-me à vida partidária sob a pressão e a emoção de um momento da História brasileira no qual se insinuava a presença de forças sociais ainda incipientes, mas que falavam forte o nome da Democracia e que a qualificavam como condição desejável para alcançar a necessária reforma social.

Nasciam, então, os grandes movimentos herdeiros da resistência democrática dos anos mais duros — os da tortura, os da censura, os do exílio — que traziam o sopro generoso da vontade de incorporar na vida pública parte dos setores silenciados da sociedade. Remexia-se a liderança sindical (setores significativos da qual me apoiaram em São Paulo); os artistas sacudiam o torpor, ávidos de participação; os intelectuais voltavam à política; a igreja reafirmava sua opção preferencial pelos pobres; articulavam-se os empresários mais dinâmicos.

Havia um reencontro entre movimento social e vida partidária.

A um número expressivo de eleitores e de militantes novatos — vindos deste despertar — devo não apenas a eleição, mas o encorajamento e o aprendizado. Aprendizado e estímulo que devo também aos líderes provados do antigo MDB, como Ulisses Guimarães, e eleição cuja parte maior coube, em 1978, àquele a quem sucedo e com quem o PMDB venceu novamente agora, e nele deposita enormes esperanças: André Franco Montoro.

Sei que muitos companheiros se distribuem hoje por outros partidos. Mas num certo sentido, estamos no mesmo lado: o dos que querem, de fato, mudar o Brasil. E com a única motivação e vontade de melhorá-lo para que nós mesmos sejamos melhores.

Sei, e o digo sem reservas, que esta vontade não é monopólio de ninguém. Digo-o com sinceridade: assim como não aceito a tese de que a abertura política foi outorgada, não desejo negar a motivação generosa dos que, do outro lado da brincadeira, estendem pontes.

Ocorre, entretanto, Srs. Senadores, que tampouco nesta matéria há muita escolha. Não farei hoje o discurso que gostaria de fazer, de congraçamento. Não estréio nesta Casa com a galhardia que só a certeza do amanhã melhor permite. Não me é dado pretender abrir horizontes nos quais se vislumbre, além da crítica, a proposta e a conciliação.

Tentarei, por certo, tatear caminhos alternativos. Mas não poderei fazê-lo *sine ira et studio.* Ao contrário, o momento exige posição. Exige, para além da objetividade, paixão. *Ira et studium,* requisitos da política, na visão weberiana.

E exige também responsabilidade pessoal. Falarei, portanto, como homem de partido; como Senador por São Paulo; mas sem abdicar de ideais pessoais.

O momento exige ainda o senso das proporções. A recusa apaixonada de uma política que creio equivocada, no plano social e no econômico, não prescinde da análise racional de alternativas e do senso de responsabilidade de quem sabe que as soluções não são fáceis, que a proposta política de quebra do

[1] Do discurso proferido no Senado na sessão do dia 27 de abril de 1983.

imobilismo requer, na circunstância brasileira, convição, mas também capacidade de convencimento, e que qualquer pretensão do exclusivismo na travessia rumo ao amanhã democrático e próspero é vã e temerária.

Abusando da mesma fonte, desculpável tentação para quem se situa entre duas vocações — a da ciência e a da política — permito-me citar:

"A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade: que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível" (Max Weber, "A Política como vocação").

Com esta perspectiva, recuso a disjuntiva entre a afirmação absoluta de valores últimos (e os meus, como os de tantos brasileiros, são simples e diretos: igualdade social, participação democrática e liberdade efetiva), recuso a disjuntiva entre os valores últimos e a noção de que o político opera no campo concreto da violência, do cálculo racional na utilização dos meios e, portanto, do risco e do erro responsáveis.

Creio que há espaço para a convergência entre a crença e a ação eficaz (...).

I
1978

A CANDIDATURA[2]

Como você vê a atual situação política no Brasil?

- Eu acho que o regime autoritário está chegando ao fim; ele se exauriu social e economicamente a partir da crise do petróleo e da crise de uma economia de mercado que cresceu desordenadamente e hoje se encontra “sobregirada”. Tudo isso se agrava pela dependência estrutural da economia, que obriga a importar equipamentos e insumos básicos, sobrecarregando a balança de pagamentos; quando se contraem as exportações ou o seu valor, a dívida externa cresce em progressão geométrica para financiar os instrumentos internos.

- Tudo isso rompeu a unidade do bloco governante. As classes médias, a Igreja e os intelectuais e estudantes, principalmente, reorganizaram-se e começaram a pressionar. Mais recentemente os líderes sindicais e o movimento operário ampliaram esta pressão. Diante disso — e considerando a inflação e a dívida externa — os antigos pilares do regime se abalaram. Inclusive militares.

Qual é o sentido de sua candidatura ao Senado?

- Politicamente o MDB é uma frente oposicionista que, a partir das eleições de 1974, nas quais derrotou o governo, passou a ter apoio popular e a significar um canal político de protesto. Na conjuntura atual eu creio que esta frente deve manter-se unida e, ao mesmo tempo, deve abrigar as oposições extraparlamentares (os movimentos de base da Igreja, a luta pela anistia, as lutas dos profissionais liberais, dos advogados sobretudo, pela volta do Estado de Direito, etc.) e ganhar maior nitidez interna. Eu estou lutando para conseguir uma sub-legenda no MDB, ou seja, haverá dois ou três candidatos ao Senado por cada partido, cujos votos seriam para a legenda; o candidato mais votado do partido que somar o maior número de votos será o eleito. Se conseguirmos isso, dentro do MDB, será possível agrupar nessa sub-legenda os candidatos à Câmara Federal e à Assembléia Estadual que forem mais conseqüentes. Não haverá, portanto, divisão alguma da frente oposicionista; ao contrário, ela se ampliará, dando uma saída eleitoral para as oposições extrapartidárias.

Há rumores na imprensa sobre sua participação na criação de um futuro PS. Qual é o fundamento disso?

- Hoje se especula muito no Brasil sobre a reorganização do quadro partidário. Eu acho que isso é salutar, desde que não haja precipitação nem ruptura da frente oposicionista unida em torno do MDB. Primeiro as eleições, a volta ao Estado de Direito; depois os novos partidos.

- Quanto ao PS estritamente, eu acho que é cedo para avaliar a forma que os agrupamentos políticos populares irão adotar. Fala-se também no PTB. Eu diria que o importante será dispormos de organizações políticas que sejam populares, democráticas e nacionais (mas no sentido de povo e não de Estado-forte). Não vejo sentido na criação de partidos ideológicos desligados da massa e apoiados pela universidade. Se é a esse tipo de partido que o noticiário se refere denominando-o PS, ele não tem meu apoio. Tampouco creio que um partido puramente eleitoral, ainda que de massas e que busque identificação com o populismo, corresponda às necessidades presentes, pelo menos de São Paulo, onde existe a maior concentração de trabalhadores do país. Sou favorável a partidos que expressem as preferências dos trabalhadores e dos assalariados, sem personalismos, e que encorajem um horizonte de opções socialistas, mas na prática e não abstratamente.

- Ora, um partido deste tipo vai depender muito mais da força social dos trabalhadores e assalariados, de suas lideranças legítimas, da pressão das comunidades de base da periferia das grandes cidades, do que de

[2] Da entrevista à *Revista de Política.* México, maio de 1978.

um punhado de intelectuais ou de políticos profissionais. Estes são necessários, mas deverão unir-se à dinâmica popular. Por isso, só no futuro poderei ver com mais clareza que tipo de partidos surgirão e poderão ter meu apoio.

PERSPECTIVAS DA OPOSIÇÃO[3]

(...) É óbvio que a ampliação da frente emedebista se fará para alcançar o objetivo número um das oposições: estado de direito, anistia, Constituinte, liberdades fundamentais.

Entretanto, pelo menos para uma parte significativa das oposições, isto já não é suficiente. Será preciso não só desmistificar o jogo político atual e restabelecer a decência e a semântica (basta dizer que a escolha monárquica do presidente teria recaído, a crer em certos comentaristas, num general-candidato que seria "de centroesquerda"...) mas também propor algo novo.

Eu acho que a maioria da população está cansada de farsa. O palavreado sobre as convenções da Arena, sobre a seleção dos candidatos a candidato aos governos estaduais, sobre os biônicos, etc. produz enjôo de estômago nas pessoas de boa fé. E acho também que é preciso dar o nome aos bois: eu sou favorável, sem subterfúgios, a um programa político para o Brasil que favoreça políticas mais *igualitárias* (na distribuição da renda, na divisão do bolo entre as regiões do país, no estilo de produção industrial que será implantado, etc.) e' que assegure maior *participação popular* nas decisões e no controle das políticas. Isso de modo amplo: não só — embora a partir daí — através de eleições diretas e da *democratização interna* dos partidos, mas também na discussão pública das questões nacionais. Tanto, por exemplo, na questão da localização de um aeroporto como o de Caucaia, quanto na questão atômica (pois sem que se esclareça melhor a política oficial será difícil mais tarde, quando for necessário, contar com o povo para sustentar essa política), na questão dos níveis salariais, nas questões educacionais, nas questões urbanas, etc., etc. E sou favorável também a uma política de defesa dos interesses nacionais que não confunda a nação com o Estado e que dê preeminência às aspirações populares na valorização da política nacional. Só a partir deste ângulo se completa a discussão sobre a independência econômica e o fortalecimento do Estado-nação.

Acho que já é mais do que hora de as tendências populares e substantivamente democráticas do MDB darem o passo necessário para — sem quebrar a grande frente de oposição política ao estado de exceção — ganharem o apoio estável das camadas de assalariados em sentido amplo. Ou bem as oposições políticas se reencontram com os movimentos da base da sociedade (do nascente impulso sindical, das comunidades de base, das associações educacionais, dos movimentos das mulheres e dos negros, das lutas da periferia), ou seu empenho parlamentar pela reconstitucionalização corre o risco de ficar isolado e será flanqueado pelos "diálogos", "salvaguardas" e outros expedientes que os fabricadores da política de "centro-esquerda" do regime estão preparando.

Já não basta, para setores importantes das oposições, a denúncia das injustiças sociais e o clamor por melhores salários. Será preciso que a oposição se junte, na prática, à articulação das campanhas que a base da sociedade, especialmente os jovens e os homens da periferia, começam a encetar contra essas injustiças e por melhores condições de vida. E não me refiro apenas aos movimentos populares. Também os da classe média devem ser incluídos. Para mim o "partido dos assalariados" deve englobar as lutas do professorado, do funcionalismo público, dos médicos-empregados, dos jornalistas, enfim, de todos quantos sentem em seus bolsos e em suas almas o peso de uma sociedade injusta, desigual e cujos centros de decisão estão sempre afastados daqueles que vão sofrer as conseqüências das políticas adotadas pelas elites de poder, onde quer que se situem (nas fábricas, nas escolas, nos hospitais, na burocracia, etc.).

Tenho insistido há muito e volto a fazê-lo: não se trata apenas de propor a democratização do regime; é preciso lutar pela democratização da sociedade. E este processo é abrangente: ele vai desde a relação na família e na escola até à relação no trabalho. Democratizar substantivamente não quer dizer declinar do princípio da direção. Quer dizer que a ordem há de ser explicitada em seus fundamentos e assegurada pelo conhecimento das necessidades e pela força que só a *deliberação* assegura. Deliberar não quer dizer impor a partir da vontade cega (como na escolha do sucessor do presidente), mas quer dizer analisar, escolher o

[3] Escrito em fevereiro de 1975.

caminho com conhecimento de causa e compartir com os que obedecerão a decisão os elementos de juízo.

Um partido moderno e uma oposição à altura do desafio brasileiro hão de pelo menos começar a pôr em prática tais princípios, que de resto são parte constitutiva das democracias avançadas contemporâneas. A construção de uma ordem social e econômica mais justa só será possível se formos capazes de criar simultaneamente um movimento político que seja radicalmente democrático e possa fundir o anseio da liberdade nos termos práticos da construção de um sistema econômico mais igualitário e de uma ordem social mais justa. No mundo contemporâneo, toda oposição radicalmente democrática aponta para o horizonte da formação de sociedades mais igualitárias e participatórias. Eu acho que é mais do que tempo de as oposições democráticas brasileiras assumirem a contemporaneidade do desafio que têm pela frente.

Repito: seria insensato imaginar que a grande frente oposicionista que se está constituindo pudesse orientar-se, no seu conjunto, pelos ideais acima. Ela se forma para propor a re-arrumação da casa. Mas a qualidade desta frente só dará um salto verdadeiro se dentro dela for possível individualizar tendências e apontar caminhos que não se restrinjam ao imediato. A fusão entre os imperativos da conjuntura e o horizonte de opções de mais longo prazo é o que distingue o oportunismo e o puro utopismo da verdadeira política. E é esta que está a desafiar o empenho e a imaginação de todos nós.

A SAÍDA CIVIL[4]

Na semana passada, um esdrúxulo "colégio eleitoral" consagrou o novo governador de São Paulo. Ao vencedor, as batatas. Por muito menos do que o alegado contra o Sr. Paulo Maluf — e tão pouco provado lá como aqui — o presidente da Itália renunciou. Porque, bem ou mal, na Europa se mantém a noção de dignidade do cargo. Entre nós, a acusação de comprometimento com a corrupção já não comove. E um "governo revolucionário" que se propunha à moralização da vida pública com Ademar de Barros encerra seu ciclo de "reformas" entronizando no governo do principal Estado do País um homem que, independentemente de outras considerações e da veracidade das acusações, não conseguiu desfazer a imagem do "rouba, mas faz", ou melhor, "rouba, mas leva". Será isso o Brasil?

Não creio. Este é o lado velho do Brasil. É o lado da insensibilidade dos que, por muito governarem sem o povo, esquecem-se de que nus estão eles, está o Rei, e não nós. Este nós não é apenas o MDB**,** ou as oposições. Este nós é um País inteiro que sente que algo precisa ser mudado, que vai mudar e que é preciso contribuir para uma saída construtiva.

Os leitores sabem que não hesitei em apoiar a indicação do general Euler pelo MDB. Que não acredito na solução do impasse atual pela via: autoritária, através da indicação de um delfim pelo Imperador, sem consultar sequer as Forças Armadas, quanto mais nós outros, eleitores desarmados. Não está em jogo apenas uma questão de ritmo – "lento, gradual e seguro". Está em jogo uma questão de método, de estilo, de conteúdo. Uma distensão, mesmo que desejada pelo Presidente (coisa que não duvido e nem há que negar que o governo Geisel fez esforços para controlar as torturas e para alargar as brechas pelas quais a informação flui), mas que passa pela "bionocracia" e por "escolhas" do tipo da que se fez em São Paulo, tem seus dias contados. Ou é substituída de fato pela democracia, ou gera os germes da corrupção e da desmoralização que alimentam as forças da direita, sempre ávidas de ver em conspirações esquerdistas o mal do mundo, mesmo quando o favoritismo, a avidez da ganância, a concentração da riqueza e a irresponsabilidade política dos donos do poder sejam as causas reais da pressão social hoje existente.

É nesse contexto que se impõe uma solução civil. Que é isso, nos dias de hoje?

É, em primeiro lugar, a convicção de que a reconstrução democrática para mudar as estruturas sociais e econômicas em benefício dos marginalizados pela miséria, dos trabalhadores e dos assalariados da classe média, requer uma visão não oportunística e de longo prazo. Apoiei o general Euler porque ele, como militar da reserva e embora com um passado de sustentação ao regime, entendeu num dado momento que para mudar e melhorar o Brasil é preciso desfazer as falsas oposições, os preconceitos, o entrincheiramento de tudo e de todos em estreitas posições de interesse personalista. Saiu do seu meio militar, sem denegri-lo, e se incorporou à luta política, entrando no MDB, na Oposição, participando da convenção, dos comícios, do

[4] *Folha de São Paulo,* 10 de setembro de 1978.

debate público com o povo nos sindicatos, na imprensa e nas ruas. Deixou o Estado para abrir-se à sociedade civil.

É este o ponto fundamental. A reconstrução democrática real só se fará através da sociedade civil. Isto não exclui o Estado e as Forças Armadas. Mas dá prioridade a um estilo de política que sabe que sem povo não há democracia nunca, seja ela lenta ou rápida.

Se é assim, o 15 de outubro — a "eleição" presidencial — é apenas um momento da luta democrática. E talvez não seja sequer o mais importante. Não apenas porque as eleições são "indiretas" e, portanto, mais facilmente controláveis. Mas porque todas elas no regime atual, mesmo as diretas, com a lei Falcão em cima, bipartidarismo e tudo o mais, são instrumentos precários para a afirmação da vontade nacional e popular.

A saída civil implica entender que depois de 15 de outubro virá o 15 de novembro e que entre novembro e março serão jogadas as cartas decisivas.

Evitemos os equívocos: de pouco valeria liquidar o regime autoritário com um golpe militar. Não é essa a proposta do general Euler e muito menos a do MDB. Será preciso mobilizar a sociedade, utilizar o 15 de novembro para assegurar uma vitória tão esmagadora da Oposição que destrua os farrapos, não diria da legitimidade, pois que esta não existe, mas da credibilidade na capacidade do exercício do poder por parte dos usurpadores biônicos, sejam eles senadores, governadores ou presidentes.

Para isso é necessário que o candidato do MDB à Presidência denuncie e critique o arbítrio. Não no desespero da derrota. Mas na confiança de que milhões de brasileiros compreendem hoje que o que está em jogo entre nós é a reconstrução nacional.

Será esse o momento glorioso daqueles que têm simbolizado a luta pela democracia, como Ulisses Guimarães e Paulo Brossard, juntarem suas vozes fortes aos toques de clarim dos militares que não querem golpes, nem os da tropa nem os dos Atos, para que a Nação sinta que há um rumo a seguir.

Mas será preciso entender também que a História não se repete. Não queremos um novo tenentismo, nem um Estado Novo e nem sequer o estreito quadro da redemocratização de 1945-1946. O sopro da renovação nacional exige hoje que os trabalhadores assalariados tenham voz e vez. Serão os líderes sindicais de oposição, os Lulas, que são muitos, os bispos do povo, com D. Paulo à frente, os pregoeiros da ordem jurídica, como Faoro, os defensores da imprensa e dos meios de comunicação de massa livres, com a imprensa alternativa ativa e a grande imprensa sendo levada a ver pela pressão da opinião pública que seu primeiro compromisso há de ser com o Brasil e com seu povo — eles é que darão à ordem nacional democrática em reconstrução o sentido social que ela requer. A firme defesa dos interesses nacionais — e não necessariamente privatistas — que a economia exige depende da ação política dos líderes do novo Brasil.

É essa a tarefa das oposições. Unir o povo na campanha eleitoral em defesa de seus interesses específicos. Cobrar das lideranças a clarividência da saída civil e democrática. Com firmeza e com esperança, pois se navegar é preciso, as velas que estão pandas hoje são as da Oposição brasileira, embora ainda não se veja claramente o rumo. Mas ele já se deixa vislumbrar. E será a tarefa dos políticos não eleiçoeiros colocar acima de suas vitórias pessoais o interesse nacional e popular, dizendo a verdade, doa a quem doer, fugindo da demagogia fácil dos prontos de impacto para tentar construir as pontes capazes de suportar o peso da vontade popular no seu ímpeto de renovação, de construção de uma ordem política democrática, de uma ordem social fundada no consentimento e não na força, de uma ordem econômica eqüitativa, afinada com o interesse popular.

MEDINDO FORÇAS[5]

O senhor estava entre aqueles que defendiam a criação de um partido popular. Ocorre que o resultado da última eleição reativou a tese da necessidade de se manter o MDB coeso. Qual a sua posição diante desse fato novo?

[5] Entrevista a Jefferson Dei Rios, "Folhetim", *Folha de São Paulo,* 25 de novembro de 1978.

- Nós começamos a conversar sobre a criação de novos partidos há algum tempo atrás, na expectativa de que houvesse uma abertura, que não houve. Houve uma frestazinha. A nova lei eleitoral é ainda muito restritiva. Mas o problema maior não é este, é político.

- Todo mundo sabe que, como disse Ulisses Guimarães, o MDB é uma confederação de oposições e, como tal, um instrumento para um momento, precário para o momento seguinte. A questão é saber em que momento estamos: neste ou no seguinte. Eu noto agora um grande empenho do governo em criar novos partidos, empenho por um lado elitista e autoritário e por outro equivocado. De repente todo homem de governo fica insistindo que é preciso partidos ideológicos. O que é isso. Acho que o partido não é só uma questão ideológica, o partido são grupos de homens que têm certos interesses e estão lutando em função de certas posições políticas. A ideologia vai junto disso. Não acho que seja o momento em que se possa preencher abstratamente os vazios ideológicos.

Em que momento estamos então?

- Estamos numa luta concreta cujo principal inimigo continua sendo esse regime que está aí. Essas eleições não foram livres, foram feitas sob a égide da Lei Falcão. Em segundo lugar, não temos eleições diretas para governador e presidente da República. Terceiro: desnaturaram o sistema representativo, fixando arbitrariamente um mínimo e um máximo de deputados por Estado e fazendo deputados proporcionais não ao número de eleitores, mas ao número de habitantes. — Por outro lado, ainda temos o pacote de abril, as leis de exceção e a lei anti-greve. Então, a pergunta concreta é a seguinte: nesse contexto o que nos cabe fazer? Eu acho que o futuro da democracia no Brasil depende da nossa capacidade de criar partidos, não ponho isso de lado não. Ao contrário, acho muito importante. Mas no momento em que o governo insiste tanto em criar partidos, eu desconfio.

Então, o que os senhores pretendem fazer com o MDB?

- Se der para ter mais nitidez de posições, nós já estamos preparando futuros novos partidos dentro do MDB para uma etapa seguinte. Se não der para ter uma nitidez de posições, acho que então o MDB deixará de cumprir sua função. Acho que nós não estamos mais em 1974. Acho muito importante distinguir entre a vitória de 74 e a de 78, porque a primeira foi uma explosão, mas agora não.

- Desta vez foi uma mudança dentro do MDB. O setor autêntico, progressista, à esquerda do partido, saiu vitorioso. Está mais nítida a existência de um setor que vai pesar mais. Então, o partido terá de dar espaço a esse grupo, o que não significa que vai alijar os outros grupos. Nas circunstâncias atuais, caberá a nós concentrar mais o peso da crítica dentro do MDB. Eu li vários artigos nos últimos dias e o Perseu Abramo escreveu um artigo muito sensato na *Folha* onde ele diz exatamente isso, ou seja, já há um partido novo, não um novo partido. Nós precisamos não é de um novo partido, mas de um partido novo.

Como o senhor espera liderar ou articular dentro do MDB o leque ideológico que se formou em torno da sua candidatura?

- Seria um pouco pretensioso eu dizer que pretendo liderar. Eu pretendo exercer o papel que tenho podido exercer, agora de certa forma com mais ressonância por ter passado por um teste eleitoral. O meu papel é de aglutinação das várias tendências do setor autêntico, incluindo o setor liberal do partido. Um partido é a capacidade que você tem de agrupar interesses que podem ser às vezes diversificados, mas que se unem em função de inimigos maiores. É o que tenho feito continuamente aqui em São Paulo. Acho que posso exercer um trabalho desse tipo, por um lado com a ligação direta e pessoal que eu tenho com uma boa parte da bancada recém-eleita. Posso porque eu escrevo e vou continuar escrevendo, principalmente na *Folha.* Posso porque eu tenho uma ligação direta muito boa com a liderança nacional do MDB. É assim que vou ajudar aqueles que pensam da mesma maneira. Você disse que durante a minha campanha se juntaram em torno do meu nome pessoas de tendências diversas. É verdade e eu acho importante porque é assim que se forma um partido.

Em uma das suas últimas entrevistas, o senhor explica o que é a esquerda do MDB, salientando que ela tem determinadas características que não seriam necessariamente "marxistas, etc.". Mas dentro dessa aglutinação pretendida, como ficariam os "marxistas, etc."?

- Ficam dentro do mesmo jeito. Acho que qualquer tentativa de isolar os marxistas, etc. seria uma manobra intolerável e antidemocrática. O que você não pode querer é ter dentro do MDB a predominância de uma ideologia estruturada, porque aí estouraria. Acho mesmo que a predominância dessa ideologia estruturada, mesmo fora do MDB, levaria a uma seita. Deve haver uma compreensão da situação política mais do que da situação ideológica.

O tom das suas últimas entrevistas é agressivo. O que alguns setores interpretaram como arrogância e vontade de ditar normas ao partido. O senhor realmente pretendeu alguma coisa além de enviar recados ao grupo fisiológico?

- Não. Os recados são para os fisiológicos. Com relação ao resto eu não tenho nenhuma agressividade. Ao contrário, o papel que posso cumprir é O oposto disso. Se eu sair por aí com um tacape na mão eu vou simplesmente derrapar. Talvez num dado momento, no calor da luta, de repente você se esquenta um pouco mais, mas eu não quero, de maneira nenhuma, dar uma imagem de alguém que vai se arrogar a isso ou aquilo em função de uma votação. Não, não vou.

Fora da área do MDB, o senhor também disse que não receberá ordens de Brizola. É um tipo de agressividade que provocou certo mal-estar, pois, afinal, Brizola não está aqui e não pode participar do debate político.

- Não, não. Com relação ao Brizola foi um mero exemplo. Eu quis dizer que um partido democrático não aceita um caudilho. Poderia ser Brizola, Quércia, Arraes, Ulisses, quem fosse. Na situação brasileira não cabe mais um partido de caudilhos. O que Brizola tem declarado não é distante do que eu estou dizendo. Ele tem declarado que está disposto a conversar. Mas, por outro lado, acho que algumas pessoas, brizolistas, vêm com uma conversa como se o brizolismo fosse alguma coisa suficiente para esclarecer o que é um programa de partido. Agora, de maneira nenhuma eu excluiria o Brizola por ele estar fora. Ao contrário, eu tive uma excelente conversa com ele em Nova York, e se eu for aos Estados Unidos novamente, se ele estiver lá, conversaremos novamente. Acho que Brizola deveria estar no Brasil, acho correto e legítimo que ele volte. Seria bom vê-lo situado no Brasil. Se aqui, na prática, demonstrar o mesmo bom senso que tem demonstrado nas entrevistas, ele vai ajudar a construir um movimento democrático no País.

Já que estamos tratando de questões delicadas envolvendo suas posições, declarações e a sua campanha, gostaria de saber se o senhor tem ciência de que há dentro de alguns setores do MDB críticas à atuação de sua assessoria direta, acusada de intolerância, arrogância e elitismo, o que teria dificultado certos contatos e combinações políticas.

- Não sei, é possível, mas não sei disso. Na hora da política eleitoral todo mundo fica muito sensível, difícil de conversar. Alguns comitês ficam, algumas equipes ficam. Eu não. Acho que se passar a limpo o que está acontecendo ficará mais maledicência do que algo real. E não há ninguém que tenha influência direta sobre mim, não sou levado por essas coisas. Converso com todo o mundo, faço o maior esforço possível para ser aberto. Não creio que tenha sido intolerante com alguém em particular.

Mas houve um problema na ligação entre a sua campanha com a de alguns deputados. Concretamente, o Alberto Goldman enfrentou um problema de cédulas comuns. O seu comitê, na última hora, não forneceu cédulas na quantidade prometida à campanha do Goldman.

- Isso aí são coisas menores. Todo mundo sabe que eu tive enormes dificuldades financeiras e de organização, posto que havia realmente essa organização. Ao contrário, se alguém recebeu quantidade razoável de cédulas foi Alberto Goldman, por determinação minha. Acho mesmo que as coisas ocorreram ao contrário. Todos sabem que o Goldman, na boca de urna, abriu e colocou a minha cédula e a cédula do Franco Montoro juntas. É certo que houve atraso na entrega do material, mas não contra o Goldman, houve atraso no geral. E devo dizer que não creio que isso tenha maior gravidade. Na hora do vamos ver, o pessoal fica nervoso, quer ter uma votação grande, é normal que aconteça. O que não é correto é imaginar coisas do meu comitê.

Os mesmos setores que o criticavam alegam que o senhor não pode se queixar dos que abriram, ou seja,

fizeram campanha com Franco Montoro, porque o senhor, por sua vez, abriu com candidatos que não são exatamente autênticos, como é o caso de José Camargo.

- Não foi bem assim, não. O José Camargo abriu também. Eu não trabalhei com ele, trabalhei com todo mundo. Acontece que um candidato local, de Guaratinguetá, trabalhou com o José Camargo e comigo. Então, o que se vai fazer? Por essa mesma razão não estou cobrando de ninguém o fato de ter aberto. A minha luta na verdade não é com o Montoro, é com a Arena, com o Lembo. Acho que, como eu tive mais de um milhão de votos, daria para eleger 20 deputados se tivéssemos uma estratégia mais unificada. Teria sido melhor para os autênticos em geral. Não digo isso com mágoa ou com queixa. Muitos não tinham condições de ficar só comigo. E se o tribunal não registra a minha candidatura? Muitos não ficaram por isso, o que eu vou fazer? É um dado objetivo. Outros não ficaram porque realmente tinham medo de ficar só comigo. Desde o início definimos a sub-legenda e que haveria permeabilidade entre os grupos. Muita gente que trabalhou com o Montoro trabalhou comigo. Logo, eu não posso me queixar da recíproca. Não é tão grave. Eu e o Montoro somos do mesmo partido.

Delineou-se, em todo caso, durante a campanha um confronto entre o seu grupo e o do senador Franco Montoro. Há um interesse de neutralização de parte a parte. Como, então, o senhor pretende trabalhar dentro do MDB existindo essa disputa latente?

- Exatamente como vou agir com os outros grupos do partido. Em princípio, não há nada que nos separe contra o inimigo comum, o autoritarismo. Se por algum caso concreto nós nos dividirmos, eu, o Ulisses, o Quércia ou o Montoro, nós nos dividiremos. Mas em tese não tem por que haver uma relação armada, de forma nenhuma. Eu acho que é preciso dar passos adiante. Por que mais de 1 milhão de pessoas votaram em mim? Porque acharam que é o momento de diferençar. A diferença entre nós dois na campanha é que o Montoro restringiu sua luta basicamente aos temas institucionais: eleições diretas, etc. Eu fui pelos temas sociais. O Montoro pegou no fim os temas sociais porque viu que eu estava crescendo. E o discurso unificou-se. Você nota que os primeiros discursos meus e os últimos do Montoro dizem a mesma coisa. Isso é bom. Na visão que eu tenho, que não é personalística, o importante não é o que eu tenha feito, mas que o partido tenha caminhado numa dada direção.

Quais são os seus planos imediatos de trabalho dentro do MDB?

- Vou ter que conversar primeiro com o pessoal que trabalhou comigo e os que foram eleitos. A questão é essa: muitos dos que estavam comigo não são do MDB. Por exemplo, o Lula não é do MDB. Uma boa parte da liderança sindical não só não é do partido como é crítica em relação a ele. Boa parte dos artistas e dos estudantes é a mesma coisa, dos antigos deputados cassados, como Almino Afonso e Plínio de Arruda Sampaio, é a mesma coisa. Então, eu vou ter de conversar com eles. Eu vou expressar os meus pontos de vista que são os que exponho aqui, mas imaginemos que eles tenham uma visão mais radical com relação ao MDB, que não dá. Vamos ter de discutir. Imaginemos, por outro lado, que eles digam que sim, então vou ter que conversar com o MDB porque essa gente tem de ser incorporada pelo partido. E incorporada como quem tem vez.

O ex-ministro Almino Afonso foi um dos maiores incentivadores da sua campanha e é sabido que ele pretende lançar um movimento para a formação de um partido popular. Agora, porém, prevalece a idéia de fortalecer o MDB. O senhor acha que poderá trazê-lo para o atual partido da oposição?

- Eu tenho que conversar com o Almino, como tenho de conversar com o Lula, com o Plínio de Arruda Sampaio, uma porção de gente. O Almino,quando colocou a questão de um partido popular, estava imaginando também que a democracia brasileira avançasse mais do que avançou. Não sei qual é o ponto de vista do Almino hoje. Conversar sobre política é medir forças. Nós não podemos fazer um partido sectário nem local. É preciso ver o que pensam o Jarbas Vasconcelos e o Marcos Freire em Pernambuco, o Lisâneas Maciel e o Roberto Saturnino no Rio, o Pedro Simon e o pessoal que está à sua esquerda no Rio Grande do Sul. Não é? O que pensa o Aírton Soares, o Alberto Goldman, o Flávio Bierrembach, o Eduardo Suplicy. O que pensa o Brizola, o Arraes, o que pensam as lideranças que estão marginalizadas e que têm algum efeito no Brasil.

Quer dizer que, prioritariamente, o senhor pensa em se avistar com esse pessoal e chegar a um consenso?

- Não tem dúvida nenhuma, temos que caminhar juntos. Como eu não sou individualista, nem voluntarista, acho que temos que conversar e articular tudo isso. O Almino está nesse quadro, como está o Mário Covas. Quem mais me deu a mão nessa campanha foi o Covas. Não estou dando nenhum passo precipitado porque seria vedetismo inútil. O que o Almino Afonso defende é um partido democrático, popular, e que tenha uma visão socialista. O MDB não tem essa visão socialista. Como vamos compatibilizar essa visão com o MDB? É possível um partido com tendência socialista hoje no Brasil?

Comenta-se que o senhor, tendo ao seu lado uma parte da liderança sindical que atua paralela ao MDB, poderia romper com o partido e criar outro movimento com certa base operária.

- Talvez eu tenha força para isso. Agora, eu também tenho responsabilidade política. Eu não farei nada em termos pessoais, não tenho ambição de ser o dono da bola. Eu tenho realmente intenção de influir dentro de um contexto mais amplo. Não estou dizendo que isso não ocorra no futuro, mas para que prejulgar o futuro? No momento tenho que saborear a vitória, e foi uma vitória do MDB e das forças democráticas contra o regime que está aí. Não usarei a minha voz para fazer coro ao Golbery. Eu sou de vida política previsível. Basta ver o que eu fui no passado. Nunca tive uma política personalista, nada disso, não é o meu jeito. Não sou um homem de jogadas. Eu concordo com o Perseu Abramo: há um partido novo no Brasil. Esse partido novo está em parte no MDB, em parte fora. Dá para fazer um ponto de união entre eles?

E se não for possível?

- Imaginemos que o MDB não tenha um comportamento à altura do momento, que a massa fisiológica e o adesismo pesem mais do que a gente está imaginando. Então eu saio e não é uma coisa pequena, sectária. Sairemos. Outra coisa é o PTB que está sendo lançado aí. Quem está fazendo partido é o PTB.

Existem duas correntes pensando em PTB. Uma é a do Brizola, a outra é a da Ivete Vargas. A qual delas o senhor se refere?

- O PTB mesmo que pesaria seria o do Brizola. Então, se é constituído o PTB, como é que fica?

Exatamente o que eu gostaria de saber. Como é que o senhor fica se surgir o PTB?

- Eu acho que depende de ver se as forças novas do Brasil topam ou não topam. O Lula topa? O setor mais avançado da Igreja topa? O setor estudantil e autêntico do MDB topam? Se toparem é o MDB dos nossos sonhos. Se não toparem é o passado e eu não compro o passado.

O senhor já declarou guerra aos fisiológicos e adesistas do MDB. Falta saber agora qual é o seu plano de combate.

- Eu acho que deveremos enrijecer as posições. A situação exige uma posição firme com o governo. O MDB foi maioria na Assembléia em 74 e o Paulo Egídio não teve problemas. Agora vem o Maluf aí pela frente e eu acho que ele tem que ter problemas. Vem o Figueiredo aí pela frente e ele tem que ter problemas. O MDB não pode conceder em questões essenciais. Temos que dar ênfase maior à política econômica e social, principalmente à redistribuição de renda. Nós vamos ter na Câmara quase o mesmo número de deputados da Arena. Nós vamos ter no Senado a oportunidade de fazer comissões de inquérito.

Sim, mas eu gostaria de saber como, objetivamente, o senhor vai atacar os fisiológicos.

- A única atuação possível é com a bancada estadual e federal e com a direção nacional. E eu vou continuar atuando junto à direção nacional, como sempre tenho feito. Não vou usar isso para fazer ameaças. Não vou dizer: se fizerem isso, faremos tal coisa. Mas isso está virtual. Eu representei nesse momento uma ampliação do partido. Se o MDB quiser marchar nessa direção, vai ter que dar mais espaço para todos nós.

O senhor já entrou em contato com a alta direção do MDB?

- Conversei só pelo telefone com o deputado Ulisses Guimarães e encontrei nele, como sempre, a melhor disposição. Conversei com o Quércia também pelo telefone. Conversei pessoalmente com o Montoro e vamos ter que conversar mais. Essa campanha toda foi feita sem arranhões pessoais.

O senhor encontrou dentro do MDB alguma resistência declarada à sua atuação?

- Encontrei resistência na convenção, onde muita gente não queria que eu fosse candidato. É normal, um partido é isso mesmo. Depois encontrei, não resistência ativa, mas descrença, especialmente porque há esse preconceito antiintelectualista, essa bobagem de que o intelectual não pode participar como o povo, esquecendo-se que o Montoro é professor, todo mundo é professor. Acho que os dados demonstram o contrário. Tive uma votação ampla no interior e na capital. O percentual mais alto foi alcançado em São Caetano e na Baixada Santista, acima da média em todo o ABC e na Grande São Paulo, o que mostra que a votação foi espalhada e foi maior quando há mais industrialização, mais setor popular. Onde tive votação relativamente menor foi na periferia, mas bem maior que a do Lembo. A razão é óbvia porque na periferia o Montoro é mais conhecido. Então, o que era uma resistência passiva dentro do MDB passou a ser um certo espanto no fim.

O MDB não estaria incorrendo no risco do triunfalismo quando alguns dos eleitos começam a fazer pronunciamentos agressivos, com relação às áreas estadual e federal?

- É possível, mas você tem que fazer um pouco isso porque senão você não mobiliza. O MDB tem que dar as cartas, tem que cantar grosso. Eu acho que esse triunfalismo está respaldado por um triunfo real. Nós temos uma diferença de 5 milhões de votos sobre o governo no cômputo global. O setor autêntico tem que avançar, o que não significa liquidar o setor liberal do partido, mas sim atrair a ala liberal para essas posições e isolar o setor adesista.

Como o senhor está interpretando o quadro nacional no momento da transição para o governo do general João Batista Figueiredo?

- O dado mais importante na conjuntura é a falta de credibilidade do governo. Você não governa sem credibilidade. Maluf e Figueiredo é uma dupla que está sob mira. Não tem credibilidade na própria classe dominante, entre os empresários, não tem credibilidade na Igreja, entre os operários. Isso, ao mesmo tempo em que pode facilitar uma transição, é um problema difícil porque um governo sem credibilidade se torna um governo errático, capaz de dar golpes a esmo.

Diante desse perigo, qual será, na sua opinião, o papel do MDB ou do seu grupo dentro do partido?

- Cabe a nós constituirmos alternativas. Acho que esse governo historicamente está esvaziado. Nosso papel é o de dar uma força político-moral ao partido da oposição.

A sua alternativa passaria por alguma espécie de composição com os militares?

- No Brasil não há uma alternativa de poder sem os militares. O MDB, a meu ver, tem que ter uma política para os militares. Assim como o governo perde credibilidade, nós temos que ganhar credibilidade. É preciso ganhar a confiança de que seremos capazes de mudar o Brasil, não só governar. A coisa é simples em linhas gerais e muito difícil na prática. É preciso mudar essa sociedade, que é basicamente elitista, de super-exploração, assimétrica socialmente. É preciso estabelecer igualdade entre regiões, diminuir a diferença entre grupos. Isso só se faz com democracia, que significa o reconhecimento da legitimidade do conflito. Isso inclui a greve, a pluralidade partidária, a liberdade de falar. Se eu pudesse imaginar qual é o partido ideal para mim, acho que deveria ser um misto de PTB com PS. Quero dizer com isso, um PTB sem caudilho e sem ligações com o Estado, enraizado nas massas e com democracia interna, que tivesse o objetivo claro de diminuir as diferenças sociais e aumentar a capacidade da população de participar das decisões econômicas.

O senhor parece sintonizado com os projetos da Internacional Socialista para toda a Europa e ultimamente para a América Latina.

- Eu não sei, nem acompanho na verdade. Você pode dizer que o Partido Comunista Italiano pensa a mesma coisa e no entanto não faz parte da Internacional Socialista. Outros partidos que não estão em nenhuma dessas tendências pensam a mesma coisa.

O senhor não tem ou teve nenhuma ligação com a direção da Internacional Socialista?

- Nem conheço. Não tenho nenhuma ligação e não quero ter. Seria colocar o carro diante dos bois, só serviria para uma exploração interna dessas comuns em países provincianos como é o nosso. Eu acho normal ligações assim, o Brizola tem ligações, mas isso é usado aqui no Brasil como instrumento de baixa política. Não creio que seja interessante, o pensamento da Internacional Socialista na Europa não vai mudar nada aqui.

O senhor tem algum plano para tentar mudar o comportamento das lideranças sindicais que atuam mais como franco-atiradores, como parece ser o caso do Lula, sem compromissos partidários?

- Eu não creio que o Lula corra como franco-atirador. Tenho estado bastante próximo, não só ao Lula, mas a muitos dirigentes sindicais e estou convencido hoje que existe uma equipe grande desses dirigentes que estão afinados. Se eles não tocam na mesma partitura, eles são bons de ouvido e tocam no diapasão correto. Eles querem ter um certo peso na decisão sindical e nacional. Não acredito que o movimento sindical isolado possa levar a uma transformação da sociedade, mas acho que sem ele não se faz nada. Tem que haver uma relação entre o movimento sindical e o movimento político. Nunca pretendi nem pretendo exercer nenhum papel específico com relação aos sindicatos. Não creio que seja a minha tarefa. Seria desnaturar o que é o movimento sindical e o que é a relação correta entre um político e o movimento sindical. Acho que nós devemos ajudar a dar um espaço para o movimento sindical e prestar muita atenção porque ele vai ser importante no Brasil.

Na área partidária, existem brigas dentro do MDB, perigosas para a sua unidade. O senhor pretende atuar para que não se alastrem esses atritos surgidos no período eleitoral?

- Nos setores próximos a mim, certamente.

Seria interessante traçar agora o seu perfil acadêmico, pois a grande maioria dos seus eleitores não conhece direito a sua carreira até ser candidato. Como começou a sua vida universitária?

- Começou em São Paulo. Fiz todo o meu curso na USP e quando estava no 4º ano de Ciências Sociais fui nomeado, em 1952, assistente de história econômica na Faculdade de Economia. A titular era a Alice Canabrava. Fiquei dois anos lá e depois passei para a Faculdade de Filosofia, onde fui auxiliar de ensino do professor Roger Bastide. O prof. Florestan Fernandes era o 1º assistente. Depois fiz a minha carreira na cadeira de sociologia, primeiro com o Bastide e depois com Florestan. Fiz mestrado, doutoramento e livre-docência em sociologia, sempre na USP.

O que o senhor estava fazendo em 64?

- Quando veio o golpe de 1964 eu estava me preparando para fazer o concurso de cátedra em sociologia. Nessa altura eu estava muito envolvido na vida universitária. Fui representante no Conselho Universitário, primeiro de ex-alunos, depois de doutores, depois de livre-docentes. No Conselho estive em choque com várias outras pessoas, especialmente com o como é que se chama?, o Gama e Silva — que veio a ser ministro da Justiça e que propôs a minha aposentadoria. No Conselho Universitário eu trabalhei muito próximo do reitor Ulhoa Cintra e tive talvez uma certa influência, junto com vários outros professores, no movimento de modernização da Universidade. Por exemplo, a criação da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo).

Com 1964 todo o seu trabalho foi suspenso?

- Com o golpe, eu me afastei com a ilusão de que a Universidade me fosse conceder o afastamento, coisa que tinha sido combinada com o reitor em exercício, Mário Guimarães Ferri, que não cumpriu a palavra. Não me deram o afastamento e fiquei numa situação difícil porque eu saí do Brasil, havia perseguição aqui. Fui desligado da USP e fiquei quatro anos no exterior. Fui primeiro para a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), no Chile, que é um órgão da ONU, onde fui diretor da divisão social enquanto lecionava na Universidade do Chile. Depois, dei aulas em vários países da América Latina.

Além de ter sido desligado da USP, o senhor foi processado.

- Sim, foi um processo contra mim, Mário Schemberg, Florestan Fernandes e contra o professor João Cruz Costa. O processo foi de 1964 a 1967, mas eu ganhei.

Quais eram as acusações que pesavam sobre os senhores?

- Cada um tinha as suas acusações. Eu nunca cheguei a ver de perto a denúncia, mas eu fui acusado, por exemplo, de ter sido favorável à Petrobrás, coisa que eu fui efetivamente, e outras coisas ridículas. O processo foi trancado no Supremo Tribunal Militar depois do voto do general Pery Beviláqua, que protestou energicamente pelo fato de terem determinado prisão preventiva em função disso. Nessa época eu estava fora, na América Latina, escrevendo trabalhos. Eu tenho mais livros fora que dentro do Brasil, especialmente sobre a dependência e desenvolvimento na América Latina, traduzidos em inglês, francês, alemão, sairá em japonês brevemente. Provavelmente ajudei a formação de toda uma geração na América Latina com esses trabalhos. Daí fui para a França, em 1967, como professor da Universidade de Paris, em Nanterre. Em seguida me readmitiram na Universidade de São Paulo, depois de trancado o processo. Devo a minha readmissão ao professor Florestan Fernandes. Vagou-se uma cátedra de ciência política com a morte do seu titular, Lourival Gomes Machado. Vim da França para fazer o concurso e ganhei o lugar, em outubro de 1968.

Mas a cassação ocorreu em seguida.

- Em dezembro veio o AI-5 e em abril fui aposentado compulsoriamente. Então, você vê que estou fora da USP desde 1963, quando ministrei o último curso regular. A parte mais conhecida da minha carreira foi feita fora do Brasil. Depois que me aposentaram participei da fundação do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) junto com outros colegas. Continuamos trabalhando aqui, mas parte desse tempo, quase 10 anos, eu dei aula em toda parte no estrangeiro, os últimos postos foram em Cambridge, na Inglaterra, onde fui titular, em Princeton, nos Estados Unidos.

Em que circunstâncias se processou a sua cassação na USP?

- Não teve circunstância nenhuma. Eu ouvi pela “Hora do Brasil” que estava cassado. Aposentado. Fui nomeado em outubro e cheguei a dar um mês e meio de aulas e já fui afastado. Não deu nem tempo de fazer alguma coisa que fosse contrária a qualquer coisa da Universidade. Foi arbítrio puro.

O senhor fez uma referência à participação de Gama e Silva no caso.

- Ah, sem dúvida. Foi ele quem articulou esse negócio todo. No mínimo não fez o que deveria ter feito, defender a Universidade. Ao contrário, na verdade, desde 64, criaram uma comissão dentro da Universidade que indicou os nomes dos que deveriam ser cassados. Não foram. Os militares não seguiram a vontade sanguinária de cassar gente em 1964. É preciso dizer que há professores na Universidade que dedaram os seus colegas. Assumiram a tarefa repressora com o entusiasmo na alma. Do meu ponto de vista estritamente pessoal, foi bom, eu fiquei com projeção internacional, andei pelo mundo afora. Agora, do ponto de vista brasileiro, foi lamentável.

O senhor vai lutar para recuperar a sua cadeira na Universidade?

- Não creio que seja o caso de eu me lançar à luta. A situação ficou anômala porque eu posso ser senador, é só o Montoro pedir licença: assumir o cargo, fazer discursos, votar, mas não posso dar aula na USP. É um fato objetivo e a partir daí, cabe uma ação popular, os próprios professores da Universidade creio que já estão se mexendo, não em função de mim, mas como um exemplo. Isso serve para todos os outros porque o fundamento pelo qual fui afastado é igual para o Florestan Fernandes, Mário Schemberg, Jaime Timono, Leite Lopes e outros. Então, foi importante a luta que travei nos tribunais pela minha candidatura. Muito pouca gente acreditava que eu pudesse vencer. Só a direção do MDB comprou a briga, isso precisa ser dito. Foi uma luta democrática pelo restabelecimento de direitos. Foi a primeira vez que um caso de AI-5 foi derrotado pelo tribunal. Só isso para mim já valeu a candidatura.

Como se processou a sua entrada na política mais direta?

- Quando eu voltei para o Brasil, quem nos procurou no CEBRAP foi o Ulisses Guimarães que, em companhia do deputado Pacheco Chaves, foi várias vezes lá. O Ulisses foi persistente, queria uma colaboração nossa. Ele tinha sido anticandidato e achava que ia haver uma virada e pensava em um passo adiante na programação do MDB. Queria a nossa ajuda para isso. Eu, junto com dois ou três companheiros — o CEBRAP nunca porque não pôde — aceitamos dar uma colaboração, que foi dada, à executiva nacional do MDB. A idéia era uma só, tomar as teses de democratização e dar a elas um conteúdo social. Quer dizer, a intersecção entre liberdade e lutas sociais, salários, deveria ser o tema do MDB. Fizemos o livrinho da campanha de 74 que foi distribuído em todo o Brasil. Depois, em 76, de novo. Mas, antes disso, em 70/71 eu ia muito ao Rio Grande do Sul, com o Pedro Simon, onde fazia conferências e já dizia que o regime é autoritário, tem base militar, se mantém pela violência e com uma política salarial repressiva. Era isso que nós dizíamos nos anos do "milagre". Havia o milagre e a repressão. Assumi uma posição clara de um professor que resolveu ficar no Brasil, mas que não queria pagar o preço de calar a boca por estar aqui. O Pedro Simon sempre me apoiou, eu tenho muito respeito por ele, foi uma boa coisa sua eleição para senador. Ele fazia o equilíbrio, é um homem do centro, mas um centro que sabe valorizar' as coisas, sólido.

Quando se começou a falar na sua candidatura?

- Muita gente havia falado da necessidade de uma abertura do MDB para setores mais combativos e falou-se na possibilidade de eu ser senador. Eu achei que era inelegível. Em todo caso, tive uma conversa com o Ulisses Guimarães sobre isso e ele achou que valeria a pena. Eles sondaram a questão da inelegibilidade. Devo dizer também que o Orestes Quércia, no momento decisivo; não fechou as portas do MDB. Ele entendeu que era necessário abrir um espaço. Depois foram os deputados, o Goldman, o Freitas Nobre, o Aírton Soares e vários outros. Não estavam contra o Montora, nem era a minha proposição. O Montora no primeiro momento resistiu, mas viu que era assim mesmo e pronto. Teve um comportamento correto durante a campanha.

Comentou-se bastante, mas sempre de passagem, o passado político da sua família, principalmente do seu pai. O senhor guarda lembranças fortes desse período de política doméstica?

- Meu pai, Leônidas Cardoso, era militar e advogado e foi um homem muito ligado aos movimentos populares. Foi um dos chefes da famosa passeata das panelas vazias em São Paulo, em 1953, tinha muita ligação com o meio sindical, a periferia e era do PTB. Foi eleito deputado e teve um papel bastante ativo na época. Assisti a tudo isso, não muito de perto, estava na carreira universitária que, em várias fases, é exclusiva. Mas não fiquei alheio à transa política. Meu pai foi tenente em 22 e meu avô Joaquim Inácio Batista Cardoso, foi um dos poucos generais solidários com os tenentes. Todo esse pessoal, Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o Prestes conheceram o meu avô e meu pai.

O general Golbery, que é tido como um homem habilíssimo na cooptação de pessoas, nunca o chamou para uma conversa sobre os velhos tempos militares dos seus parentes?

- Não. Estive uma única vez com o general Golbery, em 1974, a pedido meu, por causa da censura na revista *Argumento.* Esgotados todos os recursos, pedimos uma entrevista com ele.

Como foi o encontro?

- Foi uma entrevista durante a qual discutimos a censura. Ele fez ainda perguntas sobre torturas, ele era contra. Perguntou se o pessoal do CEBRAP havia sido torturado, citou alguns nomes. Disse que eles estavam dispostos a acabar com aquilo. Respondi que era muito difícil porque era um sistema.

Como o senhor acha que será o governo do general Figueiredo?

- Desastrado. Falta ao general Figueiredo aquela força que não se pode negar ao general Geisel. O atual presidente tem uma vontade firme, uma certa linha, que eu não concordo, mas reconheço que ele tem. O general Figueiredo não. Diz que vai ser democrata na marra, não se vê uma coerência.

O senhor se alinha entre aqueles que crêem que ele não chegará ao final do mandato?

- Dadas as circunstâncias da mudança da sociedade brasileira e se for verdade o que estou comentando, que falta a ele essa linha, acho que vai ser difícil porque ele terá um Congresso combativo, uma opinião pública hostil, uma imprensa hostil, uma Igreja hostil, um operariado hostil. Só se demonstrar que não é o que a gente pensa que ele é.

Como o senhor vê a transição final do Brasil para o pleno estado de direito?

- O pleno estado de direito supõe uma Assembléia Nacional Constituinte, é fundamental. Agora, tão importante quanto isso é nós passarmos por um período de exercício de liberdades. Por isso eu acho que é um pouco precipitado tudo com relação aos partidos. Você precisa ter um momento em que a sociedade se repense, se reorganize e se reestruture. Acho que deveríamos ter um período de convocação dessa Assembléia em que as forças políticas pudessem se rearticular em função disso. Para tanto é preciso haver anistia, acabar o pacote de abril e as leis restritivas. É claro que não teremos uma democracia que perdure se não formos capazes de usar esses instrumentos todos de uma maneira coerente. Então eu digo que é preciso ter um momento de exercício de liberdade e tudo isso tem de ser cercado com uma Assembléia Constituinte, que é a tese do MDB.

ESQUERDA, "BEAUTIFUL PEOPLE"[6]

Quando você foi candidato, teve uma expressiva votação de esquerda aqui em São Paulo e também, com o que muita gente se surpreendeu, uma expressiva votação do chamado Beautiful People. Como é que você explica essa aliança?

- Essa aliança não é peculiar a mim, nem ao Brasil. Em certas circunstâncias se dá esse fenômeno pelo lado da inovação, de alguma coisa não rotineira. O chamado *beautiful people* gosta do novo. E a esquerda, quando tem vitalidade, propõe algo de novo também. Então, é por aí que se juntam as duas coisas. E, por outro lado, eu sou professor e intelectual, e o Brasil é um país onde isso é valorizado. Ao mesmo tempo que pode ser uma coisa muito mal vista, pode ser também um fator de atração. Eu acho que também é pelo lado racional, ou seja, gente que pelo menos propõe alguma coisa.

Mas se a gente recuar um pouco e mesmo na sua campanha política, a sua pregação política, quer dizer, a novidade que você representava, era a de um político que fazia uma proposta até certo ponto socializante. Isso para a chamada burguesia seria uma atitude suicida, pois embarcar nessa novidade seria contrário aos seus interesses.

- Mas você sabe que, especialmente nos países como o Brasil, um setor da burguesia, do empresariado, das classes dominantes é ilustrado, passa pelas universidades, gosta de um relacionamento que não é um relacionamento a partir de seus interesses, mas a partir da sua visão do mundo. E quando não se está numa situação definitiva, e não há um confronto de classes importantes, eles arriscam bastante. Não é um fenômeno novo. A esquerda toda aqui em São Paulo tem votação nos bairros de classe média e classe média alta. Eu verifiquei os dados e descobri que os deputados mais combativos têm a grande votação aí, não na grande periferia. Isso porque, para você chegar até lá, leva tempo, precisa que os nomes sejam divulgados pelos veículos de comunicação. Enquanto nos bairros de classe média e de classe média alta, a coisa vai mais rápido. Eles aceitam as críticas. Num país como o nosso onde a desigualdade é tão grande, onde as injustiças são tamanhas, onde a concentração de renda é tão brutal, onde o Estado é tão prepotente, um setor das classes dominantes fica revoltado com isso e aceita as críticas mesmo sendo elas socializantes.

Pelo que você está dizendo, as classes menos informadas são mais conservadoras?

- As classes menos informadas, no seu comportamento dentro do trabalho não podem ser conservadoras, porque elas são exploradas e aí elas têm uma posição mais dura. Mas no que diz respeito ao conjunto das coisas, a mudança de comportamento, ela é mais conservadora.

---

[6] Da entrevista a Oswaldo Martins, *Interview,* fevereiro de 1981.

Quando eu digo conservadora, digo a que retém por mais tempo seus valores, porque demora mais para conquistá-los.

- Não tenha dúvida. Elas são submetidas a menos fluxos de renovação.

Politicamente, não é mais fácil você encontrar um reduto janista na periferia do que no Jardim Europa?

- Certamente, certamente. Há os deputados chamados populistas, fisiológicos, alguns adesistas do MDB, vá ver onde está a votação deles. Na periferia! Isso não quer dizer que seja sempre assim. Eu fiz um grande esforço na campanha para chegar a esses lugares. Eu ia com o Lula, que me ajudou muito, nas portas de fábricas. Você se lembra como não era fácil a coisa. Quer dizer, eu sempre fui bem recebido, mas a gente percebia que mesmo o Lula não era conhecido naquela época. E o pessoal ouvia, ouvia e ia votar: Montoro. Por quê? Porque o Montoro já estava enraizado. Acredito que normalmente a inovação tem um momento em que ela parte das classes que têm ilustração, que têm uma certa cultura, etc., etc...

Que lê jornal...

- Vê a televisão, ouve rádio. Mas hoje nós temos um movimento contrário, ou seja, a Igreja, muita gente trabalhando com grupos de base, em termos de partido, e já começa a ter um certo fluxo que vem da periferia. E aí, quando isso acontecer com mais força, eu acho que a periferia vai propor os seus candidatos. Eu mesmo tive, na zona Leste de São Paulo, 300 mil votos, que é voto pra burro, para quem não era conhecido. Mas tudo isso graças à ação molecular, quase, desse tipo de gente e também de alguns deputados que têm curso grande nessa região.

II
O INTELECTUAL E A POLÍTICA

UM TIPO DE OFÍCIO[7]

- Meu pai foi militar, como toda a minha família. Meu avô foi marechal. Republicano, quando Floriano subiu ao poder ele subiu junto. Até morava no velho palácio que depois ficou do Itamaraty. Como Floriano, era exaltadamente democrata. No fundo, era uma gente ligada à burocracia, ao Estado. E meu bisavô já tinha sido senador em Goiás.

Então o Senado já é uma "tradição" da família?

- É. Mas uma tradição local. Mas essa vida militar foi o tipo de influência que nós tínhamos. Meu pai acompanhava o Floriano na Praia Vermelha, onde assistiam às manobras da esquadra que queria bombardear o Rio. Então aprendemos que o Estado podia fazer essas e outras coisas e que havia uma pátria que devia ser defendida, uma escravidão que deveria ter sido abolida.

E essas eram as opiniões dos militares?

- Os militares eram contra os chamados "cartolas", contra a oligarquia exportadora paulista, mas achando que São Paulo tinha o seu lado bom, como o velho Glicério da dissidência republicana, que meu avô conheceu quando veio organizar a Força Pública de São Paulo. Quando subiu Prudente, meu avô foi despachado para Mato Grosso.

E a formação de seu pai?

- Meu pai também era militar, com as origens de 22. Ele e meu avô, todos estavam na revolução. Enfim, essa geração toda que deu Juarez Távora, Prestes, Cordeiro de Farias. Mas meu pai, além de militar, formou-se em direito, tendo, portanto, uma formação diversificada. Na Revolução de 30 ele estava a favor. Mas depois achou que a turma "estava aproveitando muito", e em 1932 eu acho que ele ficou mais a favor de São Paulo, por razões morais, apesar de meu tio-avô, general Espírito Santo Cardoso, estar do outro lado, como ministro da Guerra que era.

Quais eram os seus interesses?

- Nunca tive tentação forte para ser militar, porque meu pai já tinha deixado de ser. Meus interesses eram outros. Fui para a Faculdade de Filosofia da USP por influência de um professor secundário que tinha sido aluno dos "franceses". Eu não tinha muita noção do que era o curso de Ciências Sociais, mas me interessava pelos assuntos brasileiros, principalmente por influência de um parente nosso, general Horta Barbosa, que tinha em sua casa um vidrinho de petróleo brasileiro. Assim, entramos todos na campanha do "petróleo-é-nosso", até com um jornalzinho da escola secundária.

Ninguém sabia muito o que era sociologia naquele tempo...

- Até hoje ninguém sabe muito. Eu me interessava mais pela literatura. Tinha um contato com Décio Pignatary, com o Boris Fausto e os irmãos Campos, e até ajudei uma revistinha deles: *Revista dos Novíssimos.*

E a famosa Faculdade?

---

[7] Da entrevista a Jorge Cunha Lima, *Status,* fevereiro de 1978.

- Tinha um ambiente absolutamente singular. O que "nós fizemos mais tarde" se deve ao que foi realmente o clima da Faculdade, esse *background* progressista que mudou o tom dos meus interesses. Essa Faculdade foi criada curiosamente depois da derrota de 32 por Armando Salles e pelo pessoal do jornal *O Estado de S. Paulo,* da mesma forma que a Escola de Sociologia o foi pela turma do Roberto Simonsen. Eles pretendiam criar uma elite capaz de compreender o que estava acontecendo.

Como funcionava a Faculdade?

- Desde a fundação, começaram a vir para cá os famosos professores estrangeiros, principalmente os franceses. A geração de Antonio Candido e Florestan Fernandes pegou a fase áures, até 1938. Eu, que sou de 1931, ainda peguei uma parte deles. Quando eu estava no segundo ano, todos os cursos eram dados em francês. Coisa que hoje nem se imagina. Fui aluno de Roger Bastide, Paul Ugon, Wolf, Morazé. O clima vinha desses homens e dos que já haviam feito a faculdade, como Antônio Cândido, Fernando Azevedo e Florestan, professor que naquele tempo me influenciava.

Mas vocês foram uns privilegiados?

- De fato, éramos uns doze ou quinze por classe. Eu não tinha maiores preocupações políticas, a preocupação era de estudar. Florestan era muito exigente. Exigia um padrão científico aliado à preocupação com a realidade nacional, e o Bastide o acompanhava nisso. Tinha amor pelo que estava acontecendo.

Foi fácil o encontro com esse espírito científico?

- Não. Houve um desencontro. Nós entramos para lá com idéias políticas, o Brasil, o povo, os ideais socialistas. E o professor Guerrault, especialista em Descartes, em pleno curso de Ciências Sociais, nos ministrava o mesmo currículo que dava no Collège de France, sobre Descartes e Kant. Eu ouvindo as leituras da "singularidade no pensamento de Descartes", com dezessete anos. Se não fosse o professor Lívio Teixeira, que nos retransmitia as aulas, decididamente não teríamos podido acompanhar Kant. Só se passava do 1º para o 2º ano com *As regras do método* lidas.

E o que você lucrou com isso?

- Isso dava uma certa formação. Embora eu não seja filósofo, sei ler um texto. Todos, aliás. Quem teve essa formação cultural não mistura alhos com bugalhos. Se você tem uma boa formação, você também não desafina. Quando você está lendo um texto, não imputa ao autor a sua idéia. Você não procura ver no autor os seus problemas; tenta entender o que ele quis colocar. Isso é um método. Tanto faz o autor ser Hegel, Marx, Kant.

Todo o curso era nesse nível?

- Ao mesmo tempo que Roger Bastide nos fazia ler a obra de Bergson e fazer a comparação entre a noção de liberdade em Bergson e Mannheim, Florestan nos exigia um esforço no sentido de entender o Brasil. Ambos tentavam valorizar as técnicas de pesquisa e acabar com o sentido ensaístico em sociologia. Juntos íamos para as favelas, onde, mascando um charuto e arrastando um português afrancesado, Bastide se fazia entender perfeitamente. Isso nos motivava bastante para que tivéssemos uma atitude positiva com relação à pesquisa. Você vê, foram influências desencontradas — uma lá em cima, de filosofia, outra na favela, a sociologia empírica.

Vocês foram os beneficiários da guerra...

- Além da vinda dos franceses, nós indiretamente também fomos beneficiários de outra coisa: da Guerra Civil espanhola. Ela botou da Espanha para fora uma enorme quantidade de intelectuais de primeira linha que foram para ó México e lá organizaram o Fondo de Cultura Económica, que até hoje é uma das maiores editoras mexicanas. Eles traduziram todos os textos alemães: Marx, Mannheim e tudo o que havia de importante na sociologia alemã. Sem eles, isso nunca chegaria aqui.

Um esquema desses pode mudar os rumos da cultura?

- É realmente significativo o que pode fazer, não uma pessoa, mas uma geração, e as que se sucedem. Antônio Cândido foi o produto mais harmonioso da Faculdade. De fato, pode-se exercer uma influência enorme. E isso é um problema que a universidade tem hoje no Brasil. Essa coisa que eu descrevi é obviamente uma educação de elite. Não dá para manter. De alguma maneira os objetivos da reforma universitária foram solicitados por nós mesmos. Essa mesma elite resolveu se preocupar com o outro lado da questão em vez de ficar elitista. Fernando Azevedo, Octávio Ianni, Antônio Cândido e vários outros resolveram se preocupar com o povo.

E a universidade hoje?

- Resolveu se massificar. Milhares fazendo vestibular. Isso é um sinal positivo. Mas a universidade não foi capaz de se transformar. Ela não se preparou para o ensino de massa. Perdeu um pouco o sentido, mas continua funcionando bem em vários setores. Continua produzindo suas teses. Mas com a pressão da opressão externa com a incapacidade de levar adiante a integração com os problemas do país, os problemas populares e simultaneamente o ensino de massa — isso vai ter efeitos desastrados.

O que era fundamental?

- A pedra angular da formação da gente era fazer a tese. Sistema misto do francês. Fazer a grande tese. A tese *d'État.* Dessas cujos livros ficam de pé, como as nossas. A *Guerra dos Tupinambás,* de Florestan, é um livro básico. *Os Parceiros do Rio Bonito,* de Antônio Cândido, é um livro que fica. A gente fazia o trabalho. Formamos um grupo que tinha ofício. Nós temos um ofício. Não é questão de você ter talento. É ter um ofício, ofício de escritor. Ofício de fazer pesquisa. E tudo se fazia aqui. Só depois se ia para o exterior.

Na Europa, o que você aprendeu?

- Eu, pessoalmente, não aprendi muita coisa no sentido de formação. Aprendi com o Tourraine, catedrático de sociologia na École d'Hautes Études, que já havia estado no Brasil, onde exerceu grande influência, por ser o primeiro a discutir o tema dos operários. Quando ele pegou nossos trabalhos sobre a classe operária em 58, disse: “Cuidado, vocês pensam que estão na Europa. Isso aqui (referia-se ao Brasil e à América Latina em geral) é uma sociedade onde os temas são outros. Há um movimento de formação da nação. E, prestem atenção: esse populismo que está aí, vocês têm que analisá-lo positivamente, para não pensar que é populismo e, portanto, não é consciência de classe”.

E o intelectual nisso tudo?

- Ser intelectual é você ser capaz de problematizar. Se você não tem problemas, você não é intelectual. A nossa questão é saber qual é o problema do Brasil. A força de um intelectual não é ele ser capaz de citar um tal autor, isso ou aquilo. É ele ser capaz de fazer as perguntas pertinentes, filtrando a sua experiência cultural diante de uma realidade que o desafia. Se você não é capaz de ter dúvidas, você não é intelectual. A definição do caipira, com maldade para o caipira, é do homem que não se espanta. A praça Vendôme para ele é igualzinho que nem Xiririca. Mas isso de se espantar não depende só de você, mas de a sociedade estar colocando problemas que te levam à dúvida.

A sua geração se questionou?

- Nós saímos muito acadêmicos da Faculdade. Depois de Jânio na Prefeitura você assiste à queda de Getúlio em 54. Há tentativas de golpe em 54 e depois em 55. Tem o novembro de 55 e vem o Juscelino. É uma fase de intenso movimento popular, panela vazia e outras passeatas. Havia forte pressão social, como hoje. Então nós podemos pensar que estamos na Europa, que a classe operária vai se fortalecer, que o populismo vai perder vigência e que você vai ter um comportamento mais de classe do que de massa. Essa é a grande discussão. Como naquele tempo foi a do nacionalismo, o problema dos partidos e o Iseb que colocava questões que não estavam nos nossos textos. É fácil dizer que o problema do nacionalismo é um problema burguês. Mas esse problema mexe com o Exército, a classe média, com os sindicatos, estudantes e grande parte do povo. Nós saímos da academia quando percebemos que a sociedade brasileira começou a colocar questões. Já a minha tese de livre-docência, diferente da anterior que explicava como se aplicam os métodos dialéticos, é sobre os empresários, como a do Octávio Ianni foi sobre o Estado.

Isso mudou a visão?

- Com Florestan e Touraine fizemos estudos sobre sociologia industrial do trabalho. Nas pesquisas eu vi que as idéias que eu tinha sobre os empresários não funcionavam. As idéias eram as seguintes: vai haver um empresariado nacionalista que vai transformar o país em aliança com a classe operária e o povo e tal... Verifiquei que a idéia era outra: eles já estavam entrando em associação com empresários estrangeiros em geral e americanos em particular. E que já tinham medo do Estado, naquela época.

Como vocês saíram do casulo?

- Depois veio 64. Eu já tinha bastante leitura. Tinha publicado, mas basicamente no Brasil. Tinha um convite anterior e fui para o Chile, para a CEPAL. Já tinha estado na Europa, sofrido muita influência externa, mas não tinha influenciado lá fora. Entendi então a especificidade da situação latino-americana. A CEPAL contribuiu para que pensássemos nisso aqui e não na teoria clássica do desenvolvimento. Em vez de dizer que a divisão internacional do trabalho resolve tudo — como resolve, se nós exportamos produtos agrícolas e importamos produtos industriais, e se há uma diferença de valor do trabalho metido com esses dois que se perde na troca?

E quais foram os benefícios dessa abertura?

- Vimos que os problemas que nos pareciam brasileiros não eram apenas brasileiros, eram latino-americanos. Na minha geração, havia uma idéia de que nós não temos nada a ver com a América Latina, a ilusão de pensar que não somos latino-americanos. Celso Furtado já tinha passado por isso e, então, sucessivamente, pela primeira vez na história intelectual do Brasil, nossa consciência consistentemente se latinizou. Hoje eu vendo mais os meus livros fora do Brasil, com traduções espanholas, alemãs, francesas e americanas. O que *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* diz é que não se pode pensar nisso tudo sem a teoria científica, mas que isso tudo tem de ser recriado em função das perguntas pertinentes a situações reais. “As aves que aqui gorjeiam não gorjeiam como lá.”

- O que os intelectuais precisam se indagar é: Qual é a nossa? Como é que se pode organizar e mudar a sociedade?

Qual seria a distinção entre o desempenho dos intelectuais e o da classe operária?

- O papel do intelectual não deve nem pode ser muito mais do que tentar articular as grandes linhas para serem submetidas ao debate. Eu acho muito perigoso quando um intelectual se supõe líder, pensa que substitui o pensamento efetivo das classes. Isso dá autoritarismo. Quando você está convencido de que sabe, vai impor ao outro que você sabe. E o intelectual, quase por profissão, é o homem que pensa que sabe. Então, deve ter uma participação ampla, mas controlada. O decisivo não pode ser dado por ele, deve ser dado pelos trabalhadores, pelas associações de bairro, pelos sindicatos, pelas igrejas, etc., etc., numa interação que controla a intelectualidade.

COISAS QUE OS LIVROS NÃO ENSINAM[8]

Quantos livros você já publicou, Fernando?

- Eu não poderia dizer o número exato; teria que olhar lá no meu *curriculum*, mas é qualquer coisa entre doze e quinze.

E tem algum período na sua produção literária que você considera mais fértil?

- Olha, se você olhar, vai ver que o primeiro livro que eu publiquei foi em 1960, que eu escrevi durante os anos 50. É um livro de pesquisa publicado na coleção Brasiliana, aquela famosa coleção da Editora Nacional e com o qual nós ganhamos o Prêmio Fábio Prado, um livro que eu fiz com a colaboração do Octávio Ianni. Chama-se: *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis,* sobre as barreiras do negro no

[8] Da entrevista a Oswaldo Martins, *Interview,* fevereiro de 1981.

Brasil, na região Sul do País. A esse seguiu-se um outro chamado *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional,* que foi a minha tese de doutoramento. Pra elaborar esses dois livros, especialmente o segundo, eu levei muitos anos; foram os primeiros. Depois, daí até 80, já publiquei 15 livros. Em média, um livro em cada 18 meses. Eu diria que foi com uma certa regularidade. Mesmo agora que estou tão envolvido na vida política, continuo publicando. Possivelmente, a época em que tive mais tempo para a vida intelectual foi a que eu estava fora do país. Entre 64 e 67, no Chile. E depois 67/68 na França.

Alguma vez você viveu de escrever livro?

- Não, não é possível. Eu digo que não é possível para quem faz livros do tipo que eu faço, que são livros científicos. Talvez um ou outro romancista, cito Jorge Amado, por exemplo, tenha uma renda razoável de livros. Mas a nossa renda é muito pequena, apesar da circulação entre o público para o qual eles se destinam ser elevadíssima. Eu tenho um livro, por exemplo, chamado *Dependência e Desenvolvimento na América Latina,* que eu escrevi em espanhol e foi traduzido para o português, o italiano, o inglês, o francês, o alemão e está sendo traduzido para o persa e o japonês.

Então tem um livro seu que está escrito: "Tradução de fulano de tal para o português"?

- Não, não está assim porque eu mesmo revi a tradução. Esse livro, só em espanhol, já tem dezoito edições. Isso significa aproximadamente 100 mil exemplares em espanhol. E quando você vai ver a renda que um livro desses dá, é mínima. Eu devo receber de direitos autorais desse livro, no mundo hispânico, coisa de 60 mil cruzeiros por ano, já que é um livro de co-autoria com o meu amigo Enzo Faletto, e nós dividimos o que recebemos em dólar.

Mas de qualquer forma, você vive da sua atividade intelectual.

- Exclusivamente. Eu sempre vivi disso.

Como é a sua rotina de trabalho?

- Você tinha me perguntado se dava para viver de livro e eu disse que não. Mas o livro te dá um prestígio e conhecimento para que você possa ter trabalho intelectual que te remunere. E que trabalho é esse? Eu diria que há dois tipos de trabalho. Muitas vezes você faz alguns textos que não são propriamente literários e são mais técnicos, que são textos que remuneram bem. Eu funciono como especialista em matérias sobre desenvolvimento, por exemplo, às vezes para a ONU, às vezes para uma Universidade estrangeira, às vezes para um projeto de pesquisa aqui no Brasil. Um texto desses é bem pago. Conforme o texto eu posso receber de 5 a 10 mil dólares. Eu trabalho numa instituição chamada CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, que é uma associação de vários pesquisadores e intelectuais, sem ligação nenhuma com entidades oficiais. Lá nós funcionamos como uma cooperativa, ou seja, nós temos dois tipos básicos de recursos. Uns são os recursos dados à instituição para que ela, no seu conjunto, faça os seus programas de pesquisas. Quem dá esses recursos? Às vezes as Nações Unidas, agências internacionais e nacionais de financiamento de pesquisas, principalmente nos países nórdicos, como Suécia, Holanda, Canadá. Os trabalhos são publicados e eles não pedem nada em troca, porque não há um fim prático e sim cultural. Você vê que os livros te dão o aval e o prestígio para pedir os recursos dessas agências. No Brasil há duas ou três instituições que financiam pesquisas. Uma é a FAPESP, ligada ao governo do Estado de São Paulo, e que financia pequenos projetos individuais. Outra é o CNPq e outra é a FINEP, que é ligada ao Ministério do Planejamento e a que tem mais recursos para pesquisa, financiando grandes projetos. A dificuldade aí é uma só: política. Aqui as organizações não são tão isentas da pressão política como acontece nos organismos internacionais. Devo dizer que se tem conseguido verbas para projetos com uma relativa isenção. No Brasil, já começa a se civilizar o mundo científico e, com uma pressão política bloqueada, você pode viver de pesquisa.

Você já escreveu muito sobre política. De dois anos para cá, desde que se candidatou a senador em 78, passou a fazer política na rua, comícios, andando por todo lugar, como candidato. Na prática a teoria é diferente?

- Na prática a teoria é um pouco diferente, sim. Eu acho que quando você está envolvido num processo

político concreto, tem que ganhar um sentido de realidade muito mais agudo, senão você tropeça. A dificuldade que eu vejo é de como guardar a fidelidade aos seus princípios e, ao mesmo tempo, transformar a ação em alguma coisa eficaz. Porque se você não guarda fidelidade aos seus princípios, você é um oportunista, ou um reles realista. E se você fica só falando em termos de seus princípios, fica um surrealista, uma pessoa deslocada, que não sabe dar o recado de uma maneira necessária, de um modo que as pessoas entendam esses princípios.

O que é que você aprendeu na prática política que você não tenha escrito em seus livros e não tenha lido em livros alheios?

- Para começar uma coisa bem geral. Quando você está fazendo uma análise, de alguma maneira, transforma as coisas, mesmo que não queira, em algo estático. Então você fecha um pouco. Na prática, percebe-se que os pontos de vista não podem ser fechados, eles têm que ter um ir e vir. Quem faz política tem que partir da idéia de que a sua opinião e a do outro são ambas modificáveis. Porque a política é justamente a mudança. Política não é simplesmente a reafirmação de um ponto de vista.

Não é uma ciência exata.

- É a mudança. Mas como é que você faz essa mudança? Isso eu acho que a gente aprende bastante, e ganha um certo sentido de humildade. Você percebe que o seu saber pode ser importante, mas ele não é tudo. E não adianta saber, se ele não convence. Para você convencer, veja a expressão que diz "convencer", quer dizer, vencer junto. Quem tem o saber quer vencer, acredita que com uni argumento vence, demonstra. Ele tem é que fazer com que as pessoas passem pelo seu percurso também. E tem também algumas outras coisas que eu não havia escrito. A relação política, que é uma relação de poder, é muito pessoal. Nós, quando escrevemos, falamos das estruturas, das classes, dos partidos, do Estado. Quando você está na política prática, tem uma relação muito mais pessoal. E esse vencer junto implica você aumentar o seu grau de sensibilidade. Eu senti que na relação política as pessoas te consomem fisicamente, até. Te pegam. Pelo menos aqui nos países latinos. Quando você vai a um comício, ou mesmo numa reunião fechada, as pessoas te dão abraços, te dão barrigadas, te apertam, e isso tem um valor simbólico. Você vê que a relação política não é fria, tem que transmitir alguma coisa que é muito pessoal. Isso eu nunca vi escrito dessa maneira. Como é que vamos fazer política no mundo contemporâneo, se a política, em si, exige essa presença física, quase de consumo, quando esse mundo é um mundo de massas e elas são anônimas? Se você tem que usar a televisão, o grande veículo da política moderna, e através dela não há esse consumo físico? Eu acho que na política do futuro nós temos que pensar na televisão, que é um veículo que te obriga a mudar o modo de fazer política, te obriga a ser mais argumentativo, mais informal. Não fica bem em televisão aquela gritaria que se faz em comícios... E não creio que os nossos políticos tenham tido um treinamento nessa matéria, que a gente aprende improvisando.

DUAS VOCAÇÕES[9]

O que significa ser um intelectual no Brasil?

- Ser subversivo. Não no sentido de pegar a pistola e sair por aí, mas no sentido de duvidar do que está sendo dito como verdade oficial em qualquer lado — existe a verdade oficial da oposição, também. Portanto, intelectual é a pessoa que, além de ser capaz de saber, faz perguntas. Questiona. No Brasil, o ofício é arriscado, pois volta-o contra a ordem dominante; o Estado vem, ataca-o e a universidade não o defende. Fica mais difícil ousar. Na França, nos EUA, quem é professor pode questionar e criticar, que a universidade resguarda. Lá a polícia não diz impunemente que você é comunista. Outro risco, no Brasil, é o da badalação: você vira gênio muito cedo, algo que consome a energia criativa. Quem acredita, julgando-se muito bom quando não é, está perdido — deixa de se expor, não muda: de opinião e se repete, repete, repete. Por isso viajo tanto. Aqui não há oxigênio suficiente para ser posto em xeque. E quando nos põem, é pelas razões erradas: você "já era".

---

[9] Da entrevista a Judith Patarra, *Nova,* novembro de 1981.

Os intelectuais têm grande vocação para intimidar os outros mortais. Por quê?

- A visão elitista brasileira; faz a pessoa que se distingue ser algo de intocável; muita gente não chega perto, sentindo um misto de respeito e raiva. Os intelectuais têm sua responsabilidade: querem marcar uma distância grande entre eles e o resto da sociedade. Mas quem conhece o mundo intelectual sabe que não há base para tanta intimidação: nas questões realmente importantes, fora da própria especialidade, todo mundo tateia. Até alguns que são gênios dizem muita bobagem quando falam de outros setores. O intelectual não é diferente do operário, do funcionário público.

E você? Sente distância em relação aos outros?

- Sim, e por razões contraditórias. Existe o tal distanciamento reverente diante do intelectual que sou. De outro lado, as pessoas querem proximidade com os políticos. Desejam-nos acessíveis. Como tenho essa duplicidade de papéis, a relação fica um pouco ambígua: acham a um só tempo que sou difícil de acesso e que estou querendo voto.

E a ambigüidade dentro de você?

- É complicado. A gente foi treinado na universidade para a vida científica, e com enorme estrelismo de intelectual: temos de descobrir as coisas primeiro e formulá-las depressa, antes dos outros. A própria ética da Ciência manda não calar devemos denunciar, falar. Já o estrelismo do político requer malícia, sagacidade: nem sempre ele pode abrir o jogo. Na lógica e mesmo na ética da política, para se obter um resultado, muitas vezes temos de nos calar; se a gente diz tudo o que sabe, não chega lá. O choque é real. Eu confesso o seguinte: normalmente, quando escrevo um trabalho de análise — à medida que posso estar consciente — procuro limitar a ótica partidária. Tento avançar a compreensão das coisas. Escrevo o que penso, faço a crítica e a autocrítica da situação política, do partido ao qual estou ligado, tudo a um nível sem eficácia do ponto de vista da ação. Porém, quando escrevo para a imprensa cotidiana ou vou a encontros políticos, não levanto — mas também não nego certas questões colocadas no meu trabalho científico, politicamente inoportunas.

O jogo político enriquece a análise?

- Sim. Não sei se a recíproca é verdadeira. Em termos de ação, a análise pode até tolher. Olhe, não sou capaz de um discurso rigorosamente político. Conheço políticos que passaram muito tempo no exílio, se intelectualizaram e hoje são incapazes dos discursos de antes. Percebem a freqüente vacuidade do político, essa exaltação da emoção sem argumento.

Você não acha que mulheres evitam os partidos porque políticos são considerados corruptos?

- Bem, isso pode pesar um pouco. A imagem do político ainda é negativa. E piorou muito porque ao regime autoritário valia a pena depreciá-lo, afastando assim o povo da participação. Mas na verdade a corrupção é ligada ao aparelho do Estado, à alta burocracia. Por exemplo, a pessoa encarregada da seção de compras de uma grande empresa estatal vai fazer a compra, recebe dólar e o povo nem fica sabendo. O alto burocrata é que mama nas famosas tetas do Estado, não é? Depois, acho que vale a pena analisar o conjunto dos políticos e verificar se a imagem de corrupção é verdadeira. Conheço muitos políticos que chegaram ao Chile, exilados, sem tostão. Amigos intelectuais e eu fazíamos caixinhas de solidariedade para ajudá-los a sobreviver no começo. Eram extremamente pobres, apesar de ex-ministros, ex-deputados: Almino Afonso, Darcy Ribeiro, Max da Costa Santos são alguns que me ocorrem, sem falar de líderes sindicais como Salvador Losaco. E os que não se exilaram? Está aí Franco Montoro, com décadas de vida pública, e rigorosamente um homem de classe média; ou Saturnino Braga; e tantos outros, que não se locupletaram. Não quero dizer que sejam todos assim, mas não creio que a classe política seja particularmente corrupta. Nós temos de afastar essa imagem e eu sugiro que se faça um levantamento da vida dos deputados, senadores e que se torne obrigatória sua declaração de bens. A população temerosa de entrar nos partidos por causa da imagem de corrupção constataria que a maioria dos políticos é gente de classe média, com uma vocação muito maior para o poder do que para o dinheiro.

O que tanto atrai no poder?

- O aspecto de vaidade e a vocação para cacique — neste país, gostamos de mandar nos outros. Esses são aspectos negativos do poder, dos quais todos temos um pouco. Você mesmo tem de se auto-limitar, porque não é bobo. Limitações são também criadas se a população entra nos partidos reais, ou seja, aqueles formados por diretórios onde mulheres e homens votam, cobram. Faço a advertência porque há diretórios fantasmas, constituídos só pelas famílias e amigos de um político. Bem, excluídos aqueles aspectos, digamos, perversos — da vaidade, do caciquismo — há o lado positivo do poder: ser instrumento de transformação. O político de real vocação para o poder, o estadista, vai ajudar o povo a se organizar, pensar e votar sabendo o que faz; vai preparar a argumentação. Por exemplo, o que devemos fazer em relação ao petróleo? E à cana-de-açúcar? Democracia é muito mais deliberação que voto; e o debate precisa ser organizado.

De que forma você se descreveria como homem e político?

- Sou fundamentalmente um intelectual, embora não afaste o conhecimento intuitivo. A dimensão política disto é acreditar que as coisas são de um jeito, podendo sempre ser de outro: creio na conversa e na possibilidade de mudar a situação. Por freqüentemente me expor, achando que vou ganhar, pareço presunçoso. Mas é que não me desconcerta a variedade das coisas e expor-se, a meu ver, é um componente ético da condição intelectual.

Por enquanto você é suplente de senador. Valeria a pena ser o titular?

- Nem sei. Bem, em certos momentos. Por exemplo, se uma nova Constituição for discutida; ou leis importantes. Mas para a rotina da política não tenho paciência: debates, discussões, convencer as pessoas a entrar no partido. E, mais, impacientam-me as infindáveis especulações que os políticos gostam de fazer sobre o que vai acontecer amanhã, quem vai ser quem. São vazias, me cansam. Então, participo de forma dosada.

III
O BRASIL NÃO É UMA ILHA

A CIRANDA DO DESENVOLVIMENTO IMPORTADO[10]

Como é que você vê a questão da dependência econômica nestes últimos anos?

- Houve um corte muito importante no processo de dependência. Não exatamente nestes últimos dez anos, mas na segunda metade dos anos 50. E por quê?

- Porque dependência externa todas as economias periféricas sempre tiveram, as colônias e semi-colônias. Ou seja, nesses casos sempre houve uma dependência do mercado externo, no sentido de que as indústrias e o capital financeiro dos países centrais utilizavam as regiões da periferia do mundo capitalista para garantir matérias-primas, produtos de alimentação; e faziam empréstimos basicamente para a organização do setor de estradas de ferro e portos, a fim de permitir o escoamento da produção. Esse era o quadro clássico da dependência, digamos assim, colonial e semi-colonial. E mesmo depois que os países se independizaram e passaram de colônias a nações, ficaram grudados a esse sistema.

- Então, havia geralmente a idéia de que os países periféricos não se industrializariam e que os países centrais teriam interesse em impedir a industrialização. Os cartéis, os trustes, como se chamavam então, impediam essa industrialização. Isso era real. Você veja aqui no Brasil o caso de Volta Redonda. Como é que se construiu Volta Redonda? Numa tremenda luta em que o governo brasileiro, movido pelo fato de que se aproximava a guerra e queria uma certa autarquia no processo produtivo, e tinha consciência de que era preciso desenvolver industrialmente o país, fez um esforço enorme no sentido de atrair capital privado, nacional e estrangeiro. Dos nacionais o grupo Guinle e alguns outros menores aceitaram, mas o setor estrangeiro recusava. A *United Steel Corporation* foi muito procurada, mas sempre recusava. A certa altura, por exemplo, o conselho diretor dessa grande empresa americana declarou que não tinha interesse nenhum em deslocar para cá o processo de produção industrial, já que o processo de produção industrial estava em larga medida sendo bem atendido, sendo feito lá, e nós éramos clientes.

- Então fica bem claro o fio do meu raciocínio. Até certa época o grande capital internacional se recusava a industrializar a periferia. Ora, veio a guerra. E quando veio a guerra, bem ou mal, vários países como o Brasil, o México, a Argentina, a Índia começaram a se mover no sentido de substituir importações. Ou seja, de produzir aqui por sua conta, o que não recebiam. E foi se constituindo, por nosso esforço, um parque industrial. Num caso, como o do aço, com apoio americano, e também de outros governos, por razões políticas, não por razões econômicas.

- Quando terminou a guerra, o Brasil, por exemplo, exportava muito tecido para a África. Tínhamos formado o nosso parque industrial. A partir daí é que as grandes empresas multinacionais começaram a se interessar em transferir capital do centro para a periferia. Por várias razões. Uma, porque havia que controlar os mercados locais que estavam se fechando. E essa era uma razão muito importante. Outra, porque elas estavam numa competição forte entre elas, e estavam na reconstrução do pós-guerra. Também porque já havia uma mão-de-obra abundante e mais treinada. Enfim, havia uma série de razões.

- Assim, a partir dos meados da década de 50 começa a mudar o tipo de entrosamento entre o centro do capitalismo e a sua periferia. E mudou a forma da dependência. É que a partir dessa época, ao invés de sermos nós que buscávamos a industrialização, são as grandes empresas que começam a forçar para vir para cá. No governo de Juscelino, com o "Plano de Metas", aí já era claro. Houve uma série de grupos, por exemplo, ligados à indústria auto-imobilística, à indústria naval, enfim, vários grupos de trabalhos que propiciavam isso, procurando os mecanismos de transferência, a fim de subsidiar o capital das empresas estrangeiras. E elas passaram a vir.

---

[10] Entrevista a Jorge Pinheiro, "Folhetim", *Folha de São Paulo,* 9 de dezembro de 1979.

- A partir daí, toda a luta anti-imperialista, que era uma luta que tinha por base a crença de que o imperialismo não viria industrializar a periferia, ficou um pouco no ar. As pessoas não perceberam que o imperialismo passou a industrializar a periferia, controlando-a de outra maneira.

- As economias locais se engancharam nas economias internacionais de tal maneira que o externo virou interno. O que era percebido como algo de fora passou a ser visto como algo de dentro. A Volkswagen de onde é que é? Não é Volkswagen do Brasil? General Motors do Brasil, tudo isso? Isso não só confundiu ideologicamente. Houve um problema mais interessante ainda. É que a partir desse momento o grande mercado para consumir essa produção, feita nos países periféricos que se industrializaram, não era mais o mercado dos países centrais. Era o mercado local. Ninguém faz um milhão de Volkswagens para exportar. É para consumir aqui dentro.

- Isso provocou uma tremenda alteração na estrutura social dos países que se industrializaram. E esse fenômeno é novo. É um fenômeno onde você tem dependência e ao mesmo tempo industrialização e mudanças importantes na estrutura da sociedade. O número de operários aumentou violentamente. A classe média se tecnificou: são engenheiros, administradores de empresas, economistas. A própria estrutura das empresas comporta uma massa de assalariados que não são operários diretos.

Poderíamos dizer então que esse processo de industrialização dá origem a novas classes?

- Podemos falar que houve uma transformação da estrutura de classes. Pode ser que existissem embrionariamente essas classes, mas elas se modificam muito. Vou dar exemplos.

- A classe operária aumenta numa velocidade enorme. É esse grande ABC de São Paulo, a periferia de São Paulo, o eixo São Paulo-Santos, o eixo Rio-São Paulo, o eixo Rio-Santos, eixo São Paulo-Campinas, é tudo isso. A classe média também se modifica muito. Qual era a velha classe média brasileira? Ela era composta de quê? Funcionários públicos e profissionais liberais: médicos, advogados, engenheiros, professores. Isso era o grosso da classe média brasileira. Em geral pessoas ligadas às classes dominantes, mas que tinham perdido status. Ou então, em alguma menor medida, alguém que começava a subir. Essa nova classe média que está aqui é outra coisa. Primeiro, os médicos, advogados e engenheiros, que antes eram profissionais liberais, hoje são assalariados em grande medida. Em segundo lugar, outro setor importante da classe média, que era *stricto sensu* a pequena burguesia, perde importância. O que é uma pequena burguesia? O nome está dizendo: uma burguesia pequena. São os que possuem poucos bens de produção e exploram poucos trabalhadores. O vendeiro da esquina, o fulano que fazia, quase artesanalmente, sapatos. Tudo isso, não é que desapareça totalmente, mas se perde num mar de outro tipo de organização social. E você substitui essa pequena burguesia por uma outra camada. São os assalariados do grande capital. (...)

- Outra modificação importante: esse processo de industrialização não se deu só através das multinacionais. Ele sé deu também porque houve uma espécie de acoplamento entre o setor de produção local e o setor de produção internacional. Não é que tenha desaparecido a burguesia nacional. A burguesia nacional está ai. Só que antes se poderia imaginar que ela iria repetir a história da burguesia alemã ou a história da burguesia francesa. Agora já não se imagina isso. Sabe-se que ela vai desempenhar um papel associado ao grande capital internacional. Não é que ela esteja associada diretamente. Muitas vezes não está associada diretamente, é formalmente independente. Todo sistema de produção está enganchado. Então se você tem uma fábrica de autopeças nacional, essa fábrica de autopeças produz para uma empresa multinacional. Não tem alternativa. Formalmente ele é um empresário nacional, mas está inserido num contexto que internacionalizou a economia. Não é que a economia aqui haja se desnacionalizado. Os nacionais continuam aí. Até cresceram, mas se internacionalizaram. A função dos nacionais é diferente da que foi no passado. Isso é específico dessa nova forma de dependência.

- E também, por outro lado, é um fato notório que o setor estatal da economia cresceu muito. É uma simplificação dizer: tudo está controlado pela multinacional. O setor estatal cresceu e o setor local também cresceu. Agora, o padrão de desenvolvimento industrial é que é dado pela multinacional. E o que é padrão de desenvolvimento industrial? A tecnologia que vai ser usada, o tipo de produto que vai ser produzido, o tipo de consumo que é insuflado, essa nossa sociedade consumista de massa. Isso é que é o miolo da questão.

- E por último o sistema financeiro. A grande forma de dependência agora é tecnológica e financeira.

É isso que amarra a economia local à internacional. Muita gente diz: o que está havendo não é dependência, é interdependência. Pois bem, pode ser que se considere formalmente interdependência, mas uma coisa é você ser banqueiro e emprestar dinheiro e outra coisa é você ser cliente e tomar dinheiro emprestado. É uma interdependência um pouco chata, porque um tem a capacidade de cortar o oxigênio numa certa hora e o outro não tem essa mesma capacidade. Então o que aconteceu na nossa economia é que ela se acoplou mesmo à economia internacional, mas se acoplou de tal maneira que ela não tem condições de realizar o ciclo completo do seu desenvolvimento. E por quê? Pelas duas razões que já expliquei: não tem financiamento para isso, nem tecnologia.

- Aqui houve uma inversão. E não foi somente no Brasil, mas nesses vários países que se industrializaram sob esse modelo de dependência associada. Houve uma inversão no processo histórico. No grande desenvolvimento capitalista clássico, inglês, americano, os inventos, o processo de criação do setor de ponta veio paralelamente com o crescimento mais ou menos harmônico do conjunto da economia. Por exemplo, ninguém vai fazer automóvel sem antes ter resolvido os processos através dos quais você pode produzir certas ligas de aço. Agora, nos países de desenvolvimento dependente se dá o oposto. Você começa pelo automóvel, pela televisão em cores, pelo transistor, sem ter dominado esse processo. Então você começa por onde os outros acabam, invertido. Só que não se deu um salto para adiante. Ficou faltando uma perna.

- Essa perna depende da importação. Importar equipamentos. Para você importar precisa ter disponibilidades de divisas, tem de ter dinheiro. E você só tem essa disponibilidade exportando. Então o modelo é de desenvolvimento industrial dependente e, ao mesmo tempo, ele tem de ser exportador. Não porque não tenha mercado interno para consumir o que produz aqui, mas porque você não tem moeda forte para importar o equipamento básico para continuar esse processo de desenvolvimento. Ou você exporta para ter esse dinheiro para poder importar, ou a taxa de crescimento da economia decai. Ora, isso aumenta a sua dependência num certo sentido. Quando o mercado internacional se contrai e você não pode exportar (foi o que aconteceu nos últimos anos, depois de 1973), ou você pára de crescer ou aumenta a dívida externa, para poder continuar nessa ciranda louca de desenvolvimento importado. Então, na hora da onça beber água, quando você não tem dinheiro para importar, o que é que acontece? O grande capital financeiro internacional banca isso. E ao bancar aumenta a dívida externa, aumentam os juros da dívida e dá no que deu agora.

- É outra forma de dependência, mais complicada que a do passado. Você precisa do capital estrangeiro, mas capital estrangeiro financeiro para financiar a sua dívida; e você não deu o salto tecnológico necessário. Mas você, ao mesmo tempo, criou um mercado de consumo interno já ligado a essas formas super-avançadas de consumo de massa, que pressiona para que se produzam esses produtos para os quais você não tem capacidade.

A tendência para a próxima década é a manutenção desse modelo de dependência, ou você vê alguma forma de ruptura?

- Eu acho que no caso brasileiro nós estamos numa encruzilhada violenta, porque a dívida externa está muito alta, o serviço da dívida é pesado. E hoje se exporta cerca de 12 bilhões de dólares e se importa, entre petróleo e equipamentos, praticamente o mesmo, ou seja, 12 bilhões de dólares. Aliás, mais do que isso. Só do serviço da dívida você tem de pagar seis bilhões de dólares. Isso põe um limite objetivo nesse processo. Dívida externa, inflação e carência de petróleo — isso nos leva a tomar decisões básicas. Decisões que vão conformar o nosso futuro. Por enquanto, os planos existentes são os da substituição do petróleo pelo álcool de cana ou de madeira. O de madeira implica um certo investimento tecnológico, mas é mais rendoso que o da cana e não ocupa terras de boa qualidade. Qualquer que seja a decisão que se tome aí, ela vai ter implicações fundamentais sobre o futuro do Brasil.

- Mas, mesmo que os planos sejam exitosos, lá por volta de 1985, se nós fizermos um investimento da ordem de 10 bilhões de dólares no álcool, não vamos conseguir senão manter a situação atual. Vamos ter de continuar importando petróleo, porque o álcool não substitui o *diesel* na produção industrial. E mais ainda, parece um pouco insensato que se faça um esforço tremendo desse tipo para manter no fundo a mesma coisa. Para manter os automóveis circulando, para manter o tráfego de mercadorias basicamente em caminhões, para ter uma estrutura viária caríssima e um problema urbano quase insolúvel, como é o problema das grandes cidades brasileiras.

- Então eu me pergunto: será que não é o momento de dar uma sacudida nisso e mudar o modelo? Será

que não podíamos pensar um pouco mais, que esse tipo de industrialização às avessas tem de ser controlado? Todos vão começar a sentir os efeitos dessas dúvidas. O pão do pobre já está muito difícil, e há muitos anos que ele é difícil. Antes o Volkswagen da classe média era farto, mas agora ele começa a ser controlado. Vão tentar tirar o Volkswagen da classe média. E como é que você faz isso, se não oferecer à classe média pelo menos um modelo de futuro mais solidário? Se não tem uma ideologia que diga: bem, minha gente, isto é um país que tem que ser construído não só para os ricos. Será que não é o momento de se levantar os grandes temas, como o da guerra à pobreza? Mas essa guerra à pobreza não pode ser feita sob esse modelo. Industrialização sim, é importantíssimo, mas não dá para industrializar dessa maneira. Mas por que fazer automóveis ao invés de tratores e caminhões?

- Eu acho que há condições para você mudar o País. Acho que há necessidade de mudar o País, mas acho que não se muda o País a frio. Ninguém acredita. Hoje a crise maior não é econômica, não é do modelo, é crise de confiança política. Você não pode dizer para a classe média: não gaste gasolina porque o governo está cuidando de fazer um País melhor. Ela não vai acreditar. Vai achar que o governo não quer que ela gaste gasolina para poder enriquecer mais os Atallas da vida.

- Não há saída: os próximos dez anos não serão promissores senão criarmos uma força política capaz de re-assegurar a confiança de que a liderança não é uma liderança para explorar, é uma liderança que realmente tem em vista uma transformação de base. Senão os próximos anos serão bem difíceis, porque as coisas são objetivas. O petróleo é objetivo, a dívida é objetiva, os interesses estrangeiros são objetivos. E enquanto houver essa dissociação entre Estado e povo, são poucas as esperanças. Foram terríveis esses anos de militarismo. Os militares compraram esse modelo sem saber o que compravam, ao invés de ver que eles podiam fazer um outro tipo de política, que realmente servisse à Nação. Porque Nação é povo. Não viu o que o presidente Figueiredo disse outro dia? "Eu não sofro pressão para atender os interesses do povo. Só penso no país." Claro, mas o que é país? São as empresas, por acaso? São e não são as empresas. As empresas são parte dele, mas elas não são o país. O país é o povo, junto com tudo que está aí.

- Queria dizer ainda que esse tipo de desenvolvimento não é generalizado. Não são todos os países que optaram por essa saída. Se você olhar o Equador, por exemplo, não está nesse processo, está num processo mais tradicional. Se você olhar Cingapura ou Coréia do Sul, também é outra coisa, são plataformas de exportação: o mercado de sua industrialização não é local. Isso também muda, já há um pouquinho de mercado local, porém não tem o porte do Brasil, do México, da índia ou da Argentina. Nos países que são plataformas de exportação o processo é diferente. Muita gente confunde, pensa que o Brasil se industrializou para ser uma plataforma para exportar porque não tem mercado interno. Não é nada disso. Aqui há mercado interno, aqui há viabilidade. O nosso caso é esse: desenvolvimento industrializado dependente.

- Segunda coisa. Bem ou mal este país tem uma vantagem relativa. Ele se industrializa quando ainda tem fronteira agrícola aberta. Isso aconteceu nos Estados Unidos e no Canadá. Isso é importante porque diminui a tensão social. Nós não podemos jogar fora isso. Essa coisa apressada de fazer a ocupação da fronteira agrícola através do mesmo sistema que levou a industrialização para o buraco, ou seja, entregando às multinacionais, é um erro brutal. Nós temos opções. A produção agrícola tem atendido ao consumo. É uma produção que reage. Não estou dizendo que se tenha de desorganizar essa produção, mas não é possível pensar em entregar a Amazônia à devastação. Não é possível, simplesmente, que a grande empresa, por seus interesses, leve isso tudo para a frente. Não é possível liquidar assim com os índios, sem mais. Por que um ponto de partida irracional como foi o da cidade? Nós temos de ser razoáveis. Temos chance de ser razoáveis. E temos de tirar proveito disso. Se por um lado temos todos os problemas de que falei, por outro temos uma fronteira agrícola. Temos meios para alimentar a população, temos meios para dar acesso à propriedade da terra a muita gente que quer terra. É um engano pensar que todo o sujeito que está no campo vai virar assalariado agrícola. Não vai. Tem muita gente que quer trabalhar a própria terra. Tem no Maranhão, tem no Piauí, tem na Amazônia. Os processos não são incompatíveis. Não vai virar tudo grande empresa e assalariado. Uma parte vai ser pequeno produtor rural. É preciso pensar isso com um certo pluralismo de vista. O problema do desenvolvimento não é só desenvolvimento industrial, é desenvolvimento como um todo. Nós temos de· pensar num outro modelo. E para isso temos de ter uma certa capacidade de decisão política em função dos interesses da maioria da população.

VENTOS DO NORTE[11]

Como você analisa a partir de agora, com a posse de Ronald Reagan na Presidência dos Estados Unidos, as prováveis mudanças que ocorrerão na política externa norte-americana em relação à América Latina e, mais especificamente, em relação ao Brasil?

- Evidentemente, a eleição de Ronald Reagan significou uma tendência mais conservadora do eleitorado americano. Isto é indiscutível. Depois do ciclo do Vietnã, Watergate, agora deu uma vontade de voltar a ser o que se imagina que os Estados Unidos foram num dado momento de sua história. Portanto, há ventos conservadores. Esses ventos, no entanto, não são uma particularidade dos Estados Unidos. São ventos que hoje também sopram na Europa. Eu acho que a eleição do Reagan é um sinal desses ventos. A grande questão é saber se esse vento vai virar ventania. Eu acho que ele vai ser suficientemente forte para incomodar aquelas áreas mais próximas dos interesses americanos. Por exemplo, na América Central o primeiro ato de seu governo foi aumentar a ajuda à junta de El Salvador. Isso aparentemente deixa claro que, na região do Caribe, seu governo vai pôr em prática uma política de preservação da presença americana. Real ou imaginária, porque às vezes não havia presença nenhuma, às vezes imaginam que deviam ter uma presença. Na medida em que se vai afastando dessas áreas de interesse imediato dos Estados Unidos, dificilmente esse vento vira ventania. Eu não creio que no Brasil, por exemplo, isso tenha conseqüências imediatas. Os ares conservadores do mundo estão aí, e isso já é um sinal, mas não creio que tenham uma força direta sobre o Brasil. Com relação ao resto do mundo — o Leste, o mundo socialista — as relações não se regem pelos humores do presidente americano, nem pela direita ou esquerda eventual da opinião pública. Estão regidas pelo poder relativo de cada bloco, que não muda porque o Reagan se elegeu. Talvez eles procurem aumentar o poderio americano que, diga-se de passagem, é muito grande. Contudo, cada vez que há uma eleição nos Estados Unidos a imprensa americana difunde que os Estados Unidos estão em uma situação difícil, que a União Soviética está ganhando pontos. Isso é habitual na maneira de o candidato à Presidência criticar o presidente. A política militar americana tem a sua dinâmica própria, e eu não creio que ela vá se alterar sensivelmente, mesmo porque eles são extremamente preocupados com isso, do mesmo modo que a União Soviética.

Em relação ao ex-presidente Carter, qual a desvantagem do presidente Reagan, em matéria de imagem internacional?

- Quase seguramente, o que Reagan vai perder em relação ao Carter é o charme da política de direitos humanos. Isso é evidente. Apesar das recentes declarações feitas em Madri, de que o governo americano vai manter o mesmo interesse pela política dos direitos humanos, leia-se: vai manter o mesmo interesse em criticar o abuso dos direitos humanos na União Soviética. Mas eu acho que vai diminuir o interesse em criticar a violação do lado de cá. Quando o Carter veio ao Brasil em 1978, ele falou com algumas pessoas bastante representativas de um ponto de vista liberal, incluindo o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns. Eu duvido que o Reagan, vindo aqui, tenha gestos desse tipo.

Apesar dos militares americanos não terem condições de seguir o modelo latino-americano preconizado por seus colegas de farda, a ala dos falcões não está, a partir de agora, sentindo-se revigorada?

- Ela já está revigorada. Tanto que eles estão com o general Alexander Haig, o novo secretário de Estado, que foi o homem que sustentou a fase de transição do governo Nixon. Quando já se estava em plena fase de escândalo de Watergate, era ele quem dava as cartas para, mais ou menos, manter o sistema de poder. E ele, que foi chefe da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), evidentemente é um homem de pensamento articulado, conservador: um falcão.

Contudo, em face dos meandros do poder, dos interesses das multinacionais, etc., a importância de um presidente não seria relativa?

- No mundo moderno, a complexidade é de tal natureza que temos pesos e contrapesos. Essas coisas estão muito amarradas. Há sistemas, blocos de interesses. O que pode mudar é um pouco mais, um pouco menos, mas sem que haja uma ruptura. E nos Estados Unidos nunca houve tal ruptura. A vida cotidiana

[11] Da entrevista a Wilson Teixeira Soares. *Ele e Ela*, fevereiro de 1981.

americana não vai mudar. E o sistema internacional — e isto é uma idéia nova — também não vai ser afetado. É um jogo complexo que inclui a ONU, reuniões de cúpula, o diálogo Norte-Sul, enfim, uma série de mecanismos que uma pessoa não muda. Agora — e isto é decisivo para se compreender as atuais transformações — a eleição de Reagan não significa que acontecerá uma mudança, e sim que esta mudança já aconteceu.

E que mudanças são estas?

- Todo o mundo sabe que vivemos uma situação de dificuldade econômica a nível mundial. E, curiosamente, nos dois lados, porque no bloco socialista, em alguns países, há uma situação de crise. Portanto, existe uma inter-relação dessas duas economias, à parte as crises próprias do socialismo, ainda pouco estudadas. Estamos numa situação de dificuldade no mundo inteiro. Recentemente, li em um jornal que o desemprego dobrou na Inglaterra. Claro que nós não estamos como em 1929. Hoje a economia tem mais centros de decisão. É mais difícil que as coisas ocorram com aquelas conseqüências de catástrofe como em 1929. Mas estamos enfrentando uma crise de reorganização da economia mundial em nível muito profundo. Ora, isso provoca uma certa angústia, uma certa insegurança. E é exatamente essa insegurança que provoca esse vento conservador. É um conservantismo preventivo, digamos assim, com medo de que das dificuldades econômicas possa derivar uma pressão das bases, das massas. Então há um conservantismo, e o Reagan é expressão disso.

Esse conservantismo endureceria as decisões da Trilateral?

- Endurece. Eu acho que todos os fenômenos de transição, de mudança de regime, vão ser mal encarados. Um exemplo: a Nicarágua. Bem ou mal, a Nicarágua passou por um processo importante de modificação das suas bases políticas, econômicas e sociais. E essa transição foi feita com forte presença da social-democracia européia, alguma presença de Cuba, e ainda assim a política americana foi de relativa compreensão para com esse processo, que foi tolerado. Agora não. E esta tendência é de lado a lado, tanto que o Afeganistão está mostrando isso, se bem que no bloco socialista também tem a Polônia, que é um desafio sério. Mas eu acho que esse conservantismo pode repercutir até na Polônia, porque o mundo hoje está tão interconectado que o endurecimento de um lado condiciona o outro lado a também endurecer. Portanto, daqui para a frente os blocos do poder aceitarão modificações no equilíbrio de forças com mais dificuldade. Dificuldades, no entanto, não querem dizer impossibilidade, pois a história não se faz segundo a vontade dos donos do poder, ·apenas. Mas haverá mais entraves...

Para alguns, as decisões da Trilateral não têm um peso significativo para o Brasil. Como você encara esta questão?

- Eu acho que no caso brasileiro as pressões de mudança existem independentemente do que os grandes setores de dominação do mundo opinassem a respeito. No Brasil houve uma certa dinâmica própria — pressão da sociedade e problemas internos no bloco de governo que permitiram uma certa flexibilidade. A filosofia da Trilateral é uma filosofia de, primeiro, entender que o mundo tem que ser internacionalizado do ponto de vista do sistema produtivo; segundo, que era preciso, de alguma maneira, inspirar certas linhas de filosofia política para garantir uma hegemonia cultural do mundo; e terceiro, que tanto quanto possível isso fosse feito dentro de um processo não ditatorial. Será que isso mudou? Acho que não. Essas tendências, na verdade, são reforçadas com esse conservantismo. Não creio que o mundo ocidental possa aceitar a ditadura como uma forma normal de convivência. Além do mais, em virtude da disputa entre os dois blocos, eles têm que reafirmar o princípio democrático no bloco do lado de cá. Mas o que acontece é que essa filosofia política vai estar subordinada a um outro princípio — o da ordem. Democracia dentro da ordem. O que é específico do conservantismo não é querer evitar que mude a forma do regime, mas sim evitar que forças irrompam na cena histórica sem que elas sejam controláveis. Se as forças irromperem e existirem canais para que elas se expressem, desde que o sistema dominante possa se manter, eles incorporam a força emergente. O que o sistema conservador repele é aquilo que não é capaz de ser absorvido. Se houver algo nesse sentido, a filosofia do mundo ocidental, de que a Trilateral é um exemplo, vai optar pela ordem. Porém, tão importantes quanto as eleições nos Estados Unidos têm sido os resultados das eleições na Europa, onde a direita tem ganho.

DIÁLOGO DE SURDOS[12]

A conjuntura internacional é, para dizer o mínimo, sombria. Desde 1973, as lideranças políticas vêm-se preocupando crescentemente com a crise. Possivelmente nenhuma outra palavra gastou mais tinta nos últimos anos do que essa: crise. A louca disparada dos preços do petróleo teria posto em causa a prosperidade capitalista.

Hoje ninguém pensa mais em termos tão simplistas. Os preços relativos do petróleo caíram a golpes da inflação mundial e da redução da demanda. Enfim, tomou-se consciência de que as economias ocidentais passam por uma mutação, umbilicalmente ligada à recessão econômica. O sonho de que a política keynesiana poderia ser o antídoto universal contra as crises desfez-se, deixando os políticos, os economistas e os empresários desamparados. Mudanças tecnológicas, desemprego, endividamento e inflação constituem a obsessão da conjuntura atual.

Nesse contexto, ao mesmo tempo que em Paris se preparava a reunião da "cúpula de Versalhes", em Argel se discutiu o destino do Terceiro Mundo e a necessidade da criação de uma nova ordem internacional.[13]

No encontro de Versalhes, a guerra assustou mais do que o fantasma da recessão. Agressão no Oriente Médio, nas Malvinas. Por trás delas, embora os acontecimentos atinjam diretamente países que não pertencem ao bloco soviético, é perceptível o temor, nas lideranças ocidentais, de que se precipite um realinhamento. Embora houvesse a participação de cientistas sociais de países que não são membros do "clube dos ricos", a discussão travou-se ao redor de pontos que nem de longe roçaram o tema de uma nova ordem internacional, tal como esta é entendida pelo Terceiro Mundo. A crise, o desemprego e as mudanças tecnológicas empolgaram o auditório.

O professor Tsuru apresentou um importante trabalho sobre o progresso tecnológico e o desemprego no Japão, mostrando que a "revolução dos robôs" — a "robótica", palavra feia cujo som vai ferir cada vez mais nossos ouvidos — é um fato. Só para dar um exemplo: a fábrica de automóveis Nussan tinha apenas 10 unidades de robô em 1972; em 1981 contava com 730. Por quê? Porque um robô que trabalha na soldagem pode ser alugado (pelo sistema de *leasing*) por 180 mil ienes por mês, o que é muito menos do que o custo da mão-de-obra. Mais ainda, enquanto um soldador humano pode trabalhar, no máximo, 2 mil horas por ano, um robô trabalha 8 mil horas, descontado o tempo necessário para a manutenção.

Não é de espantar, portanto, que os japoneses hajam multiplicado o número de robôs em funcionamento quase cinco vezes entre 1974 e 1980. O estoque de capital na indústria aumentou consideravelmente, enquanto a força de trabalho humana cresceu minimamente depois da "revolução robótica".

No Japão, graças ao sistema de emprego permanente assegurado pelas empresas mais dinâmicas, as conseqüências sociais dessas mudanças tecnológicas têm sido o deslocamento da ocupação de mão-de-obra dentro das empresas e o re-treinamento necessário do pessoal. Mas o que ocorrerá nos EUA e na Europa Ocidental quando a "revolução robótica", que se está gestando no próprio ciclo da crise, começar a atuar com força? A robotização da produção deverá provocar mais desemprego, pois as empresas ocidentais não dispõem do mesmo recurso das japonesas, que oferecem emprego permanente. A introdução e a generalização da microeletrônica já provocaram mudanças acentuadas na estrutura ocupacional dos países da Europa Ocidental, como mostrei em artigo recente.[14]

Diante disso e das especulações que se seguem à constatação de que o estoque de capital cresce de modo exponencial, enquanto a mão-de-obra permanece estacionária ou decresce (processo cujas conseqüências teóricas e práticas foram ressaltadas por Tsuru e são consideráveis, pondo em dificuldades a teoria marxista do valor), outros participantes da reunião, como Kaldor e Leontief, deduziram questões da

---

[12] *Isto É,* 16 de junho de 1982.

[13] Trata-se de um encontro de especialistas em desenvolvimento promovido pelo governo francas em 1982, como preparação para a reunião dos lideres dos países industrializados em Versalhes, e de uma reunião de políticos e intelectuais do mundo subdesenvolvido ocorrida pouco depois em Argel. O autor participou dos dois eventos.

[14] F. H. Cardoso. "As classes nas sociedades capitalistas contemporâneas (notas preliminares)": *Revista de Economia Política,* São Paulo, Brasiliense, vol. 2/1, (5): 5-8, jan-mar. 1982.

mais alta relevância. Até certo ponto, a remuneração do trabalhador deixa de ter relação direta com a produtividade de cada ramo industrial. Pode-se, é claro, pensar na "produtividade global" da economia. Mas a repartição da renda passa a ser diretamente um problema de justiça social e, portanto, político, desconectado da produtividade de cada categoria de trabalhador.

Que *lord* Kaldor, trabalhista histórico, conclua isso e se rejubile não surpreende. Que Leontief deduza que a questão principal do mundo contemporâneo é a da justiça social e a da organização dos assalariados e dos consumidores para participarem do bolo da renda é encorajador. Dito noutros termos: os cientistas sociais reunidos para discutir a agenda que deveria orientar as discussões dos presidentes dos países membros do "clube dos ricos" não têm dúvidas em dizer que tecnologicamente, apesar da crise e até incentivadas por ela, as economias capitalistas estão preparando um novo salto à frente. Nele o desemprego e a abundância coexistirão. Logo, ou se recria a sociedade, aumentando a participação de todos na cultura, no lazer e na força de trabalho não diretamente produtiva — e ao mesmo tempo buscando-se critérios sociais para a redistribuição dos frutos do progresso técnico —, ou se criará um horroroso mundo novo, repressivo e cheio de derivativos anti-sociais, como a droga e a violência.

Nada se disse na reunião, entretanto, sobre o Terceiro Mundo, salvo algumas observações quase de provocação de Emma Rotschild, de Enrique Iglesias e minhas. A tal ponto que, na discussão sobre as conclusões, foi apenas graças à insistência de representantes da UNCTAD e de alguns outros funcionários ligados às agências internacionais que o tema relativo às "negociações globais" — como a estabilidade dos preços das matérias-primas — entrou. Em geral ele foi considerado como uma retórica que não inova. Em Argel, ao contrário, as poucas observações críticas sobre o irrealismo de propostas terceiro-mundistas pareciam cair na desconfiança de todos. A injustiça na repartição da renda entre o Norte e o Sul e na concentração do progresso técnico no Norte dava o tom aos discursos iniciais. O elo entre um Norte dominador e um Sul explorado parecia evidente. Mais ainda, a prosperidade do Norte, em larga medida, era vista como resultado da miséria do Sul, causada pela forma colonialista e imperialista da relação Norte-Sul.

Este diálogo de surdos é algo patético. Enquanto os países industrializados preparam a decolagem para um novo século de avanços tecnológicos e dominação mundial, os subdesenvolvidos gemem ao peso de uma realidade cruel. O preço da crise, pela lógica do Norte, tem seus pagadores: não haverá nova ordem internacional. Basta olhar a questão do endividamento mundial. Segundo relatório do Banco Mundial, de 1981, nos dez anos que vão de 1970 a 1980, os desembolsos acumulados feitos pelos financiadores alcançaram 490 bilhões de dólares. Foi, portanto, multiplicado por sete vezes seu valor anual, pois este, em 1970, não ultrapassava 13,9 bilhões de dólares e, em 1979, chegou a 98,5 bilhões. Pois bem, do total da dívida, o que foi realmente transferido aos países do Sul não ultrapassou 203 bilhões de dólares, sendo que, em 1970, foram 5,9 bilhões e, em 1979, alcançaram 28,3 bilhões, tendo crescido apenas 4,2 vezes.

Dito de maneira mais simples, para cada 3 dólares novos tomados de empréstimo, menos de 1 dólar é realmente transferido, sendo que os outros 2 dólares são gastos para pagar o próprio serviço da dívida anterior (fluxo que aumentou 6,4 vezes na década) ou para pagar os juros, fluxo que cresceu dez vezes no período considerado. Convém acrescentar que em 1980 essa dívida era sustentada em 63,7% por fontes privadas.

No plano interno, para os países ricos, também está claro o que pode ocorrer: se os assalariados não se organizam e reagem, a nova prosperidade coabitará com o desemprego e eventualmente com um aviltante *welfare,* cujos prenúncios se vêem nas ruas do Harlem de cada grande cidade norte-americana.

É essa ameaça que, paradoxalmente, exaspera a formação de convicções generosas, embora nem sempre realistas, nas lideranças políticas e intelectuais do Sul. As contradições entre um sistema produtivo tão dinâmico tecnologicamente e as formas de controle da propriedade e da distribuição de renda são tão flagrantes que parece ser sempre iminente uma grande transformação. Até hoje, entretanto, as lideranças dos países mais avançados industrialmente têm conseguido contornar o temporal.

Chegamos, nesta altura da década de 80, a uma verdadeira ruptura nos quadros culturais e civilizatórios. Mesmo a esquerda nos países avançados tem dificuldade em perceber a natureza da demanda do hemisfério dos pobres. E, neste, mesmo sua vanguarda cultural e política custa a entender que os arsenais da imaginação criadora do Norte, tantas vezes perversa, podem germinar saídas para a crise que não contemplam a distribuição da renda entre as nações, embora possam contemplar algum redistributivismo entre as classes nos países ricos. Será que diante deste impasse a única saída seria um coquetel que

misturasse o conflito Leste-Oeste para dar mais realismo à todos e, quem sabe, permitir ao Sul arrancar concessões mais substanciais do Norte?

É difícil prever. Mas por acaso a Guerra das Malvinas, com um mau ponto de partida, não estará paradoxalmente enveredando por esta direção, juntando inimigos de ontem e permitindo a Moscou botar as castanhas no fogo, ao invés de tirá-las, com a mão do gato?

A CRUELDADE DA HISTÓRIA[15]

Na semana passada, em Paris, encontrei-me com Raymond Aron num almoço em homenagem a Albert Hirschman, que fazia naquele dia a conferência "Marc Bloch" na Escola de Altos Estudos. Aron, a propósito da guerra das Malvinas, desvanecia-se com sua vitória teórica: uma guerra na qual a volúpia do poder, o nacionalismo e a vontade (que levava a equívocos) imperavam sobre a economia, a razão e as classes. Será?

Não há dúvida quanto às circunstâncias precipitadoras da guerra. O fracasso continuado do regime militar argentino na condução do país levou os dirigentes a projetarem sobre as Malvinas a esperança de um reencontro entre a ação do governo e o sentido histórico. Nada disso diminui a crueldade dos acontecimentos e os caminhos tortuosos que escondem o fio condutor da ação. Um exército que nega a seu próprio povo a soberania política efetiva e que se preparava para, eventualmente, ajudar outros exércitos a esmagarem as tentativas de soberania do povo de El Salvador foi buscar na integração simbólica das ilhas longínquas do Atlântico Sul à Argentina a redenção de sua incapacidade política e da carga pesada de mortos, desaparecidos e torturados.

Não deixa de ser também cruel e curioso, para dizer o mínimo, ver como a Inglaterra (a "Pérfida Albion" do colonialismo), também enredada nos desatinos do governo ultraconservador de Margareth Thatcher, desvia a atenção dos problemas do desemprego, da crise econômica e da incapacidade de renovar-se, aceitando passivamente, de início, as ameaças de Galtieri e, depois, jogando o peso da Armada, do preconceito anti-latino-americano e da solidariedade do mundo desenvolvido para restabelecer sua soberania sobre as Malvinas e o direito dos ilhéus de serem britânicos.

Provavelmente, nem o General Oaltieri, nem a Sra. Thatcher calcularam os riscos e as conseqüências. Menos ainda os combatentes poderiam imaginar quantas vidas seriam tragadas pelo mar ou pelas balas. Um só "Exocet" transforma em fogueira os navios de alumínio; um só disparo afoga para sempre centenas de jovens pateticamente patrióticos, vítimas da urdidura sinistra tecida pelos problemas econômicos e políticos internos dos dois países que, de repente, viraram conflito externo.

Quanto às conseqüências, elas sempre vêm depois, como diria o Conselheiro Acácio. Mas algumas já vieram. A solidariedade precipitada dos países do Norte e a sem-cerimônia de Haig facilitariam a ironia da História quebrando antigos alinhamentos automáticos: entre os torturadores de Buenos Aires e os revolucionários da Líbia estabeleceu-se o elo tácito do interesse comum. A doutrina Monroe foi substituída pela solidariedade (tímida e não homogênea, mas ainda assim real) dos latino-americanos.

Outras conseqüências virão depois. Derrotada militarmente a Argentina, como governarão seus generais? Que capacidade de cobrança, senão maior, terão agora as "*locas de Plaza de Mayo*"? Serão capazes os sindicatos e a multipartidária Argentina de oferecer uma alternativa de governo? A massa trabalhadora reencontrará, na sinuosidade do processo político, caminhos antes barrados?

O custo de tudo isso é enorme. Os riscos também (basta pensar nas conseqüências do conflito sobre o sistema financeiro mundialmente debilitado) e seria insuficiente imaginar que na guerra das Malvinas nada mais há do que o sentimento nacional e a vontade do poder. Bem ou mal, à derrota argentina seguir-se-á a fria lógica da imposição dos interesses do Norte sobre o Sul. No rescaldo, não serão apenas os argentinos a pagar o preço. Nós também, como parte do Sul, teremos que pagar nosso quinhão à velha ordem dominante internacional. Basta ver o quanto já custou, no último mês, obter o refinanciamento necessário para manter o "*roll-over*" da dívida.

[15] *Folha de São Paulo,* 3 de junho de 1982.

É melhor, portanto, evitar, por irrealista, a indiferença frente ao conflito nas Malvinas, como se lá se desenrolasse uma fábula que não conta nada de nossas próprias agruras.

SÃO BERNARDO E GDANSK[16]

A analogia entre a situação brasileira e a polonesa é mais ou menos óbvia, sobretudo quando se leva em conta o papel do movimento operário no processo de democratização. Você, que esteve presente tanto na greve do ABC quanto na greve de Gdansk, poderia comentar as semelhanças ou diferenças existentes?

- Eu estava em Varsóvia em agosto do ano passado participando da Reunião Internacional de Sociologia. Quando saí de São Paulo, os jornais noticiavam com muita ênfase que a situação da Polônia era do tipo terminal, caótica e de muito temor pela invasão soviética iminente. Para minha surpresa, Varsóvia estava calma, não vi sequer as "imensas filas" que os jornais descreviam. Era verão, os restaurantes estavam abertos, o povo na rua, clima de distensão. Mais tarde percebi que isso também era ilusório. Na verdade, tratava-se de uma situação onde a tensão era contida. No terceiro dia do seminário as pessoas não falavam de outra coisa que não a tensão social, todo mundo de olho pregado na televisão.

- O seminário era na Academia de Ciências e alguns dos participantes eram membros do Partido Comunista. Percebi que, membros ou não do PC, todos os poloneses tinham horror dos russos. Não dos soviéticos, dos russos mesmo. Numa certa noite, em que havia rumores sobre uma invasão russa, isso ficou evidente. Apareciam declarações na televisão de que Moscou tinha comentado isso ou aquilo e tudo repercutia com grande nervosismo na população. O curioso é que eles escutavam a Voz da América e a BBC, que apareciam como paradigma de informação veraz. Intelectuais com quem conversei conheciam até os comentaristas dessas rádios e os levavam a sério.

- Contudo, o clima não era o mesmo que eu vi no Brasil na época de repressão. Fiquei interessado porque percebi que não havia medo. Acho que ele não existia porque não há tortura. As pessoas foram presas, mas a experiência da tortura não era viva, nessa época pelo menos, na memória da intelectualidade. Eles tinham medo da invasão, mais do que da polícia local.

Contudo, em outros movimentos grevistas houve uma repressão severa.

- Houve massacres, uma confrontação direta na rua, em 1970. Mas comparado com o ABC: estive em Gdansk enquanto ocorriam as negociações dentro do estaleiro Lênin. Lá havia muitas fábricas paradas e uma grande diferença em relação a Varsóvia, que estava cheia de bandeiras e retratos do Papa. O simbolismo é curioso: os dois símbolos, normalmente considerados conservadores, estavam ali para mostrar a vontade renovadora.

- Na porta do estaleiro Lênin uma enorme tabuleta mostrava as reivindicações fundamentais do movimento Solidariedade, do Lech Walesa. As discussões entre os líderes operários e o vice-ministro polonês eram transmitidas por alto-falantes. Em pequenos grupos, a população acompanhava todo o debate. A impressão geral era de incrível calma, era um movimento visivelmente organizado, contido. Não se tinha a sensação de estar vivendo um momento importante da história.

- Em Gdansk não vi nenhum aparato policial ostensivo. Aqui no ABC foi o contrário. O sindicato foi cercado, vieram o gás lacrimogêneo e as pauladas. Aliás, a massa é diferente na Polônia. O operário é do tipo francês, forte, gordo, bem-nutrido, com seu modo próprio de vestir. No ABC é uma massa com traços de subnutrição. Mesmo quem está ganhando bem vem de uma família que não comeu o suficiente.

Você tocou num ponto importante, a questão da organização. O movimento operário Solidariedade é extremamente bem organizado, com grande capacidade de mobilização e de comunicação com a massa operária e, ao mesmo tempo, não quer transformar essa força em poder político. Dá a impressão de que a passagem entre o social e o político é mais complicada.

- Exatamente. Era uma força contida, organizada, mas onde não se via uma passagem para o político.

---

[16] Entrevista a José Augusto Guilhon de Albuquerque, "Folhetim". *Folha de São Paulo,* 12 de junho de 1981.

Nessa organização era muito visível a presença de intelectuais. O Kor tinha muitos intelectuais...

Muitos católicos também?

- Não. Alguns marxistas, talvez. Os intelectuais do Kor eram, na maioria, dissidentes marxistas, muito ligados às universidades européias, principalmente a França. Eles funcionam como conselheiros em uma estrutura muito sofisticada. Nas nossas greves tem um bolo de gente que vai dar solidariedade, mas não tem estrutura de assessória, de consulta. Aqui, é tudo caótico. Lá há um fluxo organizado, mecanismos de assessoria e de informação muito maduros.

- O Solidariedade se dizia não político no sentido tradicional, mas exigia conhecimento prévio dos planos de investimento do Estado. Hoje, o processo mudou de rumo. Creio que o aspecto católico prevaleceu como ideologia sobre a dissidência marxista na formação das lideranças operárias. O que há de novo na Polônia agora é o fato de que a mobilização na fábrica foi tão grande que obrigou o governo a negociar. Parece que pela primeira vez, agora, dia 14 de julho, vai haver um congresso do partido onde a delegação é real, foi eleita pelas bases.

- O curioso é que não foi a transformação do Solidariedade em partido, mas a repercussão do movimento da sociedade dentro do partido único que pôde produzir a transformação. Parece que uma parcela significativa dos membros do partido é solidária com o Solidariedade. Hoje o partido já passou ao diálogo e, parcialmente, a adotar teses que são democráticas. Um partido comunista no poder ser contaminado por um movimento social não-marxista é fato novo na história.

Ainda mais por um movimento que em momentos apareceu em confronto com as idéias do partido.

- Várias vezes em confronto com o partido. Mas quero esclarecer que não vi ninguém que fosse favorável à volta ao capitalismo. A discussão não é do sistema sócio-econômico, é do sistema político. É a reivindicação de liberdade, de autonomia. Há uma profunda antipatia por tudo que seja centralismo. Eles realmente jogam a culpa de todos os males na burocracia. O que que vai dar tudo isso eu não sei. Há um ano a imprensa ocidental dizia que os russos iam invadir e não invadiram. Uma transformação muito grande está ocorrendo nas fronteiras da URSS. O que Moscou fará?

As pressões existem...

- As pressões são reais. As tropas soviéticas estão dentro da Polônia e Moscou manda recados explícitos, mas não invadem.

E por que não invadem?

- Acho que é porque o custo da invasão é alto. No caso polonês não se pode liquidar rapidamente, em 24 horas tomar conta e criar uma nova liderança. É um país que está organizado, tentando debater. A invasão terá um custo alto, político e também físico.

O exército polonês resistiria?

- Naquela época se dizia que o exército polonês havia reprimido algumas greves importantes anteriores e não estaria disposto a cobrir uma invasão. Eu não sei até que ponto isso vai ou não acontecer. Acho que há, também, um certo preconceito do lado de cá, do mundo ocidental, a respeito de como as coisas se dão no mundo socialista hoje. Por exemplo, na Hungria. É um país que tem um governo que foi posto lá depois das lutas de 1956, um governo que assimilou a ideologia liberalizante. Claro que fez lá o que estão fazendo os nossos aqui, uma abertura à moda da casa, mas fez alguma abertura. Fizeram a abertura à moda socialista lá, justamente para evitar um choque maior.

Pornochanchadas, calça Lee, Coca-Cola...

- E muito tempo de lazer, muitas férias, muitos lagos, muitos barcos a vela, muitos hotéis. Houve concessões nesse nível. Mas não na União Soviética.

Numa comparação, o sistema comunista tem que ser mais coeso, mais centralizado que o sistema brasileiro. O chamado sistema tem, aqui, a culpa de tudo, enquanto lá se tinha a espinha dorsal, o partido, que além de ser conhecido pela sua disciplina vem dar uma coesão muito maior. Então, como é que isso repercutiu no plano das liberdades civis?

- Até há um ano o grau de liberdade era muito pequeno, no sentido de que na imprensa havia muito controle, e na televisão nenhum acesso.

Tinha algumas manifestações?

- Tinha formas alternativas, mesmo fora da Igreja, no seguinte sentido: até um certo número de exemplares de tiragem isso era mais ou menos tolerável. Quer dizer, a *intelligentsia* podia se comunicar. E a Igreja tem mecanismos de comunicação mais rápidos. Mas, por outro lado, o acesso aos meios formais de comunicação de massa não era possível. O controle era muito restrito na imprensa, no rádio, na televisão. A imprensa mudou. Hoje, existe a imprensa onde o Solidariedade publica as suas coisas, há debates.

- Depois, há um problema que é a Polônia estar numa crise econômica sem paralelo. O Estado não foi capaz de dar solução para os problemas imediatos da população. Lá tem três mercados diferentes: um mercado ao nível do dólar, coisa aberta — não é negro não; você pode usar o dólar para comprar mercadorias. Um automóvel, se você comprar em dólar, recebe logo, se paga em slot entra na fila. Como é que tem o dólar? Porque tem os poloneses do resto do mundo que mandam dólar para a família. Mas é aberto o mercado do dólar, é assim que se justifica a entrada do dólar. Tem um mercado controlado centralmente, e tem um mercado livre. Toda a propriedade agrícola na Polônia é livre. Então há uma confusão de mercado muito grande, e uma capacidade muito relativa do governo de gerir essas questões, porque dá desigualdades, dá escassez de produtos.

- Por outro lado, o estilo polonês de crescimento econômico é mui parecido com o estilo brasileiro. No sentido de "vamos apertar o cinto e crescer 50 anos em 5". Com o capital estrangeiro, com empréstimos. Fábricas estrangeiras que são postas lá. Quando houve a crise mundial, eles fizeram enormes aciarias para vender aço; ninguém compra aço no mundo hoje. Dimensionaram a economia para uma prosperidade e essa prosperidade foi abalada. Um pouco como nós aqui, que temos automóvel pra burro e não temos gasolina nem capacidade mais de levar esse sistema desse jeito. Então isso tudo desmoralizou muito o governo central, pela incapacidade de dar o arroz com feijão para aquela população e obrigar aquela população a trabalhar bastante no carvão para fazer divisas.

Tem desigualdade provocada por formas de corrupção? Isso teve um efeito importante?

- Psicológico, sim. Mostraram-me onde antes viviam os burocratas — digo antes porque houve uma decisão de descentralizar. Eles não queriam deixar todos os burocratas juntos. Dá muito na vista e os filhos dos burocratas muitas vezes ou vão para a dissidência ou são semibandidos, como em Brasília. É impunidade... Mas havia isso. É preciso dizer que o grau de igualdade comparado com o do brasileiro é enorme. O símbolo de desigualdade para nós fica até pequeno. A disparidade não é do tipo da nossa. Eu fui ao campo na Polônia. O campo que eu conheci, que vai de Varsóvia a Gdansk. Entrei em cidadezinhas, comi lá, no caminho. O nível de vida é incomparavelmente mais elevado que o nosso.

Está mais longe do Brasil, está mais perto da Itália?

- Está mais perto da Itália, da França. É elevado o nível de vida dessa população. Pelo menos da área que eu vi, que é uma área evidentemente rica.

Tem a ver também com a educação...

- Tem... e com o abandono do campo. No campo só estão os velhos, porque educa e vem para cidade. A Polônia saiu, depois da guerra, de uma situação muito difícil. O sistema socialista polonês, com todas as suas distorções, promoveu a melhoria de vida global da população. Mas isso já foi feito e ninguém se abala porque já conseguiram isso, eles querem mais. Noutros termos, a reivindicação é a de uma sociedade em que o essencial já está dado. Não é a reivindicação de uma sociedade miserável, não é o Terceiro Mundo que está esperneando, não é a sobrevivência que está em jogo, são outras coisas. O nível de aspiração é em outro

patamar, e isso é uma coisa importante de ser vista. Aliás isso vale para a Europa toda, socialista ou não socialista.

- As camadas burocráticas têm algumas vantagens, mas perto das vantagens brasileiras... aqui qualquer classe média alta brasileira esnoba um burocrata situado num país desses. A desigualdade aqui é tão grande! Mas os poloneses ficam apavorados, porque choca com a ideologia. A ideologia é centro de igualdade, qualquer desigualdade choca.

Eu sei que uma comparação dessas é muito difícil, mas se a gente comparasse o risco de retrocesso no Brasil, as ameaças de retrocesso e por outro lado, na expectativa desse congresso agora, a possibilidade de uma posição...

- A bomba deles e a nossa bomba...

Quem hoje tem mais chances de avançar no processo democrático?

- Se na Polônia eles avançarem, a natureza dessa democratização será mais elevada que a nossa. Não são as questões elementares como as nossas, não é o feijão com arroz, é realmente a participação, a autogestão e essas coisas. Se isso for exitoso será uma experiência histórica extraordinária. Mas se você quiser saber, qual é a probabilidade relativa de uma invasão soviética ou da eclosão de uma onda terrorista no Brasil, acho que uma invasão soviética talvez seja mais iminente. O Congresso agora, em julho, pode ser um desafio tão grande que dá uma espécie de ponto de não retorno na História. Se a União Soviética chegar a algum acordo com o que está acontecendo na Polônia, isso significa uma transformação impensável no que era o socialismo do tipo soviético. O que está em jogo lá, do ponto de vista moderno, é muito importante, enquanto que o que está em jogo no Brasil não é tão importante. Aqui, o que está em jogo é repetir o que nós já tivemos no passado, ou seja, abrir uma avenida do futuro. Lá, eles abrem a possibilidade de um socialismo com democracia.

O movimento operário no Brasil não pode chegar à mesma mobilização alcançada pelos poloneses?

- O movimento operário no Brasil é uma coisa difícil, espinhosa. A mobilização social pode ser barulhenta, mas não é contínua nem realmente forte. Na Polônia, a coisa é menos barulhenta, mas contínua e forte. A greve do ABC, por exemplo, tudo ficou concentrado ali e o resto do país ignorando. Num momento de tensão, durante a última greve, notei que estavam presentes as lideranças políticas de oposição, as lideranças operárias. Liderança operária não tem que estar presente no centro de São Bernardo, tem que estar presente em suas fábricas. Declaração de solidariedade faço eu, faz intelectual.

Mas será que o que ocorreu no ABC não foi a necessidade da vanguarda operária, por causa da ausência de representantes legítimos dentre os políticos?

- Os políticos que estavam em São Bernardo são os políticos dos vários partidos de oposição no Brasil. Eles estavam lá fazendo o que podem fazer nessa hora, que é dar um respaldo moral. Também é sabido que os partidos no Brasil não tem capacidade de mobilizar, mas tampouco os sindicatos têm. Eles têm uma capacidade tópica, na greve daquela fábrica. É como eu disse, em São Bernardo foi a comunidade, e eu acho que o importante lá foi isso, uma reação da comunidade. Mas não é o caso do movimento operário propriamente dito. Não se propagou, não houve um salto como no caso da Polônia, que mesmo dizendo não estar visando o político, puseram tudo em xeque. Acabaram exigindo tudo: liberdade religiosa, liberdade de imprensa, mudando o governo e mudando o partido. Não tem comparação. Agora, a Polônia também não começou no ano passado. Tem muitas lutas, acumulou experiências. Isso não quer dizer que no futuro não possamos ter no Brasil um movimento operário com características mais ativas. O que houve por enquanto entre nós — em que o ponto mais expressivo é o ABC, ainda isolado — ainda é pouco. Além disso a Polônia é um país onde o peso da classe trabalhadora é enorme.

Antecede inclusive, o regime...

- Antecede o regime. E esses operários são operários navais, ou então de carvão. São operários de tradição de resistência muito grande se bem que o operário metalúrgico na Polônia também teve um papel

muito grande, nas greves anteriores. Aqui, ainda é a idéia de se defender salários, no seu nível mais elementar, evitar que haja exploração total da força trabalhadora. Aqui as reivindicações da classe operária são reivindicações que na Europa fazem morrer de rir. São coisas adquiridas pelas classes trabalhadoras dos países capitalistas, não só dos países socialistas. O fato de não se aceitar representante de empresas é impensável. Quando você começa a descrever na Europa ou nos Estados Unidos o que é o mundo sindical brasileiro, ninguém acredita. Depois dizem que foram os militares que inventaram isso. Não sabem que sempre foi assim, desde o Getúlio, Os militares apenas mantiveram e pioraram. Não houve nada, a debilidade nossa foi tão grande que até hoje, com tudo que já aconteceu, não se mudou nada da lei sindical. Consegue-se mudar a lei eleitoral, anistia, mas não se mexe nada na lei sindical. Isso é fatal.

IV
O ABC DA PARTICIPAÇÃO

OS TRABALHADORES E A DEMOCRACIA[17]

Há tempos não se ouvia falar de greve. Para muitos, para os muitos ricos e conservadores e para os pobres de espírito, isto era um sinal de ordem. Para a maioria dos brasileiros, já cansados de tanta arbitrariedade e soluções de fôlego curto, era apenas sinal de que as amarras do autoritarismo, embora mais estridentes no Parlamento castrado, na imprensa censurada, nas prisões inchadas, estavam bem assentadas na fábrica, no mundo do trabalho.

De repente, com vigor, mas sem alarido, com firmeza e sem provocação, espocaram greves no ABC. Seriam "selvagens"? Seriam espontâneas? Estariam os sindicatos por trás ou seriam fruto da ação de algum partido encapuzado? — foram as primeiras indagações propostas. E malpropostas. Não foi nada disso e foi tudo isso: é a democratização em marcha, em dura marcha batida, a partir dos pés do povo, de cada um de nós, de todos os que não são direitistas empedernidos ou exploradores sem grandeza. Renasce o movimento sindical, renasce a esperança por dias melhores, renasce o afã de organizar, falar, propor alternativas, negociar. Sem medo, com firmeza, com esperança.

Agora sim, pode-se começar a falar de democracia, sem adjetivá-la. Ela vem da base, da demanda de mudanças por parte dos que estão cansados de tanta equação matemática do salário perfeito. Não foi só o arrocho salarial por anos a fio, a utilização do PIS e do Pasep para financiar as empresas (até mesmo para ajudar a especulação financeira) ao invés de melhorar as condições de vida dos trabalhadores, o Fundo de Garantia para desestabilizar o emprego através das despedidas rotativas da mão-de-obra, etc. Foi também o peso surdo de uma ordem política e de um clima de desrespeito aos trabalhadores no cotidiano da fábrica, que garantiu o "rigor" das equações ministeriais. Ridículos tecnocratas que luziam fórmulas matemáticas para melhor comprimir os salários, como se as equações enchessem barrigas. O voto, de agora em diante, ao contrário do que dizia a demagogia populista, vai encher as barrigas. Democracia, sim, partidos sim, eleições diretas, sim. Mas para tirar do Congresso e das Assembléias, enquanto não se pode tirar dos governos, os que defendem a teoria do "primeiro acumular para depois dividir".

Subordinação dos sindicatos aos partidos? Manipulação eleitoreira através de projetos de efeito para iludir os trabalhadores? Basta ouvir a voz direta, ríspida, dos líderes sindicais: nem os partidos, nem os que pensam que sabem o que os trabalhadores devem fazer encontram ressonância nos Lula, nos Gonçalves, nos lideres das oposições sindicais, e muito menos em suas bases. A greve não lhes foi concedida por decreto. A inteireza das reivindicações e sua simplicidade — melhores salários para permitir uma vida decente — não surgiram de qualquer panfleto. Vieram da dura experiência de anos de opressão e exploração. E vêm com o sopro forte do novo e do autêntico.

Os sindicatos vão ao cerne da questão política: sem cortar o nó górdio da tutela do Ministério do Trabalho e sem assegurar, mesmo frente aos partidos, a independência relativa dos trabalhadores, a manipulação desfigura as lutas, as reivindicações viram concessões e com a mesma mão que são dadas podem ser retiradas.

Por certo não se pode encarar esses temas com simplismos. Os trabalhadores não reivindicam que, de repente, suas esperanças por melhores condições de vida e pela mudança da sociedade fiquem à mercê da relação direta entre patrões e operários. Sabem que o grosso dos trabalhadores não dispõe dos mesmos recursos de luta com que contam os trabalhadores das grandes fábricas modernas do ABC. E sabem também que a sanha patronal, em média, pode ser tão ávida quanto é castradora a ação do Ministério do Trabalho. Ninguém propõe a eliminação da Justiça do Trabalho, nem se pretende acabar com o salário mínimo. Longe disso. É preciso elevá-lo. Mas, a partir de um porcentual geral de aumento e de certo nível de salário mínimo,

[17] *Folha de São Paulo,* 28 de maio de 1978.

as negociações entre sindicatos de operários e de patrões devem operar livremente.

Sabem também os trabalhadores de Osasco, do ABC, de qualquer grande núcleo industrial, que há um momento que é da política. Que sem ele os trabalhadores mais pobres, que são explorados pelas empresas menos dinâmicas, acabam sendo super-explorados quando não há centrais sindicais fortes e partidos políticos nacionais que os apóiem.

É por isso que o movimento dos trabalhadores da Scania, da Ford, da Volkswagen etc., mesmo sendo localizado, e mesmo estando na área em que existe um dos sindicatos mais combativos de São Paulo (o que infelizmente não ocorre em toda parte) o dos metalúrgicos de São Bernardo, tem importância nacional: o encaminhamento positivo dessas reivindicações e o fortalecimento de uma liderança independente abre as portas para a reformulação mais ampla da vida sindical brasileira e vai requerer a discussão dos problemas centrais da democratização do País.

E é por isso também que todos os que têm interesse real no fim do autoritarismo, e não se limitam a pensar a democracia como uma gaiola de cristal para fazer resplandecer o interesse das oligarquias e das elites, saúdam no movimento dos trabalhadores paulistas os sinais de um amanhã mais promissor. Que chegue logo, pois todos queremos democracia, já.

AINDA A GREVE[18]

A esta altura tudo de relevante já terá sido dito sobre a greve do ABC. Não obstante, o tema da greve ainda é a grande questão. Por quê?

Porque não é São Bernardo apenas que está em jogo; não é apenas a incrível resistência de uma categoria profissional que ultrapassou o mês à mingua de trabalho, de salário e de esperança de diálogo; não se trata sequer da fusão momentânea, em São Bernardo, de tudo que a sociedade possui de mais sensível à hora e à necessidade de mudança: nunca se viu a Igreja e políticos, jornalistas e sindicatos, partidos e demais entidades da sociedade, civil tão unidos como agora para forçar uma solução que não se resuma ao categórico "não" do governo e dos empresários. Mas não é só isso: é a decisão sobre o reconhecimento da legitimidade dos trabalhadores como parte do País que está em jogo.

É este o ângulo crucial da questão. Por certo os líderes sindicais do ABC e a massa operária recorreram à greve porque têm de defender o nível salarial alcançado e precisam lutar com empenho para evitar que novo arrocho despenque sobre eles e sobre o resto dos assalariados brasileiros. Mas os que imaginarem quê a reivindicação de São Bernardo se esgota aí e que a prisão dos líderes é suficiente para desarticular os trabalhadores não terão compreendido que nos anos de resistência democrática e agora de lutas sociais, os trabalhadores aprenderam que para alcançar esse objetivo precisam assegurar sua identidade e sua autonomia. A luta de São Bernardo é também a luta pela dignidade do trabalhador e pelo direito do operário ser reconhecido como parte deste País. Cidadania, tanto quanto mercado; política no mais generoso sentido, tanto quanto sobrevivência econômica. Desapareceu a fronteira entre o sindical e o político.

E tudo isso, queiram ou não os caçadores de bruxas, vem de um sentimento muito generalizado, que passa por cima das diferenças partidárias e dissolve as questiúnculas entre as organizações semi-legais. A decisão da greve e sua duração não podem reduzir-se às "explicações" que as atribuem ao comportamento personalista do Lula e a influências estranhas ao meio operário. Por certo, estes fatores existem. Mas não jogam o peso decisivo que maldosamente lhes atribuem.

Pode-se questionar o acerto das lideranças; pode-se indicar o vezo de palavras de ordem arcaicas de organizações políticas que vêem na greve o início da revolução social. Nada disso explica a duração da greve, a solidariedade real que existe entre os trabalhadores. Vê-se hoje no ABC, e especialmente em São Bernardo, o nascimento do espírito da *comunitas* de modo muito vivo. E é isso que dá à presença da Igreja o fulgor inegável. Mas, de novo, enganam-se os que pensam que o bispo instiga e o cardeal comanda. A Igreja fornece apenas a moldura; dentro desta o espírito que frutifica é o da igualdade mística num nós coletivo que dissolve momentaneamente hierarquias. É o Alemão chamando de "você", pelo telefone e diante de toda a polícia e a imprensa, o líder empresário; é o operário que ao reconhecer Ulisses Guimarães grita, chamando-

[18] *Folha de São Paulo,* 7 de maio de 1980.

o inabitualmente pelo sobrenome, “nós não estamos sós”; é o bispo que se traja comumente e é percebido como irmão; e, no limite, é o informalismo e o quase alívio da relação entre a massa e a Polícia Militar depois da ordem de permitir a passeata e o comício do 1º de Maio.

Os que testemunharam as assembléias da Vila Euclides e os que se deram conta da rápida mudança que se processou quando, depois da retirada da polícia, ainda com os olhos lacrimejantes das bombas de gás, os operários começaram a confraternizar e, mais do que a “marchar”, a caminhar na direção do estádio, viram que a dimensão lúdica — de festa — coexistiu com a 'decisão firme de manter a greve.

Basta não ser cego pelo reacionarismo passadista dos que estão afinados a uma concepção de sociedade que não pode sobreviver ao mundo industrial moderno, para perceber que a reivindicação de São Bernardo transcende à fábrica e ao partido: é o batismo de cidadania de uma massa jovem, trabalhadora, nordestina em larga proporção, urbana e combativa, democrática e, no limite, radicalmente contra as estruturas de opressão na sua integralidade — sociais, econômicas e políticas.

Talvez o governo derrote momentaneamente São Bernardo. Lula está preso e com ele valiosos líderes. Pesa-lhes a ameaça da cassação atual: o enquadramento na Lei de Segurança veda-lhes o caminho institucional dos partidos e dos sindicatos. A sociedade é frágil — ou melhor, seus setores democráticos o são — para dar um basta a mais esta onda de arbitrariedades: O próprio movimento operário não foi capaz de impedir que as lutas se circunscrevessem ao ABC. Com isso, o Sistema recria os inimigos de que necessita: joga fora da Lei — mas que lei é esta, meu Deus? — os porta-vozes da reivindicação social e democrática.

Mas do rescaldo sobrará o essencial: o sentimento de autoconfiança dos trabalhadores e a capacidade que desenvolveram de comportarem-se como massa que pressiona.

Deu-se assim, nesta greve, um passo decisivo para a constituição de nova ordem política. No momento em que Igreja e grandes lideranças da oposição institucional vão à assembléia dos grevistas — dita ilegal pelo governo — e, juntas, reagem à arbitrariedade do Sistema que quer seqüestrar as lideranças operárias, mais do que prendê-las e obrigam ao reconhecimento de uma formalidade, a ordem de prisão, nesse momento a Lei começa a emergir como a possibilidade de futuro. Contrasta com esta atitude o vaivém de um Tribunal do Trabalho que se desdiz sob pressão oficial, e do próprio Superior Tribunal Militar que fecha os olhos à forma arbitrária das prisões e nega o habeas-corpus.

(Mesmo neste caso, houve duas vozes de protesto e um relator que se justificou na televisão alegando que os advogados não argüiram este aspecto da ilegalidade no requerimento do habeas-corpus.)

É de lastimar (embora não surpreenda) que, diante deste quadro de reivindicação democrática, não tivesse emergido o apoio decidido sequer dos setores empresariais habitualmente menos cegos pelo autoritarismo e pelo interesse econômico imediato. Eles sabem, tão bem quanto os operários, que o que está em jogo não são os magros 7% a mais ou a menos nos salários, que um mês de inflação consome. Sabem que da agenda de reivindicações operárias quase tudo refere-se a procedimentos e não a cruzeiros. Procedimentos, diga-se de passagem, corriqueiros nos países sede de muitas das empresas envolvidas na crise. Sabem também que o argumento de que é preciso quebrar a crista do movimento operário para controlar as pressões sociais que virão é o mesmo invocado para passar pitos em empresários independentes: o da força, como razão de Estado. Não obstante, calaram e com isso comprometeram a saída democrática para este tipo de impasse no futuro.

Consola o principal: os trabalhadores recuperam com sua luta a dimensão ética da política. A luta pelo salário não se baseia apenas na força de pressão, mas no sentimento moral de que há algo de profundamente injusto na sociedade. E aprenderam a comportar-se modernamente. Lula preso, substitui-o Rubão: este preso, tem Nélson para passar o bastão. E de Nélson para 16 ou 400 ou milhares de operários na base, o comportamento é o mesmo: resistir em ordem; dialogar, negociar, mas não ceder o essencial.

O essencial é o surgimento de novo interlocutor na vida brasileira: João Ferrador é hoje igual, na prática, ao bispo, ao senador, ao intelectual e ao general. Queiram estes ou não. Imponham-se momentaneamente as velhas hierarquias com sua visão autoritária ou, quem sabe, ressurja amanhã, na Constituinte necessária, um novo ordenamento, democrático e profundamente enraizado no querer coletivo que exige mudanças sociais decididas para que a ordem econômica deixe de ser o que tem sido, bastião de privilégios e reprodução da miséria.

Em qualquer dos casos, daqui para a frente, existe uma nova classe com voz política e própria. Ela falará por si e dentro de vários partidos, democraticamente. Mas ninguém ousará, em seu nome, tentar negociar o inegociável: a identidade social dos trabalhadores e sua autonomia na sociedade brasileira. Nem sequer líderes operários, se se esquecerem de que também diante deles a massa se comportará com independência.

ARBITRAGEM OU ARBÍTRIO[19]

Está claro para todos que as experiências de negociação direta entre empresários e assalariados são extremamente recentes e inéditas no Brasil. Na verdade o sistema legal de resolução dos conflitos trabalhistas no Brasil emprega basicamente o mecanismo de arbitragem, isto é, há uma espécie de ensaio de mediações, ensaio bastante ritualizado, que se reduz às audiências de conciliação. A solução é sempre arbitrada por via judiciária, mas se faz dentro de diretrizes que são estabelecidas pelo Executivo. A partir desta constatação, gostaríamos de colocar para os nossos debatedores as seguintes questões, em primeiro lugar: quais as diferenças e principais vantagens dos mecanismos de mediação, dos mecanismos de arbitragem e de negociação direta, de acordo com a experiência dos diversos países. Quais as vantagens da negociação direta e da arbitragem judiciária para a democratização das relações trabalhistas. E, finalmente, a questão da compatibilidade ou não do sistema de negociação direta com as condições da economia e de nossas instituições políticas.

- Eu não vim preparado para fazer um debate teórico e muito menos para discutir no plano abstrato. Mas acho que é útil fazer uma reflexão direta sobre o ponto colocado. Há vantagens ou há desvantagens, e quais seriam, nas experiências de vários países, num sistema de negociação, de arbitragem ou de mediação.

- A resposta não pode ser dada em abstrato, porque esses sistemas se constituíram histórica e concretamente. Há uma história por trás de cada um deles, que são muito variáveis ,e não são puros. Onde se tem um sistema de negociação direta mais amplo é nos Estados Unidos. Por quê? Porque nos Estados Unidos se partiu de uma teoria e de uma prática na qual se levava a sério o pressuposto do "jus naturalismo" — essa idéia de que a liberdade é alguma coisa que assenta no indivíduo, na razão do indivíduo, na capacidade que o indivíduo tem de ter consciência do seu interesse, de negociá-lo e de que nada deve se opor a isso.

- Nos Estados Unidos, a partir dessa concepção (oriunda dos teóricos da democracia, que são muito respeitáveis na sua formulação), o sistema de negociação foi-se constituindo na luta entre o trabalhador e o patrão, sem passar pela intermediação do Estado, mas diretamente no choque de interesses dessas duas facções. E minguou muito a presença da arbitragem estatal. A idéia mesma de que a negociação deva ser deixada ao campo livre dos agentes interessados está ligada a uma sociedade de certo tipo, que tem uma certa concepção do mundo e que dispõe de instituições também de um certo tipo, nas quais o Estado realmente mingua. Quando se vê o que é objeto de negociação de trabalho nos Estados Unidos, os itens mais variados entram nos acordos. Por exemplo: como é que vai ser feito o serviço militar. Isso é regulado freqüentemente nos acordos patrão-operário. Aqui no Brasil seria impensável esse tipo de colocação.

- Na Europa não é assim, e varia de país para país. Em geral, nos países em que o movimento dos trabalhadores conseguiu ser reconhecido e respeitado há mais tempo – e os países escandinavos são onde isso existe de uma maneira mais estrutura da e institucionalizada — há sistemas mistos em que se tem uma ampla área de negociação direta e também mecanismos laterais de correção dessa negociação. Na França há uma duplicidade de caminhos. Em certos momentos se vai para a negociação direta, noutros momentos se passa à esfera do Estado. E essa é uma esfera especial de negociações, à margem da justiça geral. Aí as negociações passam por um sistema complexo, em que entram sindicato e partido, porque os sindicatos têm uma ligação com os partidos.

- Por que isso não existe nos Estados Unidos? Não simplesmente por causa de uma abstração. Então a grande questão que devemos pensar é como vai se dar uma esfera de negociação direta num país onde tudo passa pelo Estado. Aqui é o contrário do pressuposto americano.

---

[19] Da mesa-redonda com Luís Inácio Lula da Silva, Henry Maksoud, Célio Borja, Leôncio Martins Rodrigues e José Augusto Guilhon de Albuquerque, "Folhetim", *Folha de São Paulo,* 22 de junho de 1980.

- Pela nossa tradição, tem-se que fazer um esforço enorme para justificar o indivíduo, porque o Estado parece, de cara, que vale por si. Então nós temos uma história oposta à história de outros países. Muito curiosamente, no processo de desenvolvimento dessa questão, fará uns vinte anos, tudo que dizia respeito à negociação direta era visto como uma idéia americana. O que prevalecia no movimento progressista no Brasil era a idéia de que era preciso evitar esse caminho. Agora não, agora mudou a situação. E mudou porque de alguma maneira a presença de uma massa de trabalhadores nas grandes cidades, funcionando no esquema empresarial do grande capitalismo, fez com que os termos da questão começassem a ser objetivamente transformados. O peso do Estado lá em São Bernardo parece não ser tão grande, porque de fato, comparando com o que foi no passado, já não é tão grande mesmo. A questão teórica e concreta que nós temos que colocar é saber como se pode evoluir do sistema em que estávamos para uma outra situação na qual haja negociação sem que disso derive o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores.

- É muito complicado fazer essa passagem, porque mesmo um mecanismo de negociação coletiva direta não tem o mesmo alcance em toda parte. Ás vezes a negociação coletiva incide sobre toda uma categoria, às vezes diz respeito a uma fábrica. É muito variável o mecanismo, às vezes tem força e vale para toda uma província ou todo um Estado. Outras vezes vale para todo o País. Quer dizer, esses temas não são simplesmente uma questão de princípios, são uma questão concreta de como é que se vai construindo um mecanismo novo.

- Parece que no caso brasileiro nós temos realmente um problema: como se constrói a democracia neste País? A democracia no Brasil, para ser construída, passa por certas áreas onde haja uma certa flexibilidade para que a negociação possa ocorrer. Porque a atual arbitragem não é arbitragem nenhuma: quem tem o canhão debaixo da mesa são os donos do poder e os donos do poder são as empresas. Então, com relação ao trabalhador, quando vai haver negociação, o sistema de arbitragem não é arbitragem, é uma decisão que vai limitar o ímpeto da negociação. Hoje nós temos uma situação em São Paulo em que alguns setores patronais começaram a perceber isso, e começaram a perceber que o mesmo movimento que tolhe a ação do trabalhador também tolhe a ação deles. Só que eles perceberam, mas não conseguiram deixar de ceder.

- Então a chamada arbitragem é um mecanismo de contenção. Eu acho que é preciso democratizar esta sociedade, acho que devemos criar espaços para que a negociação direta possa se constituir.

- Nos Estados Unidos, onde há liberdade sindical e impera o sistema da negociação direta, ele protege no máximo um terço dos trabalhadores. Deixada à livre força do mercado, uma camada muito grande de trabalhadores não tem força para impor condições de trabalho suficientemente adequadas, para defender o seu bem-estar. E quando se vai verificar como é que isto ocorre, vemos que nas indústrias monopolistas e nas indústrias do Estado, que também existem nos EUA, aí é onde os grandes sindicatos operam. E estes conseguem arrancar uma série de benefícios. No setor competitivo e de produtividade relativamente mais baixa esse processo não é tão generalizado. Existe um problema de perda de vantagens da população onde estão os chicanos, onde estão *les dammés de la Terre.*

- Então, não é certo que basta soltar o mercado. Quero deixar isto bem claro para não dar a impressão de que está ruim só porque o mercado está controlado. É verdade, está ruim porque o mercado está controlado, porque a burocratização é muito grande, e também porque o Estado intervém sempre de um lado. Mas nós temos que pensar num sistema de contrapeso nesse processo. E existem mecanismos.

- Aqui já foi dito que no ano passado foram acordados 72 contratos de negociação coletiva, no Estado de São Paulo, onde o fundamental era o salário. E não se entrava quase no resto. E o Lula disse aqui que eles levantaram uma lista de vinte reivindicações. A maior parte das reivindicações do ABC não era de salário, era de procedimento, era de forma de ação. E isto especialmente não é concedido porque isto implica a democratização. Salário ainda vá lá. No Brasil acontece o oposto dos Estados Unidos nesta matéria.

- Há uma idéia que tem sido defendida pelo Almir Pazzianoto e que suponho seja do Sindicato de São Bernardo, que tenta resolver um pouco esta questão de um modo não abstrato. E qual é a questão? Nós temos que aceitar que há um piso. Não se vai deixar simplesmente tudo à livre negociação. Porque se deixarmos tudo à livre negociação, e a capacidade de negociação não for homogênea, muitos setores serão totalmente esmagados. Então é preciso ter um certo piso salarial, para que sobre a incidência desse piso as forças dos grandes sindicatos e dos partidos pressionem para mantê-lo minimamente elevado. A partir daí deixa-se a questão à livre negociação. Esse negócio de pensar que basta soltar as forças do mercado é liberalismo, é

século 19, minha gente.

- Então, eu diria que há possibilidade de compor um sistema de negociação com um sistema de arbitragem. Qual a condição? O Lula deu. É que tem que haver um Estado de Direito. É preciso que o império da lei exista. Agora, o que estamos vendo aqui é que não há arbitragem nenhuma. Como é que vai haver arbitragem se a política salarial é definida pelo Ministério da Fazenda e pelo Ministério do Planejamento? O que é que o juiz faz? Ele sanciona. O juiz não decide nada, ele sanciona. O preço da força de trabalho no Brasil é administrado. Administrado pelo Estado, que é parte do processo produtivo. Então é um jogo de cartas marcadas. Não há arbitragem. E para haver arbitragem é preciso acabar com esse mecanismo. O juiz que vai arbitrar não pode estar sujeito a uma CLT onde, como diz o Leôncio, 98% das situações de conflito salarial já estão previstas de antemão. Então, o juiz é um funcionário do Estado, ele não tem poder independente. E quando se fala em arbitragem é preciso que haja poder independente. Não há uma oposição entre arbitragem e negociação coletiva. A oposição é entre negociação coletiva e intervenção permanente a favor do capital, que é o que acontece no Brasil.

Quais as vantagens da negociação direta e do sistema de arbitragem por via judiciária para a democratização das relações trabalhistas?

- No Brasil não há realmente arbitragem, há arbitrariedade. Se a pergunta for em termos da arbitragem da negociação coletiva, pode não haver tal incompatibilidade. Há um momento em que será necessária uma instância de julgamento. Há precondições para esse julgamento. Eu concordo com isso. Se não se tem liberdade do poder Judiciário, não há a precondição básica para essa instância. Tirando do plano filosófico, que não é o meu terreno, indo para o plano da questão colocada aqui, acho que no caso brasileiro não há dúvida nenhuma que é preciso partir para um esforço de negociação direta.

- Aqui no Brasil, dada a nossa tradição de intervenção estatal, dado o incrustamento dos interesses desse mesmo Estado, ou se quebra esse mecanismo de alguma maneira, ou então não se terá democracia. O limite da democracia, deste ângulo, está dado pelo bloqueio, pelo gelo do sistema de relações sociais e especificamente de relações trabalhistas. É o que foi dito aqui pelo Leôncio. Nós temos uma CLT que tem mais vigência do que a Constituição, porque ela de um certo ângulo é a verdadeira Constituição. Constituição deturpada, Constituição sem legitimidade. Para quebrar esse equilíbrio é que nós precisamos realmente forçar no sentido da negociação direta.

- É um problema político que está colocado: como é que se vai quebrar essa situação? Esta é que é a questão prática. Com que forças se vai conseguir abalar esse mecanismo. Acho que em São Bernardo assistimos ao engatinhar do processo. Algumas pessoas acham que já está quase no momento de ser colhido o fruto. Eu acho que nós começamos a engatinhar. E qual foi o engatinhamento a que nós assistimos? É que na prática já começou a existir aqui um conjunto de condições que permitem o sistema de negociação direta. Se tivesse havido força política para segurar o braço do Estado, os patrões teriam tido que negociar com os trabalhadores no caso de São Bernardo. O que bloqueou a negociação foi a intervenção do governo. Não foi a impossibilidade de atender à reivindicação, não foi nem sequer a inexistência de certas pontes que permitiriam a negociação. Foi o fato de que por razões políticas os empresários se escudaram atrás do Estado. E a sociedade não teve condição, força para quebrar esse escudo. Nem os trabalhadores tiveram. Porque não foi possível ampliar os elos de solidariedade no próprio nível da classe trabalhadora, e no momento em que não se ampliou isso a batalha foi perdida. É heróica a batalha, mas foi perdida. Mas quem perdeu uma batalha não perdeu a guerra. Está aí um dos comandantes, vivo e ao nosso lado. Apesar da cadeia, que aliás fisicamente fez bem a ele.

Alguns consideram, no Brasil, que a economia e as instituições são demasiado frágeis para comportar um sistema inteiramente livre de negociações diretas.

- Essa formulação é um chavão. Aliás, chavão de preferência de todo pensamento direitista conservador brasileiro. Todo pensamento conservador brasileiro parte da idéia de que não é possível fazer nada porque não chegou a hora ainda. Porque a sociedade é infantil, porque a sociedade é fraca, essa coisa toda. Então acho que hoje nós estamos vendo o contrário, o que foi dito aqui pelo Lula. Ele disse: olha, os trabalhadores sabem perfeitamente que é preciso estabelecer um certo patamar. Não estão dizendo que é preciso simplesmente borrar tudo o que existe e começar a lei da selva, que o mais forte, seja o patrão, seja o

operário, vai impor. Não estão dizendo isso, até porque sabem quem é o mais forte. Então, estão propondo uma outra estratégia. Qual é essa estratégia? Acho que ela é muito clara. Está se dizendo: haverá certos direitos que a lei terá de assegurar. Há certos direitos que têm que estar regulamentados pela lei. A lei vai passar pelo Congresso, e não pode ser de outra maneira. Os trabalhadores sabem disso e acabam de dizer aqui: o Congresso ainda não tem força. Para que possa haver negociação direta é preciso que o Congresso tenha força. Precisa haver um Estado onde realmente o Congresso tenha força, que vai estabelecer o que na lei será regulamentado e o que não. A produtividade, foi dito pelo Lula aqui, é uma questão, pode ser até técnica, e que não vai ser universal. Quando se decreta um aumento de produtividade, como eles decretam aqui, é uma mentira, é uma farsa. Estão fingindo que é produtividade e estão dando um aumento, diga-se de passagem, pífio de salário. Não estão mexendo realmente na produtividade. Isso vai ter que ser discutido, vai ter que ter índices, os trabalhadores vão ter uns, os patrões vão ter outros. O DIEESE, por sorte, já existe há muito tempo. Não temos uma classe trabalhadora despreparada. Ela tem seus instrumentos de pensamento. Hoje tem instrumentos de pensamento, independentes até do setor tradicional de pensamento. Hoje, eles não precisam nem da universidade para pensar, pensam sozinhos.

- Então não se trata de cara ou coroa, que é o pensamento simplista que atrapalha avançar. E os trabalhadores não estão formulando dessa maneira simplista. São os setores conservadores e reacionários que, para desmoralizar uma idéia que é forte, dizem: olha, o que vem aí é o caos, porque a sociedade é fraca e ela não agüenta negociação direta. Não é nada disso. Ela só se fortalece com a negociação direta. E isso: a negociação direta fortalece o sindicato, fortalece os partidos e fortalece na vida cotidiana a dignidade do trabalhador e uma relação altiva e democrática no trabalho.

Como poderíamos conciliar interesses, necessidades nacionais frente ao problema inflacionário, e os interesses dos trabalhadores, que já são uma parte agastada em sacrifícios neste processo?

- Eu diria o seguinte: a inflação que nós temos hoje no Brasil não se deriva dos salários. Não há quem possa sustentar que o processo inflacionário atual é conseqüência de um desregramento na relação salarial, mesmo porque é ao contrário. Em 63, 64, ainda se podia imaginar que havia uma pressão inflacionária de alta de salário. Agora não dá para pensar assim. O pouco reajuste que houve, e foi num dos sindicatos mais combativos, foi logo comido pela inflação. Não houve nenhuma transferência real pela via de aumento de salário maciço para as classes trabalhadoras. E é por isso que a questão da inflação hoje é muito complicada. A briga hoje, no que diz respeito à inflação, corta por dentro a burguesia, corta o empresariado, corta por dentro o setor estatal, corta por dentro setores poderosos deste país. Está ligada com uma coisa que não foi mencionada aqui, porque não era nosso tema: a questão da dívida externa. Está ligada com toda a questão do sistema financeiro, que realmente sugou muito das energias deste País. Então, resolver a inflação hoje é um problema político, além de ser um problema técnico naturalmente, muito mais difícil ainda do que foi o problema em 63/64. E não adianta dar golpe, porque não são os trabalhadores que estão pressionando esta inflação.

SÃO BERNARDO “*RIDES AGAIN*”[20]

A decisão dos trabalhadores da Volkswagen de rejeitar a proposta de redução das horas de trabalho para enfrentar a crise econômica sem dispensas constitui um fato marcante. Mesmo para quem conhece bem a situação do ABC, a enorme margem de votos contrários à proposta da empresa constitui, senão surpresa, motivo para aprofundar a reflexão.

Vi São Bernardo-comunidade, durante as greves. Todos sabem da força de sua liderança operária. Nunca deixei de reconhecer que se algo de novo ocorreu no Brasil nos últimos anos foi o surgimento de um setor da classe trabalhadora altivo e com consciência da dignidade do trabalho. Já foi assim antes: mais do que uma discussão sobre o nível de salários, a categoria dos metalúrgicos lançou-se à luta no ano passado para exigir reconhecimento social e autonomia.

O surpreendente, portanto, não é a reiteração do tema. É que ela se dá numa conjuntura obviamente desfavorável. O desemprego operário (e não só: que o digam os profissionais da classe média) não é um

[20] *Folha de São Paulo,* 23 de abril de 1981.

fantasma que ronda no ar: é uma realidade duríssima. Mesmo assim, os trabalhadores da Volkswagen preferiram assumir a responsabilidade do desafio e disseram não à proposta conciliadora dos interesses patronais que pedia uma aparente solidariedade. Solidariedade só pode haver — verdadeira — entre iguais. Não entre o pescoço e a guilhotina.

Duro exemplo a todos os brasileiros. Exemplo que, por sorte, não é isolado. Ainda agora, em Itaici, na discussão dos bispos sobre as Comunidades Eclesiais de Base, reafirma-se o princípio da autonomia do interesse popular, mesmo frente aos mais próximos partidos.

Será áspero demais o caminho? Injusto nas circunstâncias atuais? Quem sabe. Mas é o preço que uma sociedade elitista, baseada na exploração sem tréguas, terá de pagar para democratizar-se de verdade. É certo que a tarefa não é fácil. E requer reflexão mais profunda que simplesmente imaginar que a autonomia da sociedade civil é panacéia universal. Não é, até porque os empresários são membros da sociedade civil com títulos iguais aos dos trabalhadores. Não se trata, no caso, de luta em bloco entre a sociedade civil e o Estado, mas de luta popular e democrática para obrigar o Estado a processar as demandas de uma parte da sociedade civil — constituída pelos trabalhadores — pelo menos com chances formais iguais às dos patrões.

O reconhecimento prático disso vem da liderança de São Bernardo, a *de juri* e a de fato: pedem agora reuniões entre o sindicato, os representantes dos empresários e os ministros do governo. Reuniões para atrelar o sindicato à política do Estado? Não: para fazer política no sítio em que ela assume conotações decisórias, obrigando os ministros a aceitarem os trabalhadores como classe que se constitui na luta e na representação ideológica que têm de seus interesses e de seu papel. Assim como Walesa pede que o Solidariedade seja informado dos planos de investimento do partido e do governo na Comissão do Plano, os sindicalistas brasileiros começam a exigir que as políticas sociais e econômicas se façam sob sua mira.

O fundamento para tal exigência deu-o um empresário-político, Olavo Setúbal, na televisão. A indústria automobilística é fruto de subsídios e preferências governamentais. Por que não podem agora os mesmos canais servir para a garantia de emprego, objetivo nacional mais importante que a mera garantia do lucro pelo lucro, a expensas de todos?

O PIOR CEGO[21]

As classes patronais começam a preocupar-se com os efeitos da lei salarial sobre o desemprego. Sisudos e bem-pensantes comentários repercutem na imprensa a grave preocupação: não é que, dizem eles, forçadas pelos aumentos relativamente maiores dos salários menores, as empresas, para enfrentar a crise, se vêem na desagradável contingência de dispensar justamente os mais necessitados?

Alguns líderes, como o presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, chegam a manifestar preocupações para "preservar o poder de compra dos assalariados e a saúde financeira das micro, pequenas e médias empresas". Tanta generosidade, entretanto, mal esconde o alvo: criticar o eventual efeito redistribucionista da lei salarial. Em nome da sofrida "classe média", pede-se que os que menos ganham ganhem ainda menos... Haja lógica!

É certo que a crise está ai. É certo que o desemprego ronda os lares dos trabalhadores e das classes médias. É certo que a rotatividade da mão-de-obra é a defesa cruel que resta às empresas sufocadas pelos juros e pela retração do mercado. É certo que a redistribuição de renda interassalariados em conjuntura inflacionária é enganadora. Mas corrigir distorções acumuladas no passado pela via de aplicação de um percentual fixo de correção do INPC, em nome de elevar o poder de compra da classe média é demais. As correções propostas na sistemática de arrecadação do imposto de renda devem ser encaradas com seriedade. A defesa dos interesses dos assalariados de rendas médias, de igual modo. Mas pedir, para isto, que se reduzam relativamente os salários dos que ganham pouco (cerca de dois terços dos assalariados ganham dois ou menos que dois salários mínimos) é inaceitável.

Se as classes dirigentes e os empresários tivessem tido ímpetos redistributivistas em defesa do poder de compra dos assalariados na época do "milagre" teria sido mais fácil. Mas não: falava-se, então, na necessidade do arrocho salarial para favorecer a rápida acumulação, sem riscos inflacionários, e com

[21] 30 de julho de 1981.

capacidade para promover um futuro grandioso para todos. Não cabe agora, em nome da crise, do desemprego e da defesa da empresa, propor restrições aos salários dos pobres.

Que se proponham medidas em defesa da empresa, mas pela via de outra política econômica, contra os juros escorchantes, contra os desperdícios estatais. Não contra o bolso dos que quase nada têm.

Pasma que no exato momento em que, a despeito de tudo, os trabalhadores de São Paulo, nas eleições sindicais, demonstram capacidade de mobilização, começam a organizar-se mais livremente, encaminham suas reivindicações aos congressos regionais e ao Conclat, falte sensibilidade a algumas lideranças para ver o que está ocorrendo no Brasil. Se os líderes empresariais desejarem que suas propostas favoráveis a um "diálogo nacional" sejam ouvidas seriamente, não devem dar escorregões no fundamental. No Brasil qualquer pacto sério requer como ponto de partida uma guerra à pobreza. Com crise ou sem ela, este ponto não é negociável. Só não vê quem não quer.

CRESCIMENTO E POBREZA[22]

O movimento popular em São Paulo por reivindicações urbanas tem muita força, está muito organizado, mas apresenta dificuldades de escolha de prioridades. Isto é, se todos os grupos de bairros de São Paulo conseguissem obter na Prefeitura as suas três ou cinco principais reivindicações, a cidade não teria como cumpri-las, porque há um limite da Prefeitura em atender essas reivindicações. No entanto, o movimento popular parece insistir na melhoria para o bairro. A pergunta é a seguinte: qual é a capacidade do movimento popular de estabelecer prioridades e de propor uma luta geral para a conquista dessas prioridades?

- Não é específico do Brasil o fato de que a reivindicação urbana passou a ser um dos eixos centrais da vida política. Nas sociedades industrializadas e de massa, em todo o mundo, hoje se vê que o movimento ecológico, o movimento feminino ou feminista, enfim, os movimentos sociais têm uma incidência muito grande e muito freqüentem ente girando ao redor da questão do aqui e do agora, onde se vive, onde se mora, o que se quer.

- O que é específico do Brasil é que tudo isso se dá no contexto de um sistema espoliador. O que chamou a atenção e produziu um certo impacto, no caso do livro *São Paulo, Crescimento e Pobreza*[23], foi a descoberta do óbvio. O óbvio sempre dá susto na gente. O óbvio é que isto aqui tinha crescido muito. São Paulo virou uma cidade bastante rica, por um lado, e por outro essa riqueza, ao invés de eliminar a pobreza, em certos aspectos até acentuou.

- Nós, no caso desses estudos do CEBRAP, não nos limitamos a São Paulo. Acabamos de publicar um outro livro, *Bahia de Todos os Pobres,* do qual o Paulo Singer é co-autor junto com o Wilmar Faria e outros companheiros da Bahia, onde o que se analisa é um pouco a mesma coisa, é um samba de uma nota só. É a prosperidade num mar de miséria. Ora, essa prosperidade num mar de miséria provoca uma certa reação, que é variável politicamente. Em certas circunstâncias ela provoca apatia, mas no caso do Brasil tem provocado uma expectativa de melhoria. Tem provocado, portanto, vontade de luta. Isso, aliás, os que têm alguma familiaridade com as' pesquisas sociológicas no Brasil sabem que é um processo antigo. Sempre houve; mesmo na maior pobreza, a expectativa de melhoria. Isso não é mau, isso é bom. Isso não é alienação, não. Isso é vontade de mudar, é outra coisa.

- Então, entendendo que, de específico, nós temos muita pobreza no meio da prosperidade e, ao mesmo tempo, há uma vontade de mudar e há uma possibilidade de organização dessa mudança, aí eu vejo a questão posta. O povo que sofre as conseqüências de um modelo de desenvolvimento distorcido, ele sente essas conseqüências imediatamente. Sente e reivindica. Muitas vezes essa reivindicação não aparece. Quando é que ela não aparece? O Vinícius já o disse: quando a repressão não permite e quando existe uma desarticulação do mundo político.

- Recentemente, houve um trabalho sobre São Bernardo do Campo e eu estive verificando alguns

[22] Da mesa-redonda com Luís Gomes Cardim Sangirardi, Paulo Singer, Vinícius Caldeira Brandt e Cândido Procópio, "Folhetim", *Folha de São Paulo,* 18 de janeiro de 1981.
[23] Estudo realizado pelo CEBRAP para a Cúria Metropolitana de São Paulo.

dados a respeito da reivindicação popular naquela cidade. Existem, muito nitidamente, dois tipos de reivindicação: uma, nos bairros mais pobres, em Ferrazópolis, por exemplo, onde é a reivindicação de infra-estrutura urbana, iluminação, água, esgotos, etc. No resto da cidade, reivindicam áreas de lazer, em primeiro lugar, reivindicam segurança, mas reivindicam, também, supermercado e banco. Me pareceu uma coisa curiosa a reivindicação de supermercado e banco. Será alienação isso? Não é. É que na vida moderna, se não se tem um supermercado perto dificulta o cotidiano da população. E o banco é um acelerador imenso dos serviços.

- Isso quer dizer que a população não sabe hierarquizar? Sabe. Lá onde não tem água nem esgoto, ela quer água e esgoto; onde já tem água e esgoto, ocorre um outro tipo de demanda. Portanto, para resumir, é possível confiar em que as pessoas sabem o que precisam em primeiro, em segundo, em terceiro, quarto, quinto e sexto lugares. Eu acho que seria útil que a administração não adotasse um ponto de vista tecnocrático, definindo pelo consumidor aquilo que é o interesse do consumidor.

Como o poder público vem encarando e reagindo ao movimento popular em São Paulo?

- Eu queria lembrar que o fenômeno urbano na sua amplitude, na sua magnitude atual, é um fenômeno que, no caso brasileiro, se não é novo — pois a tendência à urbanização é antiga — acelerou-se muito e, de alguma maneira, superou a estrutura organizada da administração.

- Faz algum tempo o CEBRAP preparou um trabalho chamado "São Paulo, Cultura e Participação". E o que já então parecia bastante óbvio era o seguinte: a administração não estava preparada para enfrentar os problemas que ela teria que resolver. E não está preparada, primeiro porque, como burocracia, tem uma história de clientelismo, de troca de favor da pequena repartição. Segundo, porque a estrutura orçamentária do Estado sofreu uma distorção enorme. E, se é verdade que algumas cidades têm recursos, a imensa maioria dos municípios do Brasil, não.

- Além disso, os problemas tomaram tamanha magnitude que mesmo a idéia do que é o poder público ficou estranha. Por exemplo, o que fazer com a coleta do lixo? Quem coleta o lixo? Numa cidade como São Paulo, que cresce muito e vai incorporando na sua mesma área contígua outros municípios, isso cria um novo problema. Outro exemplo: as regras relativas ao trânsito eram definidas por cada Prefeitura e os problemas passaram a ser muito mais vastos do que o limite administrativo, gerando brigas enormes entre Prefeituras, brigas interburocráticas sem tamanho.

- Portanto, eu diria que a resposta do poder público à mobilização é uma resposta, por enquanto, capenga, canhestra, porque ainda não tivemos um pensamento político da administração pública que tomasse em consideração o nível de demanda de uma população que se urbanizou e que tem, hoje, um grau de consciência dos seus direitos. A generalização dessa consciência de cidadania, da reivindicação democrática e popular vai obrigar a uma reformulação muito mais profunda na estrutura administrativa. E, como nós não estamos falando de coisas que estão no vácuo, vai exigir uma modificação na estrutura de poder, na distribuição de poder. Quer dizer, se nós quisermos realmente fazer face a essa enorme quantidade de problemas dos grandes aglomerados urbanos, eu acredito que será necessária uma modificação muito profunda na distribuição de recursos, para que a idéia de participação seja algo mais do que uma retórica, do que uma pura demagogia.

V
A SOCIEDADE DE MASSAS

CEM ANOS DEPOIS[24]

Você estava na Europa em maio de 1968?

- Eu era professor de teoria da sociologia, em Nanterre, um departamento muito bom da Universidade de Paris, com Alain Touraine, Croziet, Lefebvre e outros grandes nomes da sociologia francesa atual. Naquela época, eu dava aula para o grupo do Cohn-Bendit. O que aconteceu naquela época? Aqueles alunos sabiam muito pouco de marxismo, e eu dava aula sobre Weber, Marx. Marcuse, eles já tinham ouvido falar, mas não tinha lido. Marcuse só foi traduzido na França em 1968 exatamente. Em inglês ninguém lia. Pois foram esses alunos que fizeram o movimento de 22 de maio que se notabilizou no mundo inteiro. Quando você olha o que eles escreviam nos muros naquela época, não há nada sobre lutas de classe. Nada sobre o imperialismo.

E os operários?

- Vinham à universidade e assistiam um pouco atônitos às discussões. O operário francês é operário, não é igual aos estudantes. É de outro mundo. No fim, você não explica o que aconteceu na França pelos estudantes, porque, afinal, os operários ocuparam as fábricas. Havia na França duas reivindicações as salariais e sociais, e as reivindicações culturais, mais existenciais. Isso me deu uma certa idéia do mundo moderno: eu via aquelas passeatas enormes, nas quais o pessoal saía com bandeiras negras do anarquismo e cantava a Internacional, que dizia: “de pé, famélicos do mundo”, todos bem-nutridos, bem vestidos, desfilando em Paris.

Que revolta era essa?

- Não era a revolta de Marcuse. Esse achava que a revolta viria dos guetos, do Vietnã. Era uma revolta norte-americana, de uma forte realidade americana, não era a revolta francesa. Não foram os guetos que falaram na França. Foi a classe média e a classe operária. Por isso, Marcuse espantou os professores franceses — pois ele esteve conosco naqueles dias de maio — ao dizer, aos jovens assistentes de Nanterre: vocês precisam ler Platão.

E o que tem isso a ver com o Brasil?

- Passados dez anos, tanto aqui como lá esses problemas não estão resolvidos. No Brasil, embora haja a Amazônia e os bóias-frias, há uma classe média, que é como se você estivesse em Paris. Movimento feminista, comunicação visual muito rápida. Para decifrar o enigma político brasileiro você tem que juntar reivindicações que são da classe média com as que são da classe operária, misturando-as com ecologia, modernidade, etc. Aqui, em 68, havia o ideal da revolução rápida e por via militar. O golpe forte. A idéia de quebrar e instaurar o mundo novo. Lá não havia isso em nível político, mas em nível existencial. E você continua sem teoria para esses problemas. Nós ainda estamos usando as teorias do século 19. Tudo o que se generaliza perde a força. Hoje, na universidade, nos setores de ciências humanas, quase todos são marxistas, mas não sabem o que falam. Quer dizer que Marx falava de uma realidade muito viva, a perspectiva da transformação através da classe operária. Tinha o exemplo da comuna, da revolução de 48, a expectativa da crise mundial, e o Estado que não entrava na jogada. Hoje, nos setores intelectuais, as pessoas continuam excitadas com as mesmas idéias e o mundo não é mais esse. Não que não haja mais revoluções, transformações. Mas nós já não estamos no século 19. Estamos marchando para o 21, e não temos teoria para isso.

---

[24] Da entrevista a Jorge Cunha Lima, *Status*, fevereiro de 1978.

O Ocidente não está sem vetor político?

- Eu acho. Mas veja, vou formular de outra maneira. A nossa geração sentiu a crise dos modelos de transformação. Nos anos 20 tem a revolução socialista. Nos anos 30, os processos de Moscou. Nos anos 50, a crise da Hungria. Depois, aquele universo concentracionário. Então vai diminuindo o poder de atração do modelo. Tinha o modelo da China, de sobra. Um socialismo parco, mas decente. Isso deu sobrevida a muita energia política. Que aconteceu? Veio a Camarilha dos Quatro, entre aspas. Mudanças bruscas. Na América Latina, o que teve mais força foi o mito de Cuba. Mas veio de lá toda a experiência da guerrilha, que fracassou. Então, hoje você tem um mundo em que a transformação não tem modelo galvanizador.

E a permanência do capitalismo não tem sido mais freqüente do que as transformações, em concordata?

- É um dado real. Mas se você quiser ver a história num enfoque "à la Toynbee", do fim do século para cá, verificaremos que o capitalismo está diminuindo, não se expandiu. O que você não tem são os modelos de fazer o quê. Por que Carter está dando um certo charme ao capitalismo? Porque faltam idéias-força, falta no que crer.

O socialismo europeu, o eurocomunismo está apresentando alguma novidade?

- São adaptações, mas com novidade. Seria simplista imaginar que o eurocomunismo seria uma prática para enganar capitalista, ou apenas uma adaptação, uma vacilação ou uma traição das lideranças e dos ideais comunistas. Não é isso. É que a classe operária européia aceitou os valores do parlamentarismo, da República parlamentar. O Gramsci já tinha visto isso há muito tempo. Qual era a discussão? O que aconteceu na União Soviética se entende, no mundo oriental; agora, no Ocidente não é assim. E a Itália não é uma coisa nem outra (na época dele, pois hoje a Itália está mais homogeneizada no capitalismo). O que eu acho que o eurocomunismo faz é tentar ver como é possível ter uma posição socialista, de esquerda, comunista, num mundo que não aceita a ditadura, sequer a ditadura do proletariado. Hoje o Partido Comunista Italiano não exige que as pessoas sejam comunistas para serem membros.

MAIO DE 1968: NÃO PASSOU DO COMEÇO?[25]

Nada mais pretensioso do que tratar a história como crônica pessoal e reminiscência. Mas existe também o perigo contrário; o de não perceber o momento vivido e banalizar tudo. Contam os maldosos que nosso José Bonifácio (o de verdade) viveu em Paris alguns dos momentos da Revolução Francesa. Não se deu conta. É que é mesmo difícil perceber quando um protesto social ou uma agitação mais forte não passam de rotina e quando anunciam algo substancialmente novo. Para não parecer pretensioso, convém começar estas reminiscências contando que em 1968, sendo eu professor de Nanterre, onde ensinava teoria sociológica à classe de Daniel Cohn-Bendit, almocei com alguns amigos brasileiros e conversamos sobre a situação francesa. À mesa estavam, além de mim, dois outros brasileiros professores na França, um de economia, outro de sociologia. O convidado de honra era um político que havia sido ministro no pré-64 e visitava a Europa, continente com o qual tinha pouca familiaridade. Perguntou-nos logo: o que vai acontecer aqui?

Nós, doutamente, sentenciamos: nada. De Gaulle, como então se dizia, era o governante que mais se aproximava de Luís XIV. Com uma diferença: "le Roi Soleil" governara com o apupo popular. O General tinha apoio da massa. Por certo, dissemos ao amigo, as negociações salariais serão duras, mas a vida sindical francesa, apoiada na força política dos comunistas e socialistas, jogava uma partida conhecida. Ao plano contrapunha-se o antiplano, tudo, porém, dentro das normas da racionalidade. E os estudantes, ora os estudantes... Um mês depois, Paris virava de novo a Comuna.

É que para mim Nanterre tinha outro sabor. Eu chegara a Paris em outubro de 1967, depois de ter vivido quatro anos no Chile, na época de Frei, mas também na época em que o Che Guevara clamava pela revolta latino-americana. Em Nanterre havia muita agitação, mas ao redor de temas que, vistos do ângulo latino-americano, pareciam estar mais próximos à discussão sobre o sexo dos anjos. De fato não se tratava de anjos. Discutia-se o direito dos rapazes freqüentarem os aposentos das moças nos dormitórios acadêmicos.

[25] *Isto É*. 10 de maio de 1978.

Permissão para que as moças passassem a noite com os rapazes havia. Mas, no caso contrário, quem assegurava que as jovens pobres e desprotegidas jovens, raciocinavam tradicionalmente os administradores não teriam sido coagidas? Seria incompleto dizer que apenas os problemas existenciais atraíam a atenção. A distribuição de panfletos era intensa. Trotskistas, maoístas, estalinistas, libertários anarquistas e toda a gama das esquerdas disputavam as preferências do estudantado (e dos professores). Mas não sei se lia nos *tracts,* nem nos *slogans* — basta ver o livrinho *Les Murs ont la Parole* — as palavras candentes de crítica ao imperialismo, ao militarismo, à miséria e à exploração, que constituíam o dia-a-dia da preocupação dos estudantes latino-americanos. A polêmica francesa variava das questões relativas à liberação (a desalienação social e *pessoal*) às questões políticas mais abstratas. Por trás disso, uma desconfiança enorme frente às burocracias, inclusive partidárias e a tudo que tivesse o travo de velho, do "*déjà vu*". (...)

É um engano pensar que Maio de 1968 correspondeu à filosofia de Marcuse, em sentido estrito. Não apenas porque ele era pouco influente entre os jovens, mas também porque a revolta que Marcuse pensou e propagou viria dos guetos, dos deserdados da terra. A de Paris, não. A seleção de matriculas para as várias escolas na Universidade de Paris se faz conforme o bairro. Os estudantes de Nanterre eram habitantes das áreas prósperas da Cidade. (...)

Não digo isso para minimizar a importância do movimento estudantil de Maio. Ao contrário. Acho que o aspecto "liberador" que ele tinha era novo. A mobilização das "*jeunes filles bien rangées*" que, de repente, se politizavam e jogavam na luta todas as angústias da opressão cultural, por exemplo, dava à luta tradicional por melhores condições de vida um verniz novo. A ação revoltada dos jovens arquitetos, do pessoal da TV e de propaganda, dos técnicos dos escritórios de planejamento e de serviços mostrava que, na sociedade contemporânea, mesmo os que não demandam pão têm um potencial favorável à transformação da sociedade.

Mas o Maio francês não foi só Nanterre, a Sorbonne e as barricadas. (...) O que se tornou politicamente importante foi a *fusão* deste aspecto com a reivindicação social dos operários e com a crise do sistema político. As negociações entre sindicatos e patrões, com mediação governamental, marchavam conforme o figurino (e como havíamos informado ao brasileiro que nos visitara em março). Até que... houve também uma rebelião de jovens operários, de operários estudantes. E começaram as ocupações das fábricas. A admoestação arrogante dos estudantes (Ah, se todos fizessem como nós...) dera frutos. A CGT, a CFDT, o PC, o PS, não controlavam mais as bases. Simultaneamente havia o debate político-institucional: prenunciava-se a "*union de la Gauche*" contra De Gaulle. Se este não tivesse agido rapidamente para buscar apoio onde, em última instância, se encontra o poder nas horas de crise (De Gaulle foi à Alemanha e se assegurou do apoio das tropas de elite) teria possivelmente caído. E o PC aceitou o desafio legal das novas eleições, brecando a revolta.

Era nítido, para mim, que assistia a um movimento de outro estilo, em comparação com as "greves gerais" tradicionais; mas ele não havia encontrado ainda sua linguagem. As bandeiras negras do anarquismo e da repetição do refrão da Internacional (de pé, famintos da terra) emocionavam trabalhadores relativamente bem nutridos e a classe média tecnificada, mas revoltada. Não se estava mais no século 19, mas usavam-se os velhos símbolos. Por quê? Talvez porque (como o é hoje) não se dispusesse de uma visão do mundo íntegra, renovadora, revolucionária mesmo, capaz de dar conta da realidade contemporânea.

Naqueles dias tensos, Paris se transformou. A Cidade burguesa e exibida, fútil mesmo, virou um "foyer" de discussões. Sobre tudo e sobre cada um. Uma catarse coletiva, entre tiros de festim, espaldeirações, pernas quebradas e intensa discussão política. Deu para sentir o gostinho dos grandes momentos de transformação social. E aprendi lições práticas de sociologia: as sociedades "apáticas" de repente tornam-se participantes e podem mudar; a mudança social, mesmo "revolucionária", não é predeterminável: depende da fusão de múltiplas contradições e anseios, localizados em planos sociais distintos e motivados por valores desencontrados. Mas, na hora da onça beber água, se não houver uma força política, uma vontade organizada que conduza a mudança e que esteja em consonância com as pressões populares, o impasse reaparece. Se houver, do lado conservador, como houve na França, uma inteligência política organizada, a ordem se restabelece. Mas não será nunca mais aquela. Pode ser pior se faltar a inteligência política conservadora (veja-se o Chile de Pinochet), ou pode ser mais contemporizadora, como a França de Giscard. Mas o equilíbrio anterior se rompe para sempre.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE[26]

- A questão que deve ser pensada por nós, no meu entender, é a seguinte: não se terá uma redemocratização ou uma democratização neste País sem a participação das várias camadas sociais. Obviamente, numa sociedade moderna, onde há universidade, a participação do estudante é crucial. No passado, não só no Brasil, mas em toda a América Latina, o movimento estudantil desempenhou um papel não somente no sentido geral de democratização, mas muitas vezes de detonante dos processos políticos gerais. No Brasil, em particular, nos anos 60, a UNE tinha uma participação política quase que na vanguarda dos partidos.

- E não apenas a UNE, havia outros, mas a UNE cristalizando, em vários momentos, a aspiração nacional. Na verdade, nos países subdesenvolvidos, a intelectualidade num sentido amplo, desde o jornalista, o professor, o padre e, às vezes, até o técnico, encarnam em determinados momentos o ideal de mudança, e são os que propõem essa mudança. E mais do que propor e encarnar, conduzem a mudança.

- Um ponto sobre o qual nós deveríamos refletir é qual será o papel dessas organizações intelectuais e universitárias numa sociedade como a brasileira. Hoje temos uma sociedade diferenciada, em que a população está cada vez mais urbana, que passa crescentemente pelo sistema escolar e que, bem ou mal, começa a ter um princípio não apenas de representação, mas de apresentação, dizendo diretamente o que quer.

- Minha hipótese é de que na medida em que a sociedade se democratiza — a sociedade, não o regime — e que se amplia a participação social, desde os trabalhadores até os índios, passando pelas mulheres, negros e outros, seria equivocado imaginar que a participação dos dirigentes e das organizações estudantis venha a se dar como no passado. E parece que à medida que a sociedade avança no sentido democrático, os estudantes vão continuar participando, mas no seu âmbito geral, estarão ao lado, não à frente dos outros.

Marcelo Barbieri

A tese do professor Fernando Henrique nos parece justa no processo de desenvolvimento da luta democrática no País. Temos, inclusive, o exemplo de 1977, quando o movimento estudantil foi fundamental na luta democrática do povo, saindo às ruas com a bandeira democrática. E, naturalmente, depois das greves no ABC e uma série de outras, o movimento estudantil passou a ter um papel mais de acordo com o seu peso social no País.

Contudo, no momento em que estamos vivendo, a participação política do estudante tem muito a contribuir. No Congresso de Piracicaba, definimos que nossa participação se vai dar na defesa da tese da Assembléia Nacional Constituinte. Por outro lado, é bom ressaltar que hoje nossa preocupação principal é ainda com a situação da nossa universidade, com a crise profunda por que passa nossa educação.

Nesse sentido, quero colocar a questão: como é que você vê a participação do estudante a nível da sociedade e, também, com relação à solução dos problemas da educação, colocando aí o próprio reconhecimento da nossa União Nacional dos Estudantes por parte do governo.

- Eu não disse que os estudantes não devem participar, mas que o peso relativo dessa participação, na medida em que outros grupos participem, é menor. E a qualidade muda. Você deu os exemplos. Exemplos todos que são a dois níveis: um muito concreto, dizendo que é preciso mudar as condições do ensino, da vida dentro da universidade, e da representação dos estudantes dentro da universidade. E o outro muito geral: é preciso garantir a democratização, a Constituinte. Mas você não formulou em nenhum momento as palavras de ordem para os operários, as palavras de ordem para o campo, você não está formulando sobre o concreto.

- É importante notar o seguinte: ao dizer que se quer a universidade com um papel mais específico — que não quer dizer um papel menor — temos uma coisa de outra ordem, porque o específico é importante e é importante também para o político. Isso porque nós estamos num momento no Brasil e, com algum exagero,

---

[26] Entrevista com os estudantes Artur Ortiz de Araújo (4° ano de Engenharia, USP), Paulo Kliass (4° ano de Arquitetura, USP), Marcelo Tragtemberg (pós-graduando de Física, USP). Fábio de Castro Ferreira (3° ano de Computação, diretor do DCE-Mackenzie), Francisco Borba Ribeiro Neto (2° ano de Ciências Sociais), Marcelo Barbieri (vice-presidente da UNE), Antônio Carlos Nobre Santana (secretário-geral da UEE-SP) e Mauro Pereira Lopes. “Folhetim”, *Folha de São Paulo,* 9 de novembro de 1980.

no mundo, em que não se sabe muito bem o que fazer. Essa famosa perguntinha: o que fazer? que em certas épocas parecia simples de responder, se transformou numa pergunta muito difícil.

- O que fazer significa, agora, o que propor. O movimento político e o movimento social necessitam da contribuição política a partir do conhecimento específico. E isso nós podemos dar. A universidade pode dizer coisas que só a universidade pode dizer. O estudante pode dizer coisas que só ele pode dizer. Ninguém pode dar lições de como fazer greve para o operário, ou do que fazer com a terra para o camponês, mas pode dizer outras coisas. E buscar essas outras coisas parece um campo imenso de atividades.

- Nós estamos numa fase em que, muitas vezes, as pessoas formulam coisas que pensam que são novas e são velhas. Ora, o estudante e o professor, especialmente na sua relação que é ao mesmo tempo conflitiva e comunitária, estão numa posição em que devem avançar o processo novo. O que é processo novo? Falamos muito em democracia, e se deve falar. Mas o que significa isso concretamente? É apenas a Constituinte? Não, a Constituinte é um mecanismo pelo qual se vai conseguir, no seu debate e na sua eventual implementação, uma série de transformações, a principal das quais, no que diz respeito à democracia, é o mecanismo de participação. O Marcelo mencionou alguns, para os estudantes universitários. Por que não generalizar isso como pensamento? Precisamos encontrar fórmulas de participação. Se pensamos que participar são eleições ou a vida organizada dentro da universidade ou dos partidos, estamos nos enganando; porque o grosso das decisões é tomado no gabinete, no Estado e nas empresas. Mas então como é que se democratiza? Eis aí um campo imenso para os intelectuais em sentido lato, incluindo os estudantes.

Fábio de Castro

Dentro dessa sua visão de que o movimento estudantil perdeu o seu caráter de vanguarda, como o senhor veria hoje os principais defeitos desse movimento, no sentido de que, talvez, a meta principal dele não tenha sido a luta pela participação mais massiva da comunidade estudantil?

- Você já deu a minha resposta. A principal tarefa do movimento estudantil hoje é se transformar, realmente, no movimento do conjunto dos estudantes. Não adianta ter uma vanguarda desligada do conjunto dos estudantes. Não estou dizendo que seja assim, sei que não é. Mas acho que a principal dificuldade que hoje encontra o movimento estudantil é existir como movimento social, e não apenas como movimento político. E movimento social pressupõe envolver o conjunto dos estudantes nos seus objetivos. É preciso que os estudantes definam quais são seus objetivos. Nós poderemos definir em conjunto os objetivos nacionais, o que nós queremos com o País. Mas o que é que se quer com a universidade, o que é que os estudantes querem? Só eles devem definir.

- Há muitos temas que os estudantes poderiam levantar nesse sentido. Inclusive, acho que é preciso fazer um tremendo esforço para não aceitar o privilégio. E muitas vezes essa posição de não aceitar o privilégio não é generalizada, quer dizer, inconscientemente as pessoas aceitam o privilégio.

- Uma das coisas mais importantes na educação é a educação primária. E o acesso popular à educação. Por que o movimento universitário tem que levantar essa questão que não é dele? Porque é uma coisa que mostra que nós somos privilegiados. E temos que fazer um esforço para não aceitar o privilégio. Não é só dizer que o professor do ensino superior ganha pouco, mas que o professor primário ganha uma miséria, que o ensino primário é uma grande farsa. Quer dizer: levar para a questão da democratização do ensino.

- Outro item que vale a pena pensar: nós temos que mexer no conteúdo da educação. O que é que se ensina? E por que é que se ensina muita coisa desnecessária, não se ensina outras coisas necessárias? Essa é uma tarefa dos alunos e dos professores, não é do governo, não. Todo governo é conservador nessa matéria. Eu tenho a sensação de que hoje, no Brasil, a questão da universidade, quanto ao conteúdo de ensino, é básica, e não está sendo levantada com força. Essa questão tem aspectos econômicos, porque se se modificar o tipo de ensino se pode baratear o ensino e se pode dar mais acesso ao ensino.

Francisco Borba

Você falou num movimento estudantil como detonante de um movimento social mais amplo, de um processo de democratização da universidade. Acho que isso está diretamente ligado ao problema do movimento estudantil como movimento de massa. Você fala também da importância do movimento estudantil e dos intelectuais, ligando isso a um país subdesenvolvido e colocando como o processo de

democratização muda esse papel. Concordo plenamente, mas gostaria de saber como você coloca aí a situação da contradição interna do movimento estudantil, que é de fato um movimento da classe burguesa. Outra coisa, lembrando os antigos CPC, é a questão de como fazer coisas para o povo e, hoje, com o povo.

Juntando tudo isso, me parece que ainda fica faltando o fato de como se gera uma prática nova. Como é possível ao movimento estudantil responder a tais objetivos, algumas vezes contraditórios?

- O movimento estudantil em si já é um movimento de massa. Mas não das massas populares e isso deve ser entendido, pois, como falei anteriormente, considero fundamental que o movimento estudantil se transforme efetivamente num movimento de, pelo menos, certa massa. De outra forma, ficamos pensando em outras e nunca chegamos nem às nossas próprias massas. E isso cai na questão seguinte colocada pelo Borba, ou seja, essa massa não é homogênea. Na universidade temos filhos de empresários, da classe média e até uns raros filhos de trabalhadores. A universidade é um conjunto heterogêneo de pessoas que convivem umas com as outras durante uma certa fase da vida e depois vão embora com interesses diferentes.

- Isso coloca uma questão real: em nome de quem falo se eu pertenço a essa massa heterogênea? E é isso que desequilibra politicamente um sentido mais amplo desse movimento. Ele é limitado nesse aspecto, mas isso não significa que não possa atuar. A contradição não estanca, ela aguça.

- Há uma particularidade na vida universitária que representa algo em comum para todos que dela participam, sejam ricos ou pobres, brancos ou negros. Todos eles estão tentando pôr, pelo menos na ficção, a idéia de que existe uma cultura, uma ciência, um saber que deve ser trabalhado. É difícil generalizar interesses específicos, egoísticos na universidade. Sei que isso é contraditório, mas em qualquer universidade do mundo os grupos de direita que tentam fazer isso perdem. Eles se chocam contra a ideologia geral da universidade.

- Essas coisas dão margem para que se tenha, na universidade, um grau mais amplo de aceitação de idéias transformadoras. Assim, contraditoriamente, filhos das classes econômica e politicamente poderosas acabam tomando posições diferentes. A universidade não é só o reflexo da situação de classe. Ela é um reflexo contraditório que agrega uma peculiaridade: alguém tem de falar em nome do saber, do certo e do errado, do bom e do mau. E isso alarga a possibilidade de se ter uma definição de outro tipo, de que se tenha um avanço.

- Mas é preciso entender, também, a limitação no papel de vanguarda que se apresenta. O papel da universidade é o de abertura de uma frente de ação, mas não é um papel central nessa frente de ação. Então, como sai dessa? O Borba colocou muito bem: não basta ter a intenção de falar pelo ou para o povo, mas ser com o povo. Contudo, é preciso· entender o que seja povo. Com qual conceito de povo se está trabalhando? E de que forma, ou, ainda, onde o trabalho do estudante, do universitário se faz necessário e importante.

- No caso brasileiro, eu não posso pensar que o Nordeste é igual a São Paulo. Não posso dizer, por exemplo, que o peso dos metalúrgicos é o mesmo no ABC e em Recife. É possível, até mesmo, que o peso do setor estudantil e intelectual seja maior no Nordeste. Essas são coisas que não podem ser esquecidas. Mas também não pode ser desprezado o fato de que numa sociedade como a nossa existem problemas sociais, reivindicações e transformações a serem feitas em vários níveis, e que não são, necessariamente, do fundo do tacho. O grande problema está, evidentemente, no fundo do tacho, mas há outros níveis. Até mesmo em níveis estritamente profissionais.

- Na França, em 1968, por exemplo, a universidade teve um papel importante que não foi necessariamente o de buscar as contradições de classe. Ao contrário, a reivindicação básica levantada no maio de 68 era cultural, civilizatória, libertária. Evidente que terminou se desencadeando um movimento mais amplo quando se encadeou com o movimento dos trabalhadores.

- Seria impróprio da nossa parte imaginar que o único trabalho possível e válido é no fundo do tacho. Há aqueles que vão trabalhar na base da sociedade, junto aos mais explorados, mas há os que vão trabalhar noutras camadas. Os estudantes estão nas outras camadas, onde também há insatisfação. E é aí que se dá a inserção mais legítima deles. O que não quer dizer que alguns deles, com condições de acesso às camadas oprimidas, não devem atuar nessas camadas também. Mas acredito que os oprimidos são capazes de reagir por sua própria conta. Onde é, então, que eu vou fazer algo? No lugar em que eu estou, porque senão seria falsa oposição minha, pois eu teria que me vestir de super-oprimido para poder fazer política.

Carlos Santana

Creio que a discussão de como fazer, de para ou com o povo — e lembro aqui que o estudante é, na maioria, proveniente de uma camada social média-burguesa que costuma assumir ar paternalista — começa na democratização da universidade para que se possa adquirir instrumentos para trabalhar com a população? Aí surge a pergunta: o que é primordial? Criar junto à população? E qual é o papel político que se tem que criar?

- Seria presunção pretender apresentar uma fórmula. Não existe um manual para isso, o que há é uma postura, uma forma de comportamento direcionado para cá ou para lá. Na verdade, qual a dificuldade real que temos? Talvez responder quem somos nós. Eu vou fazer com o povo, muito bem, mas eu vou como indivíduo? Como representante dos estudantes? Dos intelectuais? Da classe média? Esse é um questionamento válido. É preciso se legitimar para "fazer com".

- Mas uma coisa que não podemos fazer é o strip-tease seguido de suplício. Quer dizer, lamentar que não temos condições de fazer isso ou aquilo porque somos pequenos-burgueses, ou sei lá o quê. Todos os que têm um pouco de contato com o povo sabem que existe uma porção de técnicas de luta e de vontades, e que seria ingênuo pretender ensinar. Sabem, também, que é importante se ter uma certa maturidade, uma certa capacidade de liderança, algum conhecimento para colocá-los a serviço dessas transformações e que o povo, nas suas formas concretas de organização, seja nos bairros ou sindicatos, aceita esse tipo de diálogo que não é paternalista. Para "estar com" nós temos a obrigação de usar aquilo que sabemos mais que os outros colocando o conhecimento a serviço do conjunto.

Paulo Kliass

Concordo quando você fala no papel restrito do movimento estudantil no que diz respeito a suas determinações e na forma como ele se insere na luta democrática e na atividade social como um todo. No entanto, não me parece que, no seu saldo geral, o movimento estudantil tenha procurado passar à frente ou por cima das organizações de trabalhadores. Hoje mesmo, ele está mais preocupado com as questões especificas da universidade e também em trabalhar ao lado das lutas democráticas. Mas eu não considero prejudicial ao movimento que, em vista das próprias características históricas da sociedade brasileira, a inexistência e fraqueza dos partidos políticos enquanto instituições, ele assuma, eventualmente, a frente dos movimentos de massa, como ocorreu, por exemplo, na luta do "Petróleo é nosso".

- Não faço mais que concordar. Minha tese não é de que a UNE, no passado, tenha agido errado. A minha tese é de que a sociedade brasileira era menos desenvolvida e que, portanto, o peso relativo aparecia maior. Minha tese é de que os outros vão se ativar mais, não é de que os estudantes devam ativar-se menos, mesmo que, já que os outros vão se ativar mais, o seu peso relativo venha a ser menor. Na verdade a sociedade brasileira era menos desenvolvida e, portanto, o peso relativo do estudante era maior. Agora os outros vão se ativar mais e os estudantes terão um peso relativo menor, o que não significa que devam se ativar menos. Na verdade, nós todos, professores e estudantes, sempre tivemos a mania de falar por quem não tem voz. E tomara que isso acabe, porque a democratização implica que todos tenham voz. Nós não devemos deixar de falar, mas nossa voz deve estar afinada num coro com relação ao conjunto de teses seja dos trabalhadores, da classe média, com os setores que queiram uma transformação democrática do Brasil. Mas qual vai ser nossa voz especial? Temos que começar a pensar no que dizer porque numa sociedade complexa não basta repetir todo o mundo a mesma coisa.

Marcelo Tragtemberg

Eu queria colocar uma questão que ainda não foi levantada que é: dentro do movimento estudantil existem as reivindicações "mais econômicas", existem as reivindicações "mais políticas", existem as reivindicações de comportamento, de mudança de costumes. Enquanto juventude, eles têm reivindicações próprias, que passam por uma mudança de comportamento, por exigências materiais, uma integração, por exemplo, com a natureza, por uma reivindicação de liberdade sexual, de discussão de métodos anticoncepcionais. É a juventude hoje quem discute mais isso, e, em particular, na universidade. Todas essas questões são extremamente legítimas, ainda não foram assumidas enquanto movimento estudantil autêntico. Gostaria que você colocasse alguma coisa sobre isso.

A segunda questão é a relação entre o partido e o movimento estudantil num momento específico da conjuntura brasileira, como nunca se viveu antes, que é o de constituição de partidos ideológicos. Enquanto militante do movimento estudantil, sinto a importância de haver agrupamentos dentro dos setores sociais, das categorias, tendências políticas mais amplas que os partidos. Eu gostaria que você colocasse, inclusive, da sua experiência no movimento estudantil, colocando isso em função de todo o entroncamento que existe dentro do movimento estudantil, tendências sindicais e ideológicas.

- Uma das características essenciais do movimento estudantil é ser de jovens, e os jovens têm alguma coisa peculiar. Você levantou questões culturais que são muito importantes. E essas questões são específicas de uma categoria de idade: do jovem, ou pelo menos é ele que assume com mais força o relacionamento com a natureza, com o sexo, com essas formas discriminatórias de atividade social como a maconha.

- O movimento estudantil está pouco ativo no colocar essas questões. Eu diria que esse é outro campo específico e próprio do movimento estudantil, que deveria discutir essas questões a fundo, dizer o que pensa e para influenciar o resto. Em termos de mudanças de estilo de comportamento, o movimento estudantil é crucial mesmo sobre os outros movimentos. Não é imaginável que certas formas de mudanças de comportamento possam ocorrer na base da sociedade. A base da sociedade está marcada pela cultura dominante e pelos aspectos mais retrógrados dela. Ela não é só isso, tem uma relação social diferente disso e que nega isso, mas ideologia da classe dominante é a ideologia dominante, evidentemente. As formas mais conservadoras de comportamento se enraízam muitas vezes. Ora, uma coisa que o movimento estudantil pode fazer é precisamente buscar o antídoto para essas formas mais tradicionais de comportamento. É claro que para isso é preciso ter senso político, saber o que coloca, como coloca, onde coloca. É preciso entender que as camadas submetidas, muitas vezes, não estão em condições efetivas de uma mudança de comportamento. Que às vezes essa mudança de comportamento é própria das classes dominantes, ou melhor, é mais facilmente realizável nas classes dominantes do que nas classes populares.

- E isso leva a outra questão: nós estamos construindo novos partidos ainda embasados no velho. Primeiro, porque o regime é autoritário e atrapalha a formulação efetiva de alternativas. Segundo, a forma partido é uma forma velha. Em geral, o partido se choca com a mudança de comportamento. A luta pela mudança de comportamento encontra resistência em todos os partidos.

- Neste momento de constituição de partidos, é importante tentar organizar o processo de formação de partidos, fazendo com que esses partidos se enraízem na sociedade; que eles, ao se enraizarem, não fiquem ossificados e, portanto, que tenham uma força interna de transformação e que sejam varridos por corrente de opinião nova. Ao fazer tudo isso, abrimos uma tremenda luta contra o sectarismo, ou nós não vamos ter uma ação construtiva. O sectarismo existe em todos os partidos.

- Há momentos do comportamento político em que não podemos ser partidários, embora sejamos de partido. Nós temos que criar mecanismos institucionais nos quais seja possível haver a diversidade de partidos e pensamentos. Só se nós tivermos uma visão totalitária dos partidos é que vamos imaginar que o partido deva regular o comportamento das pessoas completamente. Ele deve regular no essencial, apenas isso.

- Aqui eu quero colocar duas questões. Uma, o óbvio, que todo mundo repete hoje: seria muito mau se nós imaginássemos que os partidos devessem controlar os movimentos sociais, porque impediria o fluxo do novo, essa renovação que vem de uma conduta que não está organizada num partido, mas numa vontade de transformar um ponto dado. Segundo, é muito perigoso pensar que tudo o que é bom na sociedade está na sociedade civil e que nela o bom mesmo é o movimento e o partido está ali para conspurcar o movimento. Isso é perigoso porque sociedade civil é uma expressão que significa: as classes. Sociedade civil não é outra coisa senão as classes, ou seja, o conjunto de produtores.

- Quando o Brasil estava em pleno autoritarismo, usávamos a expressão sociedade civil porque não podíamos falar claramente em classe. Eu fui dos que mais usou isso: sociedade civil contra o Estado. Mas é uma forma um pouco falsa de explicar as coisas. A sociedade civil não é o bem contra o mal; que são os militares. Os militares pertencem ao Estado e não à sociedade civil, mas não é esse o sentido correto da expressão. Ora, o conjunto das classes é bom e é mau. Depende em que momento, que classe, etc. Não há um privilégio da sociedade civil como tal.

- Seria um equívoco pensar que esse tipo de movimento que nós estamos mencionando vai mudar a

sociedade. Ele muda a conduta, e é muito importante mudar a conduta, mas a sociedade não se compõe só de formas isoladas de conduta. Se compõe de estruturas, Estado, organizações, burocracia, instituições dominadoras. E esses movimentos são frágeis para mudarem isso sozinhos. Por isso é que o partido é importante. Partido é aquilo que organiza, estrutura e tem capacidade de propor uma alternativa ao estado de coisas que aí está. O movimento sobe e desce. Por exemplo, os movimentos contra a carestia, por aumento de salário, para obter creches. Isso tudo, num dado momento, chega no auge, ou obtém aquilo que quer, e então acaba, se transforma, ou não obtém o que quer e também acaba quanto à sua impossibilidade de conseguir. O que é mais permanente não é o movimento, é o partido, são as organizações da sociedade.

Artur de Araújo

Estabeleceu-se aqui um razoável grau de consenso na visão do papel mais estrutural do movimento estudantil. A tese dele como vanguarda social está falida há um bocado de tempo. Marcuse, logo depois de maio de 68, disse que a própria movimentação das classes sociais tem demonstrado onde está o pólo dinâmico das transformações, fundamentalmente nas classes populares. Ora, aqui eu queria que você precisasse na sua tese alguns cortes. Por exemplo, quem é o próprio movimento estudantil? Ele é um movimento de camadas médias. E objetivamente, dentro da sociedade brasileira, essas camadas médias vão ter uma relação paternalista com o restante do conjunto do movimento popular, mas elas também têm contradições com a própria estrutura social que está montada.

- O grosso do movimento estudantil é composto por pessoas que pertencem às classes médias. Mas, o que é classe média no Brasil? Para começar, essas classes médias brasileiras não se compõem, grosso modo, da pequena burguesia. Esta, o nome já o diz, é uma burguesia pequena. É uma camada que foi extremamente importante na Europa do século 19 e, no século 20, em certas estruturas sociais existentes hoje, no Brasil, teve um peso grande. Entretanto, nós estamos na fase de uma economia capitalista oligopólica internacionalizada. Uma economia que está baseada na grande unidade de produção, na grande empresa; não é totalmente monopólica, geralmente há uma certa competição entre duas ou três grandes gigantes estatais ou multinacionais, embora também existam privadas e isoladas.

- Esse tipo de organização da economia é baseado numa tecnologia extremamente diferente do que foi no século 19, uma tecnologia que significa uma transformação nas forças produtivas, uma revolução comparável à Revolução Industrial nos séculos 18 e 19. A gente tem que estar com o olho aberto: o nosso mundo é novo. Nós não estamos vivendo no mundo descrito pelos nossos avós, não estamos no século 19. E, se isso é verdade, seria de pasmar que a estrutura da sociedade ficasse igual ao que era antes. Nós temos hoje um sistema de organização econômica que é não mais competitivo, é oligopólico e, se ele se internacionalizou, é natural que a sociedade tenha se modificado também. Evidentemente não estou dizendo que se modificou no essencial. Temos ainda um sujeito que é proprietário desses meios de produção e outro que não é. Mas os não proprietários são muito mais numerosos e diferentes.

- A pequena burguesia era composta de pequenos proprietários. Hoje, o grosso da classe média não é de pequenos proprietários, é de assalariados. E quando eu escrevi tantas vezes: "partido dos assalariados", não foi por medo de dizer proletariado ou para esconder uma posição ideológica. É porque nós não estamos mais numa época em que se possa usar essa expressão, "proletariado", com o mesmo sentido que se usou no século 19. Hoje, é claro que tem proletário senso estrito, é claro que são eles que levam o desenvolvimento, a acumulação, produzem a mais-valia, etc. Mas a economia, ao contrário do que foi no século 19, não está baseada na expansão relativa maior dessa camada, que não é a que mais cresce. O proletariado industrial não cresce mais do que os outros assalariados, cresce menos. O sistema, no seu conjunto, explora a todos, quase que de forma equivalente.

- Um sujeito que trabalha como funcionário, em qualquer função, mas sem ser operário, mora mal, pega o sistema de transporte pesadamente mau, sofre a poluição, sofre o efeito da fragmentação do interesse provocado pela sociedade de massas. Essa classe média passa por universidade buscando se diferenciar um pouco do resto dos assalariados. Diferenciar-se pelo seu saber, na expectativa de uma posição, melhor, salário melhor, etc. Logo ela vai se defrontar com a realidade: o mercado para o assalariado universitário é oscilante e, em certos momentos, muito ruim.

- As camadas que estiveram numa situação de melhor categoria hoje estão numa situação difícil. A ascensão é barrada no econômico por leis de mercado que o equalizam com os outros assalariados. Por que é

que médico fez greve o ano passado? É porque ele se transformou, deixou de ser pequeno-burguês, pequeno proprietário dos seus bens de produção. Todos são empregados. A classe média é assalariada e explorada. E é por isso também que nós temos que assumir o que somos.

- A relação social de produção é, agora, diferente. O operário é uma coisa e um assalariado é outra. Mas a forma social de exploração do sistema equaliza e uma série de problemas são comuns. E se você levantar esse problema dos comuns, que é o problema do transporte, habitação, do Prev-saúde, enfim, desses milhares de problemas que estão aí, eles pegam a todos nós de uma forma ampla. E é isso que permite, no que tem de específico, o intelectual não ser mais pequeno-burguês, um pequeno mandarim. Alguns ainda podem, mas o grosso não vai ser nada disso. É ilusão pensar em ser o grande mandarim, ele vai ser um assalariada, que vai cumprir uma tarefa normal numa sociedade desse tipo e vai se equalizar no seu modo de viver, com outras camadas que não passaram pela universidade. Ele vai talvez se frustrar por isso, mas se tiver uma consciência política vai entender que é assim e vai estar "junto com", sem pensar que ele é diferente, porque ele não é diferente. Ele vai ser cada vez menos diferente do que foi no passado.

Mauro L. Lopes

A gente ficou com algumas questões gerais, eu queria entrar por algumas mais específicas. Primeiro, por uma avaliação do rumo que vem tendo o movimento estudantil nos últimos tempos, em direção de uma proximidade cada vez maior com o restante da comunidade universitária. Ele vem dando margem para que uma série de respostas sejam elaboradas conjuntamente pela comunidade universitária como um todo, não pelo movimento estudantil universitário de forma isolada. Por exemplo, com relação à questão do dia-a-dia da universidade, do conteúdo do ensino, dos cursos, do ensino privado, etc.

- A questão é muito difícil porque existe um problema de mercado no sentido privado do estudante, e que o leva a precisar de um saber profissional para fazer a sua carreira. Não obstante, acho que, se o movimento estudantil quiser ser realmente inovador, não pode partir dessa perspectiva.

- Essa é a perspectiva dominante, porque é dada pelo sistema existente. A função inovadora não é reforçar isso. Já a tendência da universidade leva a atender a necessidade dos interesses predominantes na sociedade. Se não houver uma contra-tendência ela não faz mais do que isso. A função politicamente inovadora é a de mostrar o outro lado, pensar em termos de ensino que sirva à realização cultural da personalidade, da geração, que dizem respeito à situação do povo.

- Eu não creio que haja uma contradição insuperável entre um saber técnico competente e uma preocupação popular. As pessoas podem ter um certo conhecimento e usá-lo tendo em vista resolver os problemas que interessam aos trabalhadores, à maioria da população, ao País, aos ideais que se quer. Uma coisa bastante útil na universidade é, realmente, quando se consegue que haja um mínimo de contato entre a experiência de ensino e a prática social: Pesquisa é uma coisa útil por isso, se for feita com seriedade.

- Há uma infinidade de questões que surgem em contato com a realidade. Vai se discutir o problema de saneamento básico, vai se fazer um estudo alternativo das formas de saneamento, sobre o problema de nutrição. Em qualquer disciplina, é possível levar a reflexão do que está acontecendo no País. Não vai resolver nada, mas ajuda. Ajuda porque leva o estudante a ser confrontado com outras realidades. E eu acho também que a universidade, não a estrutura universitária, mas o movimento estudantil, podia tentar certos outros tipos de ação, sem que seja ação política partidária, ou sem essa pretensão vã de que vai lá para ideologizar a massa. A massa, embora a ideologia dominante esteja lá, tem antídotos para isso, ela é capaz de caminhar sozinha e a sua crítica não precisa do estudante. É bom aprender certas coisas, mas não precisa do estudante.

- Uma idéia boa foi, no Brasil, manipulada pelo governo, o Projeto Rondon. Isso é uma coisa interessante. Você não vai resolver os problemas da comunidade diretamente, mas pelo menos vai ter consciência de que eles estão lá. E por outro lado, o sujeito que está lá vai ter a sensação de que talvez haja alternativas para o que ele está sofrendo.

- Nada impede que no Brasil os estudantes resolvam atuar em certas áreas sociais. Na Europa muito freqüentemente havia aquelas brigadas de trabalho, em que estudante, nas férias, vai trabalhar. Por que nós não fazemos aqui experiências desse tipo, organizadas pelo movimento estudantil?

POR UMA NOVA UTOPIA[27]

O senhor poderia analisar causas e razões que permitiram o avanço significativo da direita na Europa Ocidental?

- Eu acho que, na Europa, o avanço da direita se deve a dois fatores. O principal diz respeito à situação econômica, às dificuldades, à crise — não só a provocada pelo petróleo, mas também a crise do emprego. O outro fator diz respeito aos partidos de oposição, que não estão sendo capazes de formular o novo. Então, aconteceu o desgaste da esquerda. Na crise, havendo o desgaste, a opinião pública se volta para o que lhe parece mais seguro, vota no mais conservador. Simplesmente porque, quando a população não vê um caminho, ela prefere não mudar. Os grupos ideologizados, os intelectuais, a vanguarda, sempre estão dispostos a ir para o desconhecido. Mas não é assim para a massa da população. A massa da população só avança se perceber que aquele passo não a leva para o abismo. Mas, quando ela pressente o abismo, recua...

E de onde vem a incompetência das esquerdas para formular o novo?

- Para mim, vem do peso imenso que o século 19 deu ao pensamento de esquerda, que ficou muito amarrado ao que foi a Europa no século passado. Mas o mundo mudou. Não que tenha desaparecido a exploração do homem pelo homem, nem que as potências européias não desempenhem um papel imperialista. Entretanto, aconteceram várias revoluções tecnológicas. Hoje em dia, nós estamos assistindo a transformações mais importantes do que a realizada pela Revolução Industrial. Mas há quem não leve isto em consideração. Temos a energia atômica, que liberou uma força enorme, de cunho novo, que muda o mundo. Tem-se a revolução do sistema de transportes, a revolução das comunicações. Aconteceram revoluções importantes, que afetam o modo dos homens se relacionarem uns com os outros; e é curioso que a esquerda, que sempre diz que as forças sociais de produção são muito importantes e que elas condicionam a economia, não aplica a si própria essa idéia, achando que, apesar dessas revoluções todas, num mundo em que existe a televisão, você pode continuar fazendo a vida política simplesmente através do comício, da agitação. Há um descompasso entre a ciência social e a realidade. A realidade avançou, mudou, e hoje em dia há mais condições para transformação do que há 100 anos. E, não obstante, quando se vai conferir, depara-se com um imenso número de citações defasadas, adequadas para descrever situações do passado, mas que hoje não têm mais sentido. Ainda assim, muita gente pensa que está inovando quando na verdade está repetindo coisas já caducas. E — para mim, esse é um ponto muito significativo — as esquerdas, além do mais, têm dificuldade em absorver as demandas contemporâneas, as reivindicações em relação ao meio ambiente, as reivindicações das mulheres, das minorias. Isso precisa ser absorvido por um pensamento político criativo. Mas a esquerda está vindo a reboque, muitas vezes. Depois ela tenta absorver, mas geralmente, quando absorve, tenta enquadrar, tenta botar tudo isso dentro de um molde que não é adequado. Quer dizer, falta um certo conteúdo liberador na postura política de uma boa parte da esquerda. Quanto à direita, ela não tem isso mesmo. Não é o objetivo dela. Portanto, esta é uma questão importante a ser considerada: como é que se vai absorver, reabsorver ou produzir algo novo a partir dessas demandas que são também novas. Além do mais, uma coisa me chama muito a atenção: nos países socialistas, o comando é gerontocrático, dos velhos, e esse é um detalhe importante, pois significa que o acesso não está aberto às novas camadas. Ora, em um país como o nosso, em que a população é jovem, só há futuro político se os jovens falarem.

Não estaria aí a prova da falência das ideologias tradicionais?

- Até certo ponto isso é real. Hoje em dia, é preciso criar uma utopia nova. Atualmente, tem-se uma situação no mundo em que a abundância já existe, e, ao lado dela, a pobreza. Isso é um dado novo na história. Sempre houve ricos e pobres. Porém, nunca foi possível acabar com a pobreza. A riqueza existente, a base material das civilizações, não era suficientemente poderosa para colocar todos em um nível razoável. Hoje é. O que é específico do nosso mundo contemporâneo é que a pobreza é um escândalo, porque ela não é mais conseqüência, uma vez que não há necessidade dela para que a riqueza aumente. Em certas circunstâncias, pode-se ter bolsões de miséria que são quase independentes da riqueza. A riqueza continua

[27] Da entrevista a Wilson Teixeira Soares, *Ele e Ela, de* fevereiro de 1981.

aumentando sem que ela esteja baseada nesta miséria específica.

Então, por que esses bolsões de miséria continuam existindo?

- É escandaloso que eles se mantenham. Nós estamos, atualmente, diante de uma situação em que é possível uma utopia prática, em que se pode realmente mudar a situação. Mas, por que não se muda? É claro que os interesses constituídos são uma barreira, mas não é aí que está o empecilho. A grande dificuldade é que não se tem força para quebrar a barreira, uma vez que não se tem capacidade mobilizadora; e não se tem essa capacidade porque não se está colocando no horizonte uma utopia viável. O pensamento utópico do século 19 foi o socialista, e ficou no horizonte uma idéia generosa: todos vão ser iguais. Hoje, até certo ponto, as desigualdades gritantes podem acabar. Antigamente, imaginava-se que deveriam acontecer as transformações de base. O mundo contemporâneo, porém, criou grandes burocracias e um Estado muito forte. Então, hoje, pouca gente acredita que simplesmente mudando a propriedade as coisas estejam resolvidas. Afinal, as burocracias estão aí, e o Estado também. Portanto, para se propor algo que tenha força, tem-se que distribuir melhor a renda, organizar a produção de uma maneira mais razoável. Só assim nós vamos ter um mecanismo de contrapeso ao Estado e à burocracia, porque ninguém está disposto a alienar a sua individualidade e a sua liberdade em favor de uma idéia geral se não encontrar o caminho que garanta que, efetivamente, o horizonte vai melhorar. Nesse sentido, eu acho que estamos diante da necessidade de novas utopias, de uma nova ideologia de transformação.

Apesar da necessidade de novas utopias, como o senhor disse, será este um processo de gestação demorado, ou já há algo latente?

- Acho que elas começam a nascer. Já existe, primeiro, um pensamento de reivindicação da dignidade humana, que é muito forte. Segundo, no Brasil, pela primeira vez, sente-se que há um imperativo de respeito à autonomia dos grupos sociais. O político, hoje, se pensar que vai levar no bico os operários, os moradores da periferia, a igreja, os sindicatos ou os estudantes, se engana. Ainda há no Brasil estruturas mais tradicionais, que funcionam desta maneira, mas ao mesmo tempo já existe uma forte afirmação de autonomia dos grupos sociais. Passa-se assim a ter-se uma sociedade onde o problema da democracia não é pensado apenas como problema do Estado ou do regime. É pensado como uma prática, no cotidiano. O problema brasileiro, para a formulação de uma ideologia, é que se partilha ao mesmo tempo desse mundo mais avançado ao nível dos países super-desenvolvidos, e do outro lado do país, que ainda está no pântano do atraso. Tem gente que quer posse da terra, que está sendo expulsa, que não possui carteira de trabalho assinada, etc. Nós temos que ter uma formulação política que não esteja simplesmente olhando para os grandes temas universais. Mas também não podemos olhar simplesmente para este outro setor.

A partir de 1960, a televisão brasileira ganha um impulso poderoso, começa a se transformar totalmente, e entre 1960 e 1980 evolui 100 anos em 20. Para o senhor, qual o peso e a importância da televisão no processo de transformação da sociedade brasileira?

- Numa sociedade do tipo da nossa, uma sociedade de massa, há uma certa homogeneização do gosto, das aspirações, etc. E qual é o grande aparelho homogeneizador? A televisão. Por isso, acho que se não tivermos uma noção muito correta da importância da televisão na sociedade não sairemos nem do impasse político. Não vai haver democracia efetiva se não houver um mecanismo razoável de debate político e de acesso à informação pela televisão. Conforme o programa, atinge-se uma platéia imediata de 20 milhões de espectadores. É um impacto brutal. É claro que esse tipo de impacto obriga a um certo senso de responsabilidade por parte de quem manipula a televisão. Mas no duplo sentido. Tanto no sentido daqueles que dela dispõem, como por parte daqueles que vão vê-Ia eventualmente. Ambos têm que ter uma noção de responsabilidade do que estão fazendo. De uma certa maneira, a televisão, abstratamente, permitiria o sonho da democracia grega: todos podem se informar e opinar. E já há nos Estados Unidos aparelhos de respostas imediatas, computadorizadas, através dos quais se pode fazer perguntas e ter respostas com muita rapidez. Então, a televisão é um instrumento que, no plano político, tanto pode ir para a ditadura, se ela for usada para mistificar e para limitar a informação, como pode ser um instrumento fundamental de abertura democrática, se for utilizada como instrumento de informação efetiva e de debate. Porque esta é a questão central da democracia. Não basta simplesmente levar as pessoas a dizerem sim ou não. O importante é saber se o indivíduo tem informações suficientes sobre os temas que estão sendo debatidos, para que seja válido o sim

ou o não. Por isso o voto, do ponto de vista democrático, é o voto consciente. Portanto, a televisão deveria ser o grande instrumento de articulação do debate nacional. E, no Brasil, a televisão raramente levanta a questão. Ela geralmente acaba com a questão, ela dá a resposta. Ora, isso é mau, porque ao dar a resposta, ela manipula. A televisão tem que levar a questão, debatendo, formulando e dando resposta, ela manipula. A televisão tem que levantar a questão, debatendo, formulando e dando respostas alternativas às perguntas.

Atualmente, debatem-se os grandes problemas nacionais. Entretanto, os microproblemas, que afetam o povo de perto, parecem postos de lado. Não estaria havendo uma distorção por parte dos políticos?

- Nós estamos intoxicados de partidos e de parlamento no Brasil. O debate político, compreensivelmente, depois da ausência dos partidos e do parlamento, concentrou-se nos chamados grandes problemas. E isso, até certo ponto, é empobrecedor, porque os problemas da população são outros. A população ainda nem se deu conta de que houve transformações partidárias, essa é que é a verdade. Não sabe nem os nomes dos partidos. Mas sabe que a rua está esburacada, que tem fila no INAMPS, que o custo de vida está subindo e que não tem emprego. Acho que o problema dos partidos é conseguir unir a importância do debate parlamentar com a reivindicação específica da sociedade. Até agora não se encontrou a fórmula. Veja-se o que aconteceu com o Lula. Tinha-se a impressão de que ele possuía mais penetração antes do que tem agora. E quem fala por essas pessoas? É a Igreja. Por que, de repente, uma pessoa como Dom Paulo aparece como símbolo? Porque a sua conversa é o sofrimento do povo e a autonomia do povo para resolver seus problemas. E eu não acredito que seja obrigatoriamente necessário que o povo se organize através do partido. Pode até resultar em totalitarismo se se pensar que os partidos é que vão organizar o povo. Não é bem assim. É mais complicado. O povo se auto-organiza, sindicato existe, a Igreja funciona, assim como a associação de bairro, a universidade e a imprensa. A sociedade moderna é muito complexa, e os partidos são uma parte disso. Quem pensa que o partido vai organizar tudo isso tem uma visão do século passado. Mas o partido é importante, porque, pelo menos em algum momento, ele tem que provocar aquele curto-circuito que leva à reivindicação do buraco da rua com a reivindicação de não vincular o voto nas eleições. Essa é que é a função do partido. No caso brasileiro, pela tradição, isso só vai acontecer com mais força quando se começar a discutir eleição. Porque, para o povo, política é uma coisa de que ele não participa, salvo o momento das eleições. E eleição, no Brasil, é festa. Sempre foi assim. Mesmo no pior período da repressão. Aquele cidadão que a gente pensa que não sabe nada vai para a cabina fechada, e pau no governo. Quem, durante a campanha, conseguir juntar a reivindicação específica do povo com a demanda de liberdade, esse ganha. Quem não for capaz não leva. E não está claro quem é que vai ser capaz.

Portanto, para o senhor, é um erro estratégico sonhar que os novos partidos brasileiros vão, tão-somente eles, aglutinar e representar o povo.

- Essa é uma idéia da esquerda em geral, de que o partido é o instrumento de organização do povo. Ele é, mas é um instrumento limitado. Na sociedade moderna, o papel dos partidos não é mais o que pode ter sido em algum momento do passado. Ele vai ser importante nas eleições, ele é importante para levantar o debate, para controlar o Estado. Mas ele não é suficiente para organizar o conjunto da sociedade, nem mesmo para processar as demandas da sociedade. O partido não vai conseguir fazer tudo isso. E outra coisa: no Brasil, o Estado sempre teve um peso muito grande. Uma parte das demandas que em outros países passam pelo partido em nosso país passam pelo Estado. No Estado brasileiro, mesmo no regime ditatorial, sempre tem dois, três lados. Em regimes mais estruturados, não pode haver um ministro que pensa uma coisa e outro ministro que pensa outra. No Brasil tem, e a imprensa está sempre soltando a fofoca. Que vai cair aquele ministro, que esse está fraco, que não sei quem está forte. E é aquele negócio: onde há fumaça, há fogo. Aqui em São Paulo, as comunidades reivindicam muito, mas reivindicam diretamente ao Estado. Os partidos não estão no meio. O que aparece são as organizações populares. Isso não quer dizer que essa massa vá ser cooptada pelo Estado. Não vai. Na hora de votar, votará em um partido da oposição. Mas há um mecanismo de pressão sobre o Estado que não passa pelos partidos, indo diretamente da base ao Estado. Por isso, é preciso que não nos enganemos, pensando que o partido vai ser o grande instrumento que antecipará, na sua forma, a sociedade futura.

A juventude foi a1ijada do processo político. Agora, qual a fórmula, se é que há, de se atrair este rebanho desacostumado da política partidária, e em grande parte totalmente incrédulo a respeito do assunto e que, inclusive, quando ouve falar em política, não tem consciência de que este jogo faz parte de sua vida?

- Eu não sei se há uma fórmula, mas eu acho que, seguramente, por um lado, passa pela televisão e pelo rádio. Por outro lado, é responsabilidade daqueles que tenham alguma coisa a dizer, e que não dizem. Se nós deixarmos a política apenas para os profissionais, a juventude não vai se juntar, nunca. Nada horroriza mais a juventude do que as pessoas que são profissionalmente manipuladoras. Mas na medida em que você tem o cardeal que opina, o padre que opina, o empresário que opina, o professor que opina, então a política passa a ser outra coisa. É claro que eu não estou querendo alijar o político profissional, mas ele não pode ter o monopólio. A política é uma especialização.

A POLÍTICA DO COTIDIANO[28]

Mulheres, em geral, não querem saber de política. O que você diz a isso?

- Por lidarem com a distribuição de poder na sociedade elas fazem política. Quando aceitam tudo como está, fazem política conservadora; se desejam conquistar maior espaço, promovem transformação. Mudar a relação das pessoas, seja no emprego com os colegas ou com o marido em casa, é política — e importante. Apenas, não é partidária.

Como se faz política de transformação em casa?

- Não aceitando e agindo. Por exemplo, um homem acha que mulheres não devem trabalhar e a esposa dele discorda. Ambos podem passar o resto da vida discutindo, sem mudar nada. Se esta mulher, contudo, arranjar um emprego, obrigará o marido a repensar o assunto. Como dificilmente ele vai querer uma separação, acaba por aceitar e muda-se o relacionamento. Isso é política no cotidiano. Mas a mulher também faz política durante campanhas eleitorais; embora considerando os partidos pouco importantes, ela debate os temas e toma posições. Aliás, esse debate deveria ser cotidiano, com ajuda dos meios de comunicação. Por exemplo, a SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) pronunciou-se contra o acordo atômico. Então, cada um de nós deve preocupar-se com isso. Vale a pena ter um acordo atômico? O que é esse acordo? Precisamos de energia atômica? Ela é para fazer bomba? Tem fins pacíficos? Isso é política, não politicalha. A população deve participar. Precisamos das mulheres.

Você realmente acha que mulheres podem influir na questão atômica?

- Claro. Primeiro informando-se, entrando em contato com pessoas envolvidas. Depois, num dado momento, participando de reuniões, indo às ruas; colando dizeres no automóvel. Não deveríamos ter vergonha de colar no carro opiniões em defesa da ecologia.

Não será por medo?

- Não da polícia. Sentimos medo do vizinho, de outros acharem que somos subversivos ou ridículos. Depois de tantos anos de regime autoritário, ficamos sem ousar as coisas mais óbvias.

E aquela história de que dona-de-casa é para ficar em casa, estudante na escola?

- Se cada um aceitar a idéia do "cada macaco no seu galho", Igreja para rezar, escola para estudar, militares para mandar, não tem jeito e eles vão continuar mandando. Claro que a dona-de-casa tem de cuidar da casa. Mas não é só isso. Ela precisa ir à universidade estudar, depois trabalhar. Ela, a estudante, a funcionária, a médica, a operária, a secretária, devem entrar num partido político, votar, se candidatar, serem eleitas. E cobrar: olhe lá o preço da carne, do feijão! Faltam escolas, transporte! E os assaltos? Partidos políticos não podem ser apenas instrumentos eleitoreiros. E quem diz que estudante que faz política não progride, não diz a verdade. Vários colegas meus são grandes intelectuais e a vida inteira participaram da política. Todos somos responsáveis pelo todo, que é o conjunto da sociedade.

No entanto, até mulheres interessadas em política não se envolvem em política partidária.

---

[28] Da entrevista a Judith Patarra, *Nova,* novembro de 1981.

- Bem, poucas são as mulheres que participam de qualquer coisa. Mas quero fazer uma observação: em conferências e debates, quase sempre toco no tema das minorias que, na verdade, são as maiorias marginalizadas na vida política: mulheres, negros. E no interior do Estado, que a gente pensa que é conservador, muitas mulheres se manifestam; freqüentem ente até observo o constrangimento que isso provoca nos maridos.

Quer dizer que está havendo mudança? E por quê?

- Graças, em boa parte, à universidade. O número de mulheres universitárias aumentou muito e lá dentro abre-se o horizonte para a participação.

Mudou alguma coisa na sua casa depois que você entrou na política?

- O relacionamento familiar fica atrapalhado porque muitas vezes há reuniões políticas à noite ou nos fins de semana. Não existe solução fácil — o problema é um pouco tenso. As pessoas podem disfarçar ou diminuir o conflito, mas ele é real: o que você faz com o seu tempo? Dá a seus próximos? A quem você quer bem? Ao público mais amplo? Você tem de encontrar um equilíbrio, difícil principalmente para gente como eu, que se joga muito, se emaranha nas coisas que está fazendo. A questão precisa ser posta e reposta quase permanentemente. Há momentos onde a família deve preponderar e outros onde ela tem de compreender que é a vez do político. Não digo que existe uma fórmula; digo que é possível conviver com o problema.

Conviver com conflitos.

- Uma boa relação não é a inexistência de conflitos, mas a capacidade de lidar com eles. No caso de minha família a pessoa-chave não sou eu mas minha mulher, que sempre teve posições mais maduras e construtivas. Aliás, por toda parte, as mulheres são mais interessantes que os homens — possivelmente porque eles sempre foram os dominadores e não tiveram o desafio. As mulheres estão desafiadas e mostram maior riqueza e sensibilidade na percepção dos problemas.

E esses homens podem ser bons companheiros?

- Amor é uma coisa da cultura — muitos povos nem sabem o que é isso — e em nossa cultura criou-se um estilo que é o amor entre desiguais. Amor entre iguais, ou entre companheiros, é uma experiência muito nova, de algumas décadas; é um amor em que ambos se respeitam e se atribuem graus de liberdade semelhantes. O ponto crucial é que uma relação amorosa tem ciclos; não se gosta das outras pessoas estavelmente, do mesmo jeito, com igual intensidade — em particular da pessoa com quem se vive. É uma ilusão pensar que se tem um pique constante; o próprio pique vai e vem. Quem imagina que, para ser feliz, tem de obrigatoriamente viver no pique, não vai estar bem nunca. Você tem que compreender o ir e vir, dar uma certa corda, conceder tempo ao tempo quando as coisas estão mal — em outro momento se recupera, não é? Então, acho necessária uma concepção menos romântica do amor para ele ser estável no sentido do companheirismo.

Portanto, há aí uma espécie de opção.

- Opção e decisão de tolerância. Você não consegue ter uma relação longa se não for tolerante — a não ser que seja tão intolerante que submeta o outro. Não sendo submetido vai haver momentos de fricção e é preciso entender e acreditar que as coisas se reconstituem. Do contrário, a relação quebra logo.

Em geral, não somos tolerantes.

- Porque absorvemos o autoritarismo da nossa sociedade. Vamos lembrar de onde ele vem: de uma sociedade criada sobre quatro séculos de escravidão. Esse autoritarismo se repôs na sociedade contemporânea sob a forma de uma burocracia prepotente — o Estado é que manda. Na vida cotidiana, o autoritarismo se manifesta no modo como falamos com os filhos, ou dizemos “não”, ou tratamos as empregadas. Veja como crianças as tratam; supondo que não são seres humanos.

Você não “herdou” certo autoritarismo do seu pai? Ele era um general.

- Meu pai nunca foi um autoritário. Rigorosamente democrata e homem muito aberto, era liberal, tolerante, com sentido absoluto de moralidade pública. A tolerância dele me marcou profundamente. Agora, ao contrário das gerações atuais, as passadas — inclusive a minha — não faziam confidências facilmente; o subjetivo era recalcado. Hoje observa-se que ao menos numa camada da sociedade houve grandes mudanças culturais: a divulgação da psicanálise, o reconhecimento público da subjetividade, maior liberdade. Tenho duas filhas e nem se coloca a questão de saírem ou não à noite, ou que relação têm com o namorado.

Entre tudo o que você já aprendeu na vida, qual a lição mais importante?

- Que as coisas são difíceis, exigindo certa humildade — não total — e perseverança com tolerância, para mudar com esperança. As coisas que mais atrapalham hoje são a intolerância, o dogmatismo, a presunção de quem acha que tem o monopólio da moral, ou a falta de generosidade daquele que é intelectualmente superior e disso se aproveita para acachapar o outro.

Você, por formação, é um "inventor de sociedades". Como seria a sua nova sociedade brasileira?

- Creio que nossa sociedade está cansada da fórmula do econômico-social. Falta uma dimensão estética, quase psicológica. Então, pronto, está aí a sociedade que eu inventaria: igualdade com soltura; liberdade no plano pessoal.

ELIS REGINA[29]

Hoje eu não quero escrever sobre política. Chega de pacotes, prorrogações, reeleições, sabujices de toda ordem. Há dias em que, por respeito a sentimentos genuínos, não dá para perder tempo com tanto lixo, tanta desonestidade e tanta ousadia de mequetrefes, que viram manchete de jornal por melhor servir ao poder desservindo ao País.

Morreu Elis Regina.

Não cheguei a conhecê-la pessoalmente. Admirei-a de longe, como todo mundo. Recebi dela, certa vez, um bilhetinho que dizia: "Professor, será que vai receber meu voto sem nos conhecermos?" Foi no dia em que ela fez um "show" e doou a receita para ajudar a campanha eleitoral. Campanha quase sem recursos. Mas os que vieram, vieram assim, no embalo da generosidade.

Eu não pude sequer ir ao "show". Estava imerso no cotidiano da campanha, sei lá por onde neste São Paulo imenso. Enviei a Elis um livrinho de entrevistas à imprensa. E fiquei amargando, agora para sempre, a falta do abraço de reconhecimento. Anos depois, conversamos pelo rádio. Fiz-lhe uma pergunta genérica sobre sua participação na vida política e recordei, envergonhado, minha dívida: faltava aquele abraço.

Hoje dá tristeza. Elis Regina não se interessava por política no sentido banal. Era uma intérprete, como poucas, do sentimento que há nas ruas e em cada um de nós. Não sei se jamais foi "partidária". Tinha, por certo, partido. Tomava partido. Em tudo: basta ouvir suas entrevistas. Sabia-se tímida, achava-se feia; era pequenina. E naquele peito, naquela voz, tremia muito sentimento. Das coisas fundamentais; das pessoais. No canto, não explodia revoltada contra a ordem injusta: não precisava. Bastava ser, como era, capaz de sentimento mais simples para, sem nada dizer, dizer tudo.

Parece que morreu no desespero. Por não saber e por respeito, é melhor não conjecturar. Morreu triste. A morte é sempre triste. Tinha, possivelmente, um livro em aberto de ajustes de contas pessoais.

Mas deixou esperança: um País que produziu, apesar de toda a canalhice que por ai reina, uma mulher capaz de ser mensagem, e mensagem captada por milhões de pessoas, sem nenhuma demagogia e de não precisar da retórica para que todos sentissem que ela era, era sim, parte da política verdadeira dos que querem mudar tudo para que a tristeza não esteja sempre pontilhando o sucesso de cada um — um País que produziu Elis Regina não está perdido.

Eu choro hoje pelo abraço que não dei. Choro pelo que de sofrimento há espalhado nestas ruas de São Paulo de adeus a quem venceu sem encontrar o sossego. Mas enxugo a lágrima na certeza de que o estofo

[29] *Folha de São Paulo,* 21 de janeiro de 1982.

deste tipo de artista é o arcabouço de um mundo que, a despeito de tudo, ainda será construído.

O SENTIMENTO DO NOVO[30]

Do ponto de vista sociológico, como se analisa esta participação maciça dos artistas na campanha política deste ano?

- Eu fui candidato ao Senado em 78, e foram os artistas que me ajudaram violentamente. Devo muito aos artistas ter conseguido alguma coisa. Agora, este ano, a coisa se generalizou. Isto tem a ver com a democratização da sociedade. E, não só, tem a ver também com a inquietação dos artistas. Nós passamos no Brasil, ao mesmo tempo, por um processo político de democratização, de forçar a abertura, como passamos por um processo social de mudanças profundas, que está pondo em jogo um padrão de civilização. As antigas verdades ficam um pouco abaladas, as novas não estão claras e os artistas são pessoas sensíveis que intuem muitas vezes que algo novo está acontecendo, sem saber muito bem o que, por que e como. Isso dá a toda uma camada de gente — cineastas, atores, músicos, cantores, compositores, romancistas — uma vontade de expressar seus sentimentos. Eles estão expressando seu apoio político aos vários partidos ou candidatos, mas por baixo disto estão expressando que o mundo está mudando e que precisa mudar.

Nós temos pela primeira vez no Brasil uma ministra. Como o senhor vê isto politicamente e, também, em relação ao movimento de mulheres no país, que às vezes se retrai e outras avança?

- Apesar da ministra Esther de Figueiredo Ferraz ser uma pessoa de formação conservadora, professora de Direito em São Paulo, muito dedicada, mas de formação e de visão política conservadora, é importante que uma mulher tenha sido indicada como ministro. Isto é sinal do que eu disse antes, de que as coisas estão mudando, que até mesmo os governos conservadores, como o nosso, são obrigados a tomar uma posição diante dos fatos. E como não se trata de um conservantismo botocudo, mas de quem quer manter o poder, eles perceberam que seria uma coisa simbolicamente importante colocar uma mulher como ministro. É verdade que educação sempre foi considerada seara das mulheres no Brasil. Acho que seria bom colocar uma mulher no Ministério do Exterior, como há em tantos países. A Golda Meir, em Israel, foi ministro durante tantos anos. Mas, apesar disto ser importante, precisamos dar outro passo. É preciso que exista não apenas uma mulher ministro, mas que a participação da mulher seja muito maior do que é atualmente. No Senado há duas mulheres, ambas suplentes, que chegaram lá por via quase de acaso; não foram elas que capitanearam os votos. Mas isto também vai mudar. Nós temos feito em São Paulo certo esforço no sentido de colocar mais mulheres nas chapas, mas é insuficiente ainda. É preciso que se criem também algumas áreas de preocupação deliberada do Governo sobre a questão feminina. Na França existe um Ministério que se ocupa disso. Não sei qual seria a forma ideal, um ministro ou não, e não creio que fosse uma coisa para cuidar, simplesmente, da mulher, isolada do homem, mas para verificar a igualdade de tratamento em toda parte. Um órgão que suscitasse o problema das mulheres.

Existe um projeto da deputada Lúcia Viveiros, sobre a criação do Ministério da Mulher.

- Exato. Mas precisamos ver como vai se colocar esse Ministério. Acho que deve ser um órgão que não se restrinja: aqui é o reino das mulheres. Aí ficaria uma separação inaceitável, muito discriminatória também. Deveria ser um Ministério que se ocupe de ver nos outros Ministérios como está a participação das mulheres. Esta questão, aqui no Brasil, nunca foi apreciada com profundidade.

[30] Da entrevista a Arlete Bonelli, *Jornal de Brasília*, 12 de setembro de 1982.

VI
LENTA, GRADUAL E INSEGURA

O PASSO POLÍTICO[31]

O Brasil está crescendo, se desenvolvendo. Igual ao que se está dando nos Estados Unidos. Não é o desenvolvimento lento e progressivo da Europa. O capital nasce aqui sob a forma oligopólica, com grandes unidades de produção e grandes empresas. Mas não se homogeiniza essa sociedade como a norte-americana. E não há um breque possível nesse tipo de desenvolvimento num prazo previsível.

E em termos de civilização?

- Aí é outra coisa. Pode ser que haja uma decadência da civilização, uma hecatombe, uma ruptura ecológica. Não havendo grandes opções desse gênero, num prazo previsível, uma década ou duas, eu não vejo nenhuma força de contenção. Pelo contrário. Vamos crescer ainda mais no Brasil. Não podemos nos esquecer de nosso tamanho territorial, essa base física. Quantos países têm, como o Brasil, uma fronteira agrícola em expansão? Isso é um amortecedor das pressões sociais. No século 19, a Europa botou para fora 60 milhões de pessoas. Aqui temos uma super-exploração de um lado e simultaneamente o que há de mais avançado. E muita fronteira disponível. E eu pergunto: o que é uma teoria política para isso tudo? Para o povo? Que povo? O do Nordeste? O da Amazônia? Como juntar às aspirações de todo mundo num só projeto?

Como crescer nesse contexto?

- Há um processo de crescimento, por mais cruel que ele seja. No governo Médici houve mortalidade infantil, contenção salarial e tudo mais, mas isso não impediu que houvesse mobilidade social. Então você tem ao mesmo tempo mobilidade e exploração. Você tem uma classe média que consome, uma expectativa de consumo em certos segmentos da classe popular e muita miséria do outro lado. Você falou em fracasso da nossa geração. Eu acho que pelo menos intelectualmente nós entendemos o que está acontecendo. Tínhamos mitos na cabeça. Mas a única maneira de desmistificar é entender o que está acontecendo. O que está havendo aqui é o desenvolvimento sob a forma oligopólica do capitalismo. O que significa: grande unidade de produção e o Estado. Não existe capitalismo oligopólico sem que o Estado esteja metido no próprio coração do crescimento. Daí, essa briga entre o setor privado e o setor público, que a meu ver é um pouco falsa. Ela é verdadeira por um ângulo, o daqueles que são eliminados, mas os outros sabem que sem o Estado não vão para a frente.

E como mudar as coisas?

-Numa sociedade de base oligopólica, você não pode dar as costas para o Estado e para a política. Daí a importância dos partidos políticos. Daí o perigo do preconceito anti-partido. Aqueles que pensam que só têm de olhar para a base da sociedade. Isso pode deslocar a luta de sua arena, que é o Estado.

Quais os benefícios e malefícios da Revolução de 64, nesse aspecto?

- Eu não falaria em benefícios. Mas ela acelerou as transformações econômicas. Acelerou o crescimento que já era tendencial. As grandes linhas de desenvolvimento não foram feitas em 64, mas antes, com Getúlio, Juscelino e por aí afora. É preciso um pouco mais de perspectiva histórica para saber o que realmente ocorreu. Mas é óbvio que eles souberam pilotar no sentido do desenvolvimento. Esse crescimento é baseado no oligopólio, na exploração do trabalho e na concentração de rendas. Mas, o mal, mesmo, foi a revolução não ter, em certos momentos, cortado os nós górdios, ou seja, foi reposto todo o sistema autoritário

[31] Da entrevista a Jorge Cunha Lima, *Status,* fevereiro de 1978.

tradicional. Nenhum passo foi dado, não digo no sentido da esquerda, do socialismo, mas não foi dado um passo sequer no sentido da modernização capitalista dentro da sociedade. A estrutura da propriedade agrária não foi mexida. A estrutura de fixação de impostos não foi mexida. Os privilégios foram reproduzidos numa escala amp1iada. Não houve um esforço consistente no sentido de elevar o piso da sociedade.

- Por isso, não resolveram o sistema político. Fizeram uma montagem do estilo tradicional. A versão nova do "bico de pena". Tudo vem de cima para baixo, como na República Velha. Estamos na República oligárquica, só que essa oligarquia agora é composta de plutocratas, dos grandes bancos e de burocratas, unidos na tarefa de deter a marcha da participação popular.

Até que ponto há eficiência nesse processo?

- Eles poderiam criar um partido da ordem estabelecida que seja mais modernizador. Contudo não é ainda o que eles estão fazendo. A montagem ainda não é essa.

E as oposições?

- Também têm que chegar a isso. Têm que formar os partidos contemporâneos para juntar os assalariados, em termos de reivindicações sociais e culturais. E é simultâneo esse negócio. Têm que elaborar uma estratégia de transformação que pegue a classe média, o pessoal do campo e os trabalhadores, que têm reivindicações muito diferentes. Eu não acredito que a teoria tradicional dos partidos resolva isso. A sociedade é muito heterogênea para suportar um partido desse tipo. Ela comporta melhor partidos como o PTB ou o MDB mesmo, que sejam confederações de partidos. Mais elásticos do que rijos, porém não tão frouxos que comportem tudo. Ele tem que se identificar com o partido dos assalariados e não dos poderosos.

Na formulação teórica dos novos partidos não está havendo uma cegueira?

- Imensa, a meu ver. E isso deriva da idéia de que estamos na Europa, e não nessa América contraditória. Imagine que a discussão se faz assim: isso pode ser uma social-democracia ou um partido bolchevique? Nem social-democracia nem bolchevique. Social-democracia supõe a existência de uma burguesia próspera, de um Estado que não esteja controlando os setores importantes do sistema produtivo, com uma classe trabalhadora também ampla e poderosa que possa fazer uma aliança com a burguesia. Não temos nada disso. Por outro lado, como um partido bolchevique? Qual é a classe social que está disposta a suportar esse tipo de transformação rápida de cima para baixo, controlada por um grupo de quadros que tem a noção do que é conceito de classe e do futuro, e que se não for aceito impõe esse conceito pela força?

E qual é a saída, pelo menos teórica, para o impasse?

- Eu acho que só há saída teórica depois que houver saída prática. Isso é que é a tragédia da *intelligentsia.* Será que é possível criar um partido que seja democrático nos seus métodos, e socialista no seu horizonte? Um partido que não venha com a idéia pré-fabricada, mas que esteja disposto a discutir com vários grupos, que aceite a crítica da base da sociedade e das sociedades de base? O que é isso? A primeira questão é discutir como vai ser o Estado. Quem vai controlar esse Estado. De que maneira? Qualquer outra coisa seria um voluntarismo intelectualóide. Dizer: tem que ser confiscado isso e aquilo, é coisa para quem quer falar sozinho. Ninguém vai te apoiar nisso. Nessa teoria, você pode apaziguar a consciência, mas não move uma perna.

DEMOCRACIA LENTA E INSEGURA[32]

Durante anos o desencontro das expectativas foi total no Brasil. As oposições esperavam o dia D, quando o regime cairia e seria instaurada a nova ordem democrática. O Sistema sonhava com um autoritarismo estável. Transcorridos 10 anos de AI-5, ele se esboroou por caminhos não entrevistos por gregos ou troianos. Nem veio o dia glorioso em que os cravos vermelhos, ou quem sabe as rosas alaranjadas, ornariam nossos peitos arfantes, nem continuamos mergulhados no poço sem fundo de um autoritarismo

[32] *Folha de São Paulo,* 14 de janeiro de 1979.

envergonhado, mas perverso e sempre crescente.

O AI-5 foi enterrado sem choro nem vela através de uma reforma de tipo “meia sola”. Pior ainda, a reforma foi arrancada de um Congresso de onde dezoito meses antes o líder da oposição, que ousara dizer pela TV o que toda a Nação sabia, fora cassado, e que fora fechado, um ano antes, para sempre promulgadas as reformas do “pacote de abril”.

O presidente da República, vitorioso em suas imposições e na determinação do curso “gradual e lento” das distensões propostas, celebrou na “fala do trono” as benesses de sua dádiva democrática. E ainda por cima passou uma carraspana na Nação; daqui para a frente, se nada der certo, a culpa será dos operários gulosos por mais salários, dos empresários ávidos de créditos e do MDB, se o partido da oposição não “agir responsavelmente”.

Devido à encenação, o País tendeu a minimizar as conseqüências do fim do AI-5. A descrença de tantas promessas frustradas de redemocratização solapa os efeitos políticos possíveis do término de tão famigerado Ato. Um fim tão banal para mal tão grande decepciona e desconcerta. Leva quase todos a minimizar que de fato se abriu no país uma área de incerteza. O regime, todos sabem, não ruiu. Nenhum pai da pátria morreu, como na Espanha. Não temos rei liberal à vista e o novo senhor dos ares, mesmo trocando as lentes verde-garrafa de seus óculos por outras mais acinzentadas, não apaga na memória das gentes a cor de sua sensibilidade. A frase que escapou sobre o povo e os cavalos — mesmo que tivesse sido expressão bonacheirona — cavou fundo na sensibilidade popular o abismo entre o Presidente e o homem comum; pior ainda para o regime e seus donos: as fendas abertas entre empresários e governo, entre as elites culturais e dirigentes do país e o Estado só se aprofundaram nos últimos tempos (basta ver a votação estrondosa do MDB no Centro-Sul). E ainda por cima sobraram os biônicos e as salvaguardas, sem falar na Lei de Segurança Nacional.

Abriu-se assim em maré vazante uma nova conjuntura que deveria ter sido auspiciosa; falta no País a confiabilidade. Democracia lenta, gradual e insegura, porque poucos crêem nela.

Apesar disso, o fim do AI-5 tem conseqüências objetivas. Daqui para a frente a guerra pela democracia passa a ser longa e de desgaste. Como não há mal que sempre dure ou, se preferirem, à la Mao, há males que vêm para o bem, caberá agora à oposição a tarefa de democratizar mesmo. Esvaíram-se as esperanças dos que acreditavam que o governo autoritário pudesse encaminhar um real processo de democratização. Daqui para a frente a aceleração do passado democrático e a segurança da abertura vão depender enormemente das oposições e em particular do MDB. É preciso agir assumindo plenamente que o AI-5 foi mesmo extinto e que a limpeza dos escolhos do autoritarismo deverá ser feita pela sociedade civil, pelo Congresso, pelos tribunais. Ousemos, pois, com seriedade.

O Governo Figueiredo tentará enfrentar a nova conjuntura propondo alianças. Não tanto e não só com o MDB: com a imprensa, com os empresários e, quem sabe, com os sindicatos e a Igreja. Dirá ao MDB que a mão estendida da conciliação é o sinal de esperança de gesto análogo para que seja possível consolidar a democracia. Se a sociedade se deixar enroscar pelo canto de sereia e se o MDB se precipitar celeremente nas bodas de ocasião, celebraremos apenas o muito pouco que foi cedido à Nação, fechando os olhos às questões da anistia, dos biônicos, das eleições diretas, etc.

Não digo que na atual conjuntura as oposições devam proceder como no período do general Médici. Mas a resposta da oposição a acenos tão vazios só pode ser uma: só haverá discussão à base de uma agenda concreta para a redemocratização. Que agenda é essa?

A resposta é simples: a das aspirações nacionais e populares. Eleições diretas para todas as prefeituras e sem prorrogações de mandato, como passo inicial para as eleições diretas para governadores e para a Presidência; liberdade sindical e todas as implicações dela para a determinação dos salários e na regulamentação do conflito social que, numa democracia, exige o respeito ao direito de greve; passos concretos para a anistia, e assim por diante.

A agenda das aspirações populares não se esgota nas questões políticas. As questões econômicas e sociais requerem uma articulação mais clara por parte da oposição, para que possa cobrar com mais firmeza do governo. Não serei exaustivo na matéria porque não cabe mais do que indicar áreas de preocupação, mas a questão número um é a da inflação. Não tem cabimento algum que o governo cobre agora da oposição a solidariedade para assumir a “responsabilidade” de pôr a culpa da inflação nas costas dos trabalhadores. Ela,

no caso atual, não decorre da elevação dos salários (que, pelo contrário, estiveram arrochados), mas da especulação financeira e de tudo que a propiciou, inclusive os mecanismos do mercado de dinheiro que se puseram em prática oficialmente nos últimos anos. Combater a inflação, sim; mas forçar ao mesmo tempo a redistribuição da renda e coibir a especulação financeira, eis o paradoxo a ser enfrentado nas teses da oposição.

Da mesma forma que na questão da inflação, a oposição deverá ter uma palavra a dizer, no diálogo público e nacional, com todas as forças que de um ou de outro modo hão de moldar o futuro do país, sobre a questão energética, sobre as empresas públicas, a dívida externa, etc. E principàlmente sobre as políticas com relação à agricultura e ao homem do campo, por um lado, e sobre as grandes questões ambientais e urbanas, por outra parte.

Sem que pelo menos estas questões estejam postas com força pelo MDB e se transformem em parte de seu discurso frente ao governo, qualquer negociação parecerá (e será), cooptação. E, mais grave ainda: não ajudará o país a enfrentar os problemas de base, sem cuja solução, mesmo que se acelere a implantação da democracia, os frutos do engenho político que levarem a ela não serão duradouros.

PARTIDO DOS TRABALHADORES[33]

De forma ultra-sintética pode-se dizer que no Brasil o sistema político sempre esteve mais baseado no espelhismo do que na representação. Os laços entre os que falam pelo povo ou por alguma camada social especifica e a base raramente (se é que alguma vez) estiveram amarrados a mecanismos institucionais que permitissem o controle do representante pelo representado. Os líderes políticos nacionais (mesmo os que falam pelos trabalhadores, pelos camponeses, etc.) procuram espelhar as posições que eles julgam serem compatíveis com os interesses de suas bases respectivas (e que às vezes são mesmo). Mas é difícil que se possa falar em representação de interesses no sentido da democracia clássica: não se estabelecem os limites da "delegação" recebida, que é sempre suposta como plena e, portanto, não requer consultas às bases para a definição das posições dos representantes no cenário nacional (no Parlamento, na imprensa, no governo; etc.). Os representantes imaginam sempre espelhar, por delegação tácita, na maior parte das vezes, o sentimento e os interesses de seus representados. Essa postura é assumida por líderes autoritários (militares principalmente) que sempre falam em nome das Forças Armadas, do interesse nacional ou do povo. Mas não só por eles: os líderes de massa, os sindicalistas e os políticos de oposição fazem a mesma coisa.

Essa forma de relacionamento político existe mais facilmente em sociedades que são segmentadas. Isto é, em situações sociais nas quais os vários grupos definem seus interesses sem referência ao conjunto da sociedade e sem partidos com propostas ideológicas. Sendo assim, dá-se inclusive o caso de que o mesmo líder possa "espelhar" interesses de grupos distintos: a incomunicação entre os segmentos da sociedade e a enorme liberdade que têm os que recebem a delegação implícita permitem que este comportamento, que em outros tipos de sociedade seria considerado oportunista, seja visto como normal. O caso mais flagrante foi o de Getúlio, que presidiu tanto o PSD quanto o PTB e foi eleito senador pelos dois partidos.

Tanto o espelhismo quanto a segmentação social são fenômenos que coexistem e que dão sustentação às formas de dominação elitista. É por intermédio delas que no plano político se procura dissolver os efeitos negativos de uma situação econômica e social espoliativa que gera pólos de riqueza num contexto de privação e pobreza.

Pois bem, custa a crer, mas é provável que estejamos assistindo aos primeiros sintomas do fim deste sistema secular. Há pouco participei de uma reunião organizada por uma comunidade eclesial de base para discutir o problema do Lixão de Osasco. Apesar das soluções encaminhadas pelo prefeito Guaçu Piteri (que esteve presente à reunião) e do endosso a elas dado pelos vários deputados (de ambos os partidos) de maior votação da área e dos senadores presentes, os líderes locais exigiram que todos explicitássemos a forma pela qual lutávamos pelos objetivos da comunidade e as sanções políticas em que as autoridades (e os representantes do povo) incorreriam se nada acontecesse num prazo definido. Pediram mesmo (no que foram atendidos) que cada parlamentar se comprometesse por escrito com o que estava dizendo.

---

[33] *Folha de São Paulo,* 28 de janeiro de 1979.

Sinal dos tempos. A delegação implícita e o espelhismo estavam morrendo, na prática, na reunião da Comunidade de Helena Maria, em Osasco. Faltava, contudo, uma visão não-segmentada do interesse popular e do processo político.

Agora são os metalúrgicos reunidos em Lins que se declaram dispostos a organizar um partido de trabalhadores. Para isso não "conchavaram" com os grupos políticos institucionalizados ou com os que pretendem falar novamente em nome dos trabalhadores. Foram explícitos: trata-se de um partido que buscará o apoio dos assalariados amplamente, mas não dos patrões. Mais ainda: sua comissão organizadora será composta por sindicalistas e trabalhadores, mas não por políticos ditos profissionais.

Reparos podem ser feitos quanto à oportunidade da iniciativa, que poderia prejudicar eventualmente a frente de oposições que é o MDB. Lula, entretanto, já retificou: a proposta abre um debate, mas não quer ser fator de implosão do MDB. Os responsáveis pela iniciativa parecem estar conscientes dos riscos de serem usados como massa de manobra dos interesses palacianos que querem dividir as oposições. Haverá um tempo de convivência (pelo que deduzi das declarações do Lula) entre o MDB e a proposta do novo partido. Mesmo porque tanto Benedito Marcílio quanto Ronaldo Cabral, entre outros, disseram que a organização formal do PT supõe a convocação de uma Assembléia Constituinte que redemocratize o País.

Outros reparos poderão ser feitos quanto a que um partido desse tipo, ou fala em nome de uma concepção mais ampla da sociedade que precisamente destrua a segmentação da sociedade brasileira, ou corre o risco de isolamento num "tradeunionismo" que vem com um século de atraso. Mais ainda: pode quebrar a unidade sindical sem conseguir unificar politicamente o povo.

Mas uma coisa é certa: dessa vez pelo menos a proposta de organização partidária não veio de qualquer grupo de notáveis que se auto definiu como representante do povo. Veio de dirigentes sindicais. Eles precisarão, por certo, de tempo para resolver a forma de sua ligação com o resto do sistema político e com as bases operárias e populares (pois podem, sem isso, incorrer em novos "espelhismos"). Mas a iniciativa é um passo adiante em termos de autonomização dos interesses sociais. E precisarão dizer também a que vêm: não basta ser líder sindical; é preciso ter uma proposta política correta em termos dos interesses que se supõem representados.

Diante desse fato parece-me penoso o corre-corre de políticos que querem buscar abrigo novamente na boa vontade dos trabalhadores e que se apressam a despejar manifestações de simpatia e de adesão ao possível futuro partido, confundindo-o com seus interesses políticos. Acho que a posição correta foi assumida pelo Sr. Almino Afonso. Todos sabemos o empenho que ele possui para ajudar à reconstituição do sistema partidário brasileiro. Não obstante, embora saudando com entusiasmo a iniciativa dos metalúrgicos, não se arrogou líder deles nem se dispôs a ser caudatário para pescar em águas turvas. Constatou a importância do fato e advertiu para os cuidados a serem tomados quanto a distinguir entre o debate de novas propostas partidárias e seu desdobramento efetivo para que elas não prejudiquem os interesses nacionais de redemocratização do País.

É essa a meu ver a reação adequada de todos os que crêem que a democratização dependerá de iniciativas enraizadas na base, mas que sabem também que existe uma luta frontal contra o autoritarismo e que, portanto, será necessário mover essas mesmas bases no contexto de uma frente oposicionista unida, que até agora vem sendo representada pelo MDB. Se o processo de redemocratização avançar, é natural que propostas políticas distintas compitam na rearticulação do sistema político. O debate relativo a essas propostas — principalmente quando vindo de fora do circuito das elites tradicionais — é necessário e pode ser útil. O MDB, se quiser continuar a servir de frente articuladora das oposições, deverá reagir construtivamente entendendo o momento e facilitando a reordenação do sistema político através de iniciativas que sejam redemocratizantes, incluindo-se entre essas a quebra das exigências rígidas que ora regem a criação de novos partidos. Mas tudo isso requer da parte dos que apresentam as novas propostas partidárias o sentido de responsabilidade perante os interesses populares. A precipitação e o oportunismo fazem o jogo do governo e não podem ser abrigados na frente oposicionista. O pensamento pluripartidário sério e o fortalecimento do papel das bases na vida política nacional, ao contrário, devem ser vistos como estímulos para a redemocratização do Brasil.

OS RUMOS DA OPOSIÇÃO (1)[34]

A história recente mostra alguns casos de transição de regimes autoritários — alguns fascistas mesmo — para a democracia. Grécia, Portugal, Espanha são os mais notáveis. Em quase todos eles a ruptura da ordem autoritária deu-se concomitantemente com a derrota militar dos exércitos que lhes davam sustentação. Sob essa forma, e de modo ainda mais estrepitoso, deu-se também a libertação nacional de países africanos e asiáticos que saltaram algumas vezes de um regime colonial opressivo para regimes socialistas, alguns dos quais autoritários. Raramente, entretanto, houve um processo de redemocratização sem quebra da espinha dorsal do regime anterior constituída pelas Forças Armadas. A Espanha é um desses raríssimos casos, com a característica de ser um país sujeito às marchas e contramarchas da política européia e de ser um país no qual as classes trabalhadoras têm longa tradição de luta e exercitaram imensa pressão nos dez anos anteriores à queda do franquismo.

Será que o Brasil constituirá um segundo exemplo da mesma natureza?

É cedo para responder pela afirmativa. Até agora criou-se uma situação ambígua: com a pressão popular, a critica da Igreja, as lutas da classe média e a oposição do MDB (que recolheu as lutas oposicionistas em geral e se incorporou a uma história de resistência), o regime começou a ceder. Não foi só por isso: as fendas abertas no tripé de sustentação econômica do regime graças às dificuldades econômicas (basta referir a inflação e a dívida externa, como sintomas) e a persistência de ambigüidades liberais no seio do bloco dominante criaram condições propícias para a "distensão". Mas essa deu-se até agora sem tocar no essencial: nas regras relativas a quem decide e sobre o que se decide.

Houve, é certo, um desafogo. O sufoco dos anos terríveis da repressão, tortura e censura foi se dissipando. A palavra flui mais livre, sem estancar na garganta entupida pelo sal grosso de tantos suplícios. Até a imagem pela TV aparece mais critica. Mais ainda, vai se criando um espaço para a reivindicação social; as greves, contidas, mas não reprimidas, vão criando um novo léxico político.

Negar importância a tudo isso e insistir em que nada mudou é miopia de quem se deixa prender pelo passado e insiste em antecipar o futuro como mera projeção do que já acabou. Perguntar pelas garantias desse processo (embora assegurá-las deva ser uma preocupação de todo democrata) é não entender o que é a "transição": nela o futuro é aventura e a regra maior é a capacidade de criar saída para o que, pela rotina, desembocaria fatalmente em impasse e retrocesso.

É neste contexto, de um processo político que por enquanto abriu espaços, mas não decantou alternativas de poder, que se colocam os desafios à oposição. E as dificuldades são muitas: quando subjetivamente tem-se a impressão de que se está a um passo da normalidade democrática, de repente percebe-se que o governo tem a faca e o queijo na mão. Ele não dispõe, é certo, do AI-5. Mas herdou todo o instrumental de exceção que foi construído pela ditadura: um Congresso talhado a golpes do pacote de abril com biônicos e tudo o mais, uma Lei Falcão ainda válida, uma Lei de Magistratura que provoca aposentadorias em cadeia, umas cadeias ainda cheias, milhares de exilados lutando por sua volta e tudo por fazer em matéria de institucionalidade democrática.

É este último ponto precisamente que assegura ao governo margem de manobra. Ele não explicita quase nada: negaceia e ameaça. Talvez acabe com os partidos, talvez não; quem sabe prorrogue mandatos de prefeitos, vereadores, dirigentes partidários, quem sabe não; virá a anistia: mas quando e de que forma?

E assim, cozinhando em banho-maria os anseios nacionais, o governo tenta desmoralizar a oposição, semeia a descrença nas massas e assusta a todos com o fantasma da inflação e a necessidade do arrocho orçamentário e creditício. Pensa que poderá pôr e dispor do País, talhando a "democracia sob medida" para ao mesmo tempo afrouxar as tensões e não ceder um milímetro de poder.

Cabe à oposição, nestas circunstâncias, romper o nó górdio. E a ruptura há de ser conseguida utilizando-se a tática oposta à do governo: ao invés de fazer o jogo escondido, há que abri-lo ao sol claro da opinião pública.

Mas para isso existem precondições. A primeira e principal é a busca do "enraizamento", a segunda é a bússola que aponte o rumo certo. Discutirei em artigos posteriores os dois tópicos. Mas convém pelo

[34] *Folha de São Paulo,* 24 de maio de 1979.

menos delineá-los aqui.

Não é só o MDB que "flutua" numa sociedade que começou a movimentar-se, mas não tem ainda os passos firmes do andarilho. É todo o sistema político que perdeu contato com a base. Esta, nos últimos 15 anos, manifestou-se quase que exclusivamente durante o período eleitoral (e nem sempre e nem toda). Agora se agita em reivindicações, se improvisa em lideranças, tateia a si mesma na busca de identidade. Quando olha para a política para ver se está refletida nela, encontra espelhos meio foscos, salpicados aqui e ali de pontos que deixam entrever uma relação entre quem olha e o que vê, mas sem nitidez. É essa a busca das raízes: a quem o MDB representa? A todos e a quase ninguém: depende de quem no MDB e em que momento. E depende também do estado do corpo social: às vezes na letargia de quem não crê possível, mas gostaria que fosse, partes imensas da sociedade jazem sem articulação para propor a mudança e espiam quietas as piruetas políticas dos que falam generosamente em seu nome, mas não têm as asas sustentadas pelo apoio ativo das massas: outras vezes — como nas greves — segmentos ágeis da sociedade avançam anos-luz e desenham meteoricamente o perfil do futuro, deixando o setor político à margem e boquiaberto com tanta reserva de energia não canalizada de modo sistemático para a luta política.

Culpa do MDB? Seria simplista afirmar. É o desencontro da transição. Esta, se não encontra de imediato no partido herdado do passado — mas refeito na luta — a expressão adequada das forças sociais, tampouco encontra nestas últimas o sucedâneo político para permitir que se contorne o temporal. Transição e desencontro. Política na transição é a busca das raízes para permitir o reencontro. Por certo, se as organizações políticas atuais não forem capazes de renovar-se, perecerão, e a forma política do futuro (e não longínquo) será feita noutros moldes.

Porém, como a crise não é só dos partidos, é da sociedade também, os rumos não virão espontaneamente da base. Sem que o setor político (lato senso: não só os políticos profissionais, mas as lideranças trabalhistas, a Universidade, a Igreja, etc.) defina o rumo da transição, os movimentos reivindicatórios se estiolarão neles próprios (curtindo suas vitórias chochas, como no ABC,ou suas decepções, como no caso do funcionalismo público) e as tentativas de revitalização política serão como bolos sem fermento (como as campanhas pela Constituinte ou pelas eleições diretas). Haverá "desafogo", mas não mudança política efetiva.

Neste sentido é que eu creio que daqui para a frente a responsabilidade da redemocratização é nossa. Ou, como oposição, exercitamos a humildade para enraizarmos, sem pretender que já expressamos a sociedade, e ao mesmo tempo não renunciamos a assumir a responsabilidade de propor rumos a serem submetidos à sociedade, ou nos perderemos nas negaças do Parlamento. Os rumos terão de ser claros e não podem ser apenas institucionais. Todos sabem que a oposição é democrática. O que não se sabe é como exercer essa democracia e o que fazer com ela. Ou a oposição (ou partes dela) se assume como partido popular e partido das reformas, tendo como suporte os assalariados (e dentre estes em principal lugar os trabalhadores), ou se perderá na busca de uma unidade idílica de todos para "derrubar a ditadura" (já com as veias abertas), sem dizer o que fazer e com quem, depois da queda.

OS RUMOS DA OPOSIÇÃO (2)[35]

O desafio que o MDB tem pela frente é grande, mas é claro. Passou a época na qual bastava emitir símbolos indiretos de resistência ao regime para unificar as forças oposicionistas e sacudir a letargia da sociedade. Agora trata-se de assentar as bases para a democracia. Contraditoriamente: o regime de 64 e 68 continua vigente; mas ele assiste como cadáver insepulto à missa de corpo presente de seu enterro. É possível que resquícios seus se reinstalem na armadura institucional futura, como se fossem fantasmas de casarão inglês; e não nos esqueçamos de que os velhos fantasmas matam de susto, quando não de ataques cardíacos, os habitantes dos solares amaldiçoados. É possível, portanto, uma recidiva do autoritarismo. Mas cabe a nós da oposição dificultar os nossos sustos.

Como?

Em primeiro e principal lugar, movendo-nos. Já não bastam o sangue e as lágrimas do passado para

---

[35] *Folha de São Paulo,* 17 de junho de 1979.

justificar a ação política. É preciso apontar as esperanças e tecer as articulações que fortaleçam a ordem democrática. Neste esforço existem temas e tarefas que são comuns a muitos grupos e a várias tonalidades oposicionistas. Não se deve desfazer a grande frente nacional de resistência democrática. Caberá às lideranças do MDB e de fora dele manter as pontes desimpedidas e os diálogos constantes.

Assim, foi positivo que no Encontro de São Bernardo os 56 deputados federais presentes, as dezenas de deputados estaduais, os 45 líderes sindicais, os intelectuais e as duas dezenas de líderes cassados que estão no Brasil reafirmassem sua posição contrária à extinção do MDB pela força. E de igual modo foi positivo que as vozes das lideranças nacionais do general Euler Bentes Monteiro, do Sr. Severo Gomes, de combativos senadores do MDB e de tantas personalidades mais tivessem se unido na proclamação do Rio de Janeiro, de abril passado, para mostrar que a luta continua e é ampla. Mas o coro da resistência democrática não deverá abafar a voz das demandas sociais e econômicas específicas. Hoje o grande desafio da oposição é o de viabilizar propostas políticas de nítida conotação popular.

Que quer dizer isso?

Quer dizer que as reivindicações salariais e sindicais dos trabalhadores, as reivindicações relativas à qualidade da vida urbana, as lutas dos trabalhadores do campo, a defesa dos interesses econômicos das classes médias, a defesa do consumidor, serão a bússola da política do futuro. Mas nada disso se desenvolverá no vazio da boa vontade e do desejo. Caberá à oposição ir definindo as políticas que permitirão que o interesse das classes populares não se dissolva em propostas demagógicas dos que gritam sem nada propor porque não sabem o que fazer. É preciso que a oposição afine seus instrumentos de luta política e diga o que pensa sobre a inflação, sobre a questão energética, sobre a CLT, sobre a presença das multinacionais, sobre os fundos de acumulação, sobre a política tributária, sobre as políticas urbanas, sobre as políticas agrárias, enfim, sobre as grandes questões nacionais. E tudo isso terá que ser equacionado do ângulo dos interesses da maioria da população e não mais, como até hoje, para reproduzir os privilégios de minorias.

Mas não basta um programa. Está chegando o momento no qual o enraizamento social da oposição implicará que setores populares participem devidamente da vida partidária. E é este o ponto mais delicado da questão: como abrir espaço à participação efetiva das camadas populares, respeitando, ao mesmo tempo, a indispensável autonomia da sociedade civil (dos sindicatos, das igrejas, dos movimentos sociais e reivindicatórios, etc.)?

Noutros termos: é preciso ir construindo os alicerces de um partido popular moderno. Amplo. Sem sectarismo, pois um partido de massas não se confunde com um "lobby" nem se identifica apenas com um segmento da sociedade, por mais expressivo que ele seja (como as igrejas ou os sindicatos). Tampouco se construirá um partido apto a encaminhar as grandes questões da transformação social de uma sociedade industrializada se ele contar apenas com quadros dirigentes, e nem sequer se alguns destes quadros tiverem vocação carismática. O caudilhismo populista agita e galvaniza, mas não decanta nem encaminha soluções para as maiorias.

Acho que, com algumas exceções, no debate sobre a reformulação partidária que ora se trava têm faltado clareza e imaginação: uns se aferram à idéia do "partido-ônibus", onde convivem tudo e todos, dos adesistas aos mais lídimos oposicionistas, de negocistas a líderes sindicais e populares. Partido-frente, sem outras especificações que não a da "oposição à ditadura". Outros propõem o "partido dos puros" e a pureza se define seja pela origem de classe, seja pela têmpera ideológica. Uns se aferram ao passado, quando as circunstâncias criaram uma vala comum de defesa e sobrevivência. Outros ao utopismo, que não toma em consideração as condições reais da vida política e da sociedade brasileira.

Eu proponho uma variante ao utopismo e um rechaço mais eficaz ao oportunismo eleitoreiro: necessitamos de um partido popular, de massas, que nem seja conduzido carismaticamente nem dirigido por quadros sectários. Um grande partido, que varie regionalmente no tom e nos temas, mas que se una nacionalmente na vontade clara e insofismável de reformar a fundo as estruturas. Que seja radical no sentido preciso: indo à raiz das questões. Que não se esquive no combate à opressão e à exploração, mas que não se contente com a proclamação de princípios. Que entenda que política é força e não apenas propósito, mas que recuse o uso da força sem propósitos.

Como pode nascer partido com semelhantes características? Do encontro entre o MDB, que somou a

maioria dos quadros políticos com vocação popular, com as lideranças e as bases dos trabalhadores, dos moradores da periferia, da classe média assalariada, da intelectualidade, das comunidades de base, dos movimentos do campo, etc. Encontro, este sim, de mãos estendidas e coração aberto, não para manipular ou dissolver a especificidade dos movimentos sociais com o pulso firme de lideranças políticas, mas para articular o social com o político, assegurando-se as autonomias respectivas. Sem esta articulação, o social se agita e se decompõe pela repressão ou pela impossibilidade de generalizar as demandas (como se viu nas últimas greves) e o político se desfigura, apodrecendo em seu próprio caldo, como se vê agora nas imputações recíprocas de emedebistas sobre acordos e conchavos, até mesmo com aqueles que simbolizam, como o Sr. Maluf, tanto o regime como a corrupção.

Quer isto dizer que o MDB renovado ou o partido popular que lhe dê continuidade e vida nova haverá de restringir a participação apenas aos "eleitos" ou aos que estão "à esquerda"?

Obviamente não: a voz firme de Ulisses Guimarães, a luta persistente de tantos senadores e deputados do MDB nos piores anos da repressão, a retidão do brado pelo Estado de Direito de tantos, como Faoro, sem deixar de mencionar os sermões não-partidários em favor dos explorados e oprimidos de D. Hélder e D. Paulo, são ingredientes constitutivos da futura ordem democrática e da oposição popular. Só que até há pouco era este o timbre de voz quase exclusivo que se podia ouvir, porque o regime não conseguia contê-lo. Agora o "clamor do povo" dá ao coro um diapasão de intervalo mais abrangente. E dá à partitura o tom inequívoco de uma oposição que será popular não apenas por seus propósitos, mas por sua constituição.

É preciso lutar pela continuidade do MDB. É preciso que a oposição se oponha aos casuísmos do governo, que deseja extinguir os partidos para melhor manobrar. Mas a continuidade só não basta: que venha o pluripartidarismo e que nele os que realmente sempre foram oposicionistas, e não apenas nos comícios eleitorais, se juntem e estendam as mãos às lideranças populares para transformar o MDB num partido, aí sim, permanente porque enraizado na livre vontade popular. É este o desafio. As manobras governamentais podem extinguir a sigla, mas não extinguirão o povo nem a oposição popular. Extinto o MDB pela força, teremos imediatamente um movimento democrático do povo brasileiro, qualquer que seja a nova sigla. Mas para isso é preciso repudiar o continuísmo sem princípios e o fisiologismo disfarçado de emedebismo. As oposições, para manterem-se unidas, têm que aceitar o desafio do presente: o MDB tem que enraizar-se nos movimentos sociais e rumar firme para uma proposta popular capaz de propiciar a transformação social de que o Brasil necessita. Com esta ou com a sigla que continue a tradição democrática e popular, a Oposição crescerá ainda mais no futuro.

A LEI E A VIDA[36]

Finalmente, o parto da montanha. Depois de tantas promessas de reorganização partidária, aí está a lei proposta pelo governo. Tudo novo e nada de novo. Às esperanças de quantos imaginavam que, apesar de tudo, a mão estendida do João vinha cheia de democracia, contrapõe-se o travo da realidade. *A posteriori,* a razão política foi dada a Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela e outros líderes da resistência democrática. A fórmula do regime é simples: multipartidarismo na oposição e o partido único no governo.

Mais uma vez o "país legal" quer impor ao "país real" o leito apertado por onde devem passar os anseios, as insatisfações e as esperanças populares. Só que o "legal", no caso, é discutível: nem a Constituição em vigor foi fruto de um consentimento, nem sequer aproximativo, nem a lei em tramitação obedece a essa própria Constituição. De fato, extinguem-se os partidos como se eles fossem parte constitutiva do Estado e não da sociedade civil, e ditam-se regras casuísticas que dificultam, na prática, quando não impedem, o surgimento de partidos que expressem a vontade dos grupos reais da sociedade.

A crítica ao descaramento governamental não isenta as oposições de responsabilidades. Creio que, de há muito, amarramo-nos a teses e a táticas que não correspondem mais à urgência dos tempos. É correto denunciar o arbítrio de uma lei que visa desmantelar a oposição; valem os apelos à unidade. Mas não dá para tapar o sol com a peneira: dificilmente a maioria do Congresso, habituada ao servilismo e às vantagens do oficialismo, recusará mais este desserviço à democracia; a unidade necessária à resistência não poderia formar-se pela incorporação dos segmentos apodrecidos pelo adesismo às bandeiras generosas da defesa do

[36] *Folha de São Paulo.* 21 de novembro de 1979.

interesse popular.

O que nos cabe agora, ao lado da denúncia, é divisar os novos rumos. Eu sei que o mais provável no curto prazo será o quase-caos partidário provocado por uma "lei". Entre a aprovação do monstrengo pelo Congresso e a regulamentação dos novos partidos pelo Tribunal Eleitoral vão escoar preciosos meses. Tal como está o texto do substitutivo do projeto em votação, para que o Tribunal conceda o registro provisório será necessário obter não apenas as 101 assinaturas dos fundadores do novo partido, mas indicar os membros da Executiva Nacional provisória, das regionais em pelo menos nove Estados e das municipais em 1/5 dos municípios de cada um destes Estados. Só depois disso é que começam as filiações e convenções. Ufa! Quanto trabalho, desperdício de dinheiro e de tempo. E para quê?

Para que o governo impere sem partidos que o controlem durante um ano (pois é este o tempo previsível para que se organizem os partidos depois de registrados provisoriamente) e no fim chegar-se, talvez, a três, quem sabe quatro partidos. Ou quem sabe mesmo aos dois de agora? Pior ainda, como mostrou o presidente do MDB de São Paulo, Mário Covas, em palestras que vem fazendo, nem sequer os blocos parlamentares poderão ser organizados, segundo o projeto de lei, antes de o Tribunal Eleitoral conceder o registro dos partidos em formação. Chegou, portanto, a hora da onça beber água. Se as oposições mergulharem no casuísmo da lei, à espera das determinações e regulamentos, a "implosão" será consegui da pelo governo. Mas pelo método tradicional: os tijolos serão arremessados para todos os lados; e de parte a parte. Dissidência de lá, discrepâncias de cá, e o pólo principal, imune a tudo, será o governo, cavalgando a máquina do Estado.

Diante disso, cabe às lideranças oposicionistas uma estratégia clara de recomposição de forças e uma tática explícita que leve a isso. Neste último aspecto, a batalha será travada no Congresso: é preciso abrir brechas no projeto para torná-lo menos casuístico, para eliminar as sub-legendas, facilitar a formação dos partidos e, principalmente, evitar que passem os dispositivos que transformam a vida interna dos partidos em mecanismos de controle burocrático-oligárquico. O elitismo do projeto atual é gritante: ele exige que se cumpram requisitos formais aparentemente democráticos e, na prática, entrega o comando da formação e do desempenho partidário aos parlamentares. Exemplo: as convenções municipais são formadas por delegados dos filiados ao partido (eleição indireta, portanto), e pelos vereadores e parlamentares com residência no município. Estes, eventualmente, podem ser até mais numerosos do que os delegados da base partidária.

Não tenho muitas ilusões quanto à capacidade saneadora do Congresso. O MDB votará pela democratização dos partidos futuros. Mas a maioria servil está sempre pronta a cumprir ordens.

Estrategicamente, entretanto, cabe preservar a confiabilidade política das oposições e o sentido democrático e popular de seu comportamento. Como? Dizendo claramente que, a partir de agora, com ou sem lei, com tais ou quais tendências ("autênticos", "populares", "PT", "PTB", "moderados" não-adesistas, "liberais-democráticos") estamos dispostos a dar passos coordenadamente. Precisamos criar, como se fez na Espanha, um Conselho para a Democracia que permita dar uma resposta rápida às manobras governamentais. Não se trata de esconder as diferenças de tendência. Mas de expô-las democraticamente, respeitando-se as nuanças e tentando, pela negociação e pelo convencimento, definir, quando possível, alvos comuns, em benefício dos interesses permanentes do povo brasileiro. Para que um pólo oposicionista deste tipo tenha vigor e seja confiável, é preciso atender a duas condições básicas: que nele não se inscrevam adesistas que visam apenas fazer o jogo do governo no interior das oposições (malufistas, chaguistas e toda a fauna de fisiológicos adjacentes); que cada um dos grupos ou tendências de oposição não imagine que contém em si o mapa do futuro e que desista de arrogar-se o direito de impor aos demais, por infiltração ou por pressão desmoralizante, os rumos do conjunto.

É óbvio que neste Conselho o peso histórico do MDB será grande. Qualquer visão menor que procure aproveitar as dificuldades do presente e o interesse desagregador do autoritarismo para impor oportunisticamente um comando improvisado só servirá para dificultar a recomposição da oposição. Mas é óbvio também que a Executiva Nacional recém-eleita, que espelha o que foi o MDB nos dez anos passados, não poderá aspirar a definir os rumos dos dez anos futuros.

O presidente Ulisses Guimarães, resistente histórico e homem de sensibilidade política, terá se apercebido já que as forças emergentes, do Lula aos estudantes, das múltiplas comissões de greve dos professores e bancários aos advogados liberais, da periferia das grandes cidades ao campo, exigem hoje que o social-econômico encontre no discurso e na prática um lugar ao sol ao lado do político-institucional. Para

tal, é preciso que no Conselho para a Democracia as figuras cinzentas da Oposição (em que pesem às folhas de serviços passados) dêem lugar às novas faces. E será de menor importância inquirir se todas estarão vestindo a mesma camiseta — escondendo o ritmo das pulsações cardíacas das lealdades reais, como hoje — ou se já se aproxima a hora da verdade na qual a diversidade ostensiva de coloração das camisetas comporá um time que se unirá frente às bandeiras maiores da democracia e do interesse popular. Se for esta última hipótese a que prevalecer, buscaremos a unidade na diversidade e os líderes que disso forem capazes, históricos ou emergentes, terão ajudado a sairmos do atoleiro no qual o autoritarismo institucionalizado quer meter o país.

SEM ILUSÕES[37]

Tomo emprestado o título de um autor russo, Zinoviev, que acaba de publicar um livro de ensaios sobre o regime soviético. À moda de Montesquieu — guardando as devidas proporções —, Zinoviev se propõe a descrever o socialismo "tal como ele é". Para isto, busca as leis que expressam a natureza da sociedade soviética. Com agudeza e sem autocomplacência, fustiga no pormenor e no conjunto a natureza do regime. Não analisa pelo ângulo das "deformações". Ao contrário, mostra que no que o regime tem de repressivo, assim como em sua capacidade de obter apoio popular, existe uma férrea lógica que deriva da tessitura da sociedade soviética. O próprio fenômeno dos "dissidentes" é analisado neste contexto: sua força detém-se na teia de interesses e de valores que sustentam a sociedade. Não endosso completamente a análise de Zinoviev. E penso que sua obra é mais universal do que ele próprio acredita: muitas vezes, ao descrever o carreirismo numa sociedade burocratizada, por exemplo, ou a falta de vitalidade política do partido, descreve, sem saber, processos que são encontradiços no mundo ocidental. Este, por sua vez, aparece como contraponto idealizado na análise de Zinoviev. Não obstante, fica a lição: os regimes devem ser estudados pelo que eles são, não pelo que deveriam ser, pelo que gostariam de ser ou pelo que fazem crer que são.

Dito isto, enfiemos a carapuça: a quantas andamos com nossa "democracia relativa"?

Quem diria, há dois anos, que o ritmo "lento, gradual e seguro" do general-presidente acabaria dando a cadência do transformismo que se opera no Brasil? Pois veio a "distensão", formam-se os partidos, existem até greves proibidas em franco desenvolvimento, a Justiça, manquitolando, vai recuperando alguma força, a imprensa está liberada, a TV só não é mais desenvolta porque seus donos não querem, a tortura aos presos políticos terminou, restam pouquíssimos na cadeia, os atos de exceção estão em agonia. Então, dirá o observador imparcial, que mais quer a oposição? De que se queixa o povo?

Eis a questão: o sufoco acabou; mas quem mandava antes continua mandando e as regras essenciais do poder aí estão, ao sabor do "lento e seguro" ditado pelo Palácio do Planalto. É esta a esfinge política do País: ampliam-se os "espaços"; há como respirar politicamente; mas ficaram intocados os fundamentos do mando.

Qual seria a estratégia do regime? A manutenção, é claro, como sabe qualquer Maquiavel de botequim. Mas para mantê-lo a classe dirigente tem hoje outra proposta: se não "ao invés da" coerção o consentimento, pelo menos que aquela se restrinja, enquanto este aumenta. Quem sabe, um projeto de hegemonia, como diriam os cientistas políticos.

Não é fácil, por certo. A natureza da sociedade a que o regime deve conformar-se é cruel: basta ver que quem ganha com o modelo econômico são os prestamistas do Estado, os banqueiros, d'aquém e d'além-mar. Parece até o reinado do falso Napoleão, o Terceiro. Só que sem bonapartismo: a força aparentemente incoercível do desenvolvimentismo sacramenta lealdades e aumenta as dívidas internas e externas, e disso há quem se beneficie. O Tesouro a tal ponto foi solidário com o endividamente e com o estilo de desenvolvimento grudado à mais célere acumulação financeira, que quase morreu de inanição, à míngua de recursos, e de movimentos, de tantas concessões feitas ao setor privado. Para reanimá-o, foi preciso que, por ironia, a história refizesse um personagem: o mesmo Delfim dos subsídios e do privatismo virou o Delfim que restabelece o fluxo de recursos para as burras do Estado; o monetarista de ontem é o estruturalista de hoje, como será amanhã, se preciso for, o inflexível controlador do gasto e do crédito do governo e das empresas. Não é Napoleão quem conta, nem mesmo seus cultores, como dizem ser o general Golbery. São os Fould caboclos (mais brilhantes, talvez, que os originais, pelo menos para criar fórmulas e disseminar

[37] *Folha de São Paulo,* 4 de abril de 1980.

ilusões) que, representando a “aristocracia financeira”, como na velha França burguesa, trazem hoje o aval à “democracia restaurada”. Aristocracia financeira que é a ponta visível de um “iceberg” composto por toda a burguesia internacionalizada que, de braços dados ao Estado, explora o povo.

Cessa nisso, contudo, a analogia com o bonapartismo: nem o Exército, nem os padres, nem a pequena propriedade têm muito a ver com o regime que se quer instaurar. O Exército assiste, complacente, mas sem comprometer-se, ao ensaio geral do novo regime; os padres recusam, horrorizados, dar a bênção a tanta exploração feita virtude; os pequenos proprietários, coitados, nunca tiveram vez em nossa história e agora, mais do que nunca, sentem-se alheios a um Estado que os cobre de impostos e humilhações.

Persiste a questão: pode haver “democracia restaurada” à base de uma ordem servil à aristocracia financeira? Será aquela a “lei de governo” própria de um tal sistema?

Eu desconfio que Zinoviev aqui teria mais dúvidas do que as que o assaltam na Rússia Soviética. Lá regime e sociedade talvez se dêem as mãos. Entre nós é mais difícil. Obstáculos, contudo, não significam impossibilidades. Acredito que estamos no começo de uma partida nova. O “round” anterior foi ganho pelos que já antes ganharam. E o novo? Terá nossa oposição — fragmentada hoje em mil questiúnculas e uns poucos e frágeis partidos — a sensibilidade para responder à proposta de hegemonia burguesa com uma resposta à altura e ali onde a porca torce o rabo, na questão social e nas dificuldades econômicas? Será ela capaz de desfazer os sonhos oligárquicos da “democracia controlada”, que às vezes se disfarça — sem convencer a ninguém — de “populismo autoritário”, para penetrar no mesmo movediço terreno das reivindicações sociais e econômicas?

Como condição para começar a responder aos desafios colocados pela proposta política da aristocracia financeira feita sistema de governo, é preciso que as oposições entendam em que terreno institucional pisamos. O regime que se restaura é sutil. Ele engendra uma estranha dialética entre governo e oposição social que marginaliza os partidos e o Congresso e dissolve a força reivindicativa da sociedade pelo encaminhamento de projetos e medidas que são como os vírus desativados das vacinas. Foi assim com a anistia, por exemplo. Os setores mais combativos da sociedade queriam-na “ampla, geral e irrestrita”. No Congresso, veio o contravapor; ela sairia aprovada como seu lobo mandou, embora com os protestos da oposição política. Mas na prática, por interpretações não-rigoristas e pelas adequações de pena, o governo foi liberando presos e recebendo banidos e exilados, sem anistiá-los. Vitória política, a oposição parlamentar não pôde capitalizar. Purificação pela lei dos atos de arbítrio, tampouco foi conseguida. Mas a demanda da sociedade não deixou de repercutir, houve “desafogo” e deu-se o esvaziamento dos movimentos de pressão, pelo atendimento individual de reclamos.

É assim o regime: ele reserva aos partidos papel menor. Não refaz o arcabouço institucional na direção da democracia. Nega de plano legitimidade ao protesto. Mas concede, no casuísmo e com picuinha, para desarticular e amortecer as pressões sociais e políticas.

Não é este, de novo, o procedimento com relação aos sindicatos e às pressões salariais? Não é assim, também, no que se refere às eleições diretas e ao voto popular?

Entretanto, se a prática do regime fosse só a da chicana, seria difícil entender os apoios que foi ganhando. Não da massa, por certo. Mas entre os círculos influentes das classes dominantes que não eram dirigentes, bem como em certa imprensa que surgiu com ares oposicionistas e independentes e logo se extasiou com tanto gênio econômico e habilidade política para costurar a *nouvelle democratie.*

É que também de pão vive o homem e o regime, de avaro, tornou-se, não diria pródigo, mas concessivo. Atendeu à ânsia da discussão das camadas ilustradas e aos bolsos de setores das classes produtoras. E se pouco deu de concreto às classes populares, e ainda tomou pela inflação o pouco que concedeu, pelo menos ao nível simbólico começou a manipular a linguagem redistribucionista. Fez um PDS “moderno”, no papel. E, de fato, começou a dinamizar propostas de novas políticas salariais e sociais que terminam por ter algum efeito ao nível das expectativas.

Só que com a economia não se brinca. É difícil vestir o travesti de populacheiro com a dívida externa nas nuvens e a inflação acima delas. Não dá para buzinar aos ouvidos perplexos de todo mundo que há uma crise energética e manter a indecisão quanto à forma de solucioná-la e, ao mesmo tempo, continuar custeando um mal planejado projeto atômico, pontilhado de dúvidas tecnológicas. E assim por diante.

É na discussão do feijão com arroz, do cotidiano, que a oposição poderá começar a responder ao desafio. É o leite contaminado, a manipulação da Bolsa na venda de ações da Vale do Rio Doce, a corrupção feita governo e, principalmente, a feira e o fim do mês que parece longínquo quando medido pelo orçamento das famílias trabalhadoras e da classe média — isso tudo é que dá os temas para refazer a critica.

Aproveitemos, pois, o desafogo. Não nos percamos nas mil e uma questiúnculas institucionais e na troca de figurinhas entre as novas siglas partidárias, que tudo isso cansa e desilude a população. Ataquemos de rijo o ponto fraco: se ontem a ditadura política era visível e sua crítica o ímã para unificar a luta, hoje é o desvendamento do regime como roupagem dourada da "aristocracia financeira" que dará ao povo o sentimento da oposição e a força para refazer caminhos de luta e reconstituir os canais políticos válidos para a nova arrancada.

NEM TUDO SAIU COMO MANDA O FIGURINO[38]

À extinção do bipartidarismo seguiu-se um período de profunda desconfiança diante da armadilha política que se supunha ter sido preparada pelo governo para viabilizar o regime de "democracia restrita" que se inaugurava. Curioso país o nosso: todos lamentamos — com razão — a camisa-de-força do bipartidarismo imposto depois de 1966; voltamos a lamentar — ainda com razão — a extinção do bipartidarismo.

Por quê? Porque era visível que por trás do bipartidarismo não havia partido algum. Havia o governo que sustentava a Arena e uma vigorosa frente que, especialmente depois de 1973, foi se acumulando, pela força da gravidade dos descontentamentos crescentes, contra o regime. O que se chorou com a extinção do MDB não foi só o golpe inaceitável desferido por uma "maioria" que destruía o canal de expressão política da "minoria" (manobra que em situação jurídico-política normal é inaceitável), mas a pedra no meio do caminho que o governo pôs para perturbar a oposição ao regime. Destruído o MDB em nome da "normalização institucional", destruía-se, de fato, um precipitador de ações políticas contra o regime.

Assim o pluripartidarismo surge simplesmente como símbolo de um desafogo e como manobra política para jogar toda a oposição no torvelinho da construção de novos canais de expressão, custosos e ao mesmo tempo incitadores de discórdia entre os membros da antiga frente única das oposições. Nestas condições compreende-se que o novo sistema partidário fosse visto com um pé atrás. Além disso, se acreditava que a lei dos partidos seria tão casuística que não permitiria a livre expressão da vontade política.

Passado o tempo, eis que nem tudo decorreu assim tão simplesmente.

A estratégia política do governo — atribuída sempre, com ou sem razão, ao general Golbery e ao finado Portela — parecia clara: dividir as oposições e criar um sistema de apoio que fosse mais flexível e menos desgastado do que a antiga Arena. Aparentemente, no início pensava-se que o novo sistema oficialista poderia ser formado pelo "partido da máquina estatal", o PDS, e pelo partido do conservantismo moderno, o PP. Não foi assim, entretanto, pelo menos até agora, a evolução do processo político. O PDS cumpre, sem dúvida, seu papel; mas ele resultou menor na sua expressão parlamentar do que a Arena e mais negociador com o governo do que seria de desejar pelos donos do poder; o PP, desde a cooptação de Abi-Ackel, busca um perfil mais independente. É, sem dúvida, um partido-ponte; mas a ponte é levadiça e a engrenagem que a suspende, cortando a ligação com o oficialismo, não está nas mãos do governo, mas nas mãos de hábeis líderes parlamentares e políticos.

Por fás ou nefas, antes mesmo do partido do Dr. Tancredo e do Sr. Magalhães Pinto mostrar-se cioso de suas jogadas, o general Golbery (sempre se lhe atribuem as maquinações do Planalto, vamos lá) mostrava-se sensível à "cara populista" do regime na sua nova vestimenta, limitadamente democrática. Por que não ressuscitar o oficialismo popular sob o manto protetor de um Vargas? E foi o que se viu. Atraído para a formação de seu sacrossanto PTB, rejuvenescido pelo contato com a social-democracia e com o liberalismo americano, desembarcou fagueiro o ex-governador Leonel Brizola. E quase leva a palma: por pouco arrasta à voragem do PTB setores influentes do antigo MDB, sequiosos de, por fim, existirem num partido e não numa frente.

Os fatos políticos e sua história apresentam, entretanto, certa resistência aos planos e à vontade dos

[38] "Folhetim", *Folha de São Paulo,* 17 de maio de 1981.

homens. Não foi fácil a muitos líderes do MDB dar o salto: suas bases eram emedebistas. A “frente” era, a seu modo, também partido, senão como postura ideológica, como sentimento de amplos setores populares. Não foi fácil “virar a placa” para, onde se lia MDB, ler-se PTB. Foi nesta brecha que o Planalto entrou. Se o PTB de Brizola não racharia em profundidade as oposições grupadas no PMDB, melhor seria deserdar o herdeiro presuntivo e ressuscitar a sigla como “partido muleta”. O PP tornara-se demasiado cônscio de seu papel como “partido ponte” para ser dócil: pois que pelo menos o oficialismo pudesse dispor de outro partido de apoio, o PTB.

Vingou-se assim Getúlio Vargas de seus críticos mais permanentes. A fina flor da Escola Superior de Guerra (outra vez, o oblíquo general Golbery) propôs como solução para o impasse político a volta do esquema do fim do Estado Novo: é só inverter uma letra e a aliança PSD-PTB é, outra vez, a fórmula mágica.

Só que, dizem os clássicos, a história não se repete como tragédia, mas como farsa. E ao invés do Dr. Getúlio, o bruxo do Estado, o homem que simbolizou a política de cúpulas feita com o clamor das massas, tem-se hoje o Sr. Jânio da Silva Quadros. Dispensam-se comentários. E ao invés dos “humildes”, dos pobres, de quem Getúlio era pai, tem-se um operariado que recusa a conciliação mesmo no momento do desemprego, as comunidades de base que repudiam a manipulação das cúpulas e uma mocidade universitária cada vez mais numerosa e crítica.

A reforma não saiu, portanto, como mandava o figurino. Tampouco do outro lado do espectro pode-se dizer que os planos resultaram impecáveis. O PT não fora previsto pelo Planalto. Ele abriga uma pequena parte da antiga frente política das oposições, e abrange setores que antes recusavam a participação no quadro institucional, desde organizações trotskistas várias até homens dos movimentos sociais e de setores das igrejas. Por intermédio do PT se dá, portanto, a incorporação política de setores da população que não encontraram nicho no quadro institucional preexistente e dá-se, também, espaço a setores antes minoritários no MDB.

Até certo ponto o PDT também incorpora setores antes marginalizados: não só trabalhistas históricos como grupos de exilados do melhor quilate humano e político que encontraram na nova sigla o porto hospitaleiro para atracar suas expectativas. Trata-se de setores políticos que, pelas restrições da vida institucional do período do AI-5, não puderam aninhar-se no MDB e que agora, sem as mesmas restrições, não têm afinidades pessoais, sentimentais e políticas com as lideranças oposicionistas do passado que hoje estão no PMDB. Nem todos têm essa procedência, por certo. Partes do PDT, especialmente no Rio Grande do Sul, vêm da grei emedebista. Mas correspondem a segmentos do partido que não conseguiram expressar todo o gás de que dispunham, sufocados pela presença de outros líderes que fizeram a transmutação do MDB para o PMDB.

Por fim, o PMDB. Este tampouco saiu como mandava o figurino golberiano. Não pegou a “pixação” de partido dos liberais, como diziam setores populistas, nem a de “partido dos radicais”, como dizia o Planalto e até hoje repetem seus êmulos. O PT salvou o PMDB do estigma de ser a frente política de ultra-esquerda. Esta (muito relativa, no caso brasileiro) mergulhou tanto no PT como no PMDB e não coloriu nenhum deles. O mais curioso é que este processo deu-se no contexto de uma situação em que os setores ditos “autênticos” e de “tendência popular” do PMDB fortaleceram-se e os antigos liberais, sem deixar de serem liberais, tornaram-se marcadamente democráticos.

Sem o querer, talvez, e sem o saber, certamente, autênticos, populares, liberais históricos e até mesmo organizações ideológicas menores — como também no PT e em menor proporção no PDT — fundiram-se e confundiram-se, virando outra coisa. No caso do PMDB, viraram democratas-populares, sem o estigma do passado, de “liberais” ou “radicais”. No caso do PT, ainda em emergência, diferentemente de um “partido de operários” (embora haja segmentos da classe trabalhadora que apóiam o partido) ou de um “partido dos sindicatos” (pois a maioria da liderança sindical de oposição inscreveu-se no PMDB), tem-se mais provavelmente um partido dos movimentos sociais das periferias das cidades e do campo, o que já é um passo à frente.

Tudo isso, naturalmente, sujeito a chuvas e trovoadas, pois um sistema partidário verdadeiro não se faz à míngua de eleições nem se concretiza a partir de planos de gabinete. Partidos não são apenas programas ou ideologias. É preciso obter a identificação das massas e das classes com as siglas e as ideologias e com os líderes que lhes dão realidade e dinâmica. Estamos apenas no começo da partida. Veremos, com as lutas, as

vitórias, derrotas, esperanças e desilusões, com quantos paus se faz uma canoa. Só o sopro vivificador do voto dirá se, de fato, o que hoje é proposta, constituindo realidade apenas para os militantes dos partidos em organização, será amanhã sentimento coletivo capaz de motivar a ação política e de dar sustentação efetiva aos partidos nas urnas e junto à opinião pública.

O EMBRULHO DE JUNHO[39]

A comissão especial do PDS para estudar a Lei Eleitoral apresentará brevemente seus resultados. Até o próximo dia 30 a Comissão Executiva do partido promete remeter ao Planalto as sugestões para a nova lei. Enfim, dirão os otimistas, eis a democracia funcionando. São os partidos (ou, pelo menos, é o partido do governo) que fazem as sugestões para as leis. Estamos longe da época dos ucasses presidenciais.

Na forma, é verdade, o jogo de cintura do regime tem mais folga. No substantivo, entretanto, que calamidade. Antecipando-se às reações, o secretário-geral do PDS tonitroou: preparem-se porque aí vem uma enxurrada de casuísmos. Se antes era o Palácio quem fazia os "pacotes de abril", agora é o partidão do governo quem prepara o "embrulho de junho".

Do outro lado da cerca, as oposições não fazem mais do que especular: virá a sub-legenda, dizem; ou quem sabe o voto vinculado, amarrando a escolha dos deputados, senadores e governadores aos vereadores; pior ainda, serão proibidas as coligações e talvez se torne obrigatório o voto facultativo... Ou seja, o regime vai sendo recortado e costurado para resolver o problema da quadratura do circulo: transformar a minoria de eleitores em maioria política, seja como for.

Que há antecedentes até prestigiosos, não há dúvida. Pois não foi isso, mal comparando, que fez o general De Gaulle com o sistema eleitoral francês? E a 5ª República não conseguiu, de fato, controlar o poder durante 23 anos nas mãos do mesmo grupo? É verdade que veio o revertério e agora é a vez de Mitterrand com 37,5% dos votos controlar eventualmente mais da metade do número de cadeiras na Assembléia. De qualquer modo, o sistema durou bastante.

Nos trópicos a coisa será feita, naturalmente, com mais vulgaridade. Até ontem o que contava para os próceres da liberalização era construir uma democracia renovada, baseada em partidos reais, sem os personalismos e as demagogias populistas de outrora. Quem diria? Pois não são esses mesmos "renovadores" que agora vêm de novo com as sub-legendas, as quais obviamente debilitam o peso dos partidos em favor de lideranças pessoais e de diques de interesse eleitoral? E que dizer da proibição das coligações, que tutela a vontade dos partidos e deforma a rearticulação normal do jogo político, obrigando à fragmentação da expressão eleitoral? Fragmenta-se com a sub-legenda o que deveria estar unido — a dinâmica interna dos partidos — e novamente fragmenta-se o que poderia constituir um bloco, através da proibição de alianças. Tudo isso não por decisão dos interessados, mas por imposição da lei.

É certo que, pelo menos quanto à sub-legenda, os partidos podem e devem reagir: a lei, eventualmente, facultará, mas não obrigará. Impera, nesta matéria, entretanto, o velho maquiavelismo. Dada a oportunidade, o interesse pessoal e de diques torna-se incontrolável. Em nome de qualquer pretexto, mal escondendo-se o interesse pessoal, rebentam as ambições, atropela-se o interesse popular e violenta-se a coerência ideológica.

Isso não redime as oposições de suas culpas se elas escolherem o caminho da facilidade e da fragmentação. Queiram ou não os partidos, se não reagirem ao casuísmo buscando meios de articulação para contornar a armadilha da lei eleitoral, terão sido cúmplices do regime que aí está.

ÉTICA E POLÍTICA[40]

O almirante Bierrenbach declarou que ele pensa sobre a bomba do Riocentro a mesma coisa que outros cinqüenta milhões de brasileiros estão pensando. O almirante foi modesto nos cálculos. Provavelmente porque descontou· as crianças e os que não tiveram qualquer informação sobre o caso. Melhor seria dizer: pensam como ele (que nem precisou dizer o que pensava) todos os que sabem algo sobre

---

[39] *Folha de São Paulo,* 18 de junho de 1981.
[40] *Folha de São Paulo,* 2 de julho de 1981.

o episódio.

O brigadeiro Délio Jardim de Matos acrescentou que se trata de fato "muito pequeno para um País tão grande". A bomba, em si, talvez seja um fato pequeno. O IPM, sobre o qual todos pensam a mesma coisa — e calam, porque falar é pior —, não é, entretanto, um fato pequeno. Ao contrário, é a evidência de que em nosso País a política (ao menos a do Estado) espanta a ética.

Pobre sociedade. Pobre abertura democrática.

Anteontem viu-se a pirotecnia dos "slides" e provas balísticas para esconder o óbvio. Na véspera a imprensa publicara a fotografia do líder do governo no Senado votando por um colega ausente. Simultaneamente, condena-se um padre que compôs versos capazes de pôr em dúvida a honradez da Justiça que expulsou outro padre por seu comportamento aberrante.

Até quando? Até que ponto o realismo político — a necessidade de salvar as eleições de 82 — será comparsa obrigatório da mentira? Até quando o *esprit de corps* da instituição militar servirá de escudo para proteger os que deslustram por seus métodos a essência mesma da justificativa da existência do poder armado? O descrédito das práticas atuais corroeu tanto a respeitabilidade da palavra militar que se não houver uma reação *interna corporis* o desapreço da sociedade minará o eventual papel do Exército no reencontro futuro do Brasil com seu povo.

Já não são os radicais do verbo — os "termocéfalos" — os que protestam. São os próprios almirantes, brigadeiros e generais que se vêem constrangidos a nada dizer para assim dizerem tudo. Porque também há de doer, a alguns pelo menos, ter de mentir para esconder o que todos sabem.

Talvez haja tempo. Talvez os donos do poder percebam a gravidade de tudo isso. Talvez o próprio Presidente "expluda" em defesa de sua palavra. Que o façam. Não tanto pelas oposições, pela sociedade civil, pelos políticos que aceitam uma ética de responsabilidade pela qual podem elidir questões e calar para evitar o pior, mas não consentem com o prosseguimento do terror e da mentira como armas do Estado. Mas que façam por eles próprios. Para que fique uma marca que mostre às gerações futuras e à história que não queriam compactuar com a farsa.

Se os homens do governo insistirem que os fatos já foram apurados, terão uma vitória de Pirro. A sociedade responderá com descrença e indignação. Descrença da palavra dos governantes; indignação diante da tentativa de tomar a todos por beócios. À aparente unanimidade oficial opor-se-á a barreira silenciosa mas eficaz de um povo cansado de politicalha, mas pronto a acompanhar, nas urnas e quem sabe se nas próprias ruas, quem esteja disposto a mostrar na prática que a ética é dimensão inseparável da verdadeira política.

TEMOS REI?[41]

Ontem tomou posse da Presidência quem de direito. Parece incrível que ninguém no País — nem nos mais empedernidos escaninhos da oposição — lembrou-se de questionar a legitimidade de um vice-presidente escolhido pelas mesmas regras e forças que ungiram o Presidente-titular...

Bom sinal. Menos do que o apego ao passado, começamos a sentir a possibilidade de um futuro. Futuro que será difícil, sem dúvida, e que não se construirá na tranqüilidade, por mais que se queira.

Ajuda pouco, neste momento, especular os dias do vazio de poder que mediaram entre o enfarte do general Figueiredo e a posse do novo Presidente. É possível que muita negociação nos bastidores haja ocorrido. Mas o que importa, neste momento, é o resultado: por fim um civil assume a Presidência por dois meses, pelo menos, e sem que tenha ocorrido ruptura institucional.

Até aqui, o óbvio. Por certo dá para imaginar que se o general Figueiredo não puder reassumir no prazo indicado por motivos que, do ângulo humano, ninguém deseja, de novo as bruxas estarão soltas.

Soltas, mas meio perdidas. O País inteiro está cansado de tropelias. A repulsa geral ao episódio do Riocentro e o desgaste para o governo da solução ao arrepio da verdade são provas disto. Toda gente sente que é preciso dar uma guinada para que possamos sair das crises sucessivas, de confiança, da economia e da

[41] *Folha de São Paulo,* 24 de setembro de 1981.

própria sociedade. Os azares da história devolveram a chance de ação à sociedade civil. São necessários prudência, firmeza, entendimento e leme firme no rumo da democracia.

Hoje importa pouco saber o conteúdo do novo manifesto do Sr. Jânio Quadros, cujo comprometimento com as palavras dura o tempo de uma viagem de ida e volta à Europa. Faz pouco tempo acusava o descalabro do governo e bramia oposição; agora acusa esta última de causadora do enfarte presidencial. Que vá para o PDS ou fique nalguma oposição desavisada que o receba: não é por este passe de mágica que se define o futuro do País. Eu ousaria até dizer que mesmo a repetição da critica aos casuísmos e a torpe insistência do governo neles se apequenaram diante do desafio que temos e da oportunidade que se abre.

Falta um gesto. Dirão que o presidente Figueiredo estava de mãos estendidas e ninguém (ou quase ninguém) seguiu seu gesto. Mas é diferente agora. Há sinais visíveis de que a normalização institucional caminha. E o vice Aureliano se opôs abertamente aos casuísmos da sub-legenda e a alguns desatinos da política econômica. Não espero dele gesto algum: seria suicídio institucional arvorar-se já em rei. Ainda não temos rei.

Por isso, porque de alguma maneira, na cúpula do Estado — e da Revolução de 1964 — há espaços vazios, cabe à sociedade e aos partidos construir um roteiro para a democratização. Insisto no ponto de sempre: que os presidentes dos partidos — de todos eles — juntem-se para propor à Nação os passos que nos permitam sair do buraco. Que o Congresso respalde e a sociedade civil, a começar pela Igreja, mas sem esquecer dos sindicatos e da Universidade, se imbua de grandeza para que se possa restituir, de fato, a soberania política ao povo. Só assim 1982 será o ano da transição e todos os que acreditam que é isto o que deseja o general Figueiredo (a despeito de como aja a "comunidade de informações") estarão prestando a ele uma homenagem e ao País um serviço.

VII
SÃO PAULO E A POLÍTICA

SÃO PAULO E A POLÍTICA[42]

O Estado que produz quase a metade do PNB brasileiro é também o centro nevrálgico da vida política de uma sociedade extremamente dinâmica, como a brasileira.

Com efeito, ainda em plena vigência do regime militar, as primeiras manifestações de massa contra a tortura tiveram São Paulo como palco. Ou, mais precisamente, a Igreja da Sé, na qual o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns oficiou, junto com pastores protestantes e rabinos, ofício ecumênico pela alma do jornalista Vladimir Herzog, assassinado na tortura. A cidade inteira, naquele decisivo ano de 1976, se não foi à missa escutou o eco da voz cardinalícia que bradava contra os que derramavam o sangue dos irmãos. A praça estava cercada pela polícia, os agentes filmavam ostensivamente os manifestantes: as mais expressivas personalidades da oposição não-partidária, os representantes do partido de oposição, estudantes, intelectuais, povo.

A partir do gesto de resistência, iniciada no Sindicato dos Jornalistas e logo transferida para as igrejas, foi um não acabar mais de pequenas-grandes manifestações da vontade democrática: liberdade política e dignidade humana eram os objetivos imediatos dos paulistas. Em 1977 a influente Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência tem sua Reunião Anual dificultada pelo governo. Os cientistas não cedem: sem apoio oficial reúnem-se na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e continuam fazendo como nos anos anteriores de 1975 e 1976 — pedem liberdade. Em abril de 1978 junta-se à voz da classe média a demanda operária por autonomia sindical e melhores salários. Estouram as primeiras greves do ABC, dos subúrbios industriais de São Paulo. A imprensa, que desde 1974, sob o Governo Geisel, vinha sendo liberada da censura, filtra tudo isso, faz repercutir e mostra ao país que a sociedade não agüentava mais o obscurantismo autoritário.

Neste quadro, o eixo paulista foi decisivo. Era em São Paulo, próspero e distante da burocracia federal, que se armavam os petardos contra o regime. Os advogados, em Carta aos Brasileiros, pedem democracia em 1977. Os empresários somam sua voz ao resto da sociedade civil. Então por que não veio a democracia plena e sem adjetivos?

Porque o regime antecipou-se e procurou auto-reformar-se. Desde o Governo Geisel o plano estratégico estava estabelecido. Ele constava de uma progressiva liberalização, desdobrando-se lentamente no tempo, e de uma série de medidas acauteladoras para garantir que o grupo no poder pudesse, apesar da liberalização, controlar o sistema decisório pelo maior tempo possível.

Como? Concedendo parcialmente às demandas da sociedade, cooptando segmentos dela e montando um sistema político que contemplasse a vontade popular, mas passando-a pelas retortas de leis eleitorais que assegurassem o predomínio da minoria no governo.

As concessões foram várias. Começaram pela liberalização da imprensa, progressiva, desde 1974. Alcançaram o rádio depois de 1979-80 e a televisão (com restrições) a partir da mesma época. Depois de algumas crises internas entre o aparelho repressivo e a hierarquia militar (e, portanto, também política) houve a desativação, embora não o desmantelamento, do sistema policial-militar. As primeiras greves de 1978 e 1979 serviram de teste para verificar até que ponto a "abertura" englobaria a luta social. Houve repressão moderada e praticamente nenhuma concessão econômica aos grevistas. Mas houve, também, à margem das greves, modificações na política salarial para diminuir o peso da exploração desenfreada da força de trabalho.

Neste ziguezague à moda de espiral, o período decisivo para a montagem de um novo "sistema" — já

[42] *Le Monde,* 26 de julho de 1981.

não baseado na repressão direta, mas na política de "concessão e controle" — foram os anos 1977 e 1978. Em abril de 1977 o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), único partido de oposição existente, obstruiu no Congresso, com êxito, uma reforma do sistema judiciário. O general Geisel, ato contínuo, fechou o Congresso. Esta prática ditatorial era, então, "legal": o presidente, desde dezembro de 1968, tinha a atribuição extra-constitucional de suspender a vigência da Constituição (aprovada em 1967 e emendada por outorga em 1969) e podia governar por decretos com força até para mudar a Constituição...

Aproveitando-se do episódio, o general-presidente mudou as regras do jogo eleitoral de tal modo que as eleições previstas para 1978 pudessem assegurar uma vantagem para o governo. A terceira parte do Senado seria "eleita" por votos de um colégio eleitoral e restrito, adrede controlado pelo regime, os candidatos a postos eletivos não teriam acesso livre à TV e ao rádio, etc. Simultaneamente, em 1978, enquanto a oposição política esperneava e denunciava, tentava aproveitar-se da crise militar que a sucessão de Geisel propiciava (este teve que demitir o Ministro da Guerra e, mais tarde, o chefe da Casa Militar da presidência) apresentando um candidato militar oposicionista à sucessão presidencial, o Governo renegociava o regime. Mas não o renegociava com o Parlamento. Fazia-o cautelosamente, buscando obter apoios na sociedade civil: eliminaria o arbítrio, restituindo o *habeas-corpus* como os advogados queriam, e acabaria com os poderes excepcionais outorgados ao Presidente desde 1968; seria complacente com as greves como os sindicatos exigiam; daria maior espaço aos meios de comunicação para a crítica; quem sabe, até, teria melhor relacionamento com a Igreja.

Esta agenda cumpriu, se parcialmente. Assegurada a escolha do sucessor, na pessoa do general Figueiredo — sem a ingerência direta dos demais chefes militares e com a exclusão dos postos de mando dos que a isso se opunham — Geisel tornou-se o fiador da nova ordem da "democracia limitada". E Figueiredo cumpriu as novas tarefas liberalizadoras: veio a anistia em 1979, em seguida a lei que dissolvia os dois partidos existentes e assegurava o pluripartidarismo, é os espaços de liberdade de expressão e organização anteriormente assegurados foram mantidos.

A partir deste momento criou-se uma espécie de "dialética perversa" entre o governo e a sociedade. Tudo que esta propõe é absorvido pelos laboratórios oficiais, diminuído de ímpeto e devolvido como "concessão". Se toda a oposição e a sociedade desejam anistia ou pluripartidarismo, pois tomem lá. Só que a vitória política da conquista desaparece: as oposições vêem-se na contingência de criticar tanto os projetos oficiais que quando estes são aprovados ou impostos, mesmo que atendam em parte os reclamos, aparecem aos políticos como "deturpações" e não como metas alcançadas. A sociedade, entretanto, morde a isca: pouco a pouco há uma redefinição de expectativas e a "nova democracia", embora não seja a dos sonhos de antes, vai sendo tragada no cotidiano, sem entusiasmo, mas com tolerância. Já hoje muitos não sabem se o regime é uma contra-facção ou, talvez, uma aproximação na direção de uma democracia futura.

Neste contexto, mais uma vez, boa parte do rumo político futuro dependerá de São Paulo. O atual governador, Sr. Paulo Maluf, empresário de êxito e político para quem os fins justificam os meios, foi escolhido numa controvertida convenção do então partido oficial, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Ele apresentou-se como candidato em faixa própria, contrariando os desígnios do governo federal que apoiava o ex-governador Laudo Natel. Como tampouco este gozava das simpatias do governador do Estado, houve uma espécie de convergência entre as frustrações de certos grupos políticos paulistas ligados ao então governador, Sr. Paulo Egydio Martins, e ao prefeito Olavo Setúbal, e a massa de convencionais que teria sido convencida pela audácia e pelos métodos corruptos do Sr. Maluf. De qualquer forma — mesmo que perversamente — o governador de São Paulo chegou ao poder no bojo de um ato de não aceitação dos desígnios de Geisel e Figueiredo.

Este episódio mostra o clima reinante em São Paulo. Se nem o oficialismo foi completamente dócil, que dirá as oposições. Estas, nas eleições de 1978, recolheram para o único posto majoritário em disputa — o Senado — 80% dos sufrágios. No novo quadro, pluripartidário, especula-se sobre a distribuição desta força oposicionista entre os partidos de oposição. Três deles têm certa capacidade de mobilização. O PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) que manteve o núcleo do ex-MDB e na rearticulação partidária filiou no Estado mais de 200 mil membros e conseguiu organizar-se em 520 regiões eleitorais, das 580 existentes; o Partido Popular, sob a liderança do ex-governador Paulo Egydio Martins e do ex-prefeito Olavo Setúbal, que passaram à oposição com a eleição de Maluf e dispõem de certa expressão nas classes médias urbanas, tendo-se organizado em cerca de 300 diretórios filiando cerca de 60 000 eleitores; e o

Partido dos Trabalhadores, chefiado por Luís Inácio da Silva, o Lula, que se organizou em cerca de 180 regiões eleitorais, filiando cerca de 65.000 eleitores.

Os dois partidos restantes, o PDT (Partido Democrático Trabalhista) do Sr. Leonel Brizola e o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) chefiado por uma sobrinha-neta de Vargas, não têm expressão política ou eleitoral em São Paulo. O PTB sofreu o rude golpe da nova "renúncia" do ex-presidente Jânio Quadros, que saiu do partido em junho passado.

Diante deste quadro, as forças políticas preparam-se para a caminhada que — se tudo correr bem — deverá culminar com a eleição direta do governador em novembro de 1982. Desde 1962 não houve a eleição direta do governador; pode-se imaginar, portanto, o efeito galvanizador do pleito, especialmente quando se sabe o peso que poderá ter um governador paulista eleito pelo povo no contexto de um país que até 1984, pelo menos, continuará sendo presidido por um general que nunca se submeteu ao voto popular.

Até lá, contudo, os problemas são muitos. Depois da já referida mobilização política em defesa da democratização, o grosso da preocupação dos paulistas voltou-se para o terreno social e econômico. É impressionante o número de organizações voluntárias na periferia das cidades que se formam para lutar por creches, melhorias urbanas, melhores transportes, etc.

E é sombria a situação econômica; que começa a provocar, pela primeira vez na história do Brasil industrializado, o desemprego maciço, a aflição do empresariado por causa dos juros altos e da queda das vendas, etc.

No contexto mais geral, é preocupante também a reativação do terrorismo de Estado, urdido nos porões do aparelho repressivo, que busca assustar a esquerda e golpeia os impulsos liberalizantes do governo.

Para contornar o temporal, os *policy-makers* do regime estudam nos laboratórios oficiais a legislação eleitoral mais adequada para evitar a maré oposicionista e contemporizam com os "duros", acobertando a violência direitista. Tudo isso no quadro político que abriga uma imprensa livre e combativa, uma Igreja reivindicante das causas sociais populares e lideranças políticas ávidas por manterem-se em consonância com o sentimento anti-governo da população.

Estamos, assim, aproximando-nos de situações críticas. Sendo difícil, como parece, que o governo evite a entrega de alguns estados a partidos de oposição, qual será o grau de tolerância do sistema militar a este evento? Haverá margens de manobra para recompor as forças oficialistas através de alianças pós-eleitorais (pois antes ninguém quer unir-se ao partido do governo) entre o PDS e o PP? As Forças Armadas darão passo ainda mais ousado do que este e aceitarão o jogo da verdade saído das urnas? Ou o somatório entre a crise econômica e as dificuldades eleitorais beneficiará os "duros"? Neste caso, como quebrar o atual isolamento entre o governo e a sociedade para permitir uma recomposição à direita, mas com certo apoio social?

Não parece provável, com os dados de hoje, que o retrocesso político possa dar-se. Mas algumas concessões talvez sejam arrancadas a fórceps da sociedade: leis eleitorais restritivas, pouco acesso aos meios de comunicação de massas para a campanha eleitoral, dentre as principais. Tampouco parece viável hoje uma recomposição das alianças políticas para sustentar o governo. Depois das eleições elas serão inevitáveis, se a derrota do oficialismo não tiver sido demasiado fragorosa para permitir qualquer recomposição.

Do lado das oposições também se acumulam problemas de difícil solução. O interesse privativo de cada partido dificulta alianças (sem mencionar que a lei eleitoral talvez as proíba). E principalmente os novos partidos têm dificuldades para atualizar a linguagem e definir propósitos condizentes com as aspirações contemporâneas da população. A liberalização do regime retirou muito do *appeal* da proposta meramente democrática. Torna-se necessário agora perfilar objetivos de um governo alternativo. Estes terão de enfrentar necessariamente as grandes questões sociais e econômicas (criação de empregos, violência urbana, habitação, saúde, inflação, custo de vida, salário, etc.). Por mais que algumas lideranças posterguem as decisões político-ideológicas, a definição do tipo e do alcance das reformas a serem propostas pelos partidos será cobrada pelos eleitores. Do PMDB será cobrada sua posição (partido de vocação socializante ou frente pela democracia unindo liberais e esquerdistas?). Do Partido Popular será cobrado o comprometimento de seus líderes com o passado, mas principalmente sua visão neoliberal num país de tantas desigualdades e de tantas urgências pela justiça social. Do PT será cobrada sua posição demasiado verbal e o distanciamento dos

sindicatos e das massas populares de um partido cada vez mais atraente para os intelectuais e para setores progressistas do clero.

A resposta para muitas destas dúvidas será dada em São Paulo. Se neste Estado for possível estabelecer um grau razoável de fluidez entre a pressão social e a expressão política e se as lideranças e a militância dos partidos oposicionistas tiverem capacidade para transigir entre si para impor derrota sensível ao governo, ter-se-ão criado condições para romper o impasse atual de um processo político de liberalização que se intimidou, por falta de posições e de alternativas viáveis de poder, diante dos passos que faltam para chegar-se a uma democracia. Democracia necessária mesmo que ela continue deixando muito a desejar, como é provável, aos milhões de marginalizados e explorados que necessitam de reformas profundas nas estruturas sociais e econômicas para terem um horizonte de nível de vida decente e de reconhecimento de sua autonomia e dignidade. Alcançada a democracia, ter-se-á conseguido apenas abrir um espaço maior para as mudanças sociais e econômicas, sem as quais a eventual vitória democrática perderá legitimidade e sentido histórico.

VIII
1982

FRAUDE PATRIÓTICA[43]

Na Argentina, depois que o general Uriburu derrubou o governo constitucional de Hipólito Yrigoyen, em 1930, o novo regime tentou "legitimar-se" pelos anos afora. Até a crise de 1943 e a ascensão de Perón, o país vizinho viveu às turras com a questão que os donos do poder tinham que enfrentar: como ganhar as eleições estando a maioria do eleitorado na oposição? A resposta encontrada foi: fraudando. Fraude que os reacionários qualificaram de "patriótica". Sem comentários.

No plano econômico e social outras tantas aberrações foram sendo usadas como expediente para espoliar o povo argentino. Os historiadores não tiveram dúvida em qualificar a década de 1930 como "a década infame". O adjetivo é o mínimo que cabe para cobrar os massacres dos operários, as mil e uma manobras adotadas pelos governos militares para esbulhar o povo e garantir os interesses da oligarquia.

Será 1980 uma nova década infame? Só que agora — além da Argentina, do Chile e do Uruguai, que continuam mergulhados no arbítrio — somam-se a Polônia, onde o exército substituiu a ditadura do Partido (moribunda) pela, mais eficaz, da espada, e o Brasil, onde a ditadura quer manter-se através do Congresso.

Que outro nome dar senão o de "fraude impatriótica" ao "pacotão", às inelegibilidades, às ameaças ao PP para evitar a incorporação no PMDB, ao rolo compressor do PDS armado para esmagar as cabeças de todos, a começar pelos deputados do próprio partido do governo que estão cometendo um suicídio político?

Importa pouco, a esta altura, a aritmética eleitoral. Achincalha-se hoje, mais do que o resultado eleitoral, a crença nesta abertura de meia sola. E a oligarquia no poder (serão mais de dez pessoas?) usa o nome das Forças Armadas, apela a argumentos relativos ao interesse nacional, fala em democracia, acusa gregos e troianos de radicais, apenas para manter o controle do colégio eleitoral que escolherá o Presidente em 1984 e para assegurar que as pepineiras, as mordomias, as mamatas, os juros altos, os salários baixos, o leilão da soberania nacional, o pires de pedinte do ministro da dívida externa, enfim, toda a parafernália desta infâmia que aí está continue por mais uma década.

Como ocorreu com a Argentina da fraude patriótica e da década infame, fechadas as portas ao bom senso, à decência e à negociação limpa, será que o Brasil de 1980 desaguará no inglório fim dos condestáveis do regime quando a sociedade vomitar tudo isto e proclamar sua força e sua autonomia?

Não vêem os generais brasileiros até que ponto pode levar a sede de poder de um pequeno grupo que fala em seu nome e abusa do arbítrio com o propósito único e exclusivo de manter-se no poder e de usá-lo seguindo um Maquiavel senil que, ao invés de fazer todo o mal de uma só vez para ir recompondo a confiança pela distribuição gradativa de benesses (como pregava o florentino), faz o mal todo o tempo, aos poucos se não houver outro jeito e maciçamente sempre que possível?

PERIGO À VISTA[44]

A partir da rejeição pelo Congresso do "pacotão" da Previdência e das sub-legendas, o governo entrou em vôo cego sem radar. A liberalização proposta desde o governo Geisel e implementada pela dupla Golbery-Portela está de pé quebrado. O "pacotão" eleitoral só agravou a crise. Esta, que antes era palaciana, tornou-se também do PDS. O decreto-lei impondo a reforma da Previdência não serve de consolo: prevê novos recursos, mas não estanca os gastos e joga ainda mais o eleitorado contra o governo.

As tentativas que se fazem agora de atropelar a incorporação do PP ao PMDB vão na mesma linha: com ou sem emenda Badaró, politicamente o PP já optou por sua reintegração à frente democrática. É

[43] *Folha de São Paulo,* 17 de dezembro de 1981.
[44] *Folha de São Paulo,* 14 de janeiro de 1982.

possível que, em função de situações regionais, alguns deputados do PP não venham para o PMDB; alguns militantes do PMDB, inconformados com a transformação do partido em frente eleitoral, buscarão outros caminhos. Nada disto, entretanto, desfaz o fundamental: os equívocos do governo levaram as oposições a reagir taticamente pela incorporação, e a imensa maioria do eleitorado e do País viu nisto um recurso de legítima defesa.

Dito em outras palavras: o PMDB voltou a ser o depositário da fúria anti-governista de que o País está possuído.

Quanto mais o governo manobra para dificultar a vida do PMDB (como no caso da legítima reivindicação de tornar elegíveis os líderes sindicais) mais conspurca sua imagem perante a sociedade. É necessário, sim, que Lula e os demais sindicalistas sejam elegíveis: caberá a eles, na prática, mostrar que, apesar de serem considerados pelo governo como "massa de manobra", não o são e não cairão na armadilha de fazer o papel sujo que o governo espera, atacando o PMDB.

Adianta ainda menos que governadores e prefeitos biônicos pretendam dizer quem é "bom de administração" na oposição. É ridícula a postura dos que falam como "administradores experimentados": o povo está farto precisamente dos desmandos, da corrupção e da prepotência dos que envelheceram prematuramente no gozo de privilégios do oficialismo. É contra estes que sopra o vento renovador do eleitorado: que venham pessoas descomprometidas com tanto desmando, sem "experiências" de corrupção.

Fosse só este o diagnóstico e não haveria perigo, mas certeza. Não há mágica que transforme 30% em parte maior do que 70%, e é este o resultado das pesquisas eleitorais; o PDS, com manobras ou sem manobras, mesmo somado ao PTB, não passa de um terço do eleitorado.

É por isto que há perigo à vista: no desespero, os donos do poder tratam de convencer os militares e o País de que existe "radicalização" e "confronto". Como se não vivêssemos hoje época diferente dos anos 60 e 70. Como se a oposição, hoje, fosse principalmente ao "sistema" ou mesmo ao "regime". Os 70% que esperneiam, fazendo contra este governo, contra este PDS. E a linguagem da oposição, durante a campanha, será menos a de crítica genérica ao autoritarismo e mais de crítica ao preço do feijão com arroz que não pára de subir, ao aluguel que aumenta, aos impostos incessantes e à corrupção sem freios.

Não há razão para as Forças Armadas assumirem o ônus de uma dívida com a nação que não é a delas, mas da oligarquia que ocupa o poder. Para evitar este perigo — o da oligarquia enganar as Forças Armadas e o país — é necessário vigilância e ação das oposições. Coerente. Firme. Responsável. Para que se chegue às eleições e para que o país sinta que os ganhadores governarão com competência em favor do povo e do país.

FRENTE ELEITORAL DE OPOSIÇÃO[45]

Em política, não basta querer. É preciso poder. Muita energia se despendeu para mobilizar os novos partidos. O PP, glamouroso, parecia ser o barco seguro do setor mais ilustrado da burguesia liberal e de setores das classes médias educadas. O PMDB pintava como uma possibilidade: não seria, talvez, o partido puro dos sonhos de muitos; nascera do berço esplêndido da oposição ao regime mais do que do impulso de movimentos sociais, mas aprumava no rumo de um partido democrático de massas.

Assim foi, e até com garbo: a decisão de não aceitar o janismo deu força àqueles que viam o PMDB no caminho de fortalecer-se como partido.

Ninguém, conhecedor dos meandros da sociedade, imaginava que o caráter de partido, no caso, equivaleria à inexistência de correntes internas de opinião. No limite elas poderiam ser — e eram — até conflitantes. Nem se imaginava que o caráter classista predominasse com exclusividade. Mas, em que sociedade moderna existem partidos democráticos, mesmo socialistas (e até alguns comunistas) que sejam exclusivamente de uma classe? A pitada de modernidade do PMDB não estaria precisamente no policlassismo e na capacidade de conviver cornos movimentos sociais sem ser canal exclusivo deles?

Hoje, feita a incorporação do PP no PMDB, estas cogitações parecem anacrônicas. A nau pepista encalhou no "pacotão" eleitoral e não teve outro jeito senão buscar o calado de uma aliança com o PMDB.

[45] *Folha de São Paulo,* 18 de fevereiro de 1982.

Formou-se, de novo, a frente eleitoral contra o governo.

Não houve, contudo, uma volta a 1978. Hoje a frente é contra uma oligarquia desgasta da, dividida internamente pelo problema da sucessão, isolada, em parte, de sua base anterior de apoio, tanto no mundo dos negócios como nas Forças Armadas. A batalha eleitoral que se travará será contra este arremedo de Sistema: contra a corrupção eleitoral, contra o personalismo prepotente dos Maluf e Antônio Carlos, contra a volúpia de poder dos pequenos grupos encastelados no Estado.

Só que há a circunstância: a luta eleitoral trava-se num ano de queda do PIB, de desemprego, de expansão dos meios de pagamento apesar dos esforços recessivos, de dívida externa galopante e de projetos econômicos grandiosos, mal formulados e parcialmente fracassados.

Ou seja, se não deu para assegurar nestes dois anos de pluripartidarismo partidos de verdade (salvo, talvez, o PT: a ver nas eleições), tornou-se mais evidente, pelo menos, que os donos do poder (estes sim) são guerreiros cansados. E politicamente sem rumo.

Não constato isso como quem se rejubila. A falta de rumo dos poderosos, sem que haja de fato alternância à vista, mais complica do que ajuda. Este é o enigma do PMDB — frente diante do Regime-armadilha. Será preciso, daqui para diante, assentar as bases para o "segundo lance", para o depois das eleições. Para cumprir seu papel na reconstrução democrática o PMDB-frente não pode voltar a ser a geléia geral em que o MDB antigo quase se transformou, como no caso dos adesistas de São Paulo.

Será preciso dar individualidade às partes componentes da ampla frente eleitoral formada de novo pelo PMDB. Que não se peça aos pepistas que se desfigurem no lusco-fusco do oposicionismo genérico para esconderem suas divergências contra o "radicalismo". Que não se peça aos socialistas do PMDB que renunciem à sua plataforma de modificações estruturais nem que calem a crítica ao sufoco imposto ao País pelos desmandos financeiros e pela forma oligopólica de nossa economia. Caminharemos juntos em novembro. Não aprofundaremos divergências que sirvam de brecha para que o adversário se preserve. Mas teremos que manter a autonomia de nossos princípios.

O ranço autoritário que dominou o governo Figueiredo impediu que o pluripartidarismo floresce-se. Cabe agora às oposições evitar que no processo de luta contra este estado de coisas e na eventualidade de vitórias eleitorais importantes (mesmo parciais) o ranço da intolerância e do sectarismo impeça que a diversidade democrática se instaure. Desta vez ela não surgirá como manobra divisionista do governo, mas como conquista efetiva de uma sociedade cansada de conformismos e de consensos de fachada.

POPULISMO ELETRÔNICO[46]

Até há poucos anos não se imaginaria que a transformação do regime autoritário brasileiro nesta desajeitada abertura poderia dar lugar a novos populismos. Hoje, só quem não olha à volta deixa de temê-los.

Estamos assistindo a um esforço imenso do governo para apropriar-se das palavras de ordem das oposições. Não há dia em que o general Figueiredo — perdão, o presidente João — deixe de manifestar com energia e a seu modo (rebentando, estendendo a mão, indignando-se, vestindo a camiseta do PDS, coitado) o amor pela democracia. Nos palanques de comícios bem-orquestrados, ele vitupera contra os inimigos da democracia (os partidos de oposição e em especial o PMDB), contra os revanchistas, contra os que muito falam e pouco fazem. Houve, assim, um *changer des dames* inesperado. O povo tem agora, na retórica oficial, novos amigos: os algozes de ontem, os do arrocho salarial e do arbítrio.

Ainda assim, houve um avanço. Se os donos do poder falam agora a linguagem que até ontem era a de seus adversários é porque têm de conceder para evitar a derrota nas eleições. E em política a palavra, ao contrário do que se apregoa, tem custo. Algo de tangível tem de ser dado aos eleitores: creches, carteiras novas de casa própria nas Caixas Econômicas, manutenção de reajuste semestral apesar da discordância dos empresários e assim por diante.

De certa maneira, portanto, o País foi deglutindo o autoritarismo, quebrando-o e obrigando os donos do poder a uma mudança de estilo na política.

---

[46] *Folha de São Paulo,* 29 de abril de 1982.

Aproximamo-nos agora de um ponto perigoso. O governo, PDS a reboque, dispõe de recursos — do próprio contribuinte, é claro — para abusar da manipulação eleitoreira. E não peja isso.

Aqui em São Paulo o Dr. Maluf está inaugurando o populismo eletrônico. Esse custa caro aos cofres públicos, atinge muita gente e não concede quase nada ao povo. Ao invés do velho populismo clientelístico que dava empregos e concedia benesses, o populismo eletrônico dá propaganda. Basta inaugurar meia dúzia de praças e postes de iluminação, agitar cheques do Banespa em palanques de cidadezinhas do interior (como se fossem os pedaços de bacalhau que o Chacrinha atirava às platéias) e depois entrevistar adeptos da política oficial como se fossem populares — tudo pela TV — para criar o clima do "nem rouba e faz".

Diante disso, o histrionismo janista é bicicleta competindo com avião a jato, e a mobilização direta nos comícios é carro de boi querendo ganhar de automóvel.

É este o desafio que as oposições enfrentarão na campanha eleitoral. Ou elas rompem o monopólio que o PDS tem na TV e criam, paralelamente, formas de arregimentação mais afins com uma sociedade urbana e de massas, ou competirão melancolicamente entre si para ver quem faz melhor o que se fazia noutras épocas para ganhar eleições.

Enquanto isso, o PDS vai correndo por fora da raia, montado num cavalo alimentado às custas de todos.

O SOL E A PENEIRA[47]

O saber e a vontade de poder não são coincidentes. No dia-a-dia, o conflito é suportável; em momentos cruciais, entretanto, pode produzir curto-circuito. Esse tipo de tensão é inescapável. Melhor, portanto, assumi-la do que tentar escamoteá-la. Acaba de ser publicado um livro sobre o chaguismo (Eli Diniz, *Voto e máquina política),* a respeito do qual valem as considerações acima. Ao estudar a generalização da prática de favores, a autora mostra como o clientelismo chaguista mina pela base a democracia. Esta requer partidos abertos à militância e sem controles oligárquicos, independência entre os poderes, valorização das questões políticas gerais, regulamentação objetiva de direitos e acesso aberto e eqüitativo às benesses do Estado e da sociedade. Nada disso pode coexistir com o chaguismo.

A alguns pode parecer "inoportuno" um estudo sobre o chaguismo no exato momento em que o "mal maior", a Sra. Sandra Cavalcanti, ameaça levar de roldão o PMDB, envolto na trama do chaguismo depois da fusão com o PP. Não penso assim. Nem penso que o apoio ao candidato do PMDB no Rio requeira, para ser justificado, que se tape o sol com a peneira.

Em São Paulo, de igual modo, para justificar a diversidade de partidos de oposição, não se deve minimizar os riscos do malufismo, que constitui versão aproximada e moderna do chaguismo. Está se gerando no Estado o que chamei nesta coluna de "populismo eletrônico". À prática de favores e à corrupção ao velho estilo, deu-se um toque de modernidade. É através da TV que se procura inculcar na massa a imagem de um governo populacheiro e "com finalidade social".

Sob o impulso do capitalismo triunfante (monopólico, selvagem ou o que se queira, mas triunfante), o malufismo é a cara moderna da dominação tradicional. Ele se insinua com o sorriso larvar da vitória televisiva, aperta as tenazes da pressão da máquina administrativa nos municípios e esbanja favores, comendas e facilidades corruptivas. Nada disso é novo, salvo a escala. E o fato de que o malufismo está fincado na burguesia e encontra eco no povo anestesiado pelo *mass-media.* O empresariado preferiria a liderança esclareci da do Dr. Setúbal (especialmente depois que ele se afastou da liça...). Mas engole, tapando ou não o nariz, dependendo do estômago de cada um, a liderança de Paulo Maluf. E as pesquisas eleitorais mostram que o referido senhor abocanhará votos nas sofridas periferias das grandes cidades.

Reconhecer que o PDS e o malufismo são o inimigo principal não obriga a negar as diferenças e a legitimidade das opções oposicionistas. É ocioso discutir se o PT deveria ou não existir e atuar: ele existe e atua. Seu lugar ao sol não desaparecerá com a cortina de fumaça das palavras. É descabido imaginar que o PMDB não representa um amplo espectro de opiniões oposicionistas socialmente enraizadas. Ele não

---

[47] *Folha de São Paulo,* 16 de junho de 1982.

desaparecerá com a lufada de acusações nem virará partido da ordem ao sabor das críticas.

Conviria olhar para São Paulo com a mesma obstinação pela verdade com que Eli Diniz olhou para o chaguismo. Ao escalpelar o malufismo não resolveremos as angústias da conjuntura eleitoral, mas pelo menos não alinharemos argumentos em nome da ciência para justificar nossas paixões e interesses políticos. Eles não requerem essa artimanha para serem expostos à luz do dia e para serem assumidos abertamente.

A VOLTA POR CIMA[48]

Já se escreveu muito sobre a convenção do PMDB de domingo passado. Os mais entusiasmados não poupam palavras para reconhecer o caráter democrático do resultado. Mesmo os que são menos entusiasmados registram que "Deus escreve certo por linhas tortas". Os reparos aos procedimentos não obscurecem o fato político fundamental: prevaleceu a vontade de união e aumentaram muito, por isso mesmo, as chances de êxito nas eleições.

Há anos o PMDB preparava este desfecho. A cada reunião, a cada convenção, todos — candidatos, dirigentes, base partidária — reafirmávamos a necessidade de unir o partido para vencer o autoritarismo.

Então, por que a surpresa?

Possivelmente porque a opinião pública, a direção, o público interno e os próprios candidatos não acreditavam que fosse possível chegar ao que quase todos queriam. O fragor da disputa pré-convenção, o acirramento natural de ânimo entre as facções, a desconfiança com relação aos objetivos e ao procedimento do "outro lado", tudo enfim, toldava o óbvio: o amadurecimento democrático de uma legenda que vive da metamorfose permanente entre "frente" e "partido".

A convenção, paradoxalmente, mostrou que essa "frente de oposição", apesar de suas facções e sem que elas tomassem consciência plena disso, é um partido. A vontade geral se impôs, não sem fricções naturais, a cada um dos setores e dos atores.

É possível que Quércia jamais quisesse ter saído da convenção como vice de Montoro. Este talvez preferisse outro resultado. A Executiva — que desejara ardentemente ter obtido a anuência prévia de Quércia para a vice — terminou moralmente comprometida com Covas, que não queria ser o vice. E a maioria dos convencionais, de início, preferiria a chapa Montoro-Covas. Nada disso impediu que, derrotado Quércia na prévia, o PMDB sentisse a necessidade férrea de cicatrizar feridas, para sair fortalecido. No ardor do diálogo travado entre galeria-convencionais-direção-candidatos houve, portanto, uma reavaliação política autêntica.

No final não estava mais em jogo a questão dos procedimentos. A mudança de candidato estava respaldada pela vontade do partido, que se refez no recinto da convenção. A resistência prolongada a essa vontade seria vista como manobra de cúpula. A tentativa de abri-la poderia deixar rachaduras irreparáveis.

Prevaleceu a razão política. O PMDB deu a volta por cima.

Restam alguns problemas. Para evitar a manipulação das assembléias, tanto pela cúpula, como por caudilhos ou por segmentos das convenções, é necessário que as principais correntes do partido se organizem.

É certo que a semente só prospera quando há campo fértil. Foi o que ocorreu na convenção do PMDB; por isso houve grandeza no resultado.

Ainda assim a maioria do PMDB, composta por militantes e lideranças independentes, deve tirar as conclusões cabíveis. Sem organização para assegurar a capacidade de iniciativa e de resposta, as maiorias podem reduzir-se à condição de meras espectadoras. Só a organização interna dos independentes preservará no futuro a necessária espontaneidade das relações e o equilíbrio democrático dos resultados.

---

[48] *Folha de São Paulo,* 24 de junho de 1982.

LULA GOVERNADOR?[49]

O senhor acredita na pesquisa brasileira? Como está vendo estes resultados, especificamente em São Paulo, em relação à posição dos partidos?

- Há algumas organizações de pesquisas sérias no Brasil. Não quero excluir nenhuma, mas as principais, as últimas pesquisas grandes, que foram feitas pelo Gallup e pelo Ibope, mostram resultados sérios. São duas instituições sérias. O Gallup tem uma amostra afinada. Eles erram. No meu caso por exemplo, em 1978, acharam que eu ia perder da Arena e eu ganhei do candidato ao Senado pela Arena. Mas erram por quê? Porque a margem de erros existe. Quando a pessoa ganha por pouca diferença não dá para detectar. Uma amostra feita para indicar qual é a preferência para governador, não é boa para indicar qual é a preferência para o candidato a deputado. E às vezes, mesmo para senador, há distorção nos resultados. Naturalmente, sai muito caro fazer amostras específicas. De qualquer maneira, acho que são instituições sérias. E não são contraditórias. Agora que saiu a pesquisa do Ibope, todo mundo ficou assustado por causa do número de indecisos. Lendo a metodologia, vê-se como é que foi feita. Fizeram uma pesquisa chamada "menção espontânea", não deram os nomes dos candidatos. Perguntaram apenas: "Em quem você votaria?" No caso de São Paulo, a última pesquisa do Ibope mostra dois pontos significativos: primeiro que o número de indecisos definido desta maneira, "menção espontânea", é grande, o que não é novidade. Segundo, mostra que o PMDB tem o dobro do PDS e o triplo do PT. Isto é verdade. A pesquisa do Gallup mostra isto também, com pequenas diferenças. Mas, as pesquisas feitas pelos partidos, como instrumento de propaganda, não podem ser levadas a sério.

Professor, dentro dessa situação em São Paulo, as Pesquisas mostram que o PMDB está na frente e uma série de analistas e observadores garantem que o PMDB ganha. Levando a coisa mais para o lado da sociologia, sob o aspecto do comportamento da população, o senhor já imaginou o Lula, governador de São Paulo? De repente, ele pode até ser eleito. Vamos pelo lado da hipótese.

- Não, não pode ser não. O PT não está organizado no Estado de São Paulo todo, não ganha porque o apoio do PT é, basicamente, o apoio da classe média estudantil, de profissionais liberais e de um segmento da classe de trabalhadores metalúrgicos. Mais alguma repercussão via Igreja, Comunidades de Base e setores de massa mais atrasada. O PT não tem condições sociológicas para ganhar, porque ele é muito segmentado, fragmentado e encurralado em setores limitados da população. Isso não é possível. Não porque o Lula seja operário, ao contrário, ele é uma pessoa com uma vivacidade fora de série, eu o conheço, sou seu amigo. É certo que ele não sabe muitas coisas. Mas quem é que sabe tudo? Será que o governador atual sabe alguma coisa? Não creio que saiba. Acho que o Lula sabe mais que ele. Não é por isso que o Lula não pode ser governador. Como pessoa, ele pode ser governador de São Paulo, tem acuidade suficiente para isso. Ele não pode por outras razões, não representa uma força social capaz de governar São Paulo. Como ele não representa essa força social, embananaria tudo. É justamente por isso que não dá credibilidade, e ele terá menos votos do que poderia ter. Se o Lula fosse candidato pelo PMDB, ele estava eleito governador de São Paulo. E governaria o Estado muito bem.

VOTO DE OPOSIÇÃO[50]

Na Europa os partidos socialistas substituíram os liberal-conservadores onde houve eleições. Desde a França e a Grécia, até recentemente, a Suécia e a Espanha. Parece que os social-democratas e os socialistas despertam mais esperanças como gestores da crise econômica do que os homens do centro-direita e da direita.

Nos Estados Unidos (até à hora em que escrevo esta nota) ocorre algo semelhante, embora com menos nitidez. Os democratas beneficiam-se da confiança popular, na expectativa de pôr um fim à política anti-social de Reagan.

No Brasil, dentro de poucos dias, é provável que a mesma tendência se reflita nas eleições. É claro

[49] Entrevista ao *Jornal de Brasília,* 12 de setembro de 1982.
[50] *Folha de São Paulo,* 4 de novembro de 1982.

que, com o sistema representativo em frangalhos e com uma democracia de meia sola, torna-se mais difícil espelhar pelo voto a vontade popular. Ainda assim, com a vitória do PMDB em vários Estados e eventualmente de outro partido de oposição nalgum Estado, o sinal de que o povo quer mudar reaparecerá nas urnas.

É má política, como vêm fazendo certos setores oposicionistas, tratar de diminuir o impacto democratizante e a vontade de mudança que as eleições terão. Cabe menos insistir — remando contra a maré e contra as evidências — na tecla de agrado pedessista de que PMDB e PDS são farinhas do mesmo saco, do que reconhecer democraticamente que o PMDB se tornou, na presente circunstância, o desaguadouro da insatisfação popular. E por isso vencerá, onde vencer.

Há momentos em que o processo político escapa de apreciações subjetivas e mesmo do sentido concreto, psicológico e sócio-individual dos líderes, para consubstanciar-se na expressão de uma realidade. Não cabe chorar pelo leite derramado: em 19 Estados da Federação, PMDB e PDS somados alcançam 95% das preferências manifestas do eleitorado. No Rio Grande do Sul existe um terceiro partido, o PDT, e ainda assim os dois principais somam mais de 80% das preferências. Em São Paulo, onde o PDS capota, o PMDB sozinho aproxima-se dos 50% dos votos válidos. Apenas no Rio as chances são mais eqüitativas entre os três principais partidos cariocas.

Não há exagero, portanto, em reafirmar que em geral, no Brasil, o PMDB firmou-se, nestas eleições, como o grande partido de oposição ao que aí está. E é por isso que só ele — com as exceções mencionadas — é depositário da esperança popular.

Culpa do regime? Ou dos demais partidos que não souberam impor-se? Ou, quem sabe, virtude das lideranças peemedebistas que, apesar dos pesares, conseguiram levar o partido até à boca da urna com garra e relativa coesão?

Pouco importa responder. Deixemos ao capricho de cada um, e às suas idiossincrasias e ilusões o gosto da resposta. O que importa é o resultado do processo. Nas eleições que se aproximam, a vez ainda é do PMDB, quando se fala das oposições.

Depois veremos. Mas por enquanto é importante cerrar as fileiras e avançar na direção da brecha democrática que as urnas podem propiciar.

BALANÇO ELEITORAL[51]

Como o senhor interpreta o resultado das eleições?

- O governo conseguiu uma reação grande no sentido de, de uma maneira ou de outra, tentar legitimar esse processo de abertura que aí está. Isto tem um lado positivo, pois de qualquer maneira estamos tendo eleições, com o presidente Figueiredo se esfalfando para eleger candidatos, o que comprometeu o coração do governo na luta eleitoral. Há um lado negativo. Tudo foi feito dentro de uma regra de jogo muito discutível, a começar pela própria participação do Estado, através de seus representantes máximos, na campanha de um partido, o que é inaceitável. A mobilização dos meios de comunicação de massas também através de um só partido é inaceitável. De forma que estamos numa transição mesmo. Transição da qual eles querem manter o controle. E bem ou mal conseguiram. Tiveram de fazer concessões. Perder São Paulo não é brincadeira. Se perderem Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, significa que houve uma redistribuição do poder no Brasil, embora não executiva.

A estratégia de divisão das oposições deu certo?

- Acho que funcionou, tanto que se não fosse isso não perderíamos de maneira alguma no Rio Grande do Sul, nem teríamos tantos apertos em outros lugares. Não posso dizer que tenha funcionado completamente, porque houve contra-ataque, houve a fusão do PP ao PMDB. O fato é que a divisão como tal poderia atrapalhar em três lugares, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Em São Paulo não funcionou porque nós ganhamos. No Rio Grande do Sul o Jair Soares só ganhou em função disso, no Rio

[51] Entrevista a Emilio Braga, *Jornal de Brasília,* 21 de novembro de 1982.

de Janeiro já não porque, mesmo ganhando Brizola, não funcionou também. Podemos concluir dizendo que funcionou apenas relativamente. Mas de qualquer maneira o importante é que houve um avanço no sentido democratizador, sendo difícil agora parar esse processo. Ele vem diariamente sendo tocado desse jeito, lento, gradual e inseguro, mas bem ou mal vem vindo. Foi formidável ver o empenho do povo em votar bem, votar certo. Dizer hoje que esse povo não está aberto para eleição ou não presta atenção em política é uma loucura.

Impressionou realmente o descaso com que os eleitores ignoraram os "boqueiros" em São Paulo. O PDS paulista confiava no trabalho de "boca de urna" para virar o resultado e parece que o preparo do eleitor para votar frustrou-lhe os planos.

- Exatamente. Foi um engano deles. Apostaram nos indecisos e não havia indecisos. Quem lê pesquisa direitinho sabe disso. Eles se iludiram porque fizeram propaganda a respeito dos indecisos e não entenderam o que estava acontecendo. O grande contingente de indecisos que aconteceu foi publicado na pesquisa *Isto É / O Globo,* que era uma pesquisa chamada "de menção espontânea", ou seja, só se considera o voto decidido enquanto o entrevistado sem ser perguntado dá o nome do candidato. Depois então os pesquisadores apresentavam os candidatos e os entrevistados decidiam por um deles. Então verificou-se que a curva de preferência dos indecisos era equivalente à curva de preferência dos já decididos. Conclui-se que houve um pouco de auto-engano do PDS. Aquele negócio de dizer: "olha, a eleição não está decidida ainda". O erro deles foi incorporar à própria estratégia algo que se usa apenas como arma de luta. Houve ainda falta de equipe com competência. O pessoal deles que estava fazendo isso é o mesmo que já fez a do PMDB antes, mas fez para nós apenas a parte de propaganda, não estava preparado para montagem de estratégia eleitoral. No final da campanha, o Reinaldo de Barros ficou o tempo todo se dirigindo aos indecisos e simplesmente não falou a ninguém, pois não havia indecisos. Eles tinham na equipe pessoas espertas. Mas um esperto não é um analista político, que é outra coisa. A verdade é que o PMDB fez a coisa com uma equipe de pouca gente aqui em São Paulo, mas gente competente.

E os efeitos dos resultados eleitorais para o futuro imediato, com relação ao Colégio Eleitoral de 1984, por exemplo?

- Se forem confirmados os resultados que estão pintando agora eles terão maioria no Colégio Eleitoral. Se tiverem ganho em 13 Estados, multiplicado por seis delegados de cada Estado, terão 78 votos. Nós com nove Estados teremos 54 delegados. Depois tem o pessoal do PTB. O que é essa gente? Quem sabe? Mas eu não digo isso como quem diz: bem, eles ganharam, ponto final. O Colégio Eleitoral funciona de uma maneira fechada quando o regime é forte. Quando o regime não é forte, mesmo se admitindo que eles têm o controle do voto para fechamento de questão, a negociação interna do PDS passa a ser complicadíssima. A briga interna no PDS vai aumentar, não vai diminuir. Porque, se eles vêem que têm a chance de ganhar, só eles, e não nós, e não têm mais uma regra autoritária firme para dizer quem são os que vão ganhar, a briga aumenta. Assim, o argumento de que o Colégio Eleitoral estará controlado pelo governo não diminui a chance de eleição direta. É verdade que estará controlado. Mas controlado por quem? Isso fragmenta, vão haver interesses individuais em conflito. Enquanto que se tivermos uma eleição direta poucos são os que podem afrontar a mesma eleição direta. Sou partidário das eleições diretas, das eleições primárias nas convenções dos partidos, por isso. Quando se fecha a regra do jogo há manipulação e a manipulação é perigosa, porque se você tem medidas ditatoriais você impõe, mas se você não tem a manipulação dá qualquer coisa, como deu em São Paulo o Maluf. Isso não acontece com eleições diretas. É preciso ter certas qualidades para ganhar uma primária num partido, tem que ter certas qualidades para poder ser candidato à Presidência da República de um partido, qualquer que ele seja. Haverá uma seleção de competência muito maior e a emergência de uma liderança autêntica, natural e forte é mais fácil. Veja o caso de São Paulo. Por que o Montoro foi o candidato do PMDB? Por causa disso. Quem além do Montoro podia enfrentar esse eleitorado e ganhar? Ninguém. Isto porque o Montoro é ruim? Não, mas sim porque ele tem competência específica. Por que o Jânio foi candidato, ou o Lula? Agora, quando puseram o Reinaldo já não funcionou o negócio. Não foi tão desastrado do ponto de vista deles, ao menos inicialmente, colocar o Reinaldo. Eles não tinham ninguém, iriam colocar quem? A não ser que pegassem o Laudo, que era de uma área inimiga.

- Uma coisa muito importante que precisa ser pensada é toda a legislação eleitoral, e pensada enquanto está quente. Em primeiro lugar os gastos eleitorais. Não há nenhuma razão para não entrarmos num esquema racional do tipo europeu, em que se tem verbas que vão para os partidos numa proporção razoável e

conforme o número de votos, e que proíbe a utilização de outras verbas que não essas, porque senão temos a corrupção eleitoral mesmo. A "boca de urna" deve ser proibida, e o Montoro tem um projeto neste sentido.

Será difícil proibir a "boca de urna", pois é um recurso já tradicional?

- Eu sei que é tradicional, mas veja a eficácia dela neste momento. Tivemos um derrame de papel inútil. O PDS, dizem, utilizou só no dia da eleição 50 milhões de "santinhos" (modelos de cédula). No conjunto de campanha e de sua propaganda o PMDB usou 150 milhões de impressos. Uma boa parte disso é desperdício que não se justifica. Seria bom fazer uma pesquisa sobre o efeito da "boca de urna" no eleitorado.

E a Lei Falcão?

- Parece que já está caindo. Agora, tem que cair a Lei Falcão e tem que também ter um certo sentido de medida. O que houve aqui em São Paulo com os debates foi já o oposto disso. Houve um debate atrás do outro, desgastando os candidatos. Os candidatos não podiam se furtar aos debates porque logo seriam classificados de fujões. E o debate é um falso debate porque se transforma num ataque, por exemplo, como o Jânio fez ao Montoro. Também foram repetitivos, cansando o povo. Quem leu os últimos debates? Não tiveram a menor influência nos resultados, transformando-se apenas num ritual cansativo para os candidatos. Não quero restringir a liberdade de informação, mas isso não é informação, é deformação que se transforma em propaganda. Enfim, teria que se pensar de que maneira assegurar a informação e a participação sem também ser o debate uma máquina de vestibular de candidato. É ridículo que candidatos a governador tenham que se submeter a vestibular a cada hora. Há uma certa insolência em nome da sociedade. A ditadura da ditadura não é só do Estado, não; às vezes setores sociais exercem a ditadura. Todo mundo fala pelo povo, o que é uma coisa profundamente antidemocrática. Que cada um fale por si, pelo que é. Eu estou cansado de ouvir gente falando pela classe operária e que não tem representatividade nenhuma da classe operária. Eu jamais falei por classe operária, nem vou falar, porque eu não sou disso. O fato de ter votos da classe operária não quer dizer que fale pela classe operária, e para falar corretamente não precisa falar pela classe operária, pode falar de outras maneiras.

O senhor não vai compor a equipe de governo Montoro?

- Não. Por deliberação minha vou para o Congresso.

E no Congresso terá um papel de articulação importante, como uma espécie de delegado do novo governo de São Paulo?

- Sou neófito nisso, vou começar a vida parlamentar pelo Senado. Nunca tive nenhum posto parlamentar e não quero me arrogar a sabedor do que não sei. Vou ter que passar por um período de aprendizado para ver como funciona o Senado, e com bastante humildade nisso. Acho que o Congresso vai ter no ano que vem um papel político maior porque concentrará o debate dos grandes temas nacionais. Espero poder ajudar a articulação do PMDB, tanto mais que terei relações boas com o governo do Estado de São Paulo. Não vou estar no governo de São Paulo, mas terei relações em parte privilegiadas com o governo de São Paulo, com toda a bancada de deputados onde tenho trânsito muito amigável e com os deputados de outros lugares do Brasil também. Assim, uma parte de meu trabalho será realmente este de articulação. Mas articulação para quê? Aí temos os vários temas já mencionados da agenda política brasileira. Por outro lado, há a questão propriamente do PMDB e dos outros partidos. O que vai acontecer com o sistema partidário?

Aproveito para colocar as críticas que se fazem ao PMDB no sentido de ser uma frente, uma colcha de retalhos e não um partido.

- O PMDB está no seguinte dilema: ou aprofunda no sentido, por exemplo, do que houve em São Paulo, constituindo-se num corpo mais homogêneo, ou terá dificuldades de enfrentar o futuro. Temos que ter um corpo de idéias simples e aceitas por um grupo bastante grande do partido para que possa ser homogêneo. O PMDB tem. O pessoal repete que não tem, não tem, não tem, mas estão equivocados. Talvez não conheçam a história dos antigos partidos e dos atuais. Mas o PMDB tem um corpo de idéias aceitas universalmente pelos seus militantes. Raramente as pessoas do PMDB discrepam quanto à necessidade da

Constituinte, ou liberdade sindical, enfim, quanto aos temas doutrinários propriamente ditos, quanto à redistribuição de renda, quanto ao “Esperança e Mudança”. Tem um corpo de doutrinas. Tem também um programa.

- O que é preciso que as pessoas entendam é que um partido não é feito de um programa e um corpo de doutrina apenas. Veja que os programas e o corpo de doutrina dos partidos aqui variaram muito pouco, o próprio PDS absorveu as idéias mais ou menos dominantes no momento, redistribuição de renda, direito de greve. O que diferencia os partidos é outra coisa, é a capacidade de colocar questões políticas que sejam identificadas por setores da sociedade como comuns a eles. O PMDB fez isso. Aqui em São Paulo o Montoro tem um plano, uma sugestão de reforma, diz o que vai mudar e até que ponto vai essa mudança. E por isso tem apoio, porque é claro o seu projeto.

- Dizer que o PMDB é uma frente é conversa. Todo partido moderno é uma frente. Como é que nasceu a idéia de partido? Nasceu no século 18 como alguma coisa no Parlamento inglês, que são “c1iques” de interesses organizados no Parlamento sem nenhuma correspondência com o resto da sociedade, são clubes quase, clubes parlamentares. O partido moderno — Duverger mostra isso bastante bem são os partidos socialistas, os partidos de cunho trabalhista europeus e depois comunistas. E aí há a reação dos partidos burgueses que também se transformam em partidos de massa, quando se abre a filiação, a militância à sociedade. Temos dois modelos nessa época: esse partido e o partido de vanguarda, que quer fazer a revolução, que pensa que ele contém em si o germe de todo futuro possível e vai reformar a sociedade, tipo bolchevique. Mesmo os partidos do tipo bolchevique, no século 20, mudaram, passaram a ser partidos de massa — uns melhores, outros piores. O italiano se saiu bem, foi o que mais cresceu. O que ele faz quando vira partido de massas? Fica heterogêneo, tem marxista, tem católico, tem agnóstico, tem rico, tem pobre. Isto é condição de poder na sociedade moderna, que não é uma sociedade que se fragmenta em blocos homogêneos e contrapostos, como era no século 19. A própria classe operária, estrito senso, diminuiu relativamente, continua diminuindo fortemente nos Estados Unidos, onde o mesmo número de operários industriais de 1900 existe hoje. Na Europa também, esse processo demorou mais porque ela tem uma classe operária de outro tipo e hoje começa a diminuir também, enquanto outros segmentos aumentam, que não são a pequena burguesia, é outra coisa, são empregados de grande empresa estatal ou privada. A maioria da população hoje é isso, empregados de colarinho branco que não põem a mão na linha de produção. Diminuiu muito o número de gente que trabalha nela.

- Neste tipo de sociedade as questões não se colocam somente a partir das relações de classes. Elas existem, estão aí, mas as classes têm outra conotação e os partidos recolhem dentro de si segmentos de várias classes. O partido comunista francês faz isso, é heterogêneo, tem doutrinariamente desde marxistas até liberais. O espanhol também. O *Labor Party* inglês nem se fala — trotskistas, liberais, sindicalistas, capitalistas, tudo misturado. Agora, quando se chega nos Estados Unidos, sempre foi assim. Na Europa não foi, eles vêm chegando a esse ponto, de um partido mais heterogêneo, quando entra massa passa a ser mais heterogêneo, há grandes interesses diversificados. São partidos ônibus, onde cabe tudo. Nos Estados Unidos sempre foi assim, tanto o partido Democrata quanto o Republicano são frentes.

- Então, a discussão se são frentes ou são partidos é uma discussão inadequada. O problema é da natureza da frente. Ela tem capacidade de num certo momento seguir uma orientação? Ela tem lideranças? É uma frente capaz de responder ao desafio dado pela sociedade? Os setores importantes, mais ou menos estáveis, se identificam com essa frente?

O PMDB hoje tem tudo isso?

- O PMDB começou a ser partido neste sentido foi com o antigo MDB em 1974, quando houve o identificação entre pobre e MDB. Não foi entre libertários e totalitários. Foi entre pobres e MDB, o Bolivar Lamounier tem um estudo sobre isto. Isto não desapareceu, agora, não ficou só dos pobres, ficou pluriclassista. Não é o partido dos ricos, nem o PDS. O PDS tem mais ricos que o PMDB, mas os verdadeiramente ricos ficam encastelados no Estado, passam pelos partidos assim como um gato sobre brasa. O problema é que o PDS em sua política serve aos interesses encastelados no Estado, que são os dos ricos. O PMDB, estando na oposição, não serve ao dos ricos. Tem ricos em seu meio, mas isso não afasta o povo, ao contrário do que uma análise mais sectária levaria a crer.

E o modelo de partido adotado pelo PDT?

- É uma cópia do modelo socialista europeu. Acho que se pensarmos que o futuro do Brasil é igual ao passado da Europa estaremos incorrendo num erro de avaliação. Na Europa se teve no passado um espectro do partido anarquista, depois comunista, socialista, de centro-esquerda não-marxista, partido radical, radical e centro, um liberal e um reacionário. Pouco a pouco na Europa isso foi se fundindo, confundindo, hoje o partido social-democrático tem um significado muito variáve1. Pensar que o Brasil à medida que se industrializa e avança vai dar a Europa pode ser errado. Por que não dá Estados Unidos? O capitalismo que está aqui é o monopólio estatizante à "la americana e não à la européia, enquanto na própria Europa hoje os partidos choram as boas épocas do passado e lastimam o fato de que também estão virando partidos de massa sem conteúdo ideológico puro.

Não vejo razões para pensar: eu tenho um partido socialista, coerente, com propósitos socialistas. Fique na universidade, então, a universidade é o lugar onde se pode ter coerência doutrinária. Eu não vou sair da universidade para repetir a universidade num partido. Na universidade você pensa, faz a crítica, a crítica pura, não vinculada a interesses políticos, às forças sociais. O partido não é a força social, é o interesse político, é o poder. Como é que se chega ao poder para modificar?

Este é o mesmo equívoco do PT?

- O PDT é um partido que para brigar com o PMDB fala que é socialista, mas na verdade é frente. O PDT no Rio de Janeiro, meu Deus, tem uma frente amplíssima, tem Agnaldo Timóteo, Brizola, Darci Ribeiro; no sul tem fazendeiros, é mais próximo de um partido ônibus do que homogêneo. O PT, não. Vem com a pretensão de ser homogêneo, puro e representar os interesses da classe operária. Isso o sectariza. Quando um partido resolve que ele é puro e os outros impuros, tenta convencer as pessoas disso, e quando não consegue, ou mata as pessoas ou as despreza. Como não pode matar, despreza. O que acontece é que o PT vai desprezando, desprezando e vai se isolando. Fica muito inconsistente porque o PT tem uma proposta "revolucionária" e um comportamento — que não pode ser diferente — de cunho eleitoral. Não é nem como o antigo Partido Comunista Brasileiro, que tinha uma proposta revolucionária e não estava na eleição e quando estava dizia que era mera passagem, o partido aliado mero companheiro de rota. O PT não diz isso, não se define. A gente não sabe se ele quer ser realmente um partido de massas no sentido eleitoral ou se quer ser revolucionário. Não sabe se quer fazer a revolução ou ganhar a eleição, e fica nesse ziguezague, que dificulta muito e levou o PT a se estreitar tanto que perdeu bases em São Paulo.

Tem futuro o PT?

- Só se fizer uma reavaliação muito grande e com mais humildade. E entender o fenômeno que aconteceu. O que discutimos muito inicialmente. Por isso não estou no PT. Queria um partido de características de massa realmente, e que tivesse características de incorporação do que é o setor democrático de esquerda e democrático do PMDB, mais o que é o PDT e o que é o PT. O que ganhou não foi isso. Foi uma idéia de inspiração mais trotskista e de comunidade de bases, que são ambas, por razões opostas, limitativas. Uma porque tem consciência revolucionária dos puros, poucos e bons, e outra, que tem consciência de base, mas achando que é preciso remodelar o mundo sem o Estado, na base de que na luz do dia-a-dia a comunidade se refaz. São duas versões de utopia, uma regressiva e outra prospectiva, que é a trotskista; antagônicas, mas ambas não permitindo o crescimento de um partido de massas. Acho que é difícil, se o PT não refizer seus caminhos, chegar a alguma coisa.

- Os trabalhadores não aceitam essa postura. O que faltou ao PT em São Bernardo. São Bernardo inteiro conhece o Lula. Também não é que os paulistas não sabem o que é o PT. A proposta do PT foi buzinada mais do que qualquer outra, neste país e no mundo, porque o PT tem boa máquina de propaganda entre os intelectuais. Mas foi ficando um partido ecológico, que é expressivo, mas não agrega interesses. Quer dar um sinal, um testemunho da sua presença. Bonito eticamente, mas não entra no quadro real do jogo de poder. Para ter um comportamento ético vai para um convento e não para um partido. E os conventos modernos já não são nem assim, eles querem mudar o mundo também. Se quer mudar o mundo tem que levar em consideração a correlação de forças. Ganhar o outro e não repelir o outro, dizendo você pecou, você foi da Arena. Não pode, não dá para crescer como partido assim, tem que ter outra postura. E a turma do PT tem que analisar o que aconteceu com seu eleitorado. Quem votou no PT? Não digo isso para criticar. É bom

que a classe média tenha uma posição avançada. Mas se a classe média não se une ao povão ela não vai para a frente. O PMDB permite à classe média se unir ao povão. O PT isola a classe média na utopia do povão.

- Outra coisa. O PT fez uma análise errada da correlação de forças. Ele imaginou que o PDS não existia, que era um cachorro morto, na expressão do Lula, que não ia pisar num cachorro morto, e por isso batia no PMDB, que não era morto. E PMDB e PDS eram farinha do mesmo saco. Vejam os resultados das eleições. O PDS não é um cachorro morto, é muito forte, está ganhando as eleições no Brasil; é o segundo partido em São Paulo; ganhou em certas áreas importantes. O Jânio está ganhando em duas áreas do ABC. O PMDB não é igual ao PDS, tanto não é que o povo fez a separação e votou no PMDB contra o PDS. Erraram na análise política, que foi subjetivista e idealista, dizendo: "nós somos os bons e esses que estão aí, dizendo que são de oposição, não são, são iguais aos outros". Pretensiosos e irrealistas.

E voltando ao começo, o quadro partidário será reformulado em função dos resultados eleitorais?

- Partido que ganha não desagrega. Eu não acredito que o PMDB onde ganhou vá desagregar. O PDS vai desagregar mais, me parece. Onde o PMDB perdeu talvez, em algumas áreas, como Pernambuco; caso não haja recuperação, pode ser que áreas de esquerda sintam-se mal acomodadas e possam buscar outros caminhos. No Rio Grande do Sul, não. Lá todos estão sentindo que quem derrotou o PMDB foi o PDT. Acho que em política a gente não pode ter a pretensão de ditar regras sobre o que vai acontecer. É claro que depois de um resultado desses alguma re-acomodação vai haver.

A RESPONSABILIDADE DA VITÓRIA[52]

Os resultados gerais das eleições no Brasil ainda não são definitivos. Vê-se, não obstante, que houve imenso progresso das oposições. O PMDB leva 5 milhões de votos sobre o PDS. As oposições, somadas, ainda mais. A mancha de votos oposicionistas derrama-se sobre o mapa do Brasil, cobrindo 2/3 de seu território e outro tanto da população. Os suportes do regime — com exceção arrancada a bico de pena do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina — encolheram-se e concentram-se nos bastiões das áreas menos desenvolvidas do País.

Em São Paulo, a vitória do PMDB foi estrondosa. As declarações feitas no final da campanha pelos dirigentes partidários não eram bazófia, nem visavam apenas aliciar os votos indecisos. Partido que se modernizou, o PMDB seguia passo a passo as tendências eleitorais, através das pesquisas de preferência partidária. Atuava respaldado pela informação e orientado por diretrizes políticas simples e claras.

E agora?

Pesam imensas responsabilidades sobre os ombros de Franco Montoro e do PMDB. O eleitorado acreditou na mensagem: é preciso mudar; necessitamos democratizar e reformar a sociedade.

Não há por que desconfiar da capacidade do partido e do governador para implementar as mudanças, nem dos bons propósitos de cumprir o prometido.

Talvez no início — no primeiro ano de governo — o ônus de receber um Estado endividado, com uma situação financeira calamitosa e com o câncer da corrupção enquistado, limite as chances de realização. Não limitará, entretanto, a orientação fundamental, neste aspecto, que há de ser a de sobrepor a tudo o critério de bem-estar social (principalmente no que diz respeito à expansão do emprego) e o de impor, com o apoio do povo, a moralidade pública. Mais claramente, ainda, não há por que duvidar do avanço democratizador esperado. A descentralização administrativa e o aumento da participação tornam-se, neste aspecto, os indicadores fundamentais do bom caminho. Nas democracias modernas ou se descentraliza ou se torna inviável a participação. Outra não é, neste momento, a preocupação do governo socialista francês, por exemplo.

Por outro lado, no conceito moderno de democracia, não basta a noção — indispensável, contudo — de representação parlamentar e de independência dos poderes. Como contrapeso à força avassaladora do Estado e da burocracia, é preciso incentivar as formas de controle mais diretas a serem exercidas pelos

[52] *Folha de São Paulo,* 25 de novembro de 1982.

cidadãos e pelas comunidades sociais. É insuficiente a noção individualista-liberal de responsabilidade do cidadão, delegada pelo voto. Requerem-se procedimentos que permitam ativar a participação popular.

Será longa a marcha. Mas o PMDB e o governador Montoro (que prega com convicção estes ideais), sem exclusividades ou pretensões de descabida auto-suficiência, têm condições para dar a largada nesta corrida democrática. Esperemos que as correntes renovadoras da sociedade civil e os partidos de oposição, democráticos e socialistas, se unam nesta grandiosa competição para assegurar maiores chances de êxito à experiência política de São Paulo.

IX
CRISE E DEMOCRACIA

CRISE E DEMOCRACIA[53]

O índice da inflação do mês passado, somado aos meses anteriores, assegura novo recorde para o Brasil: superamos nossa própria marca em matéria de inflação. É certo que na conta do mês a mês houve pequena redução. Mesmo assim, é melhor manter as barbas de molho.

Já passamos por agruras equivalentes. No passado dizia-se que tudo era culpa do governo, acusado de ser populista, empreguista, corruptor. E agora?

Seria profundamente injusto acusar a democracia, que não temos, da culpa de todos os males. Mais ainda: as políticas de contenção — a nova febre causada pela economicite aguda que bem se pode chamar de "moléstia de Freedman" — estão aí, à disposição do czar da economia. Por certo, no trópico a febre ganha outras características e alguns, mais afeitos à doença nos países frios, chegam a pensar que nosso ministro-rei padece de males menos ortodoxos do que a "moléstia de Freedman". Nessa discussão, já não se sabe quem é o paciente, se o País, que estrebucha, ou o curandeiro, que aplica mal as ditas políticas contencionistas.

De qualquer modo, entramos aqui nos trópicos na "austeridade econômica". É de prever, portanto, que cá, como lá, a convalescença venha com desemprego, correção do déficit público, "saudável" paralisia do crescimento e tudo o mais. Com um complicador: a maldita dívida externa que serpenteia tudo e, como um parasita, suga o elã das políticas monetárias.

Diante desse quadro é bom parar para pensar.

A crise é econômica, sim. Mas a saída dela vai mais longe. Para impor (o melhor seria, ao invés de impor, compor e convencer) nova disciplina econômica e social é preciso ter força política. Essa, nas democracias modernas e talvez mais generalizadamente nas sociedades industriais complexas, como já é a nossa, depende, muito mais do que das urnas e da autocracia, da crença de que se vai no rumo certo.

É isso que falta hoje. Confiança do povo nos governantes, dos empresários nos ministros, dos trabalhadores nos donos do poder, de quase todos em quase tudo.

Não me refiro apenas à crise — real, mas não exclusiva — que separa governo de oposição, com todas as conseqüências de um bloqueio permanente às tentativas de diálogo, que logo são percebidas como manobras para não mudar nada, fingindo que algo mudou. Refiro-me à crise mais profunda, que separa a massa dos partidos, os movimentos sociais das lideranças institucionais, cada segmento da sociedade do outro.

Não será já tempo — se é que ainda é — para armar a saída da crise através de um ato de confiança — que seja uma Assembléia Nacional Constituinte — depois de uma manifestação popular clara e explícita sobre os rumos do País e as regras para uma convivência mais decente?

Há alguns anos pensava-se que talvez a Igreja, os trabalhadores, a Universidade — dariam a saída democrática. Agora, com a gravidade da situação, não será a hora de essas forças somarem-se para exigir que governos, partidos, militares e empresários dialoguem de público com o País e proponham, sem casuísmos, um esquema de saída da crise que passe pelo consentimento popular?

Será esse um clamor ingênuo, talvez. Mas no buraco em que estamos, sem uma pitada de utopia não se vê saída, senão à custa de exploração e sofrimento, em benefício de poucos. Assim, é melhor devanear do que aceitar, com realismo, que o que é será.

---

[53] *Folha de São Paulo,* 9 de abril de 1981.

A DÍVIDA E AS VERDADES[54]

A reunião do Fundo Monetário Internacional em Otawa não dá margem para dúvidas: o clube dos ricos enrijeceu na mesa de negociações. O fantasma da quebradeira internacional ronda o mundo e os banqueiros. FMI à frente, se apressam a exigir pagamento em dia e austeridade econômica.

Há poucos anos, na euforia dos petrodólares, eram os mesmos banqueiros internacionais que abriam as burras de Londres, Nova York ou Genebra, incentivando os tomadores dos países subdesenvolvidos. Quem não se lembra dos anos do milagre e da euforia? Foi um corre-corre danado.

Agora, depois da recessão; não se ouve nem de longe a litania das antigas musas. São reprimendas e severos conselhos, chamando à ordem chefes das economias ao sul do Equador (e também ao norte: é só pensar no México). Não se renegociará dívida alguma, dizem. Ponham ordem na casa, acrescentam. É só acabar com o déficit público, congelar os salários, cortar os subsídios, exportar mais e importar menos e pronto: paga-se a dívida.

Naturalmente, boa parte disso é "pra inglês ver". Na prática a dívida de vários países já está sendo renegociada: o México obteve moratória parcial, a Polônia também. E não são os únicos. É certo, entretanto, que o remédio amargo da desaceleração da economia com a coorte de malefícios sociais será a contrapartida da aceitação prática da moratória (muito pouco prática, aliás) via dilação dos prazos de pagamento do principal, pontualidade nos juros e empréstimos do FMI.

E nós?

O governo insiste em que deve, não nega e pagará em dia. Para pagar há duas alternativas não-excludentes: superávits na balança comercial e... novas dívidas (o "roll-over"). Como superávits ou são inexistentes ou não vão além de 1 a 2 bilhões de dólares — altamente insuficiente para pagar os bilhões do serviço da dívida — resta mesmo continuar de pires na mão, à busca de novos empréstimos.

Até quando?

Só mesmo uma política irresponsável, de esconder a cabeça na areia, pode supor que iremos pelos tempos afora "enganando os trouxas". Mesmo porque os banqueiros nada têm de trouxas.

Sendo assim, só resta ao País tomar consciência de que, cedo ou tarde, a catástrofe internacional vai se abater sobre nós. Como o governo não assumiu a postura correta, de renegociar a dívida com soberania, de deixar de lado a prática de contratar obras novas com o fim principal de obter financiamentos para "rolar" a dívida e não de investir de fato nos setores produtivos, de concentrar os investimentos nos setores que permitam utilizar a capacidade ociosa das indústrias de bens de produção e possam recriar tecnologia, cabe aos partidos de oposição levantar estes temas e discuti-los perante a Nação.

É pena que, à proposta contida nos documentos do PMDB, a resposta dada pelos dirigentes do País e do PDS tenha sido apenas o insulto. Importa menos saber se nalgum ponto em particular o PMDB ou seus técnicos estão errados. O que importa é reconhecer que vamos mal no atacado e para sairmos da encalacrada (e não há saídas fáceis) precisamos ter, em primeiro lugar, credibilidade. E esta requer a exposição franca da verdade, doa a quem doer.

A hora não é para politiquice. O País requer sinceridade e seriedade. Se o governo não é capaz delas, que a sociedade civil e os partidos as assumam. E quanto antes.

O PRESIDENTE E A CRÍTICA[55]

Tomo de empréstimo comentário de um amigo jornalista para abrir a coluna falando sobre o discurso do presidente Figueiredo na ONU: "O Reagan bem pode cobrar do Figueiredo suas reiteradas declarações sobre as oposições que criticam sem parar e não sugerem nada".

---

[54] *Folha de São Paulo,* 2 de setembro de 1982.
[55] *Folha de São Paulo,* 30 de setembro de 1982.

Pois é. Só assim o Presidente começa a entender como é duro estar do outro lado do muro e como à oposição cabe criticar e não remendar erros alheios. É verdade que a fala presidencial dá alguns conselhos e diz que o importante é que os países ricos dêem dinheiro aos países pobres. Dar, naturalmente, é eufemismo: que emprestem a juros escorchantes. Mas nada diz sobre a crise dos países ricos.

Este é o busílis da questão. A crise, bem e acacianamente disse o Presidente, está aí. Ela lembra 1930, crê ainda nosso general na ONU. Se é assim, como produzir o milagre? Os homens do FMI pensam que sabem como: austeridade, equilíbrio dos déficits fiscais, equilíbrio no balanço de pagamentos, excedentes na balança comercial.

Só que a receita, já ponderou Olavo Setúbal em artigo recente, é antiga e inadequada. Não estamos diante de uma crise tradicional. Não se trata de desequilíbrio no comércio exterior, que seria corrigido importando-se menos, exportando-se mais e recebendo uma injeção de óleo canforado de créditos (ou de direitos especiais de saque).

O problema é muito mais sério: o desequilíbrio das contas externas dos países que se industrializam advém de investimentos maciços, em projetos ainda não maduros, com a necessidade de novos investimentos para completar os primeiros, de créditos para re-financiar as dívidas já contraídas e da crise do comércio mundial, tudo em conjunto. Mais ainda, boa parte dos investimentos feitos e dos créditos abertos operam em circuito fechado: são firmas multinacionais que devem às matrizes. Portanto, a própria antiga noção de que os países pobres devem aos países ricos precisa ser reposta para expressar a situação de internacionalização da produção.

De tal forma que é impossível separar a crise geral da economia mundial da dívida nacional e vice-versa.

Há alternativas distintas, entretanto, para enfrentar a crise. Todas elas dependem, em primeiro lugar, de opções políticas. Se a idéia política central for a de manter o atual equilíbrio mundial, com hegemonia norte-americana e com engajamento brasileiro na solução, têm razão os que propõem novas formas de rolar a dívida, aumentando-a, assegurando-se aos banqueiros internacionais garantias (tanto na condução da política econômica quanto na participação no filé-mignon dos novos investimentos, como por exemplo, no que houver de melhor no projeto Carajás). Em contrapartida, o Brasil teria assegurada a continuidade relativa do mesmo estilo de desenvolvimento dependente-associado.

Se, entretanto, a idéia política for a de romper este equilíbrio, buscando-se novos ajustamentos especialmente ao nível de acordos bi ou multinacionais entre países do Sul (como propõe com coerência, há muito tempo, Severo Gomes), é óbvio que a moratória prática deve ser enfatizada sem tantas garantias aos financiadores e investidores internacionais. Neste caso haveria ruptura maior dos países do Sul com o sistema mundial e provavelmente um processo político interno e uma série de acomodações sociais que abalariam qualquer idéia de re-equilíbrio da ordem mundial tal como ela funciona hoje.

Existe ainda outra possibilidade. Se a primeira hipótese aqui mencionada corresponderia a uma, espécie de solução "conservadora ilustrada" e a segunda à solução "reformadora utópica", a terceira seria, pura e simplesmente, "retrógrada". Esta consiste em "ir levando" a presente situação, ajustando os desequilíbrios, apertando os cintos, pagando com atraso os juros e a dívida (mas sem recusar-se ao pagamento). Mesmo que para isso fosse necessário diminuir a taxa de crescimento, provocando o desemprego, e provocar uma dês-industrialização relativa do País e um engajamento automático na ordem gerida pelo FMI.

Existem, naturalmente, outras alternativas. Mas estas bastam para o comentário final. O problema com o discurso do Presidente é que ele saltou a primeira hipótese, colocou-se no plano verbal favoravelmente à segunda e seu governo patrocina, na política interna, a terceira hipótese.

Assim não dá!

FASE CONSTITUINTE[56]

Como o senhor vê o resultado das eleições?

- As eleições mostram que houve uma negociação tácita no Brasil. Vou dar um exemplo com o presidente Figueiredo. Ele entrou na campanha e nós o atacamos, porque ele arregaçou as mangas sem ser candidato do PDS. Ele jogou seu prestígio como presidente para apoiar um partido. Esse é o lado negativo, mas há um positivo. Ele caucionou a eleição.

Quer dizer, os senhores estavam condenando a participação formalmente, mas estavam gostando dela.

- É, ele caucionou, garantiu que a eleição era para valer. Eu já disse uma vez e volto a repetir. Eu acho melhor o presidente brigando num palanque, dizendo que vai fazer e acontecer para garantir seu próprio direito de falar, do que não falando nada e baixando o AI-5.

Pelo que se entende, na sua opinião, essa fase de negociação, que todos estão dizendo que vai começar depois das eleições, na verdade já começou.

- Houve uma negociação tácita. E dentro dela houve o compromisso de que a voz popular seria ouvida.

Nesse raciocínio, o senhor reconhece o mérito do presidente em bancar o jogo...

- Claro, porque ele teve que enfrentar os setores que não queriam nada disso. Mas do outro lado houve o mesmo mérito, também. Nunca vi no Brasil uma situação em que não só os partidos de centro, mas os grupos de esquerda se comportaram tão coerentemente e tão construtivamente. A única tentativa que houve de ruptura do esforço de redemocratizar veio da extremíssima direita ululante. Foi o negócio de fazer panfletos contra o Montora, as lamentáveis jogadas contra o Marcos Freire, todas oriundas dos porões misturados com a ultradireita. Foi só a ultradireita que teve um comportamento nota zero. Os setores de esquerda, que fizeram? Concorreram, numa atitude muito construtiva.

A que o senhor atribui esse comportamento construtivo? Seria resultado ainda de um certo medo ou de um amadurecimento político do país?

- Acho que medo não foi, porque muitos dos que estão aí não demonstraram medo em momentos mais difíceis. Houve um amadurecimento, já que a própria sociedade impôs esse limite de atuação. A intuição política ensina que ou você entende onde está pisando ou escorrega. E eu acho que as oposições não escorregaram.

O senhor inclui o governador Brizola nesse procedimento geral?

- Eu o incluo nitidamente. Não tenho dúvida de que ele jogou nesse mesmo sentido. Ele até exacerbou esse comportamento equilibrado, se é que é possível exacerbar o equilíbrio.

Que o senhor pretende fazer no Senado?

- Primeiro eu vou aprender, porque nunca fui parlamentar. Segundo, eu acho que o ano que vem é importante para o debate geral e institucional, e esses temas eu posso ajudar a debater. O Senado está num patamar que dá aos parlamentares chances para articular politicamente, tanto a nível partidário como da sociedade. Acho que, hoje, quem quer ter algum papel como senador no Brasil tem que fazer um pouco como Teotônio Vilela fez. Tem que andar, tem que estar próximo ao que acontece na sociedade.

Em termos práticos, qual seria o objetivo dessas articulações?

- Nós chegamos ao tempo do social. De agora em diante, ou redistribuímos a renda, discutimos o poder, a participação, ou não andamos. Não há nenhuma razão para a legislação sindical ser como ela é. É um atraso. Não há nenhuma razão para a legislação tributária ser como ela é. É outro atraso. Não tem

[56] Entrevista a *Isto É,* 1º de dezembro de 1982.

cabimento o atraso na questão fundiária no Brasil. O grande problema é a situação econômica e o bloqueio criado pelo fato de estarmos saindo de um sistema autoritário. Eu acho que posso ajudar a desbloquear isso. Nós vamos entrar numa fase que não é da Assembléia Nacional Constituinte, que é uma bandeira do PMDB, mas numa fase constituinte. Uma fase de repensar as bases de convivência no Brasil. Nós temos que repensar a questão do Estado.

O que isso quer dizer?

- Você tem duas posições a esse respeito. Uma é a chamada liberal, que diz que o Estado não existe, o que existe é o indivíduo e o mercado. A outra é a posição chamada estatista, que pode ser confundida com socialista, mas não é, e que diz que o Estado tem que regulamentar e dividir. Eu acho que hoje a questão é controlar, democratizar o Estado. Você tem que transformar o Estado, que hoje é máquina que oprime, em alguma coisa que seja pública e permita o debate do social. Esse, para mim, é o miolo da democracia moderna.

REPENSAR O ESTADO[57]

Gostaria que dissesse como a seu ver é possível tornar "pública" a burocracia estatal, para pegarmos um exemplo concreto.

- Só há pouco tempo atrás descobrimos, chocados, que a nossa dívida externa era bem maior do que se imaginava, que boa parte dela era a curto prazo e que as agências de nossos bancos no Exterior estavam em dificuldades porque os poupadores estrangeiros não têm mais confiança em nos emprestar. Ficamos sem saber disso muito tempo, porque as decisões nessa área são tomadas em sigilo. Como controlar esse e outros setores que agem da mesma forma? Obrigando-os a prestar contas ao Parlamento e aos meios de comunicação. Essa é a maneira de forçar essa burocracia a ter um controle de fora sobre ela. Essa burocracia passou a funcionar como uma coisa privada, como se tivesse titularidade própria para o controle de um pedaço do Estado. E, evidentemente, ela não tem essa titularidade. Não há receita mágica para coibir esse abuso: é preciso denunciar, criticar, para que a burocracia estatal perca a autonomia que adquiriu por causa da ditadura.

Ela adquiriu autonomia tanto em relação ao conjunto da sociedade como também com relação ao próprio governo.

- É verdade. Ela se fechou mesmo com relação ao próprio governo. E, para dar nomes aos bois, deve dizer-se também que há uma outra burocracia, que se chama Serviço Nacional de Informação e que também está querendo ter poder a título próprio. Todos conhecem hoje a confissão patética do pai do SNI, o general Golbery: "Criei um monstro". É verdade, porque ele criou um órgão para produzir informação que seria necessária ao governo, mas que passou depois a ser manipulada fechadamente pelos burocratas que passaram a utilizá-la como instrumento de poder. Assim, além da burocracia econômica, temos também a burocracia política. Hoje, o partido político mais organizado do Brasil não é o PMDB, ou PDS, ou PDT, ou PT, ou PTB, mas o SNI, porque tem profissionais que são políticos. Eles não são outra coisa, porque detêm e manipulam a informação. Têm até escola própria para formar seus quadros.

Temos, então, de acordo com a sua exposição, dois setores que adquiriram autonomia com relação à sociedade e ao próprio governo: a burocracia estatal, ou econômica, como diz, e a burocracia política do SNI. Ou seja: estaríamos chegando a uma espécie de regime de capitanias?

- Estamos realmente chegando a um sistema que você acaba de chamar capitanias do Estado, quer dizer, partes do Estado estão sendo apropriadas privadamente não por pessoas, mas por grupos que tomam conta de setores que têm importância, porque possuem uma enorme capacidade de controle sobre o conjunto da sociedade. Não haverá democracia no Brasil enquanto não se resolver esse problema. Temos partidos funcionando e um Parlamento aberto, mas enquanto o Parlamento não fiscalizar o orçamento e enquanto não

---

[57] Da entrevista a Lourenço Dantas Mata, *O Estado de São Paulo,* 7 de agosto de 1983.

houver mecanismos de controle dessas burocracias, não haverá democracia moderna.

Em suma, o AI-5 era apenas a ponta do iceberg?

- Sim, e ele serviu de guarda-chuva para que tudo isso crescesse. Não foi para isso que fizeram o AI-5, mas porque estavam com medo da guerrilha.

Houve uma espécie de efeito perverso?

- Efeito que acabou desabando sobre a cabeça dos próprios homens que estavam no comando do Estado, porque o SNI cuida muito mais do próprio Estado do que de nós. Você não se preocupa com o SNI, não é mesmo? Eu também não: digo o que penso sobre ele e sobre os problemas brasileiros, abertamente. Como não sou parte do Estado, o SNI não se ocupa de mim. Mas se ocupa do Estado: quer controlar quem vai ser ministro e até presidente.

Está faltando nessa análise a consideração do papel desempenhado na política pelos militares, e é sobre isso que queria agora sua opinião.

- Está faltando, portanto, o principal. Acho que no Brasil ou pomos o bisturi na questão militar ou não vai haver avanço real em direção à democracia. Com isso quero dizer que na sociedade moderna os militares são parte constitutiva não só do Estado como, até certo ponto, na medida em que ele se mescla com a sociedade, da própria sociedade. Eles têm interesse em certo tipo de indústrias que garantam autonomia para as Forças Armadas, arrogam-se o monopólio de certas funções, como as relativas à segurança nacional, interferem no relacionamento com o Exterior e, às vezes, se arrogam o monopólio do próprio Estado. O atual regime militar não criou o interesse dos militares pelas decisões econômicas. Nesse terreno, eles queriam apenas a autonomia em armamentos, o que é normal em todo o mundo. Mas não há, e é bom que assim seja, uma concepção militar das coisas. Os militares não têm uma teoria da educação e nem uma da agricultura. Nesses como em outros terrenos eles aceitaram as teorias que lhes foram oferecidas pelos civis. Adotaram esse modelo de desenvolvimento e passaram a achar que todo mundo que era contra isso era também comunista. Quando o barco começou a afundar, perceberam que compraram um pacote vazio ou podre, e ficaram um pouco perplexos, passando então a encolher as suas funções e a reservar para si áreas especificas. As oposições ou, melhor ainda, a sociedade civil como um todo deve discutir com os militares quais são aquelas áreas específicas e quais as suas fronteiras. Não há nenhuma razão para a Presidência da República, por exemplo, ser uma daquelas áreas. Discutem-se hoje até mesmo algumas idéias esdrúxulas como a de que a Presidência da República é uma coisa e a administração propriamente dita é outra, devendo a primeira ficar entregue aos militares e a segunda aos civis. Não sei se é ou não por ai que se deve iniciar a conversa, mas sei que se tem de começar o debate aberto com os militares: qual é a função deles e os seus limites, o que tem como conseqüência a formulação da mesma questão com relação aos civis. É preciso saber então quais são as áreas nas quais os civis não vão abrir mão de sua primazia sobre os militares.

A seu ver os militares já perceberam que perderam o controle real das grandes decisões?

- Acho que sim. Creio que o militar, o homem da tropa, sabe tanto quanto eu ou você sobre o que vai ser decidido, ou seja, nada. As decisões importantes das quais se pedem contas aos militares — no plano energético ou no plano do programa nuclear, por exemplo — num sentido amplo não foram da responsabilidade deles. Os responsáveis foram apenas os militares do Conselho de Segurança Nacional, que fazem parte da burocracia ligada ao SNI e que estão longe da tropa. Essa distância aumentou quando o general Geisel impôs o seu sucessor sem consultar os militares, embora falando em nome deles, o que a meu ver foi até bom, porque não foi o corpo de generais que decidiu. Penso que agora eles não estão dispostos a se envolver na sucessão do presidente Figueiredo. O risco agora é outro, é usarem os militares ou o SNI como força de barganha para que o grupo palaciano se perpetue no poder. Em suma, é preciso haver um maior diálogo, não no sentido de conversa "ao pé do ouvido" para incitar militar, pois tenho horror disso, mas diálogo público, com as posições expostas claramente. É preciso que na Escola Superior de Guerra e em outros fóruns militares haja um diálogo mais amplo com a sociedade: a igreja, os sindicatos, os partidos. Nesse ponto, quero deixar meu pensamento bem claro: não se trata de conspiração nem de propor aliança ou buscar apoio, mas de colocar as questões abertamente. Os militares devem a meu ver dizer claramente o que querem e debater com a sociedade. Querem uma política de autonomia industrial? Pois acho que isso é uma

coisa normal no pensamento militar, que encontra eco em vários setores da sociedade. O problema dos armamentos não pode ser discutido de maneira ingênua, como se vivêssemos num mundo em que não há guerra. Veja aí o conflito das Malvinas. Não quero a guerra, sou contra ela e imagino que a maioria das pessoas consultadas terá a mesma opinião, mas ao mesmo tempo todos sabemos que ela existe. Portanto, se o problema existe, é preciso discutir o que significa a defesa militar em função dos interesses do povo. Da mesma forma, deve-se discutir a segurança interna, em termos de segurança nacional e não de segurança de um grupo que está no poder, ou de segurança de um estado de coisas que oprime o povo.

- Sou totalmente favorável a que numa teoria democrática se coloque institucionalmente a questão dos militares. A sociedade mudou e o Exército mudou junto. Venho de uma família militar e sei do que estou falando. Os grandes nomes de militares políticos estão desaparecendo. Talvez o último grande tenha sido Cordeiro de Farias. O que os militares de hoje estão dizendo pela imprensa? Que seguem a linha da abertura. Mas, apesar dessas manifestações de caráter político, vê-se que eles não têm liderança nos moldes dos militares de antigamente e está certo que seja assim. Eles têm de ter é liderança profissional, na área militar. Não sei hoje de nenhum militar que possa galvanizar o País e as Forças Armadas. Contudo, tenho muito medo das conseqüências que a grave crise que vivemos pode acarretar. Crise pela qual os militares são também responsáveis, porque sustentaram governos irresponsáveis, os quais persistiram em suas políticas apesar de reiteradas advertências da oposição e das pessoas independentes. Desde 1973/74 era visível que o mundo mudava e depois de 1976/77 era claríssimo que tinha mudado. Mesmo assim, os governos de então não alteraram suas políticas para enfrentar essa situação nova. Ora, a gravidade dessa crise pode fazer surgir uma liderança militar do tipo caudilhesco, o que seria um grande passo para trás. Essa é mais uma razão para que discutamos o mais rapidamente possível a institucionalização do papel do militar na sociedade e os limites a que eles devem obedecer.

NO LIMITE DA RUPTURA[58]

O expurgo dos índices do INPC com base nos quais se reajustam os salários — o que a esta altura parece inevitável — traz o risco de os sindicatos reagirem com greve?

- O risco não está numa possível reação do movimento sindical, que neste momento enfrenta problemas internos. O risco está no clima de desespero. O tecido social está no limiar da ruptura, e é precisamente por isso que uma greve limitada de funcionários públicos, ou um movimento limitado de desempregados, acaba tendo uma repercussão muito grande, desproporcional às suas dimensões reais. Como estamos no limite da ruptura, não é este o momento adequado para o governo propor transformações com tal sentido de injustiça social.

O senador Roberto Campos afirma que não se pode curar a inflação de uma maneira indolor...

- É verdade, mas resta saber quem vai sofrer a dor, e ela não pode atingir só um dos lados. Se só esse lado padece os sofrimentos, não se pode pedir-lhe compreensão. A um trabalhador, ou a um político comprometido com as teses dos trabalhadores, não se pode pedir compreensão se não há justiça na distribuição do peso da crise.

Por que críticas e propostas formuladas por vozes mais conservadoras da área econômica — por exemplo, os ex-ministros Roberto Campos e Otávio Gouveia de Bulhões — começam a despertar tanta atenção?

- Porque o país está sem rumo, e eles dão a impressão de que estão sugerindo um. Neste momento, esse conservantismo racional aparece como uma tábua de salvação para alguns setores do empresariado e da classe média alta, como uma saída para uma situação que beira a irresponsabilidade. Mas essas propostas não têm a mesma repercussão no sindicato ou nos partidos políticos. Acho que nem mesmo no PDS.

E por que se chegou a essa situação que o senhor qualifica como irresponsabilidade?

- Numa situação normal, as críticas produzidas ao longo do tempo teriam sido levadas em

[58] Entrevista a Merval Pereira, *Veja*, 22 de junho de 1983.

consideração. O resultado das eleições de novembro seria recebido como uma advertência, não como um estímulo para que o governo prosseguisse no mesmo rumo. Insistir com a mesma política econômico-financeira, quando ela passou a receber críticas de todos os lados, mostra que o governo ainda se considera intocável e revela o quanto de autoritarismo ainda existe em sua ação. Não há flexibilidade alguma, as críticas a um ministro são recebidas como se fossem ataques à essência do Estado. Há um risco muito grande de que o descrédito que hoje recai sobre os condutores da economia acabe atingindo o conjunto do governo; a própria condução política do Estado. Sinais disso estão visíveis nas preliminares da sucessão presidencial: os apelos do presidente para fazer crer que ele conduz a sua sucessão mostram exatamente que não a está conduzindo. A crise econômica e a falta de providências adequadas no momento oportuno deram nessa confusão, nesse desgoverno.

O que caracteriza essa situação de desgoverno?

- A preocupação obcecada e oportunística de ultrapassar a crise sem perder a popularidade. Ela obriga a um comportamento em ziguezague, a idas e vindas que acabam não atendendo aos interesses de ninguém. O desgaste provocado pelo último pacote de medidas econômicas foi imenso exatamente porque ele não agradou nem aos gregos nem aos troianos.

Os governos estaduais do PMDB também não estão preocupados em conservar sua popularidade?

- Mas há uma diferença: eles não possuem a máquina de fazer dinheiro nem poderes para contrair empréstimos. Então, governos do PMDB não têm margem de manobra. No entanto, a julgar pelo exemplo de São Paulo, esses governos, depois de uma fase de adaptação, vão administrar de maneira eficiente. Nenhum governador do PMDB se mostrou irresponsável, até hoje, nem sequer nas denúncias das irregularidades praticadas pelos antecessores. Penso que a oposição, no governo, tem mostrado que é responsável e será capaz de governar o Brasil. No fundo, essa confusão nasce do fato de que todos, no governo, têm medo de que a oposição vença as eleições diretas para a Presidência da República.

Qual é a proposta do PMDB para reduzir o déficit público?

- Em primeiro lugar, será preciso enfrentar esse verdadeiro encilhamento, diferente daquele da Primeira República, pois agora o propulsor é o próprio Estado. Deve haver também uma moratória interna, uma renegociação da dívida do governo. De certa maneira isso já ocorreu quando foram prefixados os índices da correção monetária. Foi como dar um calote nos credores. Acho que os proprietários dos papéis do governo estão outra vez com medo do calote.

O senhor acha que o governo fará isso, ou trata-se apenas de uma proposta do PMDB?

- O governo não vai fazer isso, ele prefere tirar dos assalariados. Nós achamos que os recursos para enfrentar a dívida interna devem ser buscados no setor financeiro. Mas essa é uma medida muito violenta, impossível de ser adotada sem alguma espécie de acordo político.

Como se consumaria esse calote?

- Se ele for dado pelo governo sozinho, baseado apenas na confiança gerada pela ocupação do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Planejamento, por representantes do pensamento econômico conservador, será simplesmente marcado um prazo durante o qual ficarão suspensos os pagamentos, sob o argumento de que não adianta trocar papel por papel. Se houver uma solução de compromissos com o pensamento da oposição, deverá ocorrer uma discussão mais profunda em torno da questão. Assim, o processo de correção das distorções seria mais rápido. Só dessa forma nós admitiríamos pensar na possibilidade de alguma contenção nos aumentos dos níveis salariais.

Isso não representará um risco de perturbações sociais?

- Do jeito que as coisas estão, com esses desmandos que acontecem e são revelados, não haverá um final feliz. Penso que se acabará por penalizar todo mundo. Acho melhor negociar essas penalidades, com a adoção de uma política econômica clara.

É necessário penalizar todo mundo?

- Nós preferimos penalizar fortemente os ativos acumulados pelo setor bancário. Estaríamos dispostos a cortar drasticamente pelo lado dos que muito ganharam.

A crise econômica influirá na sucessão presidencial?

- Em primeiro lugar, será preciso saber como chegaremos à sucessão. A crise já a está influenciando, porque esse mal-estar generalizado, essa falta de confiança, agora pegou o sistema político. Há uma parte do discurso do senador Roberto Campos, que não tem sido comentada suficientemente, a respeito da qual há possibilidade de concordância e entendimento da nossa parte. É quando ele critica o inchaço do SNI, do Conselho de Segurança Nacional. Eu declarei várias vezes acreditar que é chegado o momento de mexer nessas questões, no SNI, de discutir o papel das Forças Armadas. Como se vai definir a relação entre o regime democrático e as Forças Armadas? Essa questão continua em suspenso e acho que nós, da oposição, estamos patinando na nossa proposta de reorganização democrática, porque não temos sabido atacar pontos como esses. Como tais questões não estão resolvidas na proposta oposicionista, o resto ficou indefinido. Permanece a idéia de que será necessário manter um presidente do sistema, ou pelo menos chancelado pelo sistema. Por quê?

Por que os economistas ligados ao governo defendem o expurgo dos índices do INPC e os da oposição o combatem?

- Nós não somos absolutamente contrários a essa medida. Apenas achamos que com o expurgo quem vai pagar a conta são os assalariados, sozinhos. Ele pode até equilibrar a situação do país, mas vai empobrecer ainda mais quem já é pobre. Os economistas da oposição não acreditam que o expurgo seja uma solução satisfatória porque ele não vai mexer no outro lado da questão.

Então, o pacote não solucionará o problema brasileiro?

- Suponhamos que fosse capaz de resolver tudo. O que significa isso? Significa que a inflação seria controlada, haveria orçamentos equilibrados e, depois de um período sem investimentos, ou com pequenos investimentos, se chegaria a uma situação de equilíbrio. Por trás do raciocínio do senador Roberto Campos, por exemplo, está a idéia de que é possível repetir a experiência de 1964 a 1967, que depois foi distorcida. Nós achamos que aquela política já estava errada, antes das tais distorções. Acreditamos que os investimentos sociais deveriam ter sido feitos com maior energia, numa proporção muito maior, para permitir a transferência da renda por via indireta. Achamos, também, que o modelo então adotado, de abertura da economia para o exterior, trazia consigo a crise que aí está. A oposição não é contra exportar, mas acreditamos que na retomada do processo de desenvolvimento será preciso continuar a pensar na modernização da economia brasileira, cuidar do aumento da produtividade e investir maciçamente em setores de bens de salários, que dizem respeito à maioria da população. E cuidar também dos investimentos sociais — transportes, educação, etc. Nossa concepção estratégica, portanto, é diferente da do senador Roberto Campos.

O senhor admite que a lei salarial em vigor é inflacionária?

- A nova sistemática relativa à lei salarial, uma iniciativa do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, surgiu para corrigir uma distorção já existente. A inflação já galopava em tal velocidade, e havia achatado de tal forma os salários, que as mudanças na lei se tornaram necessárias para compensar as perdas dos trabalhadores. Portanto, não foi a lei que provocou a inflação. A inflação é que engoliu os salários.

O senador Roberto Campos pondera que é ilusório pretender distribuir a renda através de salários.

- Numa conjuntura inflacionária, acho verdadeira essa observação de Roberto Campos. Mas ninguém no PMDB pensa fazer a distribuição de renda dessa forma e nesta conjuntura. Redistribuição de renda implica processos bem mais complicados. O problema é que, numa conjuntura inflacionária, não há sentido em só não aumentar os salários. É preciso corrigir os salários.

Na opinião dos economistas do governo, isso alimentaria permanentemente a espiral inflacionária.

- Nestes últimos anos, a inflação não foi de demanda — e é preciso martelar nesta tecla. Não houve nenhum excesso de poder aquisitivo, via salários, que tenha forçado uma competição entre consumidores e, em conseqüência, a subida dos preços. A inflação está basicamente atrelada ao que chamo de encilhamento. O governo perdeu completamente o controle sobre sua capacidade emissora de ORTNs e letras do tesouro, a tal ponto que o montante de dinheiro necessário para pagar os juros e a correção monetária dos papéis que estão nas mãos da sociedade é superior ao orçamento fiscal. Portanto, é o governo quem puxa a inflação para cima.

Como sair do encilhamento?

- É preciso ao menos penalizar os que acumularam enormemente através desses mecanismos financeiros, desse papelório. Se analisarmos a situação racionalmente, economista algum deixará de reconhecer que é preciso instituir alguns impostos que retirem desses setores parte do que acumularam. Ninguém no PMDB defende uma política que aumente simultaneamente salários, investimentos e gastos sociais. Isso seria insensato. Numa situação de crise, nada irá aumentar, todos acabam perdendo. Sucede que, no Brasil, estão querendo que só alguns percam.

A HORA DA NEGOCIAÇÃO[59]

Como o senhor visualiza agora um avanço na democracia?

- Em 78, na transformação mais profunda do autoritarismo, vimos algo muito claro: certas reivindicações da sociedade civil foram aceitas *(habeas-corpus,* por exemplo) por um governo que não aceitaria outras. Foram pressões da base, não outorga. O PMDB da época foi marginalizado. Isso fez com que o governo Figueiredo começasse com uma dianteira muito grande, fazendo da gente gato e sapato. Fez o que quis.

- Nós éramos contrários à extinção da Arena e MDB e eles fizeram. Nós queríamos uma anistia de outro tipo e eles fizeram a deles. Isso chamou a atenção — pelo menos chamou a minha. Numa nova fase — se houver novamente uma pressão de massa, como houve na eleição de 82 (quando a diferença entre as oposições e o governo foi de 7 milhões de votos), agravada pela crise econômica, pela desinteligência reinante no governo e no PDS — será criada uma situação política que some as duas coisas: a mobilização para pressão da base, com nossa capacidade de traduzir esse desejo numa linguagem parlamentar, de formulação de saídas, que se dá ao nível do Estado. Então, é possível avançar.

Como contornar a ação em favor do consenso, partida do governador Tancredo Neves e apoiada por outros governadores do PMDB?

- Não tem nada a ver com a questão dos governos estaduais, como muita gente pensa. Os governos estaduais não estão negociando politicamente. Eles estão esperneando administrativamente. E estão conseguindo pouco. Eu não sei de nenhuma proposta feita por governadores do PMDB diretamente ao Palácio do Planalto.

- O que os governadores estão fazendo é colocando as propostas gerais ao debate partidário político nacional. Eles não estão avançando o sinal de negociar. Eu acho que é correto que eles não avancem o sinal. Não acho, pois, que a existência de governos estaduais peemedebistas leve o partido a mudar de posição, nada disso. A mudança é conseqüência de que nós sentimos que o regime está se decompondo. E nessa decomposição acelerada do regime, compete ao PMDB, como carro-chefe das oposições, estruturar uma alternativa.

- Mas, como estruturar essa alternativa? O Colégio Eleitoral nós não queremos, porque é viciado, não representa a sociedade e não dá garantia de legitimação a nenhum Presidente. Agora, existe uma Constituição que diz que só se muda o Colégio Eleitoral com dois terços no Congresso. Nós não temos os

[59] Entrevista a Carlos Marchi, *Jornal do Brasil,* 21 de agosto de 1983.

dois terços no Congresso. Então, a realidade nos dá duas saídas: ou nós temos a força das armas — e nós não temos, nem achamos que seja a saída adequada — ou nós temos a força da mobilização da sociedade, mobilização das opiniões, mobilização dos grupos de interesse, mobilização da base.

- Para quê? Para forçar o partido do governo, o PDS. Como não estamos entrevendo uma rebelião e não a estamos encorajando, porque não achamos que seja adequado para a realidade brasileira, temos de imaginar que essa mobilização deve desembocar nalguma coisa institucional.

Com quem negociar? Qual o ponto de partida? Como você vê a atitude de subir a rampa do Palácio do Planalto?

- Por isso é que tenho insistido tanto em que não existe uma contradição de princípios entre os que desejam um Partido ativo na sociedade e um Partido com capacidade de propor saídas. Propor a quem? Àqueles que detêm os instrumentos de controle. O ponto de partida nosso tem de ser o Congresso. Não vamos cumprir o papel ridículo de atravessar a rua e subir a rampa. Isso não tem sentido. Em primeiro lugar, porque os que estão lá não querem; em segundo, porque não é essa a nossa atitude política geral. A nossa atitude é criar condições para que, a partir do Congresso, se comece um processo de negociação, de mudanças para avançar a democratização. E se comece a formulação de uma alternativa político-social, a partir do Congresso e da sociedade.

Por que surgiu agora?

- Porque começamos a perceber que, se os órgãos do partido permanecessem sem tomar posições claras, e ao mesmo tempo pessoas do partido sentindo as mudanças que estavam ocorrendo, cada um teria a sua opinião e você não teria mais força aglutinadora. Houve capacidade de a liderança perceber essa situação. Ela foi ajudada até mesmo porque Teotônio colocou um problema geral, um quadro de referência. E outros começaram a dizer: é preciso tomar tal e qual atitude. Então, ou você cria um eixo dentro do partido, ou ele é comido pelas bordas.

- E a volta de Ulisses agora, renovado, entendendo o momento e que depende dele a capacidade de regular o partido, levou o PMDB a agir de maneira mais concertada. E também porque o PMDB dispõe hoje de um ótimo conjunto de pessoas com uma certa capacitação técnica, com uma certa visão estratégica, que são capazes, ao mesmo tempo, de entender, fazendo o jogo político, o processo econômico e o processo social.

O que é o processo de negociação?

- É normal da natureza política o conflito. E você não acaba com o conflito numa sociedade altamente conflitiva, como a nossa. Você tem uma solução democrática quando você tem mecanismos para lidar com os conflitos, mecanismos de aproximação sucessiva — ver até que ponto é possível avançar, quando sim e quando não, claramente.

- Quando se institucionaliza um processo democrático, automaticamente se institucionaliza um mecanismo de negociação. O Congresso nunca foi arena de negociação, porque não havia democracia. Então, não se negocia, se proclamam princípios. A oposição, num regime autoritário, necessariamente é uma oposição que proclama princípios. E ela aproxima da cátedra, do púlpito, porque basicamente ela diz: eis aqui a luz, tenho aqui a verdade.

- É natural que seja assim, porque ela está destituída da sua capacidade política real, de influir no poder, de tomar decisões. Na medida em que o jogo é mais aberto, mesmo num parlamento como o nosso — que é castrado de funções controladoras —, você começa a perceber que pode avançar. Como é que se vai avançar? Se ele permanece assumindo uma atitude puramente de mostrar a verdade, não avança. Ele tem que se preocupar muito mais com a *travessia.*

Como é que se chega lá?

- O "chegar lá" implica esse exercício de lidar com os conflitos e ver até que ponto você pode avançar com sua proposta ou recuar, porque não tem força para fazê-la avançar, outros têm propostas com mais força. Uma parte de sua força não depende dos recursos materiais de que você dispõe. Depende da sua

capacidade política de propor o que seja capaz de aglutinar a sociedade.

Hoje empresários e trabalhadores querem uma saída para a crise. Nesse mesmo momento, esse governo é coagido a aceitar as metas do FMI, de em 1984 ter crescimento zero — então, ele fica fraco. Porque a proposta que ele pode ter a partir daí é meramente reativa e negativa — é "não". Enquanto nós temos capacidade de dizer "sim", porque queremos crescer.

Agora imagine se nós quiséssemos dizer: "Não nos preocupamos com a inflação". Isso não tem possibilidade de convencer a sociedade, porque ela sabe que a inflação corrói os seus meios de vida. Então o PMDB não pode deixar de se preocupar com a inflação. Temos de ver os mecanismos de controlá-la. Discutir os meios de fazê-la baixar. E vamos pesar: se o que vale mais a pena é baixar os salários e cortar os investimentos, que efeito vai ter, contra uma outra proposta, de baixar as taxas de juros. Talvez até seja necessário conter salários, mas numa negociação com os trabalhadores, com os sindicatos, para manter o nível de emprego. Quer dizer, negociar de novo.

- Então, se o PMDB faz uma proposta realista, capaz de atrair a atenção dos outros, porque tem confiabilidade, ele avança. Não estou dizendo que já tivemos tal possibilidade. Mas temos gente capaz de resolver esse problema. E de se apresentar à Nação, hoje, não só como o partido que diz "eu tenho a verdade", mas como o partido que diz "olhe o caminho, vamos tentar juntos?"

Mas o governo não parece querer negociar...

- Realmente, passamos por um regime autoritário não negociador. Figueiredo vai voltar mais intransigente do que saiu. Não estou dizendo que o PMDB deva ir falar com ele. O que leva à negociação? É o conflito entre eles. É o conflito da sucessão. É que o PDS e o Governo não são capazes de definir é quem vai se aproveitar do sistema antidemocrático do Colégio Eleitoral. Não conseguiram unificar.

Isso é circunstancial?

- Não, é fruto da abertura. Tendo havido a abertura, é ilusão de Figueiredo que ele controlará a sua sucessão, como Geisel controlou...

Geisel controlou porque a graduação da abertura ainda permitia?

- Era possível, porque ele tinha mais força, porque o regime era mais fechado.

Sendo mais aberto o regime, os apetites aumentam, os conflitos aumentam, as contradições aumentam e as pessoas correm mais riscos perante o sistema. Então não adianta você dizer ao Maluf que ele não será candidato. Ele continua candidato. E continuará a perturbar a paz daqueles que imaginam que vão impor o candidato.

- É difícil que Figueiredo controle isso. Então, não adianta ele dar cascudos. Ele dá cascudo, mas não dói. As pessoas não têm tanto medo dos cascudos dele — as pessoas do PDS. Na consciência deles, eles não querem negociar hoje. Mas estão brigando de tal maneira que chegará o momento em que o Colégio Eleitoral deixará de ser um instrumento de controle efetivo. Quando deixar de ser, eles vão ter que propor um outro instrumento; e nós diremos: a eleição direta é o melhor instrumento.

A campanha para a eleição direta não torna secundária a campanha para a Constituinte? E a da Constituinte não é mais importante?

- Uma coisa está encartada na outra. A campanha pelas eleições diretas leva à Constituinte. A mobilização popular que envolver a campanha pelas diretas é extremamente positiva para abrir caminhos à Constituinte. Ambas são muito importantes.

Por que o PMDB não luta pelo voto do analfabeto?

- Se conseguirmos chegar à Constituinte — e eu acredito que chegaremos — pode ter a certeza de que o PMDB incluirá o voto do analfabeto como uma de suas prioridades.

A campanha da eleição direta não estaria ofuscando outros temas relevantes, como, por exemplo, o que o PT destacou no último programa: a questão central da abertura é a liberdade sindical?

- Não. Temos visto, em reiteradas oportunidades, que o atual regime não permite a livre organização dos trabalhadores, nem a liberdade sindical. A questão central da abertura é garantir sólidos avanços democráticos que assegurem, entre liberdades do cidadão, a liberdade sindical, de tal maneira que impeça hipóteses de retrocesso.

Como o novo programa do PMDB se mete a oferecer o pleno emprego, algo que nenhuma outra economia capitalista está oferecendo agora?

- O programa do PMDB não oferece o pleno emprego. Nós consideramos, evidentemente, que o ideal é uma política de pleno emprego. Mas, nesse momento de crise econômica, o que nós propomos é um combate feroz à política que gera o desemprego, ao impor a recessão. Nós somos contra o desemprego e a favor do emprego.

A campanha pela eleição direta não deveria envolver o PMDB nas malhas de uma articulação golpista, cuja primeira vítima seria o próprio PMDB?

- O PMDB recusa qualquer idéia de articulação golpista. Não foi participando de articulações golpistas que se fez a nossa história. O PMDB nem sequer se entusiasmou com a entrevista do general Golbery e nem aproveitou o que ele disse, justamente para evitar ilações como esta.

Quais os cálculos usados pelo PMDB para supor que o PDS dará os 2/3 necessários no Congresso para transformar a eleição presidencial de indireta para direta?

- Do ponto de vista aritmético, nenhum. Do ponto de vista político, nosso cálculo é que a negociação vai importar em mudanças. E se uma mudança se torna consensual, parece óbvio que os partidos que a aprovaram previamente vão, depois, confirma-la no plenário.

Esse é o momento da negociação?

- Eu acho. Poderão dizer: é um risco, por causa da maioria absoluta. Podemos discutir. E por que não em dois turnos? Porque ninguém vai ter a maioria absoluta. Eles podem propor outra coisa, por exemplo, o parlamentarismo. Não cabe a nós propor outra coisa que a eleição direta, abrir a guarda. Nós temos que ficar com a nossa proposta. Mas quem vai abrir a guarda são eles e não é por outra coisa. É por causa do apodrecimento do regime.

- Hoje, a consciência do Brasil é: como está não funciona, não pode ficar. Dizemos nós e dizem eles. Claro que pode dar "zebra". A "zebra" em política é sempre uma possibilidade. Podem vir as trevas. Pode. Mas, e daí? Nós vamos paralisar tudo porque pode dar "zebra"? Não, vamos fazer força para não dar "zebra". Então, eu não tenho a negociação como um objetivo, é um mecanismo. Objetivo é a eleição direta. Objetivo é a Constituinte.

O problema é que o governo não negocia, nunca negociou, desde 1964, com as oposições. Como vencer isso?

- É necessário juntar força para negociar, nesse sentido que eu estou dizendo. Juntar força dos outros partidos, até mesmo do PDS, para negociar, aumentar o nosso cacife. Negociar para chegar aos nossos objetivos. Um deles é a reconstitucionalização do país, que implica a eleição direta. Outro é a alteração substancial da política econômico-social: não à recessão e sim a uma taxa de crescimento realista; não à inflação e sim a uma contenção eventual de preços.

- Temos que afastar da negociação a idéia de um cambalacho, a idéia de que se vai trair os ideais. Quem trai os ideais é um canalha. Não se trata disso. É preciso entender que a democracia contém em si a necessidade de negociação. Há quem diga que o regime não é democrático, e por isso não se negocia. Eu sei, mas estamos numa transição, temos de forçar o regime a ser negociador. Ou seja, temos de forçar o regime a ser democrático.

- Eu nunca fui favorável ao consenso. Pode ver nos meus livros. Porque quando se fala em consenso, se está falando de uma técnica manipuladora para evitar que o conflito apareça. Eu sou favorável a negociar, para chegar a regras que permitam o voto, permitam mostrar o conflito e dizer: está aqui o conflito, é esse e vamos negociar a fronteira desse.

Como atrair para a idéia a esquerda do partido e, do outro lado, os governadores, os setores mais conservadores, Tancredo Neves?

- Tancredo sempre declarou que ele defende a eleição direta, mas não acreditava nela. Achava que, no limite, era preciso aceitar o Colégio Eleitoral e buscar uma solução de consenso. Acho que ele deve estar pensando como nós. Quem sabe agora ele acredite mais, por causa da intensificação do conflito dentro do PDS e do governo, ele veja mais viabilidade noutra solução.

- Eu não creio que ele esteja contra o que estou defendendo, por achar que vai atrapalhar os seus objetivos. Porque a posição dele não era de objetivo, era tática. Ele pode até estar achando que deve refrear o discurso de consenso. Não temos por objetivo abafar a voz dos nossos governadores. Nós temos de ter capacidade política para fazer com que eles se juntem ao partido, não de impedi-los de pensar. Quem sabe estamos construindo esse campo, uma atuação mais coordenada entre governadores e direção do partido?

- Com relação aos grupos mais radicais, é difícil, porque são pessoas que nem estão no espectro da esquerda. É mais uma atitude, porque tem a visão profética, do púlpito e da cátedra, porque acreditam que têm de mostrar a verdade. É comportamento, mais do que visão do mundo. E são pessoas que foram formadas no autoritarismo e tinham de ser assim mesmo. E devem ser ganhas para o processo político. Não devem ser recusadas, porque o seu objetivo é mais ético.

- O que se deve fazer é mostrar que a ética da política não é a mesma do púlpito. Como sou velho leitor de Max Weber, só repito o que ele disse: a política tem outra ética, mas é uma ética. Não se deve confundir as duas éticas. Ganha-se essas pessoas convencendo-as de que seu objetivo também é ético, ético-político, e que você não está disposto a cometer patifarias.